



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

JENNIFFER RIBEIRO DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS
INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA TURÍSTICA E SEUS REFLEXOS NO FOMENTO
DO TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM (2003-2014)**

NATAL

2015

JENNIFFER RIBEIRO DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS
INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA TURÍSTICA E SEUS REFLEXOS NO FOMENTO
DO TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM (2003-2014)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Turismo. Linha de pesquisa: Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nobrega

NATAL

2015

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Silva, Jenniffer Ribeiro da.

Políticas públicas de turismo: análise do desempenho das instâncias de governança turística e seus reflexos no fomento do turismo cultural no município de Manaus/AM (2003-2014) / Jenniffer Ribeiro da Silva. - Natal, 2015.

237f: il.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nobrega.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Turismo Cultural – Manaus/AM – Dissertação. 2. Políticas Públicas – Turismo no Brasil – Dissertação. 3. Instâncias de Governança - Dissertação. I. Nobrega, Wilker Ricardo de Mendonça. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48-6:7/8(811.3)

Jenniffer Ribeiro da Silva

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS
INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA TURÍSTICA E SEUS REFLEXOS NO FOMENTO
DO TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM (2003-2014)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Turismo. Linha de pesquisa: Turismo e Desenvolvimento Regional.

Natal/RN, 11 de dezembro de 2015.

Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientador

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador Interno

Prof. Dr. Sílvio José de Lima Figueiredo
Universidade Federal do Pará
Examinador Externo



FAPEAM

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO AMAZONAS

CERTIFICADA PELA ISO 9001:2008

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do Governo do Estado do Amazonas, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), com a concessão de bolsa de estudo do Programa RH Mestrado-Fluxo Contínuo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua infinita bondade, por ter me dado a vida, ser a base de todas as minhas conquistas e por ter indicado a forma de como eu deveria percorrer o meu caminho.

Ao Professor Doutor Wilker Nóbrega, meu orientador, por ter aceitado o convite para orientar esta dissertação, sua disponibilidade e atenção, as quais me fizeram refletir sobre a pesquisa e outras vezes para muito além dela. Sua colaboração direta ou indiretamente me ensinou lições de disciplina, dedicação e empenho que ficarão para sempre.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em especial ao Prof. Dr. Mauro Alexandre Lemuel pela receptividade durante a visita ao campus. Pelos seus incentivos constantes para continuarmos firmes em nossos propósitos, além de sua generosidade em seus ensinamentos, foram muitas e muitas conversas ao longo deste tempo.

Aos servidores da Secretaria de Pós-Graduação Stricto Sensu Juliane Medeiros e Aluizio Fontes pela atenção na resolutividade de nossas solicitações, pela gentileza e profissionalismo.

Aos discentes e amigos da turma Mestrado *Template* e amigos do doutorado, que foram conquistados neste período de empenho e que também estiveram presentes nos momentos de descontração e alegria. Nossa união sem dúvida foi o ponto mais precioso dessa jornada, não só pelo ambiente de integração, mas pelo aprendizado e solidariedade acadêmica que se estabeleceu entre nós.

À minha prima Tyeme Ribeiro e família por todo o apoio, carinho e acolhida durante toda a etapa do curso.

À Luciléia Moraes pela parceria e confiança nos artigos publicados, além da acolhida em sua residência em vários momentos de estudo, agradecimento que estendo ao seu pai e seu noivo.

À Eugênia Seixas e família, pelo carinho, apoio e atenção no momento de fragilidade de minha saúde e também pelas oportunidades extras de trabalho.

À D. Fátima e família por todo o carinho, gentileza e acolhida em sua residência durante todo o processo seletivo do curso.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), instituição que me possibilitou realizações de discente e pesquisadora, por meio do Programa de Apoio à

Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados do Estado do Amazonas RH-Mestrado e em especial a técnica Thayana Santos e demais funcionários.

Ao casal Cristian e Thaís Ávila pelo enorme incentivo e dicas preciosas durante o processo de seleção.

À Aline Santana e Jeane Barbosa pelo apoio e incentivo constantes. Inicialmente, no ano de 2013, semeamos este desejo de alcançarmos mais um degrau em nossas carreiras profissionais com o “Quarteto Fantástico”, mas a vontade e os mistérios de Deus permitiram que outros caminhos fossem percorridos por nós. Mas o aprendizado fica: mesmo com as tribulações, não devemos desistir jamais!

Aos queridos amigos da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas, do Cerimonial do Governo do Amazonas e da IAI Promoções, pelo incentivo, apoio, além da disponibilização de materiais promocionais e brindes. A lista é extensa e por isso uso a justificativa padrão e agradecimento de maneira coletiva, com pedido de desculpas por não citá-los para não deixar alguém no esquecimento.

Aos professores das bancas de qualificação e de defesa, Cassiana Gabrielli, Francisco Fransualdo de Azevedo e Sílvio Figueiredo, agradeço por suas valiosas contribuições, as quais refletiram no amadurecimento deste estudo.

Aos meus amigos e familiares, pelo incentivo aos meus sonhos e onde renovo minhas forças para continuar perseverando. Meus sinceros agradecimentos, pois vocês me permitiram trilhar novos caminhos!

Por fim, quero consignar meus agradecimentos à AMAZONASTUR, MANAUSCULT e a todas as pessoas entrevistadas, pela forma atenciosa com que me receberam, pelos seus depoimentos e gentil disposição em colaborar nesse estudo.

Confesso que foi necessário aprender a manter a calma e esperar com paciência, pois o mestrado não se constrói em um dia e isso para mim foi um dos obstáculos mais complexos. O processo de começar, recomeçar, construir, desconstruir, fazer e refazer, parar, retomar, reescrever, corrigir, corrigir, corrigir, corrigir e, finalmente perceber que as coisas levam o tempo que for necessário para ficarem prontas e não prioritariamente o tempo que eu gostaria e queria que fosse.

Esse é um dos ensinamentos que ficaram e que serão úteis para toda a minha vida. Por essa e por tantas outras aulas de vida, o meu profundo e sincero agradecimento e reconhecimento a todos que fazem parte da minha vida e que contribuíram na construção deste trabalho dedicado e precioso.

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus que sempre esteve presente em minha vida, por Sua fidelidade e pelo Seu amor constante.

Dedico à minha mãe Léa Ribeiro, companheira inseparável em todos os momentos de minha vida, por seu amor incondicional, paciência, confiança em meus sonhos e escolhas, além de seu estímulo permanente.

Ao meu esposo Paulo Ricardo, um grande incentivador em minha vida, carreira e escolhas, pelo seu amor, carinho, cumplicidade, parceria, paciência pelo fragmento da minha atenção e compreensão durante a minha ausência.

Aos meus familiares pelo incentivo e apoio constantes.

A Ana Paula Araújo Maciel, companheira nessa jornada de descobertas de quem somos, do que somos capazes e da força interior que temos através da nossa fé e que só é colocada para fora nos momentos de muita luta e provações. Obrigada pelo voto de confiança nesse desafio, o qual eu estendo à sua mãe Rose Maciel. Nós viemos, ousamos e vencemos!

Aos meus amigos pelo apoio, incentivo, disponibilização de materiais promocionais, brindes, paciência e compreensão nos momentos de ausência.

Aos meus familiares e amigos (in memoriam), os quais estão no plano espiritual, mas a lembrança e a saudade de cada um deles estão eternizadas em meu coração.

À comunidade amazonense, com os votos de que este estudo seja útil nas pesquisas e nas práticas das instituições que acreditam que o turismo pode ser uma das alternativas viáveis para o desenvolvimento do Amazonas e de Manaus.

Tenho certeza de que a força que nos impulsiona para atingirmos nossos objetivos é a fé e, por meio dela, superamos todos os nossos limites e obstáculos.

"O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem".

(Guimarães Rosa).

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo central de analisar o papel das instâncias de governança estadual e municipal de turismo, voltadas ao processo de desenvolvimento turístico no município de Manaus/AM, mediante as práticas públicas de planejamento, gestão e fomento da atividade no respectivo município. Como objetivos específicos foram estabelecidos quatro: 1) Caracterizar o processo de formação das instâncias de governança que atuam no segmento de turismo no município de Manaus; 2) Levantar as ações planejadas e executadas pelas instâncias voltadas ao turismo cultural no período de 2003 a 2014; 3) Problematizar através da percepção dos atores que representam as diversas classes e entidades da sociedade amazonense, as ações planejadas e executadas pelas instâncias voltadas ao turismo cultural, no período de 2003 a 2014 e 4) Identificar os principais pontos convergentes e divergentes no processo decisório acerca das ações voltadas ao turismo cultural em Manaus. Adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando-se o desenho metodológico do tipo descritivo e exploratório, contando com o auxílio do uso das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, com coleta de dados *in loco*, através de aplicação de roteiro de entrevistas com formulários semiestruturados aos representantes das instituições setoriais que compõem as instâncias de governança em turismo. No tratamento das informações, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Como resposta aos objetivos estabelecidos, pode-se concluir que a constituição de arenas públicas, através das instâncias de governança em turismo, vem possibilitando de maneira incipiente a discussão de maneira democrática e a tomada de decisões na área do planejamento e gestão do turismo em Manaus. Observou-se ainda que há entraves que dificultam e comprometem as estruturas das instâncias, os quais refletem na articulação, na promoção e no desenvolvimento turístico cultural no município de Manaus.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Turismo Cultural. Instâncias de Governança. Manaus.

ABSTRACT

This study has the main objective to analyze the role of the bodies of state and local governance of tourism, aimed at tourism development process in the city of Manaus / AM , by the public practices of planning, management and development activity in the respective municipality . To the specific objectives were established four aims: 1) To characterize the process of formation of governance entities active in tourism in the city of Manaus. 2) Lift the actions planned and executed by the authorities aimed at cultural tourism in the period 2003-2014. 3) To question through the perception of the actors representing the different classes and entities of the Amazonian society, the actions planned and executed by the authorities aimed at cultural tourism in the period 2003-2014 and 4) Identify key similarities and the differences in decision-making about actions aimed at cultural tourism in Manaus. We adopted a qualitative approach, using the methodological design of descriptive and exploratory, with the help of the use of the techniques of literature search, document, with on-site data collection through interviews with semi-structured script application forms to the representatives of sectorial institutions that make up the locations of governance in tourism. In addition, the treatment of information was used content analysis technique. In response to stated objectives, it can be concluded that the creation of public arenas, through the tourism of governance has enabled incipient discussion in a democratic manner and decision-making in the area of planning and management of tourism in Manaus. It was also observed that obstacles that hinder and undermine the structures of the bodies, which reflect the joint, in the promotion and cultural tourism development in the city of Manaus.

Keywords: Public Policy. Cultural Tourism. Instances of Governance. Manaus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 01 – Elementos da Matriz Analítica de Governança de Instâncias Turística	27
Figura 01 – Gerenciamento das políticas públicas: ciclo de natureza técnica e política	36
Figura 02 – Processo de elaboração de um planejamento	64
Figura 03 – Mapa de localização de Manaus	103
Imagem 01 – Vista da Praça 15 de Novembro e Praça da República	117
Imagem 02 – Fachada e área interna da Biblioteca Pública do Amazonas	124
Imagem 03 – Fachada da Catedral Metropolitana de Manaus	125
Imagem 04 – Fachada e área interna do Centro Cultural Palacete Provincial	126
Imagem 05 – Fachada e área interna do Centro Cultural Palácio da Justiça	127
Imagem 06 – Fachada e área interna do Centro Cultural Palácio Rio Negro	128
Imagem 07 – Fachada do Centro Cultural Usina Chaminé	128
Imagem 08 – Fachada do Mercado Municipal Adolpho Lisboa	129
Imagem 09 – Fachada do Porto de Manaus e do Museu do Porto	130
Imagem 10 – Fachada e área interna do Teatro Amazonas	131
Figura 04 – Mapa parcial de identificação do município de Manaus e região do entorno de interesse turístico	132
Organograma 01 – Organograma funcional da AMAZONASTUR	159
Organograma 02 – Organograma funcional da MANAUSCULT	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Chegadas de turistas ao Brasil nos anos de 2003 a 2014	140
Gráfico 02 – Ranking dos principais países emissores de turistas para o Brasil em 2014	141
Gráfico 03 - Ranking dos principais países emissores de turistas para Manaus em 2014	143
Gráfico 04 - Número de turistas estrangeiros que visitaram Manaus entre 2003 a 2014	144
Gráfico 05 - Ranking dos principais estados emissores de turistas para Manaus em 2014	145
Gráfico 06 - Número de turistas brasileiros que visitaram Manaus entre os anos de 2003 a 2014	146
Gráfico 07 - Motivos de viagens dos turistas estrangeiros para Manaus em 2014	147
Gráfico 08 - Gênero dos turistas estrangeiros em visita a Manaus em 2014	150
Gráfico 09 – Grau de instrução dos turistas estrangeiros em visita a Manaus em 2014	151
Gráfico 10 – Faixa etária dos turistas estrangeiros em visita a Manaus em 2014	152
Gráfico 11 – Nível de avaliação positiva dos turistas estrangeiros em relação à infraestrutura de Manaus	153
Gráfico 12 – Nível de avaliação positiva dos turistas estrangeiros em relação à infraestrutura turística de Manaus	154
Gráfico 13 – Nível de avaliação positiva dos turistas estrangeiros em relação aos serviços turísticos de Manaus	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – A cultura no orçamento do estado do Amazonas	20
Quadro 02 – Diferença entre política pública e decisão política	32
Quadro 03 – Resumo da evolução das políticas públicas de turismo no Brasil	38
Quadro 04 – Classificação e caracterização do desenvolvimento	50
Quadro 05 – Relação entre fatos históricos mundiais e o desenvolvimento da atividade turística	76
Quadro 06 – Diferença entre patrimônio, patrimônio histórico e cultural, patrimônio material e imaterial	97
Quadro 07 – Relação de edificações tombadas em Manaus em âmbito federal e estadual	98
Quadro 08 – Atividades e recursos culturais em Manaus	99
Quadro 09 – Número de visitantes nos principais patrimônios edificados em Manaus em 2014	149
Quadro 10 – Histórico das secretarias municipais de cultura e turismo de Manaus	160
Quadro 11 – Competências das instâncias de coordenação em turismo, segundo o MTur	165
Quadro 12 – Formação das instâncias de governança turísticas mais habituais	167
Quadro 13 – Funcionamento do espaço turístico a partir dos organismos do Estado	170
Quadro 14 – Síntese dos elementos/variáveis utilizados no estudo	172
Quadro 15 – Instituições que compuseram o COMTUR em sua criação em 1998	173
Quadro 16 – Instituições integrantes do COMTUR/Manaus	174
Quadro 17 – Objetivos do COMTUR/Manaus	175
Quadro 18 – Elementos de governança considerados na pesquisa do COMTUR/Manaus	177
Quadro 19 – Relatos apontados pelos membros do colegiado do COMTUR/Manaus sobre os entraves que interferem no desenvolvimento do turismo em Manaus	181
Quadro 20 – Sistematização das pautas das reuniões do COMTUR/Manaus em 2013 e 2014	182
Quadro 21 – Resultados apontados pelos integrantes sobre a participação do COMTUR no desenvolvimento do turismo no município de Manaus	185
Quadro 22 – Instituições que compuseram o FORETUR/AM em 2004	187
Quadro 23 – Objetivos do FORETUR/AM	190
Quadro 24 – Instituições integrantes do FORETUR/AM	192

Quadro 25 – Sistematização das pautas das reuniões do FORETUR/AM entre os anos de 2003 e 2014	198
Quadro 26 – Relatos apontados pelos membros do colegiado do FORETUR/AM sobre os entraves que interferem no desenvolvimento do turismo em Manaus	205
Quadro 27 – Elementos de governança considerados na pesquisa do FORETUR/AM	205
Quadro 28 – Resultados apontados pelos integrantes sobre a participação do FORETUR no desenvolvimento do turismo no município de Manaus	206
Quadro 29 – Síntese da caracterização do COMTUR/Manaus e FORETUR/AM	207
Quadro 30 – Síntese do processo de planejamento e gestão do COMTUR/Manaus e FORETUR/AM	207
Quadro 31 – Síntese das sugestões apontadas pelos membros dos colegiados, para a melhoria de atuação do COMTUR/Manaus e FORETUR/AM	213

LISTA DE SIGLAS

- AAM** - Associação Amazonense dos Municípios
- ABAV/AM** - Associação Brasileira de Agências de Viagens do Amazonas
- ABBTUR/AM** - Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo
- ABCMI/AM** - Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade
- ABEOC/AM** - Associação Brasileira de Empresas Organizadoras de Eventos
- ABIH/AM** - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
- ABRAJET/AM** - Associação Brasileira de Jornalistas Especializados em Turismo
- ABRASEL/AM** - Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento
- ACA** - Associação Comercial do Amazonas
- AC&VB** - Amazonas Conventions & Visitors Bureau
- AFEAM** - Agência de Fomento do Estado do Amazonas
- AGECOM** - Agência de Comunicação Social
- ALEAM** - Assembleia Legislativa do Amazonas
- AMAZONASTUR** – Empresa Estadual de Turismo
- AOBT** - Associação de Operadores de Barcos de Turismo do Amazonas
- BB** - Banco do Brasil
- BASA** - Banco da Amazônia
- CEF** - Caixa Econômica Federal
- CIAMA** - Companhia de Desenvolvimento do Amazonas
- CIESA** - Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas
- CMM** – Câmara Municipal de Manaus
- COIAB** - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- COMTUR** – Conselho Municipal de Turismo
- CNS** – Conselho Nacional de Seringueiros
- CPRM** - Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais
- DNIT/AM** - Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes
- FAMETRO** - Faculdade Metropolitana de Manaus
- FECOMÉRCIO** – Federação do Comércio do Amazonas
- FEPI** – Fundação Estadual de Políticas Indigenistas
- FIEAM** - Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
- FORETUR/AM** – Fórum Estadual de Turismo do Amazonas

FUCAPI - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica
FVA - Fundação Vitória Amazônica
GTA - Grupo de Trabalho da Amazônia
IBAMA/AM - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IES – Instituições de Ensino Superior
IMPLAN – Instituto Municipal de Planejamento Urbano
IMPLURB – Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano
INCRA/AM - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO/AM - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPHAN/AM - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MANAUSCULT – Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
POLITUR - Policiamento Turístico
PROECOTUR – Programa de Ecoturismo para a Amazônia Legal
SDS - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEAD - Secretaria de Estado de Administração
SEAS - Secretaria de Estado de Assistência Social
SEBRAE/AM - Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SEC – Secretaria de Estado de Cultura
SECT – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SEDEMA – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino
SEFAZ - Secretaria de Estado da Fazenda
SEINF – Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEIND – Secretaria de Estado para os Povos Indígenas
SEINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMMAS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SENAC/AM - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

SEPLANCTI - Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

SEPROR - Secretaria de Estado da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado

SETRAB - Secretaria de Estado do Trabalho

SETRACI – Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania

SINDETUR - Sindicato das Empresas de Turismo

SINDEGTUR/AM - Sindicato dos Guias de Turismo

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

UEA - Universidade do Estado do Amazonas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UNIAMBIENTE – Universidade do Meio Ambiente

UNINILTON LINS - Centro Universitário Nilton Lins

UNINORTE - Centro Universitário do Norte

UNIP - Universidade Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL	31
2.1 O Estado e o processo de concepção de políticas públicas de turismo	31
2.2 Desenvolvimento e crescimento: aspectos conceituais	48
2.3 Planejamento e políticas públicas	62
3 TURISMO, CULTURA E TURISMO CULTURAL	74
3.1 Turismo e segmentação de mercados	74
3.2 Aspectos teóricos do turismo cultural	81
3.3 Patrimônios material e imaterial	92
4 MANAUS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS	102
4.1 Localização e acesso	102
4.2 Geografia, aspectos demográficos e econômicos de Manaus	105
4.3 Aspectos históricos e culturais de Manaus	113
4.4 Recursos turístico-culturais de Manaus	120
4.5 Caracterização da demanda e infraestrutura turística de Manaus	140
5 O PAPEL DA AMAZONASTUR E MANAUSCULT NA DEFINIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE MANAUS	158
5.1 Caracterização das Instâncias de Governança Turística em Manaus	162
5.2 O Conselho Municipal de Turismo e a participação na formulação e implementação das políticas relacionadas ao turismo	173
5.3 O Fórum Estadual de Turismo e a participação na formulação e implementação das políticas relacionadas ao turismo	186
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS	217
ANEXOS	226
APÊNDICES	230

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o propósito de discorrer sobre os aspectos referentes ao processo de formação, operacionalização e funcionalização das instâncias de governança turísticas no município de Manaus, contribuindo dessa forma, para o debate sobre a implantação das políticas públicas de turismo, sobretudo na região amazônica, estado do Amazonas e especificamente em Manaus, no período compreendido entre 2003 e 2014.

A região amazônica, situada na América do Sul, detém uma das maiores biodiversidades do planeta e desperta ao longo dos anos, a atenção como natureza e como sociedade, além, é claro, do interesse de turistas, pesquisadores, investidores e curiosos em conhecer a diversidade e riqueza da fauna e flora da região, para fins de utilização em atividades econômicas e científicas. Sua denominação Amazônia, deriva da palavra “amazonas” que significa “guerreiras mitológicas”. De acordo com a mitologia romana, a tribo das Amazonas era liderada por Hipólita, a qual não permitia a presença de homens em seu meio social. Em grego, Amazônia significa “sem seio”, uma vez que a própria lenda afirma que tais guerreiras cortavam essa parte do corpo, como forma de melhor manusear seus arcos. A lenda, ao ser trazida para a América do Sul pelos espanhóis, ganhou mais força quando esses conquistadores se depararam com índias guerreiras, passando a acreditar que estavam diante das amazonas (Mazzotti & Maragoni, 2014).

A região estende-se por nove países da América do Sul, os quais compõem a Amazônia Continental, sendo eles: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, República da Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela. No Brasil, os estados do Acre, Amapá, parte do Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parcialmente o estado do Maranhão e, finalmente o Amazonas compõem a área de abrangência da Amazônia Brasileira ou Amazônia Legal, instituída pela Lei n.º. 1806 de 06/01/1953 perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.214.423 km². Os Estados do Amazonas e do Pará são os maiores em dimensão territorial e juntos correspondem por mais de 55% do território total da região, de acordo com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, 2015) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

O Estado do Amazonas destaca-se por sua diversidade natural, o que torna propício às práticas do turismo de natureza ou ecoturismo, por ser detentor da maior floresta tropical do planeta, tendo cerca de 98% da sua cobertura vegetal ainda preservada, com uma

biodiversidade expressiva, com concentração de 20% da água doce disponível no mundo, se faz estratégico, considerando os atrativos naturais existentes no estado.

Nesse contexto, observa-se que o turismo tem destaque na economia internacional e nacional, como um setor que possibilita boas perspectivas em relação ao alcance dos objetivos das políticas públicas, no que concerne à geração de empregos, de divisas, da circulação de rendas, da diminuição de desigualdades regionais, levando em conta também os avanços da qualidade de vida da população, favorecendo ainda o fortalecimento de uma identidade local.

Com a utilização dos recursos culturais, através da atividade turística, é possível reconhecer o patrimônio cultural de uma sociedade, ampliando nele uma nova significância e transformando-o em produto do turismo, da mesma forma em que proporciona o acesso à cultura para seus visitantes. Dessa forma, pode se configurar um dos mais relevantes segmentos da atividade turística o turismo cultural, que pode favorecer a salvaguarda dos valores culturais das sociedades onde está inserido, beneficiar as relações mantidas entre os turistas e as comunidades locais, promovendo um fortalecimento cultural e social de ambas as partes.

É importante ressaltar que nos últimos 15 anos foi recorrente o fomento de políticas voltadas às práticas de ecoturismo na Amazônia. Contemplando diretamente o Estado do Amazonas e conseqüentemente o município de Manaus, os desdobramentos da atividade turística resultaram em ações do Estado e da iniciativa privada, tais como: a implantação de linhas de crédito específico; a ampliação de serviços turísticos de receptivos (agências, operadoras e transportadoras); a formação profissional; a ampliação dos alojamentos de floresta nas proximidades de Manaus e em municípios do interior do Amazonas. Tudo isso com fins de melhoria na infraestrutura para o turista que busca o ecoturismo, assim como para o residente local, visando à utilização de maneira sustentável de seus recursos naturais, considerados como a matéria-prima essencial da oferta turística natural, além de ações socioambientais nas construções desses empreendimentos e de qualificação profissional, contando nesse processo com iniciativa de órgãos governamentais como o EMBRATUR, o IBAMA, SUDAM, SUFRAMA, MTur e o MMA¹.

Dessa maneira o MTur, através da implantação de políticas públicas para o turismo, vem analisando o posicionamento de mercado do país, utilizando como base de dados estatísticos, por exemplo, acerca do perfil dos turistas. O Governo Federal vem concentrando

¹ EMBRATUR: Instituto Brasileiro de Turismo; IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; SUDAM: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; SUFRAMA: Superintendência da Zona Franca de Manaus; MTur: Ministério do Turismo; MMA: Ministério do Meio Ambiente.

esforços na elaboração de diretrizes no sentido de estimular a construção de estratégias que possam: desenvolver, promover e comercializar seus produtos turísticos.

Desse modo, a execução das políticas de turismo para o MTur torna-se mais dinâmica por um lado, mas por outro, a transforma num exercício de inteligência coletiva, principalmente entre os órgãos estaduais e municipais de turismo que necessitam de parâmetros de avaliação muito precisos na implementação de suas ações e produtos turísticos.

Como apontado anteriormente, destaca-se que o potencial natural do Amazonas e os investimentos do poder público estadual e municipal na promoção do destino Amazonas e Manaus, priorizam, quase que em sua totalidade, políticas de incentivo ao ecoturismo. Os turistas são motivados pelo estereótipo da natureza, do exótico, o que vem atraindo um número cada vez maior de turistas, principalmente de estrangeiros, para visitarem Manaus, segundo estudos do MTur (2015). De acordo com o órgão, mais de 70% dos estrangeiros têm a floresta como atrativo principal, buscam o ecoturismo, a aventura e têm interesse em navegar pelos rios abundantes que cortam o estado do Amazonas.

Cabe salientar que o interesse pela temática abordada surgiu em virtude da escassez de material bibliográfico e de algumas lacunas no que diz respeito aos estudos realizados na capital do Amazonas, como também da experiência profissional da autora deste trabalho no poder público estadual, especificamente na Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR) e na Secretaria de Estado de Cultura, onde muitas das práticas públicas provocaram questionamentos no sentido da forma e dos métodos de como os gestores conduzem o processo de desenvolvimento turístico no município de Manaus. Diante desse contexto, percebeu-se a necessidade de analisar a dinâmica das instâncias de governança estadual e municipal de turismo e de que maneira elas têm contribuído no fomento do turismo cultural no município de Manaus.

Por outro lado, foi observado no estudo que apesar de existir uma diversidade de recursos culturais em Manaus, expressados em seu patrimônio material e imaterial, muitos dos quais já indicados e roteirizados para o turismo, tais como prédios históricos (os quais refletem a evolução dos significativos ciclos econômicos pelos quais passou o município, dentre eles o ciclo da borracha), a gastronomia, o artesanato, a dança, a música e o extenso e diversificado calendário de atividades culturais (cujas programação contempla todos os meses do ano, utilizando-se quase que da totalidade do patrimônio edificado como apoio ou local de realização), constata-se que a política de ecoturismo prevaleceu nos principais documentos públicos de organização do turismo em Manaus. Foi observada uma atenção incipiente das

políticas, gestão e investimentos públicos estaduais e municipais no fomento do turismo cultural para o recorte temporal estabelecido neste estudo.

É constatado um distanciamento e conflito nas relações entre as pastas de turismo e cultura no município de Manaus. Outras iniciativas não têm sido expressivas e/ou relevantes para o fomento do turismo cultural, que não sejam as demandadas pelo poder público, em especial na esfera estadual e de maneira incipiente na esfera municipal. Diante do exposto, o turismo caracterizado como uma atividade humana presume a existência de uma estratégia organizacional e estrutural, que se baseia nas motivações que levam os turistas a buscarem novas possibilidades ou modalidades diferentes, conforme seus interesses.

Observa-se que há investimentos financeiros significativos por parte do governo do estado na realização de grandes eventos no município de Manaus, dentre os quais se destacam o Festival de Ópera e o Concerto de Natal, e de ações de preservação do patrimônio histórico e cultural. No entanto, como discutido anteriormente, o fator motivador das viagens dos turistas ao Amazonas e Manaus, é principalmente o de conhecer a fauna e a flora da região, o qual pode vir a ser fortalecido pela expressão e diversificação cultural do município. No quadro 01 apresenta-se o montante de investimentos voltado à cultura no orçamento do estado do Amazonas, nos anos de 2013 e 2014, de acordo com informações da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas (SEC).

Quadro 01 – A cultura no orçamento do estado do Amazonas.

ANO	ORÇAMENTO DO ESTADO R\$	ORÇAMENTO SEC R\$	PERCENTUAL %
2013	12.985.098.000,00	122.651.000,00	1,10%
2014	13.465.747.000,00	125.280.000,00	1,11%

Fonte: Assessoria de Planejamento da Secretaria de Estado de Cultura (SEC, 2015).

De acordo com a Assessoria de Planejamento da SEC, somente em Manaus foram investidos pelo governo do estado, cerca de R\$ 30.000.000 (trinta milhões) do orçamento total arrecadado, em eventos culturais no ano 2014, com objetivos de difusão cultural, captação de público local, além do aumento da taxa de permanência de turistas do município, o qual foi possibilitado ainda pela realização de alguns jogos da Copa do Mundo em Manaus e de programações específicas em pontos turísticos durante o evento.

Apesar do expressivo valor dos recursos, alguns eventos como os festivais de Óperas, de Jazz e de Cinema são recebidos com críticas pela classe artística local por não terem relação direta com a cultura amazonense. Da mesma forma, destaca-se que o valor ainda não é satisfatório, pois faltam ainda novos investimentos em ações nos segmentos de artes visuais e ainda outros que valorizem, por exemplo, as manifestações dos povos

indígenas, uma vez que, de acordo com o IBGE (2010) o Amazonas detém a maior população indígena do país, com cerca de 160.680 mil habitantes, sendo que aproximadamente 30 mil residem em Manaus. Não há no município ações relevantes relacionadas à valorização da cultura indígena, o que poderia contribuir como atrativo cultural do município ou ainda de uma melhor valorização nas práticas ecoturísticas.

Apesar de o aspecto cultural possuir uma incipiente discussão nas políticas públicas de turismo no Amazonas e Manaus, o modelo político democrático contemplou a formação de organismos nas discussões, denominados de redes, engenharias organizacionais, instâncias de governança, os quais estão focados no desenvolvimento transversal e participativo, envolvendo os atores dos setores públicos, privados e do terceiro setor nas soluções dos problemas e entraves da atividade turística tais como o planejamento, o uso de recursos financeiros, a viabilidade de acesso, a análise das diversidades territoriais e do preço praticado.

Portanto, a questão-problema levantada para essa pesquisa se estruturou da seguinte forma: *Como as instâncias de governança estadual e municipal de turismo se articulam, no sentido de proporcionar um nível satisfatório de desenvolvimento pautado em aspectos relacionados ao aproveitamento da atratividade e potencialidade cultural existente no município de Manaus?*

Neste contexto, analisa-se de forma objetiva como a questão cultural pode contribuir para a atratividade da atividade turística, de modo a possibilitar o processo de fortalecimento do turismo no município de Manaus.

O estudo se baseia num diálogo entre teorização e observação empírica, contando com a contribuição de referenciais que têm ligação com o trabalho exposto e que se relacionam com a temática de desenvolvimento, políticas públicas, turismo cultural e instâncias de governança. A leitura e interpretação desses referenciais, mesmo com algumas temáticas sobre outros aspectos, foram fundamentais para a compreensão de seus conteúdos e com contribuições à proposta de estudo.

Na primeira parte do estudo, os pressupostos teóricos foram desenvolvidos a partir da concepção de autores como Cruz (2001); Becker (2001); Teixeira (2002); Martins (2003); Beni (2006); Solha (2006); Pereira (2009); Ribeiro (2013); Wanderley Filha *et al.* (2013); Lanzarini & Barretto (2014) cujas análises versam sobre Políticas Públicas e Políticas Públicas de Turismo no Brasil; contou ainda com a consulta de informações nos órgãos oficiais de turismo federal, estadual e municipal. Nas análises sobre desenvolvimento e

crescimento, apresenta contribuições de Furtado (1980); Boiseir (2000); Barquero (1999); Singer (1996; 2004); Beni (2006); Diniz (2006) e Sen (2000).

Na segunda parte do estudo, apresentam-se as discussões de autores como Souza (2000); Acerenza (2002); Azevedo *et al.* (2003); Hall (2004); Solha (2004); Beni (2006) e Guimarães (2012) sobre planejamento. Os autores Serrano (2000); Pires (2002); Castrogiovanni (2004) e estudos publicados pelo MTur analisam os conceitos de ecoturismo. Apresentam-se ainda discussões sobre turismo, cultura, turismo cultural, patrimônio material e imaterial com estudos de Gastal (1988); Geertz (1989); Urry (1996); Bosi (1997); Canclini (1997); Trigo (2000); Becker (2001); Choay (2001); Laraia (2002); Acerenza (2002); Moesch (2002); Murta (2002); Fonseca (2005); Barretto & Rejowski (2009); Ávila (2009); Panosso Netto & Ansarah (2009); Camargo (2009); Barretto (2012) e de Figueiredo *et al.* (2012), além de estudos de instituições como o ICOMOS² e a OMT³.

Na caracterização de Manaus, através de sua formação histórica e social e da concepção das instâncias de governança, utilizou-se de estudos de Loureiro (1978); Bittencourt (1969; 2012); Mesquita (2006); Figueiredo (2008); Duarte (2009); Sarges (2010); Freire (2011); Cunha & Pascoaloto (2006); Monteiro (2012); Santos (2006); Guimarães (2012); Nóbrega (2012; 2015) e de Veras (2012).

É oportuno ressaltar ainda que as atuais discussões teóricas que compõem a temática sobre instâncias de governança, abordam assuntos relacionados à participação, autonomia, confiança, planejamento e empoderamento, os quais podem ser associados e contribuir dentro dos direcionamentos e discussões do turismo. Com a atenção de pesquisadores como Diaz Bordenave (1994); Caccia Bava (2000, 2005) com estudos relacionados à participação; Azevedo & Anastasia (2002) com estudos relacionados à governança; Souza (1995, 2000, 2002), Putnam (1996) e Nóbrega (2015) com estudos relacionados à autonomia, planejamento, confiança, que possibilitam com suas pesquisas um olhar subjetivo sobre o tema, relacionando o turismo com o empoderamento local, por meio da inserção da sociedade nas decisões do planejamento da atividade com vistas a propiciar o exercício da cidadania e a participação democrática nas discussões e no repensar das dificuldades e obstáculos que impedem o desenvolvimento do turismo.

Diante do exposto, esta pesquisa é uma proposição para analisar-se de que forma a constituição das instâncias de governança em turismo e os relacionamentos

² ICOMOS - *International Council of Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) organização não governamental global associada à UNESCO, cuja missão é promover a conservação, proteção, uso e valorização de monumentos, centros urbanos e sítios.

³ OMT – Organização Mundial do Turismo.

interorganizacionais entre os atores que compõem as mesmas, vêm possibilitando a discussão de maneira democrática na tomada de decisões na área do planejamento e gestão do turismo, tendo como análise a questão cultural como atratividade para a atividade turística, na medida em que é também uma possibilidade de aprofundamento nas reflexões geradas anteriormente.

Nesse sentido, o principal objetivo desta pesquisa é o de analisar o papel das instâncias de governança estadual e municipal de turismo, voltado ao processo de desenvolvimento turístico nas ações relacionadas ao turismo cultural no município de Manaus/AM. Para isso foram levantados os seguintes objetivos específicos: a) Caracterizar o processo de formação das instâncias de governança que atuam no segmento de turismo no município de Manaus; b) Levantar as ações planejadas e executadas pelas instâncias voltadas ao turismo cultural no período de 2003 a 2014; c) Problematizar, através da percepção dos atores que representam as diversas classes e entidades da sociedade amazonense, as ações planejadas e executadas pelas instâncias voltadas ao turismo cultural, no período de 2003 a 2014 e d) Identificar os principais pontos convergentes e divergentes no processo decisório acerca das ações voltadas ao turismo cultural em Manaus.

Para responder aos objetivos propostos, no que tange a metodologia, este estudo tem uma abordagem qualitativa e dialética sobre a avaliação das instâncias de governança turística no município de Manaus, o que possibilitou uma pesquisa do tipo descritivo-exploratória, tanto pelos procedimentos e tratamento de dados, como também pela análise, compreensão e interpretação crítica dos fenômenos que envolvem a articulação das instâncias, os resultados desta frente à realidade do recorte espacial da pesquisa e da relação entre turismo, políticas públicas e planejamento turístico.

A pesquisa é descritiva, pois propõe a observação e descrição das relações de articulação que envolve as percepções (opiniões e crenças) e atitudes dos agentes públicos e atores sociais acerca do planejamento da atividade turística numa perspectiva de desenvolvimento turístico no formato de rede de participação. É também uma pesquisa exploratória, pois a temática escolhida é pouco explorada, tornando-se difícil formular hipóteses precisas e operacionais sobre a mesma, ou seja, trata-se da descoberta de um novo enfoque para a temática abordada (Dencker, 2001).

O estudo não se limitou apenas a solicitar informações ou o parecer dos sujeitos de interesse da pesquisa sobre o tema desse trabalho, uma vez que trata de opiniões, negociações e ações cooperadas dos atores em seu espaço geográfico. A subjetividade do universo da pesquisa requereu certa acuidade na análise dos discursos dos sujeitos e na observação das

articulações entre esses. Dessa forma, o estudo possibilitou analisar, descrever e interpretar as características das instâncias de governança estadual e municipal de turismo, identificando suas particularidades, esclarecendo conceitos, com a utilização de dados secundários e de referências bibliográficas e documentais pertinentes ao tema proposto na pesquisa.

Foram realizados três tipos de coleta de dados sequenciais e inter-relacionados:

1 - Pesquisa Bibliográfica no acervo da biblioteca Central Zila Mamede, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); pesquisas virtuais no site do MTur; nas bases de dados como o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e outros de revistas eletrônicas que abordavam a temática. Posteriormente foram realizadas sessões de leitura para a síntese das ideias, elaboração do referencial teórico e a utilização de dados secundários. Foram encaminhados ofícios/cartas de consentimento e termos de autorização para uso científico (Protocolo de Pesquisa Documental) aos órgãos estadual e municipal de turismo: AMAZONASTUR e MANAUSCULT, solicitando autorização para o acesso das informações e entrevistas com os atores-chave que compõem as instâncias de governança turística; **2 - Pesquisa Documental** onde foi possível identificar em documentos oficiais (plano, programas, projetos, atas e planejamento) informações relativas à estrutura, atores sociais do turismo e das instâncias, além da coordenação e organização das mesmas. É pertinente destacar que o primeiro e o segundo tipo de coleta são considerados como dados secundários e foram adotados para a elaboração do referencial teórico referente à temática proposta, além de subsidiar a definição das categorias/variáveis de análise que nortearam a verificação empírica; **3 - Pesquisa de Campo** através de entrevistas com aplicação de roteiro semiestruturado com questões-guias (abertas e fechadas) aos representantes das entidades de classe que compõem especificamente cada uma das instâncias de governança estadual e municipal de turismo que, de acordo com Triviños (1987), é indicada em trabalhos com diferentes grupos de pessoas, por caracterizarem uma forma essencial de registro de evidências. Esses instrumentos juntamente com notas de campo e as gravações em formato de áudio (posteriormente transcritas para consultas futuras) foram úteis na procura pelo conhecimento empírico que, alinhado às acepções científicas, explicaram com segurança a validade das descobertas. A realização das entrevistas, considerada como coleta de dados primários, foi definida em data, local e horário, cuja mobilização foi estabelecida pelos atores envolvidos.

Para garantir a veracidade das informações, os representantes das entidades entrevistadas, assinaram juntamente com a autora desta investigação científica, o Termo de Consentimento, autorizando a divulgação do teor das entrevistas nos resultados do estudo,

sem que fossem citados os nomes dos mesmos, apenas a identificação das instituições das quais se fazem representar. Ressalta-se que o estudo adotou como análise das instâncias de governança, o recorte temporal compreendido entre os anos de 2003 (período em que se iniciam as discussões e estudos através do Governo Federal para instituição das instâncias de governança turísticas regionais) a 2014.

A respeito do universo da pesquisa, foram analisados dois conjuntos específicos de atores que representam diversas classes e entidades da sociedade amazonense, ou seja, duas instâncias de governança turística, que atuam no segmento no município de Manaus: **1 – Conselho Municipal de Turismo de Manaus (COMTUR)** com 12 representantes e; **2 - Fórum Estadual de Turismo do Amazonas (FORETUR/AM)** com 77 representantes⁴. Nesse sentido, a seleção da amostra obedeceu ao critério de pesquisa censitária, pois, segundo Marconi e Lakatos (1999), este tipo de abordagem abrange a totalidade, ou a maioria dos componentes do universo estudado e tem como característica principal a interrogação direta de pessoas sobre um determinado assunto, por meio de aplicação de questionário ou roteiro de entrevista. Dessa maneira, quando o todo ou parte das pessoas do universo da pesquisa são interrogados, temos um levantamento censitário ou parametrizado.

Inicialmente a meta de entrevistados seria num total de 89 atores-chave das duas instâncias de governança turística. Esse critério de amostragem apresentou-se como apropriado para o universo dos atores especificados, uma vez que as informações deveriam provir dos representantes das entidades que compõem o colegiado do COMTUR e do FORETUR. Estes possuem conhecimentos específicos sobre a temática abordada e estão diretamente relacionados ao setor de turismo em Manaus, fato que os elegia como formadores de opinião da comunidade.

Entretanto, considerando que os informantes da pesquisa compunham uma população relevante estatisticamente e o fato de ocorrerem dificuldades no acesso e coleta de dados junto aos mesmos, foi utilizada a técnica de entrevista através de adesão, disponibilidade ou interesse dos informantes, em participar das entrevistas e responder ao roteiro semiestruturado proposto (Dencker, 2001; Mattar, 2001).

Vale destacar que o processo de adesão procurou atingir especificamente os diferentes atores sociais, que discutem o processo de planejamento e gestão do turismo em

⁴ Ressalta-se que das 12 instituições que compõem o COMTUR, apenas 10 concederam entrevista, 02 instituições informaram não estarem aptas a responderem aos questionamentos. De acordo com o Decreto nº 24.063, de 12 de março de 2004, o qual institui o FORETUR/AM, fazem parte 79 instituições. No entanto, com a reforma administrativa ocorrida no início do ano de 2015, houve a fusão de duas secretarias estaduais, passando para 77 instituições, das quais apenas 30 foram concederam entrevista. Maiores detalhes serão esclarecidos no Capítulo 5, que trata da caracterização das instâncias de governança.

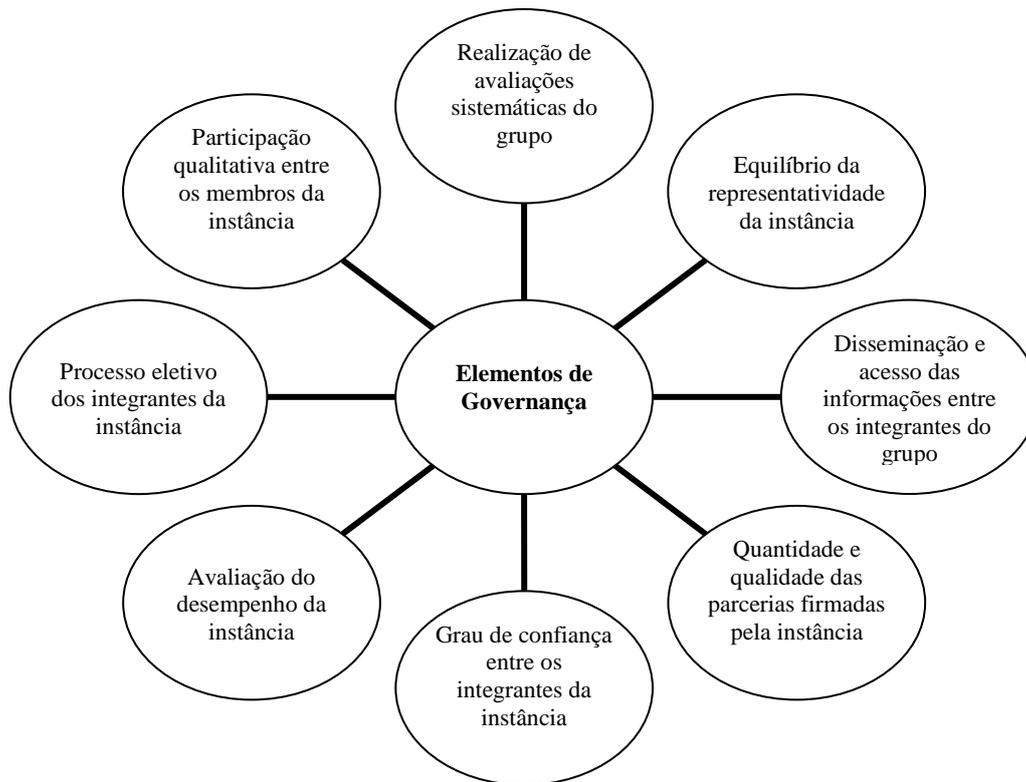
Manaus. Dessa forma, no universo de 89 instituições deste estudo, sendo 12 (doze) do COMTUR e 77 (setenta e sete) do FORETUR, o número de atores-chave entrevistados/respondentes foi de 40 (quarenta) sendo, respectivamente, 10 (dez) do COMTUR/Manaus e 30 (trinta) do FORETUR/AM, o que representa 44,94% do universo estabelecido.

Após a coleta de dados, a etapa posterior da pesquisa foi a de sistematizar, analisar e interpretar criticamente as informações coletadas em campo, com base na proposta de Análise de Conteúdo de Bardin (2006), que consiste em analisar de forma sistemática um corpo de texto ou material audiovisual, que levassem a desvendar e quantificar palavras, frases e/ou temas considerados primordiais e que possibilitassem uma comparação posterior. Para a autora, a técnica utiliza a compreensão, a interpretação e a explicação do discurso para além daquilo que foi objetivamente dito.

A aplicação do método neste estudo focou no estabelecimento de categorias pré-estabelecidas que condicionem à formação das instâncias de governança turística, sendo a análise associada a um quadro teórico que a sustentou e ao qual se referiam os conteúdos das mensagens, os resultados das entrevistas e as observações de campo.

Para o alcance dos objetivos específicos propostos foi aplicada nas duas instâncias informadas, a Matriz Analítica de Governança das Instâncias Turísticas, elaborada por Nóbrega (2012). Inicialmente com sete elementos, a Matriz foi atualizada em pesquisas posteriores pelo autor, sendo acrescida uma nova categoria no início do ano de 2015, denominada “Grau de confiança entre os integrantes das instâncias”. Foi possível observar, a partir da referida matriz, os programas, processos decisórios e objetos de ação dos diferentes atores que compõem as instâncias de governança turística em Manaus, de acordo com o fluxograma a seguir.

Fluxograma 1 – Elementos da Matriz Analítica de Governança das Instâncias Turísticas.



Fonte: Nóbrega (2012; 2015).

De acordo com a matriz do autor, oito elementos foram analisados como variáveis, os quais foram apoiados nas teorias e fundamentos sobre desenvolvimento, planejamento; formação e organização de redes de cooperação, autonomia, democracia, cooperação, confiança, participação, equilíbrio da representatividade, disseminação e acesso das informações, parcerias, desempenho das instâncias através da identificação de pontos convergentes e divergentes entre as mesmas, verificação da capacidade, esforço e resultados obtidos pelas mesmas. É pertinente destacar que a sistematização dos elementos da matriz analítica de governança turística será apresentada posteriormente.

Como discorrido anteriormente, a autora desta investigação científica interpretou seus dados a partir do enfoque da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2006), ultrapassando as evidências imediatas, na medida em que buscou a certeza da fidedignidade das mensagens socializadas nas entrevistas com os atores que compõem as instâncias de governança, procurando sempre um texto atrás de outro texto, um texto que não está aparente na primeira leitura e que necessitou de uma metodologia para ser desvendado. A análise de

conteúdo deve apreender e compreender o caráter contraditório do discurso que muitas vezes encontramos na essência da realidade.

Obteve-se assim, uma interpretação qualitativa e coerente dos dados, onde foi realizado o cruzamento dos resultados obtidos nas duas instâncias, para compreender-se qual o papel das mesmas no desenvolvimento do turismo cultural em Manaus. A pesquisa não se valeu apenas do uso de entrevista como instrumento hegemônico de coleta, mas também da pesquisa documental, através do levantamento de dados secundários, estatísticos (planos, relatórios, projetos, etc.) públicos e privados que ao final foram correlacionados com os discursos dos respondentes da pesquisa. Os dados coletados foram trabalhados de forma sistemática, proporcionando uma análise mais detalhada, buscando sempre encontrar a interpretação do conteúdo manipulado pela pesquisadora, com a categorização dos dados coletados, através dos elementos que compõem a Matriz Analítica de Governança das Instâncias Turística de Nóbrega (2012; 2015). Dessa forma, trabalhando-os conforme sua especificidade de análise evitou-se o erro de utilizar formas de apreciação dos dados de forma equivocada, excluindo a possibilidade de generalizações.

Por esse viés, a abordagem dialética do estudo apoiou-se no modo de pensar e agir, a partir de uma realidade contraditória na qual os membros representantes das instâncias de governança avaliadas e a autora desta pesquisa puderam compreender-se como elementos integrantes dessa realidade e como agentes colaboradores do processo de transformação, pautados no espírito crítico e autocrítico, na atitude contestatória, questionadora e reformuladora de práticas. A abordagem dialética teve como ponto inicial neste estudo a análise e interpretação da realidade das instâncias de governança turística, buscando sempre a observação crítica, a partir de sua gênese, do desenvolvimento e do encadeamento no decorrer do tempo, ou seja, da forma como os homens se organizam na sociedade para a produção e a reprodução da vida, e do seu caráter histórico, de como eles vêm se organizando através de sua história (Marx, 1982).

Diante deste cenário, a presente pesquisa, além da introdução e das considerações, está estruturada em quatro partes: a primeira trata dos elementos que compõem o modelo de políticas públicas de turismo no Brasil; a segunda apresenta uma contextualização sobre turismo, cultura e turismo cultural; a terceira apresenta uma análise histórica sobre o município de Manaus e sua relação com a atividade turística e; a quarta e última parte aponta uma caracterização dos órgãos oficiais de turismo estadual e municipal, das Instâncias de Governança Turística e seus papéis na definição do turismo no município de Manaus.

A parte I, referente ao desenvolvimento teórico: contém o capítulo 2, no qual são apresentados os elementos que compõem o papel do Estado no processo de concepção e implantação das políticas públicas de turismo no Brasil; apresenta a contextualização sobre desenvolvimento e crescimento e; expõe uma análise sobre planejamento e sua aplicação nas políticas públicas. A parte II é referente à teorização e caracterização do turismo, cultura e turismo cultural. Compõe-se do capítulo 3, o qual busca contextualizar o turismo e sua segmentação de mercado, delineando os aspectos do turismo cultural e a contextualização do patrimônio material e imaterial de Manaus. A ideia central da parte III, que contempla o capítulo 4, é a identificação da trajetória do município de Manaus e de seus elementos constitutivos, sua caracterização demográfica, geográfica e econômica; dos recursos turísticos e culturais disponíveis para a atividade turística, além da análise da demanda e infraestrutura turística no município.

Por fim, a parte IV, composta do capítulo 5, analisa a dinâmica do processo de formulação e o estabelecimento das políticas e da gestão pública de turismo no município de Manaus, através da instituição dos órgãos estadual e municipal de turismo, visando explicar a mudança na condução da gestão pública a partir da composição das Instâncias de Governança Turística. O capítulo citado analisa o desempenho do COMTUR Manaus e do FORETUR/AM a partir da percepção dos atores-chave que compõem os colegiados de ambas as instâncias, identificando pontos de convergência e divergência entre as mesmas.

Nas considerações do estudo, a partir de todos os fundamentos que a pesquisa proporcionou, apontam-se os resultados encontrados quanto à efetividade de atuação das instâncias de governança, os pontos convergentes e divergentes entre as mesmas, como também sugestões nas quais a teoria poderia ser expandida e aplicada nos contextos das políticas, planejamento e operacionalização das ações das instâncias de governança turística em Manaus. Acredita-se que os resultados alcançados com esta pesquisa poderão fornecer contribuições para a área de estudo, bem como para o estado do Amazonas e o município de Manaus, sobre os aspectos do desenvolvimento do turismo na região, assim como nas reflexões sobre as práticas da administração pública, desenhados por novos modelos de arranjos organizacionais, redes, parcerias, focadas na participação da sociedade, utilizando a ideia da gestão participativa, reportada à governança, uma vez que não se pode deixar de reconhecer a extrema relevância para os avanços da atividade turística através desse processo de instituição de instâncias de governança, onde a sociedade busca participar das decisões e do controle da coisa pública.

Será possível identificar no estudo, de forma mais clara e perceptível, os limites e entraves que afetam a participação social nas duas instâncias de discussões, os quais comprometem a atuação do Estado para o desenvolvimento do turismo e conseqüentemente para o turismo cultural no município de Manaus. Certamente o foi feito pela necessidade de compreensão de que a prática social é idealização humana, pois participar é produzir as vivências, e nesse sentido, espera-se que decorrentes aprofundamentos de outras pesquisas possam certificar e revelar o que pode impulsionar a busca da inversão destes índices.

Mediante a Matriz Analítica de Governança Turística de Nóbrega (2012; 2015), no capítulo 5, que trata da caracterização das Instâncias de Governança Turística, será apresentada de maneira detalhada a síntese dos elementos/variáveis considerados na pesquisa e que contribuiram como instrumento de avaliação dos objetos deste estudo.

No próximo capítulo realiza-se uma discussão sobre a temática do Estado e das políticas públicas no Brasil, delimitando o que são políticas públicas, suas particularidades e seus aspectos conceituais e metodológicos na atividade turística.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

2.1 O Estado e o processo de concepção de políticas públicas de turismo

O início da mediação do Estado na regulamentação em alguns enfoques da atividade turística no Brasil é recente e pode ser observado a partir da década de 1930, através da publicação de documentos legais, como o Decreto-lei 406, de 04 de maio de 1938. Tal documento é considerado como o primeiro diploma que aborda os aspectos da atividade turística no país, dispondo sobre a comercialização de passagens aéreas, marítimas e terrestres pelas agências de viagens e, posteriormente com a instituição do primeiro organismo oficial de turismo na administração pública federal – Divisão de Turismo. É pertinente ressaltar que esses documentos evidenciam que o discurso do governo já nesse período era motivado pelos favoráveis benefícios econômicos e sociais propiciados às localidades que passaram a incentivar e desenvolver a atividade turística (Cruz, 2001).

No Brasil, as políticas públicas de turismo têm sido instituídas e motivadas pelos resultados significativos da atividade turística em níveis internacionais desde a década de 1960, as quais estão voltadas aos aspectos econômicos, onde a participação da gestão pública possui um papel de responsabilidade com a construção/organização do setor turístico, no fomento da infraestrutura básica e turística, objetivando a captação de investimentos do setor privado, através da parceria público e privado.

Segundo Teixeira (2002, p.2) as políticas públicas são: “[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”.

Com base na observação do autor, entende-se que as políticas são elaboradas, sistematizadas ou formuladas pelo Estado⁵ através de documentos (leis, decretos, programas, projetos, linhas de financiamentos) que norteiam as ações que regularmente envolvem o uso de recursos públicos ou isenções fiscais. No entanto, nem sempre há compatibilidade entre a vontade e as ações desenvolvidas. Na análise do autor, devem ser consideradas ainda as “não

⁵ Na concepção de Marx (1982) e Bobbio (2007) é a instituição detentora de poder dominador que estende as políticas públicas para toda a população que esteja inserida sob sua jurisdição em um dado território. O Estado, ou qualquer outra sociedade organizada onde existe uma esfera pública, não importa se total ou parcial, para os autores é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados, ou melhor, entre detentores do poder de comando e destinatários do dever de obediência, que são relações entre desiguais. É o objeto estudado em si mesmo, em suas estruturas, funções, elementos constitutivos, mecanismos, órgãos etc., como um sistema complexo considerado em si mesmo e nas relações com os demais sistemas contíguos.

ações” e as omissões por parte do Estado, como formas de manifestação de políticas, pois significam opções e orientações dos que ocupam cargos.

De forma similar, Martins (2003) corrobora definindo política pública como regras elaboradas pelo Estado através das autoridades governamentais, que manifestam a intenção de instigar o comportamento de cidadãos, de forma individual ou coletivamente, por meio do uso de formalidades positivas ou negativas. O resultado dessa articulação do Estado com a estruturação de ações e incentivos propostos busca transformar uma possibilidade em realidade, para dar respostas às demandas e interesses dos envolvidos.

As políticas públicas, portanto, são frutos de processos de decisões geralmente materializados em um dispositivo normativo (lei, decreto, documento de governo ou outro resultado político), que demanda competência aprovativa na esfera governamental do Poder Executivo ou, na maior parte das vezes pelos Poderes Executivo e Legislativo. No quadro 02 a seguir é possível compreender a diferença entre política pública e decisão política.

Quadro 02: Diferença entre política pública e decisão política.

POLÍTICA PÚBLICA	DECISÃO POLÍTICA
Geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.	Corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

Fonte: Wanderley Filha *et al.* (2013).

Portanto, na percepção dos autores, apesar de uma política pública implicar em uma decisão política, nem toda decisão política constitui-se em uma política pública, uma vez que esta se caracteriza como uma resposta pacífica de conflitos sociais necessários à preservação da vida em sociedade. Dada à dimensão de se compreender o seu significado no contexto deste estudo, é pertinente percebê-la como tudo que as instâncias de governança do Estado (federal, estadual e municipal) fazem ou o que não fazem, uma vez que, o fato de não haver ação pode retratar o baixo nível de valor associado a determinados temas ligados ao contexto deste estudo (Wanderley Filha *et al.*, 2013).

Com base na percepção dos autores, o Estado ao atender às reivindicações da sociedade, decide sem gerar novos conflitos com os atores sociais, isto é política, ou seja: *politics*. Já a tomada de decisões e sua implantação por instituições políticas, refere-se ao termo *policy*, ou seja, à formulação de propostas evidenciando temas de foco coletivo, mobilizando interesses e conflitos.

É relevante destacar ainda a contribuição de Frey (2000) sobre alguns conceitos da *polity*, *politics*, *policy analysis* e *policy*, os quais são considerados de fundamental importância para a compreensão das políticas públicas.

Nas conceituações do autor, *polity* refere-se à denominação das instituições políticas, à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; *politics* denominação para os processos políticos, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; e *policy* é a denominação para os conteúdos concretos das políticas, isto é, à configuração dos programas políticos. Para o autor, na realidade política essas dimensões são entrelaçadas umas nas outras e se influenciam mutuamente, ao mesmo tempo em que estão condicionadas a alterações ao longo do tempo.

Sendo assim, se entende que as políticas públicas estão presentes na sociedade de maneira explícita nos atos legais e normativos, documentos, planos, programas, projetos, acordos e, implicitamente, através de discursos, muitos dos quais ocultos às práticas desenvolvidas pelos seus governantes.

Como objetivo, as políticas públicas são instituídas ainda para impulsionar o desenvolvimento, criando possibilidades de geração de emprego e renda como forma de equilibrar os ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico e econômico.

Esse aspecto é importante, pois no procedimento de sua elaboração, implantação e em seus resultados, as políticas públicas expressam formas de poder político, abrangendo a distribuição e redistribuição de poder, os conflitos sociais que surgem nos processos de decisão, na divisão de custos e benefícios sociais, pois se trata de uma relação social que abarca vários atores com projetos e interesses diferenciados e, em sua maioria, até discordantes.

Dessa forma, há a necessidade de intervenções sociais e institucionais por parte do Estado, para que se possa obter um mínimo de consenso e, conseqüentemente, elas possam ser legitimadas e obter eficácia (Teixeira, 2002).

Para Martins (2003, p. 28) “[...] as políticas públicas dispõem usualmente sobre ‘o que fazer’ (ações), ‘aonde chegar’ (objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e ‘como fazer’ (princípios e macroestratégias de ação)”.

É relevante destacar na análise do autor, que elaborar uma política pública significa, portanto, definir atribuições como: *quem* decide *o quê*, *quando*, com que *consequências* e *para quem*, e devem estar relacionadas com o regime político vigente e com o nível de organização da sociedade civil. Nesse sentido, Teixeira (2002, p. 2) distingue “Políticas

Públicas” de “Políticas Governamentais”, onde nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas” na análise do autor, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Na atividade turística, as políticas públicas, assim como as políticas instituídas para outros segmentos da sociedade, referem-se a um processo dinâmico, um conjunto de regulamentos, normas, regras, diretrizes, objetivos e estratégias, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Complementado por Lanzarini & Barretto (2014, p. 189) como “[...] seja qual for o encarregado de elaborar as políticas de turismo, estas – como toda política pública – sempre estarão atreladas ao projeto ideológico de quem tem o poder de decisão”. Ou seja, provê um quadro dentro do qual as decisões individuais e coletivas tomadas, refletem em longo prazo, no desenvolvimento e diariamente nas atividades de determinado destino turístico.

Sobre o papel das políticas públicas, Cruz (2001, p.40) corrobora analisando que:

Uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

A autora complementa, definindo a política de turismo como um conjunto de documentos que estabelecem objetivos para serem alcançados a partir de ações de planejamento, em função de uma série de opções do Estado. Envolve decidir onde e como destinar os recursos, que podem ou não ser limitados.

É pertinente destacar ainda que, ao conceber uma política pública de turismo deve-se considerar que as mesmas possuem o papel de sistematizar outras políticas sociais, como também devem estar associadas ao desenvolvimento proposto pela localidade, já que a atividade turística pode consolidar não somente à infraestrutura material, com a urbanização e organização institucional, como também pode ser uma política destinada à área de saúde, segurança, educação, com a qualificação de pessoal envolvido em áreas direta ou indiretamente ligadas à atividade turística.

Destarte, a instituição de ações públicas que impulsionaram o turismo no Brasil, como discorrido anteriormente, manifestou-se na década de 1930, onde o Estado passou a incentivá-lo, pela percepção da relevante posição econômica que o setor assumiu no início do século XX. Na década de 1960, no Regime Militar, é concebida a primeira Política Nacional de Turismo, onde em 1966 é instaurado o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e a

Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), período esse considerado o grande marco da evolução na política de turismo no país e o grande passo para que o Brasil ingressasse no grupo de países desenvolvidos. O turismo, até então marginalmente considerado, foi identificado como parte integrante do sistema produtivo (Becker, 2001; Beni 2006). Registra-se que a partir desse momento, há a certificação do potencial que o turismo possui na contribuição da geração de renda e da diminuição das desigualdades regionais (Cruz, 2001).

Consoante a isso, a partir da relevância econômica e social que a atividade turística passa a desempenhar no cenário nacional e internacional, Martins (2003) analisa três visões sobre o processo de construção de políticas públicas e que na prática, entende-se que podem se relacionar à elaboração de direcionamentos/marcos legais para a atividade turística.

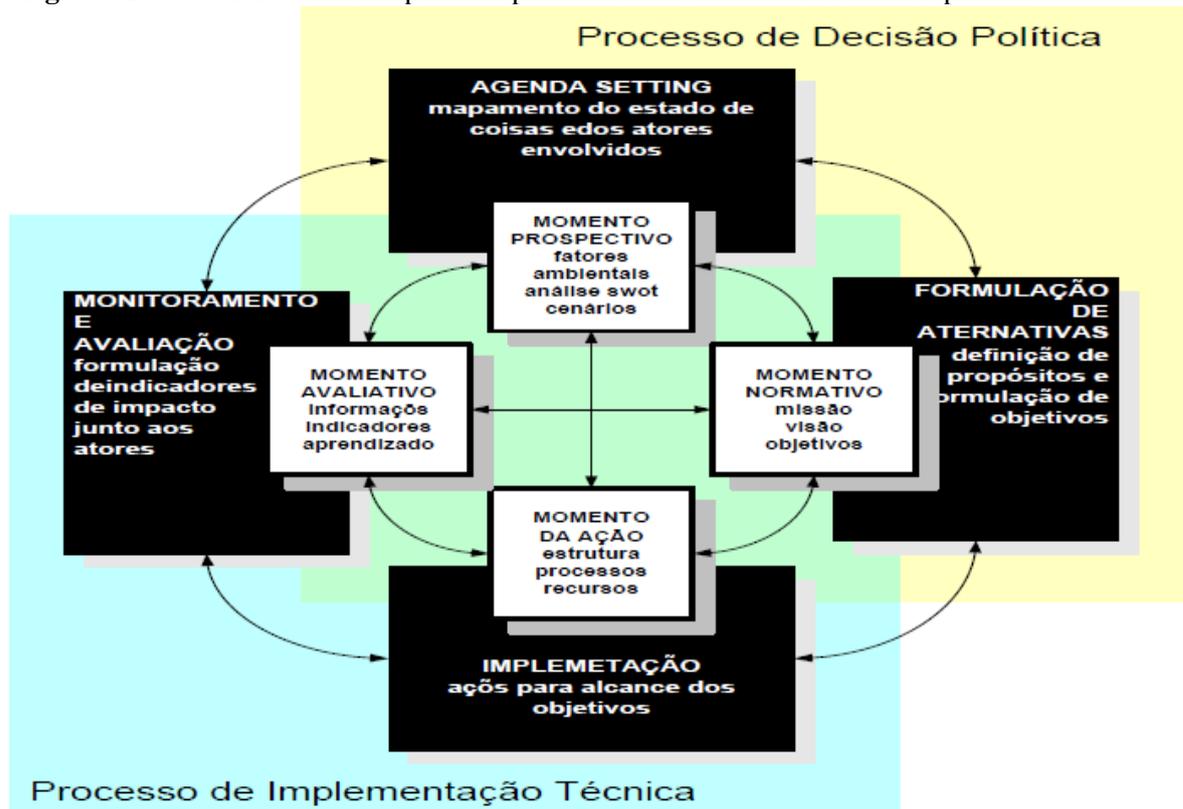
✓ **Sistêmico-heurística:** políticas públicas como consequência de um processo de decisão política em função da mobilização de atores portadores de interesse que se estimulam em torno de temas e ativam a tramitação de uma deliberação formal. Surgem as demandas e/ou reivindicações que podem se transformar em prioridades, ou não, nas agendas dos governos, com formulação de alternativas e decisões políticas, ou seja, *feedback* positivo ou negativo à sociedade. Posteriormente as demandas podem se transformar em políticas públicas, programas cujos resultados terão impactos sobre os atores sociais;

✓ **Racional-institucionalista:** políticas públicas como constituição de instituições, refletindo suas visões, valores, estrutura de incentivos e preferências. A racionalidade é limitada, mas pode ser aumentada mediante o desenvolvimento de arranjos institucionais mais eficientes;

✓ **Seleção temporal aleatória:** políticas públicas como uma combinação instável de problemas, soluções, empreendedores e sua coalizão que se aproveitam de janelas de oportunidade para propor/realizar algo.

Trata-se, portanto de um ciclo de gerenciamento das políticas públicas, cujos processos são de caráter técnico e político, que elaboram análises do ambiente e dos atores externos; formulam escolhas e objetivos; posteriormente realizam ações para o alcance dos objetivos e por fim monitoram e avaliam, mediante indicadores de impacto, junto aos atores. Porém, é relevante destacar que as políticas públicas avançam mediante o processo de decisão política, ou seja, quando o Estado decide ou não pôr em prática aquilo que foi anteriormente mapeado no processo técnico. Na imagem a seguir é possível identificar na visão de Martins (2003) como ocorre esse ciclo.

Figura 01 – Gerenciamento das políticas públicas: ciclo de natureza técnica e política



Fonte: Martins (2003).

A partir da imagem acima, é percebido que o Estado brasileiro obteve avanços e ajustes no processo decisório de efetivação de políticas para a atividade turística. Motivados pela possibilidade de ser o turismo um propulsor do *desenvolvimento* e por produzir a geração de renda, empregos e empreender as economias locais, foi que na década de 1990, durante o Governo Collor de Mello, estabeleceu-se uma política mais objetiva para o setor, com o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), entendido como instrumento de desenvolvimento regional. O fundamento do plano era a diversificação e a distribuição geográfica da infraestrutura, que estava altamente concentrada no sul e no sudeste do Brasil (Becker, 2001).

Além disso, houve a promulgação da Lei nº 8181/91, onde se determinou naquele momento pela extinção do CNTUR e a reestruturação e descentralização da EMBRATUR, tornando o órgão numa autarquia especial e passando a denominar-se Instituto Brasileiro de Turismo. Cruz (2001) faz uma ressalva para o fato dessa nova política de turismo valorizar e preservar o homem, o patrimônio natural e cultural. Essa política, ainda de acordo com a autora, apresenta um aspecto exigente e exclusivo, uma vez que recomenda a formatação de pontos turísticos em lugares considerados mais desenvolvidos nacionalmente, como o Sul e o Sudeste.

Posteriormente, entre os anos de 1995 a 2002, no governo Fernando Henrique

Cardoso (FHC), foi regulamentada a Política Nacional de Turismo (PNT), compreendendo o período de 1996 a 1999, e foi considerado pelos estudiosos da área como o mais completo e detalhado documento oficial das políticas federais de turismo do país. A nova política resultou na diversificação das atividades produtivas nacionais e sobre tudo na relevância que a atividade turística assumiu internacionalmente enquanto fomento econômico. No entanto, Cruz (2001) afirma que isso não assegurou maior efetividade em relação às políticas instituídas anteriormente.

No Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) houve um avanço expressivo no campo das políticas públicas de turismo no país a partir do ano de 2003, com a instituição do Ministério do Turismo (MTur), o qual tem seu papel imprescindível no planejamento e gestão do turismo. De maneira mais ordenada, as ações do MTur contribuíram para a criação das Secretarias Nacional de Políticas Públicas de Turismo e de Programas de Desenvolvimento do Turismo, do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e dos Planos Nacionais de Turismo, os quais foram responsáveis pelos encaminhamentos de ações para o setor.

Nota-se que a relevante instituição do MTur pode ser de resumida como:

[...] pela primeira vez o setor conta com uma pasta própria, além de estrutura e orçamento específicos, não mais dividindo com outros setores de atividade a condução dos interesses particulares do turismo em nível nacional (Beni, 2006, p. 28).

De forma semelhante, Velasco Gonzalez (2013), analisa a evolução das funções do governo no turismo, onde o mesmo caracterizou-se como:

- ✓ Governo como **promotor** da atividade, cujas atribuições eram a de aumentar o ingresso de divisas para o país, de proteger o direito do cidadão de viajar livremente e de potencializar o turismo como instrumento de paz;
- ✓ Governo como **estimulador** do setor privado, com atribuições de potencializar o desenvolvimento da atividade turística e fomentar a participação do setor privado;
- ✓ Governo como **planejador** da atividade, com atribuições de canalizar correntes turísticas até regiões desfavorecidas;
- ✓ Governo como **garantidor** da atividade (governo que assegura), com atribuições de proteger os consumidores/ turistas; de regulamentar os subsetores e de ordenar o desenvolvimento dos destinos;
- ✓ Governo como **coordenador** da atividade, com atribuições de apoiar a modernização das empresas turísticas, de coordenar os subsetores turísticos e de favorecer o desenho de novos produtos turísticos;

✓ Governo como **harmonizador** da atividade, com atribuições de apoiar a criação de organismos de cooperação (instâncias de governança) e de fomentar a implicação do setor privado nas ações conjuntas.

Através da análise de Velasco Gonzalez (2013), destaca-se que os anos de 2004 e 2007 foram relevantes para a organização e avanços do turismo no país, com reflexos para o Amazonas e o município de Manaus, com a elaboração do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). O PRT procura, em vários sentidos, a descentralização das ações por parte do Governo Federal, a revalorização dos lugares e territórios, a emergência da dimensão local com participação dos residentes, através da representação de diferentes atores da sociedade em instâncias de governança, objetivando aproximar mais os interesses de diferentes grupos sociais; dar maior celeridade às tomadas de decisões, e garantir o provimento de recursos direcionados ao desenvolvimento do turismo regional. Além do PRT, houve ainda a elaboração do novo Plano Nacional de Turismo, onde fica evidenciada nas propostas dessas novas políticas, a peculiaridade de cada região no formato de seu produto turístico. Considerando as questões culturais, religiosas, de infraestrutura, de meio ambiente, qual o perfil de turistas a ser atraídos; de que maneira o turismo deve ser comercializado, a importância da parceria do setor público, privado e terceiro setor; além do formato da coordenação descentralizada da gestão das políticas públicas, através do estímulo à criação de instâncias de governança locais e regionais, objetos deste estudo.

Dessa forma, as políticas públicas de turismo, assim como a própria atividade turística, vêm passando por períodos de avanços, voltados ao planejamento, estratégias de desenvolvimento das localidades e implantação de novos programas, objetivando a melhoria das políticas públicas e da atividade turística, que se destacam pelo papel na economia mundial, conforme se pode observar na literatura existente sobre o tema. O quadro 03 apresenta marcos relevante das políticas públicas de turismo no Brasil.

Quadro 03 - Resumo da evolução das políticas públicas de turismo no Brasil

ANO	CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS
1938 e 1939	Elaboração do Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, primeiro diploma legal que aborda aspectos da atividade turística no Brasil, o qual dispõe sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres. Criação do primeiro organismo oficial de turismo na administração pública federal – Divisão de Turismo. (Cruz, 2001)
1950 a 1970	Com a expansão do turismo de massa, as políticas foram voltadas ao fomento da atividade, com objetivo do aumento do fluxo de visitantes. Em 1966 foi implementada a primeira Política Nacional de Turismo através do Decreto-lei 55 de 18 de novembro de 1966, a qual cria o Conselho Nacional de Turismo e a EMBRATUR.
1970 a 1985	As políticas focam o turismo como agente de desenvolvimento, com crescente envolvimento do governo para o fornecimento de infraestrutura dos destinos turísticos.
1985	É observada uma preocupação das políticas de turismo, com questões ambientais e o aumento da competitividade, com estímulo ao posicionamento responsável e profissional do setor. O estado

	passa a diminuir sua interferência, assumindo o papel de coordenação e estruturação da atividade (Solha, 2006)
1996	No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, houve a implantação da nova Política Nacional de Turismo, documento elaborado e atualizado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), onde fica evidenciada a importância que a atividade tem na geração de emprego e na economia do país.
2003	O Governo Federal instituiu o Ministério do Turismo (MTUR), através da Medida Provisória n. 103, de 01/01/2003, tendo como metas: a política nacional de desenvolvimento do Turismo, a promoção e divulgação do Turismo interno e externo, o planejamento, a coordenação, e avaliação de planos e programas de incentivo ao Turismo. Na mesma ocasião foi lançado o Plano Nacional de Turismo.
2004	O MTUR lançou o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) denominado Roteiros Brasil, pautado no Plano Nacional de Turismo, contando com a parceria do setor público, privado e terceiro setor. O propósito do Programa era de que a interação deveria ocorrer entre os diferentes atores no sistema econômico, através da oferta de produtos e serviços com as características próprias de cada região (Nóbrega, 2012).
2007	O MTUR lançou outra versão do Plano Nacional de Turismo, com a denominação de Turismo - uma viagem de inclusão, adotando a premissa como a ética e sustentabilidade. Com sete macro-programas estruturais, os quais seriam capazes de gerar impactos positivos no processo de desenvolvimento do país. A estrutura da coordenação descentraliza a gestão das políticas públicas, através do estímulo à criação de instâncias locais e regionais. (Nóbrega, 2012).
2013	O MTUR lançou versão atualizada do Plano Nacional de Turismo, com a denominação O turismo fazendo muito mais pelo Brasil, com vigência de 2013 – 2016, adotando metas de sair da sexta para a terceira economia turística do planeta, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos; fazer com que o turismo cresça sustentado e sustentável; reduzir as desigualdades regionais; propor a inclusão social, geração de emprego e renda; além de realizar através do Programa de Regionalização do Turismo, um diagnóstico completo das potencialidades e dos problemas das regiões turísticas do país, ajudando as cidades a se posicionarem como destinos competitivos.

Fonte: Adaptado a partir de Barretto (2012), Cruz (2001) Nóbrega (2012), Solha (2006).

Beni (2006) também corrobora analisando a ruptura do planejamento e coordenação nas políticas de turismo, anteriormente centralizadas em uma cúpula do setor, cabendo ao Estado e municípios à elaboração e execução dos planos e projetos os quais foram substituídos por uma política descentralizada, que traduz a participação de representantes locais bem como da sociedade civil na elaboração de diretrizes para a atividade turística.

Consoante a isso, não se pode deixar de citar os avanços e organização que a região amazônica recebeu, relacionados à atividade turística, por parte das políticas públicas federais. Um deles foi a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) que tinha, entre outros objetivos, desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira. Posteriormente, em 1966, a SPVEA é extinta, sendo criada a SUDAM, através da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, com mecanismos para potencializar a sua atuação em uma estrutura diferenciada. Seus objetivos eram planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional (SUDAM, 2015).

A SUDAM foi extinta no ano de 2001 no governo FHC, sendo criada no mesmo ano a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), que durante seis anos manteve o foco

no planejamento regional e no fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) da Amazônia Legal. A Agência também iniciou a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), voltado para o financiamento de grandes projetos privados na Amazônia.

Em 2007, a ADA é substituída no governo Lula pela nova SUDAM, através da Lei Complementar N°124, de 3 de janeiro de 2007, passando a ser uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, tendo como missão promover o desenvolvimento incluyente e sustentável em sua área de atuação, a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional nos nove estados da Amazônia Legal (SUDAM, 2015).

Destaca-se ainda que o órgão é um fomentador de ações para a atividade turística. Através de ações e programas, busca promover a sustentabilidade e a qualidade, de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro, como a elaboração de estudos e pesquisas das oportunidades de investimentos turísticos na Amazônia, para efeito de captação de investimentos, orientação e informação do investidor. Portanto, o órgão é de extrema relevância para o desenvolvimento da região amazônica e dos estados que a compõe.

Neste contexto, Pereira (2009) destaca ainda a década de 1990, na qual o Governo Federal elaborou duas estratégias que expressavam a necessidade de implantação de políticas de turismo, com fins de incentivar o desenvolvimento da atividade turística na Amazônia: a primeira foi o Plano de Turismo da Amazônia (PTA), cujas diretrizes eram de promover o desenvolvimento turístico de forma sustentável, melhorar o aproveitamento dos recursos naturais para o turismo receptivo e ressaltar a imagem da Amazônia como destino turístico.

A estratégia seguinte foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado no ano de 1992, mas instituído somente no período de 1994-2001. O foco era estimular o desenvolvimento turístico nacional, a partir da descentralização das políticas públicas de turismo e do fortalecimento do planejamento turístico nos municípios, através de uma metodologia de planejamento do turismo diferenciada, com enfoque participativo. O programa posteriormente foi suspenso, por não ter conseguido alcançar seu objetivo que era o de capacitar os agentes de governança dos municípios de maneira satisfatória para a gestão local do turismo, mediante as dificuldades no entendimento da metodologia empregada no programa e da realidade do turismo distinta em cada município implantado (Pereira, 2009).

No ano de 1995, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) criou-se o Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal, resultando na elaboração do Programa

de Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR). O programa teve a alocação de recursos financeiros por parte de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) de acordo com as estratégias estabelecidas em toda a área da Amazônia Legal.

A proposta do programa envolvia os nove estados da Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Seguindo a orientações do MMA, deveriam promover o ordenamento e o desenvolvimento sustentável da região amazônica através do ecoturismo, em decorrência de questões ambientais, estabelecendo diretrizes e métodos para a sua dinamização nos Estados; potencializar os benefícios ambientais, sociais e econômicos, de modo a fomentar a criação de empregos, renda e oportunidades de desenvolvimento com atividades que não degradassem o meio ambiente (Beni, 2006; MMA, 2003).

Novamente, reforça-se que as políticas federal, estadual e municipal de incentivo às práticas do ecoturismo, com início no ano 1995 com o PROECOTUR e posteriormente com o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF), Programa de Nacional de Desenvolvimento da Pesca Esportiva no Amazonas, colaboraram para que o Amazonas e Manaus se tornassem reconhecidos nacional e internacionalmente pelo seu potencial e atrativos naturais. Entretanto, fica evidente que essas políticas não discutem de maneira aprofundada e participativa sobre outras possibilidades de atividades turísticas em complementaridade e fortalecimento ao ecoturismo, como no aproveitamento dos aspectos culturais de Manaus.

De forma geral, no Amazonas e respectivamente em Manaus, a ascensão da prática turística e das políticas de turismo sempre esteve associada à valorização do ecoturismo e, em determinado período de tempo, no turismo de compras, motivados pelos preços atrativos de produtos eletroeletrônicos e perfumaria, importados pela Zona Franca de Manaus. A história do surgimento da atividade turística no estado e na capital acontece mais precisamente nas décadas de 1950 e 1960, estimulada pela expansão hoteleira com a inauguração do Hotel Amazonas em Manaus.

As políticas públicas de turismo no estado foram iniciadas em 1964, no governo de Arthur César Ferreira Reis, com a instituição do Departamento de Turismo e Promoção no Amazonas (DEPRO), tendo como o primeiro dirigente da pasta de turismo no Amazonas o escritor Luiz Maximino de Miranda Corrêa. As atividades promocionais relativas ao turismo eram focadas na realização de eventos locais e festivos, mas com a intenção de projetar o

Amazonas em nível nacional e internacional. Posteriormente, em 1970, foi instituída a Empresa Amazonense de Turismo (EMAMTUR), sendo a mesma extinta no ano de 1991 e que, de acordo com Ribeiro (2013, p.51), “[...] elaborou entre as suas políticas, o primeiro Plano de Turismo no Amazonas, com a proposta de interiorização do turismo de natureza como atrativo turístico”.

De acordo com a autora, foi no ano de 1972, com a projeção da Zona Franca de Manaus e os incentivos da EMAMTUR, que surgiram os primeiros investimentos em alojamentos de floresta, pioneiros no segmento do ecoturismo, dentre os quais se destacavam o Hotel Janaurilândia - hotel flutuante dos empresários das agências de turismo Luciatur e Selvatur, o *Amazon Lodge*, o *Ariaú Amazon Tower* e o Acajatuba, com finalidade de promover o turismo de natureza do estado e oferecer alojamento específico ao ecoturista (Ribeiro, 2013).

É possível perceber que, embora as políticas públicas em âmbito federal sobre ecoturismo tenham sido definidas a partir da década de 1990, no Amazonas as ações para o turismo de natureza surgiram antes, na década de 1970, impulsionadas quase que exclusivamente pelas oportunidades mercadológicas, deixando, a rigor, de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados, contrapondo-se ao conceito de imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo que viria a ser formatado posteriormente na década de 1990 pelo Governo Federal.

Com a extinção da EMAMTUR, a partir do ano de 1998, as políticas e ações de turismo na esfera estadual passaram a ser compartilhadas e a compor a pasta da Secretaria de Estado de Cultura, Turismo e Desporto (SEC). Esta deu continuidade e desenvolveu, mediante as orientações das políticas federais, as ações do PNMT, proporcionando ao turismo do estado uma estrutura mais profissionalizada, realizando oficinas na capital e interior do Amazonas e Inventários da Oferta Turística nos municípios identificados como prioritários, para o fomento do turismo e também do PROECOTUR até o ano de 2003. O PROECOTUR é caracterizado como uma política pública de financiamento para o setor do turismo, possuindo uma posição de destaque na alocação de recursos, cujo objetivo se propôs na definição das políticas públicas de turismo e em uma das prioridades em seu conjunto, a capacitação de recursos humanos.

No ano de 2003, com a reforma administrativa estadual, houve o desmembramento das pastas da cultura e turismo, sendo instituída a Empresa Estadual de Turismo do Estado do

Amazonas (AMAZONASTUR)⁶ através a Lei nº 2.797 de 09 de maio de 2003, que até o presente momento é o órgão responsável pelo turismo no estado do Amazonas, responsável da administração indireta do poder executivo, a qual segue o modelo de gestão das diretrizes propostas no Plano Nacional de Turismo (PNT), baseado na compreensão do planejamento e gestão do turismo como instrumento indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no país.

No ano de 2008 foi elaborado pelo poder público estadual, através da AMAZONASTUR, o Plano Estadual de Turismo do Amazonas Vitória Régia, compreendendo o período de 2008-2011, contemplando em seus macro-programas ações como: capacitação da mão de obra turística, infraestrutura turística, produto de interiorização do turismo, gestão e apoio para normatização dos serviços turísticos, promoção e *marketing* da marca Amazonas (AMAZONASTUR, 2014).

Além do Plano Estadual de Turismo, foi elaborado ainda em 2008, como uma política de incentivo ao ecoturismo do estado, o Plano de Desenvolvimento Preliminar: Arranjos Produtivos Locais (APL) de Turismo Ecológico e Rural Cidade Polo: Manaus, sob a coordenação do NEAPL⁷. Ambos planos contaram com a contribuição de instituições públicas estaduais e municipais e representações da sociedade civil organizada, correlacionadas à cadeia produtiva do segmento de ecoturismo. No entanto, cabe destacar que atualmente o Amazonas não dispõe de um Plano Estadual de Turismo atualizado posterior ao Plano Vitória Régia (2008-2011), o que compromete o planejamento de ações para a atividade turística do estado e respectivamente para o município de Manaus.

Ressalta-se ainda que, por intermédio das políticas de turismo do Governo Federal, a AMAZONASTUR gerencia o Programa de Regionalização do Turismo (PRT); Programa Viaja Mais; Pesca Esportiva; PRONATEC Turismo. Em escala estadual citam-se o Programa Turismo Rural na Agricultura Familiar; Programa de Apoio à Produção Associada (Projeto Artesanato Sustentável do Amazonas); Observação de Pássaros; Turismo de Base Comunitária; Programa de Infraestrutura Turística; Programa de Capacitação e o Programa de Gestão e Apoio (com a participação em conselhos de unidades de conservação, meio

⁶ As informações sobre a AMAZONASTUR serão detalhadas no capítulo 5.

⁷ NEAPL: Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais, criado no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento do Amazonas (SEPLAN). Tem como finalidade desenvolver estratégias e ações que possibilitem a consolidação e o fortalecimento de potenciais segmentos econômicos, por meio da cooperação entre os atores locais, identificados a partir de seu envolvimento no setor, em especial a pesquisa técnico-científica para a melhoria dos processos produtivos. O Plano de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos coordenado pelo NEAPL estabeleceu como objetivo principal transformar o Amazonas em destino turístico diferenciado, competitivo, ecologicamente correto, sustentavelmente viável, economicamente distribuidor de renda, promovendo emprego, cidadania e responsabilidade da gestão social, econômica e cultural.

ambiente, idoso, fóruns municipais de turismo e indígena através da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND).

Ainda como parte das suas políticas, atualmente entre as ações voltadas às práticas do ecoturismo, a AMAZONASTUR firmou parceria com a atual Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) (anteriormente denominada Secretaria de Desenvolvimento Sustentável - SDS) através do Acordo de Cooperação Técnica, que objetiva beneficiar as atividades ligadas ao turismo sustentável, com a criação de novos produtos turísticos dentre os quais a instalação do Parque Estadual Sumaúma, localizado em Manaus.

Quanto à esfera municipal, as políticas de turismo foram iniciadas no ano de 1993 com a instituição da Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR) e a regulamentação no ano de 1998 da Política Municipal de Turismo, através da Lei n.º. 424 de 08 de janeiro de 1998, pautada na compreensão de todas as iniciativas ligadas à atividade turística originárias do setor público e privado, com interesse no desenvolvimento social, econômico e cultural de Manaus. Na mesma lei foram criados ainda o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Fundo Municipal de Turismo (FMT). A política regulamentada pela esfera municipal tinha como estratégia ainda, apoiar as ações da esfera estadual nos assuntos relacionados à atividade turística, na divulgação do ecoturismo como atrativo turístico do Amazonas e de Manaus e o apoio na realização de eventos locais (Ribeiro, 2013).

Vale ressaltar que a partir da criação da FUMTUR ocorreram sucessivas mudanças na nomenclatura e, em outros momentos, houve a fusão do turismo com a pasta da cultura, conforme caracterizada atualmente a Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (MANAUSCULT)⁸ instituída através da Lei Delegada n.º 25 de 31 de julho de 2013.

A política do órgão permanece seguindo as diretrizes de sua implantação em 1998, baseadas no apoio ao órgão estadual de turismo, em programas de capacitação, realização de eventos e no desenvolvimento sustentável através do ecoturismo, além de tratar de assuntos relacionados à cultura. O órgão elaborou ainda o Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado Sustentável (PDTIS), cujos objetivos eram: o de consolidar Manaus como destino ecoturístico de âmbito internacional; fortalecer o destino para a prática do ecoturismo e para o turismo de negócios e eventos e aproveitar as oportunidades propiciadas pela Copa 2014; capacitar o município para a gestão do turismo. Além disso, o PDTIS contempla ainda ações de curto (período de 2010 a 2012), médio (período de 2012 a 2014) e longo prazo o qual contempla o período de 2014 a 2020.

⁸ As informações sobre a MANAUSCULT serão detalhadas no capítulo 5.

Neste contexto, observa-se que atualmente as políticas de planejamento da atividade turística pelo órgão municipal de turismo vêm alavancando o foco na realização de eventos, objetivando transformar o município de Manaus em atrativo e destino turístico, através de produtos como o aniversário de Manaus (com o evento Boi Manaus), no qual as apresentações musicais acontecem com o ritmo do boi bumbá e as comemorações do *Réveillon*, com shows pirotécnicos e com a presença de artistas locais e nacionais. De acordo com a MANAUSCULT, a intenção é a de captar turistas de estados da região Norte, como o Pará e Roraima, utilizando-se de estratégias de *famtour* e *famtrip*⁹ contando com a presença de jornalistas, agentes de viagens e formadores de opinião na divulgação do calendário de eventos de Manaus.

Entretanto, é pertinente destacar que assim como a AMAZONASTUR, a MANAUSCULT atualmente não dispõe de um Plano Municipal de Turismo atualizado que oriente o planejamento das ações da atividade turística em Manaus. De acordo com o Diretor de Turismo da MANAUSCULT, o novo plano foi reformulado, atualizado, mas até o presente momento não foi apresentado ao Conselho Municipal de Turismo (COMTUR Manaus) para análise e aprovação.

Consoante a isso, na percepção de Ribeiro (2013), o que provocou o incentivo para o desenvolvimento do turismo no Amazonas e em Manaus foi o surgimento de novos atores na década de 1970 e 1980, com o fomento do comércio da Zona Franca de Manaus. Esses atores, notadamente empresários do comércio e da hotelaria, além dos técnicos da administração pública, foram os responsáveis por apresentar Manaus como sinônimo de natureza e também como uma cidade moderna, com infraestrutura básica, atraindo, dessa forma, investimentos privados que propiciaram o aumento dos fluxos turísticos para o turismo de compras, onde os produtos importados e os preços atrativos contribuíram para o aumento do comércio da Zona Franca.

Atualmente, os voos semanais para Manaus foram intensificados, tornando a cidade precursora no ramo da mobilização do fluxo turístico para a região. A partir de então, o turismo no Amazonas e em Manaus vem passando por transformações, mas sem a devida atenção que a atividade turística representa, econômica e socialmente para Manaus, como também pela ausência de políticas que direcionem suas ações e seus benefícios.

⁹ Expressões que significam forma ou viagem de promoção, que tem como objetivo familiarizar e encantar o distribuidor do produto turístico. Consiste em convidar esses profissionais para visitar o destino e o produto a ser ofertado ao cliente.

A respeito das políticas de turismo Lanzarini e Barretto (2014, p. 190) acrescentam que:

[...] o propósito de uma política de turismo é propiciar o máximo de benefícios aos interessados e minimizar os prejuízos, uma vez que a opção por promover turismo numa determinada localidade [região ou país] traz consequências positivas na elevação da renda, na geração de empregos e na entrada de divisas, porém pode trazer [e historicamente traz] consequências negativas para o meio ambiente natural e cultural que podem também afetar os turistas na medida em que sua experiência pode ficar comprometida.

Como explicitam os autores, no processo de instalação das políticas públicas de turismo em nível estadual e municipal, o modelo de gestão descentralizada com a instituição de Instâncias de Governança Turística, como o Conselho Municipal de Turismo de Manaus (COMTUR Manaus) e o Fórum Estadual de Turismo do Amazonas (FORETUR/AM), são considerados mecanismos relevantes no processo de interlocução nas esferas estadual, federal e municipal, setor privado e terceiro setor, as quais vêm se organizando para a implantação de políticas de turismo nas diversas esferas de gestão.

Entretanto, destaca-se que as políticas de turismo elaboradas não encontram um ponto de equilíbrio entre o uso e/ou o aproveitamento dos recursos naturais e culturais. Dessa maneira, não contemplam de forma expressiva o uso da questão cultural como atratividade para a atividade turística com o fomento do turismo cultural na esfera estadual e municipal, as quais foram e continuam sendo estimuladas quase que exclusivamente pela Secretaria de Estado de Cultura, com incentivos como programas de formação artística e profissional; de incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais através da realização de eventos; de promoção e proteção do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, documental e cultural do Amazonas; de coordenação e articulação de ações que dinamizem o conhecimento à produção, à difusão e à circulação do saber artístico-cultural e; de estímulo e resgate das artes literárias e fonográficas através de editoração, distribuição e promoção.

Esse aspecto é relevante, pois se percebe não haver um diálogo, integração e coordenação entre os órgãos estaduais de cultura e turismo e nem destes com o órgão municipal de turismo na elaboração de suas políticas de turismo, de suas propostas e de suas ações, como também a inexistência de ações intersetoriais para o desenvolvimento da atividade que possam minimizar os seus impactos negativos e maximizar os pontos positivos, o que contradiz as afirmações de Santana (2009) *apud* Lanzarini e Barretto (2014, p. 192):

[...] a elaboração de políticas públicas é um processo social que envolve uma constante comunicação com as várias esferas em que as decisões são tomadas, não apenas em nível público, mas também dentro de uma sociedade caracterizada pela fragmentação, uma vez que, como já foi observado nas análises do fenômeno

turístico, este abrange múltiplos setores, partes interessadas assim como não interessadas.

Com base nessa observação, é pertinente destacar que o apropriado é avaliar as políticas públicas de turismo, verificando em que proporções essas políticas contribuem efetivamente para o desenvolvimento das localidades, e especificamente em Manaus, uma vez ser essa a justificativa que impulsiona suas implantações, além do papel do Estado na elaboração, reformulação e execução dessas políticas.

Esse aspecto é significativo, pois se percebe uma compreensão do poder público, que se tratando do setor turismo, o esperado desenvolvimento está associado ao crescimento econômico. Dessa forma, são sempre exaltados os retornos econômicos ocasionados pelo setor, mas não se analisam as mudanças qualitativas propiciadas às comunidades receptoras.

A respeito disso, é importante salientar que apesar do senso comum associar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, há atualmente uma compreensão muito mais abrangente do que seja o desenvolvimento, relacionando o mesmo ao crescimento econômico, mas não se limitando apenas a ele.

Por esse viés, abordagens como o desenvolvimento como liberdade, cujas contribuições do economista e filósofo Amartya Sen emergem como novas possibilidades de compreensão do tema, passando a ser observado como um processo de expansão das oportunidades reais dos moradores de determinada localidade, ou seja, uma abordagem centrada nas pessoas. Nessa perspectiva, o desenvolvimento possui o objetivo de expandir as capacidades e liberdades humanas, isto é, a condição de agente dos indivíduos, enquanto pessoas, membros do público que participam de ações econômicas, políticas e sociais (Sen, 2000).

As liberdades seriam, de acordo com a visão do autor, o principal meio e o principal fim do desenvolvimento. Seria o meio, uma vez que os cinco tipos distintos de liberdades, como **oportunidades sociais, liberdades políticas, facilidades econômicas, garantias de transparência e segurança protetora**, são elementos constitutivos do desenvolvimento, podendo contribuir muito eficazmente para o progresso econômico; e seria o fim, pois o desenvolvimento deve envolver a expansão dessas diversas liberdades, ocasionando melhoria na qualidade de vida dos indivíduos. Assim, as políticas descentralizadas, que oportunizam protagonismo local são, nesta percepção, possibilidades concretas de contribuir para o desenvolvimento como liberdade, uma vez que fomentam processos decisórios mais democráticos, participação social, gestão municipal de qualidade, possibilidades de projetos locais, entre outras oportunidades.

Dessa maneira, na seção seguinte é possível caracterizar desenvolvimento e crescimento econômico, perceber como a atividade turística se consolida como um fenômeno social relevante, de que maneira o Estado contribui no fomento da atividade, utilizando-se da justificativa de ser o setor um elemento de ambos os processos e dessa maneira pode-se observar seus reflexos no município de Manaus.

2.2 Desenvolvimento e Crescimento: aspectos conceituais

Como discorrido no capítulo anterior, as políticas públicas de turismo concretizadas através de planos, programas e projetos para o setor, redirecionaram os anseios de gestores públicos e da sociedade em escala mundial para um novo formato de política, com a finalidade desenvolvimentista. Entende-se que para os gestores, o turismo é considerado como uma atividade com grandes possibilidades de redução das desigualdades sociais, pelo fato de gerar renda, empregos e ser um dinamizador de economias locais. Na percepção desses gestores, o desenvolvimento almejado está associado à descentralização da produção, ao consumo e o crescimento econômico, associado à lógica de acumulação de bens e de riquezas, sem considerar, no entanto, a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida das populações residentes nas localidades turísticas.

O turismo, por se caracterizar como uma atividade que possibilita alavancar os aspectos econômicos e sociais nas localidades onde está inserido, gerando empregos, renda e a entrada de divisas, pode ainda oportunizar, se planejado de maneira objetiva e coerente, vantagens relevantes. Entretanto, também pode provocar problemas de ordem social.

De maneira geral, a atividade turística destaca-se em diversas regiões do mundo. No Brasil, mesmo com poucas ações de planejamento que efetivamente conquistaram bons resultados, a atividade vem avançando principalmente com o crescimento do turismo interno e a movimentação de turistas estrangeiros, propiciando aos destinos maiores alternativas de desenvolvimento econômico e social. De acordo com a pesquisa de Sondagem do Consumidor do MTur (2015), sete em cada dez brasileiros escolhem o Brasil para visitar. A pesquisa registrou, em junho de 2015, o melhor índice de intenção de viagem para destinos nacionais dos últimos quatro anos, em comparação com os resultados anteriores do mesmo mês. Segundo os dados, 73,3% dos entrevistados que pretendem fazer pelo menos uma

viagem até dezembro deve optar por visitar alguma cidade turística dentro do Brasil (MTur, 2015)¹⁰.

Diante desse contexto, o desenvolvimento enquanto propósito esperado está relacionado aos níveis de industrialização, de consumo e do uso tecnológico obtido por alguns países. No entanto, é pertinente observar que, para que os países que não estão incluídos no chamado ranking dos países em desenvolvimento pudessem atingi-los, a primeira iniciativa seria o processo de industrialização dos mesmos. Nesse ideal, a convicção está na necessidade de uma modificação estrutural, iniciando com o formato na gestão de cima para baixo, na descentralização das ações, com uma transformação institucional nos processos de produção e consumo para que um país de fato pudesse se desenvolver. Essa argumentação na riqueza material traz vantagens sociais espontâneas, como em uma relação causal.

Entende-se assim que para se estabelecer meios pelos quais as sociedades sejam capazes de se organizar de modo igualitário entre as classes, representa-se como uma exigência no contexto da globalização. O desenvolvimento de um país ou de qualquer localidade deve ser organizado e planejado nesse aspecto, pois dessa maneira os propósitos necessários e desejados pela população ali existente poderão ser atingidos.

No entanto, esse estado positivo e desejável nas palavras de Boisier (2000), merece uma reflexão sobre o crescente aumento de "subjetividade" e "abstração" do conceito e nomenclatura que vem sendo dado ao substantivo "desenvolvimento". Isso vem causando enganos em seu entendimento e na sua mensuração, além da dificuldade de implantação de medidas eficientes, que impulse o mesmo. O autor refere-se ao desenvolvimento descentralizado como um desdobramento nas dimensões funcional, territorial e política, cujo cenário passa a ser ocupado por uma variedade de atores públicos e privado, implicando assim em processo e redistribuição democráticos de poder e, que tornam viável a criação de instituições com características básicas, com personalidade jurídica distinta, recursos próprios ou orçamento e padrões próprios de operação, possibilitando dessa forma a transformação dos dispositivos político-administrativos de decisão vertical em horizontal, com confiabilidade e integridade de seus participantes.

É relevante a análise do autor citado, uma vez que o desenvolvimento descentralizado vem oportunizando a instituição de organismos como as instâncias de

¹⁰ Disponível em:

http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/conjuntura_economica/sondagem_consumidor_viagem/

governança turística, como dispositivos capazes dar maior celeridade nas discussões e tomadas de decisões relacionadas à atividade turística.

Segundo Boisier (2000), o entendimento que se faz sobre o desenvolvimento está voltado para a economia clássica, o qual estava pautado no crescimento econômico tendo o PIB per capita como a medida corrente do mesmo, enquanto que para a economia neoclássica, ele estava pautado na distribuição, por isso, entende-se que o desenvolvimento esteja mais enraizado para a economia neoclássica do que para clássica. No entanto, ainda na análise do autor, nos últimos anos temos visto os padrões de crescimento e desenvolvimento também enraizados na economia neoclássica. Portanto, a partir dessa divergência/convergência para a mesma matriz teórica é importante para compreender as diferenças entre crescimento e desenvolvimento. São explanadas por Boisier (2000) as diversas reflexões do termo "desenvolvimento": desenvolvimento territorial, desenvolvimento regional, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, e em termos de sua dinâmica de desenvolvimento "*bottom-up*" (de baixo para cima), sendo imprescindível uma breve caracterização dos mesmos para melhor entendimento de suas aplicações.

Quadro 04 – Classificação e caracterização do desenvolvimento.

CLASSIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Desenvolvimento Territorial	Ideia de recipiente e não ideia de conteúdo. Definição mais ampla do desenvolvimento. O território é o recorte da superfície terrestre, com 3 características nele: " território natural ", elementos da natureza sem penetração ou intervenção humana; " território equipado ", onde o homem já tenha sistemas instalados e, " território organizado ", com estrutura administrativa e, em alguns casos, também do governo. Sujeitos de intervenções para promover o desenvolvimento. Refere-se à escala geográfica de um processo e não à sua substância. É possível reconhecer os seguintes "cortes": mundo, continente, país, região, estado ou província ou departamento, comuna, e em certos casos, "caminhos", " <i>townships</i> " ou outras categorias menores.
Desenvolvimento Regional	Processo de mudança estrutural localizada (em um território chamado de "região"). Associada a um processo contínuo de progresso na região, comunidade ou sociedade que habita nele e cada membro individual da comunidade tal como residentes em tal território. Combina 03 dimensões: dimensão espacial, dimensão social e dimensão individual. O que é região? É um território organizado em termos reais, ou termos potenciais, os fatores de seu próprio desenvolvimento, independentemente da escala.
Desenvolvimento Local	Conceito material (conteúdo ao invés de recipiente). Refere-se ao desenvolvimento que pode tomar forma em territórios de diferentes tamanhos, mas nem todos, dada a complexidade intrínseca do processo de desenvolvimento. É claramente uma simplificação do conceito de desenvolvimento municipal local à ideia, à cidade. Propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida.
Desenvolvimento Endógeno	Reação ao pensamento e prática dominante no desenvolvimento da terra nas décadas de 50 e 60, enquadrada no paradigma industrial fordista e disseminação prática " <i>centro-bottom</i> " de inovações e pulsação. É a capacidade de inovar localmente. Resultado de um processo de forte articulação dos atores locais e várias formas de capital intangível, no contexto preferido de um projeto político coletivo de desenvolvimento do território em questão. É ainda uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital, bem como identificar os mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e da competitividade de cidades e regiões.
Desenvolvimento Descentralizado	Processo multidimensional, complexo e confuso na forma como é apresentado e discutido. Descentralização é um conceito que se desdobra em três dimensões: funcional (leva à criação de

	organismos com poderes restritos a uma determinada atividade ou setor), territorial (também envolve a criação ou o reconhecimento de entidades) e política (acrescenta a exigência de entidade geradora de políticas através de eleições democráticas).
Desenvolvimento de baixo para cima <i>(bottom-up)</i>	Opositor à corrente dominante desde os anos 1950. Amplo acesso a terra e a outros recursos naturais, território como fatores-chave de produção na maioria das áreas menos desenvolvidas no mundo; novas estruturas de tomada de decisão organizada territorialmente; nível mais elevado de autodeterminação para as áreas rurais; economia orientada para a tecnologia "regionalmente apropriada"; projetos que atendam às necessidades básicas da população; atividades produtivas superiores a demanda regional; melhoria dos transportes e comunicações rural -rural e rural-aldeia e estruturas sociais igualitárias e consciência coletiva.
Desenvolvimento Humano	Concentra-se e se sustenta na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis maiores de autossuficiência e na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e tecnologia, dos processos globais com comportamentos locais, do pessoal com os sociais, de planejamento com autonomia e da sociedade civil com o Estado.
Desenvolvimento Sustentável	Está assentado no tripé de sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Fonte: Adaptado a partir de Boisier (2000), Vázquez Barquero (1999), Beni (2006), Sen (2000).

Baseado nas análises dos autores acima elencados entende-se que o modelo desenvolvimentista possui como características a sua estreita relação com o crescimento econômico, entendido muitas vezes como sinônimo deste e pela sua possibilidade de generalização, onde todos os países poderiam alcançá-lo. Entretanto, Furtado (1980) argumenta que é fisicamente impossível que todos os países do mundo cheguem a produzir e consumir nos moldes das civilizações ricas. O autor deixa claro que o estilo de vida criado pelo sistema econômico em que vivemos e que é tão almejado, será privilégio de uma minoria, já que sua generalização traria uma depredação irreversível ao mundo físico e nas possibilidades de vida para a espécie humana. De acordo com o autor, o desenvolvimento é decorrente do mito do progresso, considerado essencial nas revoluções burguesas e da constituição da sociedade industrial.

Para Furtado (1980) a concepção de desenvolvimento está diretamente relacionada a um processo de transformação e progresso, sendo o homem o sujeito que usa as suas potencialidades e transforma o mundo para atender seus desejos e necessidades individuais ou coletivas. Entretanto, para o autor a noção de desenvolvimento não pode estar atrelada ao crescimento econômico, pois este se encontra comumente no aumento da eficácia de produção, e que sozinho não teria condição suficiente para indicar se determinado local é ou não desenvolvido.

Da mesma forma que Furtado (1998), Vázquez Barquero (1999), Boisier (2000) e Diniz (2006) analisam o desenvolvimento e o crescimento, entendendo que tais termos têm significados diferentes: o crescimento refere-se a uma ampliação medida em geral pelo quantitativo de bens e serviços produzidos num determinado período de tempo, considerando o número de habitantes da localidade; já o desenvolvimento está relacionado ao conjunto de mudanças ou transformações e no tipo de organização que condicionam o aumento sustentado

do produto real, incluindo ainda uma melhoria econômica qualitativa, através do uso dos recursos disponíveis, de inovações tecnológicas e melhor divisão social do trabalho.

Portanto, adota-se como norte teórico de compreensão do desenvolvimento neste estudo, a abordagem do *desenvolvimento endógeno*, como resultado de um processo de forte articulação dos atores locais, com a implementação de novas estruturas de tomada de decisão organizada territorialmente, analisado por autores como Barquero (1999) e Beni (2006), onde é necessário que o ambiente social propicie condições fundamentais para o desenvolvimento, contemplando a participação e articulação social, possibilitando que a economia se torne próspera, pautada em iniciativas e conhecimentos técnicos. Destaca-se aí o papel dos agentes locais (instituições, públicas e privadas), a administração local, as empresas e os próprios habitantes, que intervêm no processo de transformação econômica e social.

Do mesmo modo, como discorrido anteriormente, as políticas descentralizadas que fomentam o protagonismo local são possibilidades reais para contribuir ainda para outra abordagem de desenvolvimento, que está associado às capacidades e liberdades do indivíduo (Sen, 2000), já que incentivam processos decisórios mais democráticos, a participação social, a gestão municipal de qualidade, as possibilidades de projetos locais, entre outras oportunidades.

Na perspectiva de Sen (2000), o desenvolvimento não pode ser avaliado e nem dissociado da vida que as pessoas podem levar e da verdadeira liberdade que elas desfrutam. Dificilmente o desenvolvimento pode ser analisado apenas com relação ao melhoramento de objetos inanimados de conveniência, como o aumento do PIB ou de uma renda pessoal, ou ainda pela industrialização, apesar da importância que os mesmos possam ter como meios para fins reais. O seu valor depende do impacto que ele tem nas vidas e liberdades das pessoas envolvidas e necessita ser central para a ideia de desenvolvimento (Sen, 2010). Torna-se imprescindível, portanto, ao se falar em mensuração do desenvolvimento, não ter como índices apenas os meios (produtos e renda), mas avaliar no que isso influencia nos fins, isto é, na contribuição para abrandar de fato a pobreza, a miséria, na ampliação dos níveis de bem-estar e satisfação das necessidades básicas.

Assim, considerando que o termo desenvolvimento implica em avanço, evolução e inovação, tem-se utilizado o turismo como atividade econômica complementar em vários destinos turísticos, uma vez que o homem transforma o espaço para atender suas necessidades e no seu bem-estar, buscando satisfazer seus anseios, necessidades a fim de renovar suas aspirações e desejos. Com isso, a exata relação do desenvolvimento com o crescimento econômico pode ter relação com a literatura econômica, onde é possível encontrar um cenário,

no qual existem dois pilares: o que considera desenvolvimento e crescimento como sinônimos, desempenhado pela tradição clássica e neoclássica como citado anteriormente; e outro que considera o desenvolvimento mais adiante do crescimento, acrescentando mudanças positivas na qualidade de vida das pessoas.

Reflexão que incorpora as teorizações de Furtado (1980), onde o autor pretende ultrapassar a visão do desenvolvimento ligada apenas ao sistema produtivo e de criação tecnológica, mas vê-lo como um processo global, de transformação da sociedade voltada aos meios e aos fins, do processo de acumulação, ampliação de capacidade produtiva, apropriação do produto social, configuração desse produto, divisão social do trabalho, cooperação, estratificação social e denominação, introdução de novos produtos e a diversificação do consumo.

Transcendendo os obstáculos de concordar ou não com determinado conceito, o importante para Furtado (1980) é a compreensão de que o desenvolvimento diz respeito à evolução de um sistema social de produção, que acontece quando a acumulação e progresso das técnicas tornam-se mais eficazes, elevando a produtividade do conjunto da força de trabalho, afinal, o desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades elementares humanas.

No entanto, o autor analisa ainda que a ação produtiva do homem tem cada vez mais como contrapartida, processos naturais irreversíveis, como a degradação do meio ambiente, fazendo desse modelo de processo econômico uma ação crescentemente predatória, além de desestruturação social como desemprego disfarçado, marginalidade urbana, inadequação da tecnologia e dependência financeira, o que conhecemos como subdesenvolvimento.

Observando algumas abordagens do desenvolvimento referente aos sujeitos, podemos perceber, através das reflexões de Boisier (2003) e Furtado (1980), que o desenvolvimento na perspectiva dos autores está relacionado a um processo de transformação que engloba o conjunto de uma sociedade com a introdução de métodos produtivos mais eficientes, que resultam em um aumento de fluxo de bens e serviços à disposição e satisfação da coletividade.

Diante deste cenário, relacionaremos a seguir, os princípios do desenvolvimento com o turismo, analisando de que forma a atividade turística pode se converter em uma prática de transformação das localidades e dos indivíduos aí residentes.

O interesse neste estudo é o de expor como o turismo, analisado geralmente por suas discussões de caráter econômico, pode impulsionar o seu desenvolvimento, com relação à significação atribuída neste trabalho – o turismo cultural no município de Manaus, e não

somente como uma porta para o crescimento econômico. Acredita-se que um estudo científico, além de sua relevância enquanto um canal de análise e crítica da realidade social deve mostrar caminhos, novas possibilidades de análise e de modificações. Longe de desvelar-se como pensamentos e ilusões, manifestam-se como opções reais, que se forem praticadas, podem contribuir com a transformação social.

Dessa forma, o turismo tem a possibilidade de incrementar nas comunidades receptoras e nos locais que investem em sua sistematização e planejamento, com o fomento de aspectos do desenvolvimento e essencialmente contando com a articulação de vários atores locais. Nesse viés, o turismo pode estimular a melhoria da qualidade de vida dos residentes nas localidades turísticas, caso os atores locais envolvidos mantenham-se integrados e propensos a contribuir de maneira recíproca em busca do desenvolvimento sustentável, que objetiva promover de maneira igualitária vantagens sociais, ambientais e econômicas.

Portanto, o Estado, a iniciativa privada, o terceiro setor e a população local, possuem papéis distintos no processo de modificação social e ambiental ocasionadas com a atividade turística, devendo o Estado possibilitar a rotina da população, equilibrada com a visitação dos turistas, no uso consciente dos elementos ambientais e culturais, gerando dessa forma a reciprocidade entre moradores e visitantes.

O posicionamento de Boisier (2003) e Furtado (1980) é evidenciado por Sachs (1993), que também contribui nas discussões sobre desenvolvimento pautado por outras bases, analisando-o através de dimensões relacionadas aos princípios da sustentabilidade, por meio do tripé econômico, ambiental e social. Tais fatores são relevantes para o seu fortalecimento, de maneira que os agentes organizadores da sociedade estejam sintonizados com os meios onde estão inseridos, sendo a sociedade o agente principal dessa dinâmica, pois suas peculiaridades culturais, sociais, seus ideais políticos são os componentes necessários e fundamentais na posterior construção do planejamento do bem comum da localidade.

Dentro dessa discussão, pode-se incluir o turismo enquanto atividade impulsionadora do desenvolvimento local e de equilíbrio social entre os indivíduos, haja vista que sua expressão econômica geradora de emprego e renda se destaca dentre as demais características. Assim, a atividade turística deve impulsionar gradativamente ainda a relação de forças entre empreendimentos que não visam apenas o lucro, uma vez que na concepção de Singer (2004, p. 1):

[...] quando a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários, for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar a satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria.

Entende-se assim que existem dois momentos para o alcance do desenvolvimento almejado: o primeiro, através do papel que podem exercer as políticas públicas de turismo na definição de ações que as impulsionem; e o segundo momento, pelo estímulo dos próprios atores, concebendo parcerias, ações e interferências que ocasionem benefícios sociais. Dessa forma, os desafios para o turismo nas localidades no qual é executado são os de proporcionar o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

Quanto às características do crescimento, Singer (1996) discorre que ele resulta do impulso dado pela demanda (dividida em consumo privado e público e investimento privado e público) para se investir, isto é, para se expandir a capacidade de produção da economia e para aproveitar mais a capacidade de produzir já disponível, legada pelo investimento passado.

Além disso, o turismo pode promover ainda de diversas maneiras a disseminação das liberdades políticas, como os que lideram o desenvolvimento e o crescimento a partir do comando das grandes empresas e os que o fazem a partir de empreendimentos solidários, ONGs e movimentos sociais e que compartilham em grande medida dos mesmos valores fundamentais.

A contribuição de Singer (2004; 1996) nos faz refletir que a população de uma determinada localidade como a do município de Manaus, pode envolver-se no processo da tomada de decisões a respeito dos caminhos que a atividade turística está seguindo naquela localidade, bem como no momento em que se estruturam em formato de associações ou cooperativas, com objetivos de supervisionar as ações que o poder público está tomando em relação à atividade turística, como no sentido de cooperar com a cadeia produtiva do turismo e com a oferta de produtos turísticos locais.

É importante observar que os indivíduos são incentivados em todas as ações para serem atores/agente de transformação, com papéis indispensáveis no processo de participação no desenvolvimento, pois o que pensam e fazem resulta diretamente no meio social em que vivem. Dessa maneira afirma-se que sujeitos ativos e participativos contribuem de forma mais efetiva para a mudança social. Essa condição de agente é relevante para Sen (2000), pois representa um indivíduo-membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas. Trata-se de alguém que age e ocasiona mudança. Fica claro, na abordagem do autor, que a avaliação do desenvolvimento deve ter um destaque nas vidas humanas e nas capacidades que são expandidas.

Na abordagem de Sen (2000) as pessoas não são beneficiárias passivas das disposições disponíveis, ao contrário, são agentes ativos da mudança e devem traçar seu

próprio caminho. Sendo assim, o autor se refere ao desenvolvimento humano como aquele que cria possibilidades sociais, contribuindo diretamente para a ampliação das capacidades humanas e da qualidade de vida, dando condições a essas pessoas de participarem e moldarem seus destinos.

Por essa lógica, é evidente que quando nos reportamos à participação estamos fazendo menção a Estados que exercem a democracia, pois em países cuja característica é o autoritarismo, a ausência de autonomia política é mais uma das razões que impedem a condição de ator/agente de transformação.

No entanto, estamos analisando neste estudo um município da região Norte do Brasil – Manaus/AM, detentor de direitos democráticos, tornando-se indispensável expor que o processo participativo e a discussão pública são elementos que influenciam no desenvolvimento, principalmente em se tratando do turismo, atividade complexa e que abrange todos os segmentos sociais, de forma direta e/ou indiretamente.

Por ser uma atividade do setor de serviços, o turismo precisa impulsionar e envolver um número relevante de pessoas. A mão-de-obra é caracterizada por diferentes atores, contribuindo para a inclusão social por três razões: por ser uma atividade que oportuniza o contato entre diferentes culturas (podendo auxiliar no estímulo ao respeito e a preservação das diferentes comunidades); pelo fato dessas relações em alguns momentos apresentarem conflitos e em outros momentos serem pacíficas, permitindo instituir a empatia entre diferentes atores; e por fim o turismo favorece chances de emprego e renda. No entanto, é necessário que essa inclusão social esteja pautada ainda em princípios de autonomia, com a possibilidade de igualdade de chances de participação dos atores sociais nos processos decisórios em relação à atividade turística na localidade em que está inserida.

Nesse sentido, Souza (1995; 2000; 2002) define a autonomia como um princípio norteador do desenvolvimento. As pessoas de determinadas localidades, devem adotar a responsabilidade de dar significância à palavra desenvolvimento norteada em suas carências, particularidades e suas culturas. Esse processo, não se limita à instituição de metas a serem executadas. No entanto, a definição dos principais objetivos a serem atingidos deve ocorrer de maneira democrática, participativa e de consenso entre percepções diferentes.

O incentivo do poder público para produzir nas pessoas o pensamento participativo, pode desenvolver a autonomia, das várias maneiras que ela pode ocorrer. Em outras palavras, o Estado possui um papel de destaque no estímulo às prioridades dos indivíduos ativos participantes com atitudes para o ideal de desenvolvimento.

Sen (2000) destaca que a atividade turística deve impulsionar a expansão dos cinco tipos de liberdades instrumentais citados anteriormente, dentre os quais a **liberdade política**, que possibilita aos cidadãos de um determinado lugar gozar de todos os direitos correspondentes às democracias em sentido abrangente. Um desses direitos é o de participar do processo da tomada de decisões a respeito dos rumos que a atividade turística está tendo na localidade, no momento em que se organiza em associações/cooperativas, tanto no sentido de fiscalizar as ações que o poder público está tomando com relação ao turismo, quanto no sentido de participar da cadeia produtiva do turismo e na oferta de produtos turísticos locais.

Neste contexto, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a descentralização como direção administrativa, possibilitando maior autonomia aos Estados e municípios federativos, onde posteriormente, os municípios converteram-se em bases territoriais, na qual a análise das ações passou a ser concretizada, ampliando as responsabilidades dos governos e da gestão financeira.

Destarte, a autonomia concedida aos municípios brasileiros na gestão de políticas públicas, de caráter próprio ou em concordância com as políticas nacionais e o preceito constitucional da participação social como componente essencial na concepção e comando das políticas em todos os níveis, provocou a instituição de canais públicos populares, no formato de conselhos gestores, fóruns, associações, redes, contando com representantes da sociedade e representantes do Estado, como um novo ente que oportuniza o domínio social, a administração e a decisão tomada após análise e reflexão, com divisão de responsabilidades e papéis, entre poder público e a coletividade.

Dessa forma, a estrutura organizacional desses canais públicos contempla essas características, já que incentiva a interação entre os diferentes níveis de gestão, principalmente aqueles ligados a gestão estadual e municipal, além de também lançar mão de instrumentos como os conselhos gestores, no qual as decisões referentes aos interesses públicos têm que ser discutidas por segmentos do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil. Observa-se assim, uma transferência nos papéis assumidos, uma vez que anteriormente o poder local possuía limitações de autonomia, cumprindo apenas o papel de implementador das deliberações tomadas em escala federal. Com a publicação da Constituição Federal de 1988, o poder local adotou o papel de agente e receptor da união e envolvimento de empreendimentos econômicos, políticos e sociais na esfera local.

Com esse novo modelo de entes federativos, foi possibilitado um outro sentido ao poder local, passando este a ser um condutor de novas possibilidades para a gestão efetiva dos recursos públicos e de iniciativas de desenvolvimento econômico e social. Da mesma forma, a

sociedade civil assumiu responsabilidades nesse momento de reestruturação do Estado, deixando de ser passiva, buscando contribuir de maneira determinada e atuante para o desenvolvimento e crescimento do país.

De forma similar, Beni (2006) analisa que o desenvolvimento das localidades é feito mediante os recursos humanos e materiais existentes, para aumentar o apoio social e conseqüentemente, possibilitar sistemas flexíveis de reforço da participação popular nos encaminhamentos de temas relacionados à saúde, educação, saneamento básico, segurança, turismo, entre outros.

Nesse aspecto, o autor aborda o conceito de empoderamento, o qual vem sendo discutido desde década de 1970 e tem relação com questões referentes ao desenvolvimento sustentável e de autogestão dos recursos políticos, econômicos e sociais, uma forma de inclusão social e de alívio da deficiência financeira.

Na visão do autor:

[...] o empoderamento vai além das noções de democracia, direitos humanos e participação, muitas vezes medida na simples presença em assembleias, para incluir a possibilidade de compreensão a respeito da realidade em seu meio (social, político, econômico, ecológico e cultural), refletindo sobre os fatores que dão forma ao seu meio ambiente, bem como à tomada de iniciativas no sentido de melhorar sua própria situação. [...] o empoderamento coloca as pessoas no centro do processo de desenvolvimento (Beni, 2006, p. 74)

Portanto, o empoderamento pode ser compreendido como um elemento de contribuição para o desenvolvimento, na medida em que pressupõe haver um poder na tomada de decisão e controle por parte daqueles que não detinham qualquer poder de decisão. Em resumo, trata-se tanto da possibilidade de agir, como também pela possibilidade de produzir comportamento específico (recíproco ou de desequilíbrio), uma vez que há indivíduos que exercem o poder enquanto outros indivíduos se submetem a ele. Além disso, a confiança tornou-se outro elemento principal de desenvolvimento, pois quanto mais houver em uma sociedade a expectativa de adesão de seus cidadãos, através de associações baseadas na confiança recíproca, maior é a capacidade de capital social presente na mesma. Assim, “[...] a confiança é um dos fatores preponderantes para que concepções e ações sejam implantadas em arenas públicas responsáveis pelo estímulo ao desenvolvimento local/regional, independente de qual seja o setor produtivo” Nóbrega (2015, p. 14).

De maneira semelhante, Putnam (1996) analisa que a confiança é o componente principal das relações sociais e quanto mais houver em uma comunidade possibilidades de afiliação de seus cidadãos através de associações baseadas na confiança mútua, maior é o volume de capital social presente na mesma.

As análises dos autores destacam diversas maneiras de aumentar o capital social na atividade turística como: a estruturação do elemento social de confiança e de cooperação entre os atores; a oportunização de parcerias entre atores classificados de porte superior com aqueles considerados de porte inferior, desde que essa relação acrescente integração e o incentivo à participação da sociedade local no processo.

De acordo com as considerações apresentadas, podemos observar que a organização social em suas diversas formas possíveis e sua resultante geração de capital social, tendo como base articuladora o *status* de ator/agente das pessoas, é o componente característico e primordial do desenvolvimento, tendo significância estratégica no turismo na ampliação das práticas e da liberdade das pessoas. Por ser uma das atividades econômicas mais expressivas no mundo, o turismo em âmbito atual, pode colaborar para a ampliação das capacidades econômicas da população.

Assim, criticar o desenvolvimento baseado somente no economicismo deve ser separado da crítica à economia, pois como já constatado, não podemos abordar o desenvolvimento apenas apoiado nos indicadores econômicos, mas também não podemos abordar o desenvolvimento sem analisarmos o crescimento da economia. Em regiões desprovidas de recursos financeiros, deve-se buscar alcançar o crescimento da renda local, e dessa forma, efetivamente o desenvolvimento, através de atividades econômicas viáveis e competitivas como o turismo. Observando o espaço do município de Manaus, nota-se que as ações na esfera do turismo, ao longo da implantação de políticas instituídas para a organização e desenvolvimento da atividade em escala federal, estadual e municipal, favoreceram a criação de externalidades positivas na localidade. Também geraram a atração de investimentos privados, que dinamizaram e dinamizam a economia local, como também na introdução de ações em infraestrutura (ainda que deficitária), no meio ambiental e institucional com a formação de mão-de-obra qualificada para o setor.

Através do turismo é possível assegurar diversas oportunidades sociais, como a criação de postos de trabalhos nas áreas de hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, locação de veículos, lazer e entretenimento. Além disso, as políticas de turismo podem incentivar a melhoria social, como é o caso do aproveitamento dos recursos culturais existentes em Manaus, que possibilitam às práticas de atividades culturais como eventos, espetáculos, recuperação e visitas em espaços históricos, oferta de cursos de qualificação profissional. Percebe-se então que se pode falar que há uma política pública de turismo em Manaus no viés das políticas de cultura implantadas em âmbito da esfera estadual.

Portanto, se o turismo colabora expressivamente para a economia de uma

determinada localidade, como é o caso do município de Manaus, ele pode incentivar de diferentes maneiras a expansão das liberdades da população, levando esta a participar do processo de tomada de decisões a respeito dos rumos que a atividade turística está tendo na localidade, como também no momento em que a população se organiza em associações/cooperativas, tanto no sentido de fiscalizar as ações que o poder público está tomando em relação à atividade, quanto no sentido de participar da cadeia produtiva do turismo, na oferta de produtos turísticos locais.

Podemos considerar que a gestão pública precisa sistematicamente de mais incentivos públicos para investir em infraestrutura básica e turística. O papel do Estado nesse sentido é o de instituidor, sistematizador e condutor de ações em prol da coletividade. Dessa forma, estando em um espaço democrático de discussões, questões como o diálogo, compartilhamento público e participação política, colaboram para que os projetos sociais não sejam colocados de forma imperativa, e sim para que haja uma ampla discussão das prioridades sociais relacionadas à atividade turística. Caso haja um uso concreto das oportunidades de participação disponíveis, é possível estipular de maneira compartilhada quais são as prioridades de desenvolvimento do turismo para Manaus.

O Estado interfere como agente regulador no planejamento do desenvolvimento da atividade, orientando a sociedade para um desenvolvimento sustentável que esteja firmado no tripé – conservação ambiental, crescimento econômico e equidade social. Neste mesmo sentido, Singer (2004, p. 1) destaca a necessidade de um Estado forte, referindo-se ao desenvolvimento como:

[...] processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

Para o autor, um Estado forte, com habilidade de controle social, demanda uma sociedade civil forte, nas mesmas proporções de habilidade de controle social. No caso do turismo, não se espera que o Estado seja impositivo e burocrático, mas sim que tenha eficiência, responsabilidade e transparência em suas decisões. É necessário que ele preste conta aos cidadãos e que faça uso de uma política sistematizada e descentralizada, onde os problemas, decisões e ações possam ser discutidos com as sociedades locais. Dentro desses novos sentidos atribuídos ao desenvolvimento, autores como Sen (2000) e Putnam (1996) percebem o desenvolvimento para além de crescimento econômico e estabelecem uma relação direta entre aumento da propriedade material (incrementos positivos no produto e na renda) e

o aumento de bem-estar da população. Portanto, torna-se necessário, ao se falar em mensuração do desenvolvimento, não ter como parâmetros apenas os meios (produtos e renda), mas mensurar em que isso influencia nos fins, ou seja, na contribuição para amenizar de fato a pobreza, a miséria e melhorar níveis de bem-estar e satisfação das necessidades básicas como educação, saúde e segurança.

No contexto deste estudo, o desenvolvimento e o crescimento partilham o mesmo objetivo principal – a promoção do bem-estar da população local, através do aumento de riquezas; do acesso dessa população, onde quer que vivam, aos bens e serviços que satisfaçam suas necessidades básicas e não deixando de nelas incluir, naturalmente, o emprego, a preservação de suas manifestações culturais e do meio ambiente. Por fim, o desenvolvimento da atividade turística deve satisfazer as demandas econômicas, sociais e ambientais, conservando ao mesmo tempo a integridade cultural e ecológica para que os resultados assertivos possam ser observados tanto pela comunidade local como pelos turistas.

Assim, de acordo com Sen (2000) e Putnam (1996), salientamos o papel imprescindível que as pessoas possuem no processo de desenvolvimento. O que os indivíduos pensam e o que fazem impacta diretamente o meio social em que vivem. Sujeitos ativos conseguem de forma mais efetiva contribuir para a transformação social. Dessa maneira, a expansão da educação básica e escolaridade, o aumento da independência econômica, e outras alterações sociais e econômicas ajudam os indivíduos a serem cidadãos ativos, cabendo ao Estado o papel central no incentivo para a emergência de indivíduos ativos participantes de ações para o desenvolvimento e conseqüentemente para a atividade turística.

Na próxima seção será discutido o papel do planejamento nas políticas públicas de turismo, visto ser este uma ferramenta importante para o desenvolvimento da atividade turística, a qual é baseada, na sua essência, em princípios econômicos. Serão analisadas ainda as formas e as interfaces que envolvem o planejamento nos contextos social, cultural e ambiental de cada comunidade em função de suas especificidades. Já que, da observação dos motivos humanos, constata-se que as razões culturais e de natureza são destacadas como atrativos para a atividade turística. Com isso pode-se avaliar que opções são diversificadas para o desenvolvimento e consolidação do turismo, pela qualidade e oportunidade das localidades, como de Manaus e seus respectivos recursos turísticos.

2.3 Planejamento e políticas públicas de turismo

Para que o fenômeno turístico seja planejado e executado de forma satisfatória, com objetivos de desenvolvimento e transformação de uma localidade, são instituídas, conforme apresentado na seção anterior, as políticas públicas de turismo, as quais são elaboradas em diferentes escalas do governo internacional, nacional, regional, estadual e municipal, com objetivo de produzirem resultados positivos como a oportunidade de novos negócios, de promover a difusão de culturas, a distribuição de renda, além de atuar como ferramenta auxiliar na preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico, possibilitando ao homem o acesso ao lazer e ao entretenimento.

Em muitas localidades, a atividade turística é considerada o ponto de partida para o desenvolvimento, envolvendo a participação de diversos atores no momento de seu planejamento e execução. A essência do desenvolvimento do turismo bem-sucedido mediante as políticas públicas é realizada através de parceria entre os diversos interessados nesse setor, como governos, órgãos estatais ou semiestatais, organizações voluntárias e sem fins lucrativos, setor privado, comunidade anfitriã e visitantes.

Sob uma perspectiva mais ampla, o que se almeja das políticas públicas é um planejamento e um desenvolvimento equilibrado das muitas facilidades necessárias à implantação do turismo, para que ele possa satisfazer as exigências dos turistas e atender às necessidades da população local (MTur, 2014). No entanto, se mal planejado, o turismo pode se tornar algo indesejável, em virtude da existência de impactos, transformações e prejuízos sociais, culturais, ambientais e econômicos. Esses prejuízos, já registrados pelos estudiosos do turismo se dão em decorrência da atividade, especialmente em países pobres e em desenvolvimento, pela falta de recursos financeiros para investimentos e a infraestrutura deficiente para atender a demanda de turistas, quando o destino começa a se tornar popular.

Dessa maneira, cabe destacar que ao intencionar pela implantação do turismo em determinado espaço, cada sociedade deve avaliar a disponibilidade de recursos adequados para desenvolvê-lo; se existem mercados potenciais a serem atraídos pela localidade; se existe mão-de-obra e infraestrutura suficientes para atender às demandas e; se efetivamente o turismo poderá alcançar os seus objetivos de desenvolvimento econômico almejado.

Acerenza (2002) analisa que o planejamento e o desenvolvimento do turismo têm sido alvo das ações dos poderes públicos que visam unicamente às vantagens econômicas da atividade, como o aumento de renda da população, do produto interno e da redistribuição de renda. Entretanto, o autor alerta que para que o turismo possa contribuir com melhores

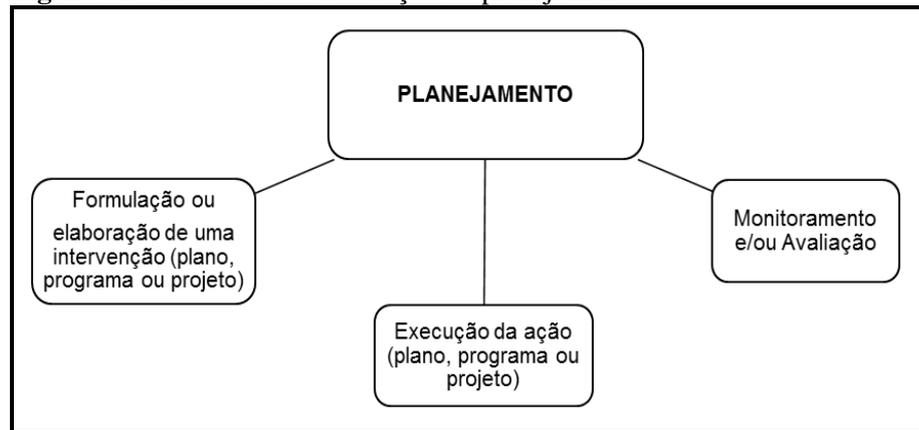
condições socioeconômicas às populações locais, é necessário que o Estado como entidade representativa da sociedade, possa definir política e planejamento adequados para atividade turística, de modo que sejam atendidas as necessidades do setor de forma sustentável.

De forma similar, Hall (2004) discorre que as necessidades de planejamento turístico e de mediação do governo no processo de desenvolvimento são reflexos típicos aos resultados indesejados do desenvolvimento no setor, principalmente em âmbito local. Para o autor, o planejamento pode reduzir os impactos negativos, elevar retornos econômicos e, dessa forma, incentivar uma resposta positiva por parte da comunidade receptora em relação ao turismo de longo prazo. Portanto, o planejamento se mostra como um componente crítico para a segurança de um desenvolvimento sustentável de longo prazo às localidades turísticas.

Neste sentido, Cruz (2001, p. 342) afirma que: “[...] o planejamento é algo que remete sempre ao futuro, já que não se pode planejar o passado ou o presente. Planejar significa, sempre, projetar o futuro que se deseja”.

Para a autora, o planejamento pode ser dividido em quatro momentos: no primeiro momento é preciso olhar para o passado e identificar os erros que não se deseja voltar a cometer, diagnosticando o presente e, portanto, pensar os cenários futuros; em um segundo momento ela ressalta que o planejamento é meio e não o fim, sendo um processo político-ideológico que exprime desejos, objetivos e visões dos atores sociais que o conduzem. No terceiro momento o planejamento é um processo, e por isso comporta uma série de ações, como a organização social de um determinado setor – neste caso o turismo. Finalizando, diz que o planejamento local e regional não são necessariamente excludentes, ou seja, o planejamento regional não elimina a possibilidade de existência de planejamento de escala local, desde que, naturalmente, estes sejam convergentes. Tais processos de planejamento envolvem ainda a elaboração de políticas públicas.

Dessa forma, o Estado tem papel relevante no processo de planejamento das políticas e direcionamentos para o turismo, com a determinação de objetivos, diretrizes e programas de gestão para a atividade, apoiando-se na participação social, na equidade, intersetorialidade e sustentabilidade. No entanto, apesar da importância do papel do Estado nesse processo, muitas localidades não têm políticas explícitas *a priori*, estas vão sendo criadas no decorrer das ações de planejamento. Nota-se assim, que o planejamento executado pelo Estado tem objetivado a garantia da melhora do balanço de pagamentos, a geração de empregos, ou o aumento do fluxo turístico como tratativa da sazonalidade da atividade. Sob o enfoque de Beni (2006), pode-se entender o planejamento estratégico e integrado do desenvolvimento sustentável do turismo, conforme figura 02 a seguir:

Figura 02 – Processo de elaboração do planejamento.

Fonte: Adaptado a partir de Beni (2006).

Diante da figura 02, observa-se que as etapas que envolvem o planejamento, relacionam-se com o processo de formulação ou elaboração de uma intervenção (materializada em plano, programa ou projeto) – o antes de agir, o que será realizado no futuro, baseado no diagnóstico geopolítico e administrativo do objeto de estudo; posteriormente, a execução da ação formulada e por fim o processo de monitoramento e/ou avaliação, que sempre culmina em um estudo ou documento, no qual são encontrados dados e informações gerais sobre a ação, gerando adequações, modificações ou reformulações da ação.

De uma forma geral, o planejamento da atividade turística brasileira, pautado na perspectiva do Estado, é voltado para o “desenvolvimento sustentável”. Busca-se alcançar o progresso e a qualidade de vida pela elevação do consumo, com discurso que pretende combater as mazelas sociais (fome, drogas e prostituição de menores), impulsionando a infraestrutura e o comércio dos destinos turísticos para introduzi-los na economia em escala global. No entanto, em espaços como o Parque Estadual de Ibitipoca, localizado na Zona da Mata mineira, o qual recebe cerca de 50 mil visitantes anuais, o excesso de visitação torna-o um dos parques mais congestionados do país¹¹, onde há trilhas e estradas erodidas e cercadas por propriedades particulares no entorno do parque. Os efeitos negativos do turismo também podem ser observados em outros países como a Tailândia, Butão, Bolívia, Mali, Filipinas, México, com o uso de drogas e bebidas alcólicas nas praias, lixo acumulado em locais abertos, empresários e operadoras que se apropriam do dinheiro que os turistas deixam nas localidades, prática de preços abusivos, animais que mudam seu comportamento, pedofilia e o tráfico de pessoas.

¹¹ Disponível em: <http://ecoviagem.uol.com.br/fique-por-dentro/artigos/turismo/efeitos-negativos-do-ecoturismo-875.asp>

Beni (2006, p. 97) analisa que o planejamento turístico ordenado sob o enfoque do desenvolvimento sustentável, oferece um novo paradigma às políticas governamentais, uma vez que contempla os postulados de “[...] eficiência econômica, equidade social, prudência ecológica, sobretudo quando tal planejamento é participativo, onde o cidadão toma consciência de sua importância e contribui na elaboração das propostas do mesmo”. Para operacionalizar o planejamento turístico pautado no desenvolvimento sustentável, o autor adota direcionamentos ou dimensões que devem ser consideradas no momento de formulação e/ou elaboração das intervenções na atividade, tornando-a participativa e efetivamente sustentável, sendo elas: a sustentabilidade ambiental (ecológica); sustentabilidade social; sustentabilidade econômica; sustentabilidade cultural e sustentabilidade político-institucional.

Como o foco deste estudo é pautado no incentivo ao turismo cultural em complementaridade e fortalecimento ao ecoturismo no município de Manaus, a sustentabilidade cultural abordada pelo autor se reporta ao impacto que a atividade turística tem sobre a cultura local (patrimônio, folclore, usos, costumes, hábitos próprios do lugar e que fazem parte da identidade da população). As diretrizes para esse segmento estão relacionadas à conservação da herança cultural; conservação e uso do patrimônio histórico; meios de interpretação e difusão cultural e, a manutenção da autenticidade cultural.

Ávila (2009) avalia que a participação e comunicação efetivas no planejamento da atividade turística implicam numa divisão de poderes nas escalas de elaboração, execução, controle e avaliação. Para o autor “[...] participar significa compartilhar o processo de tomada de decisões, implicando em co-decisão e co-responsabilidade” (Ávila, 2009, p.26).

Por esse mesmo viés, Diaz Bordenave (1994) sustenta que o compromisso com o planejamento é de quem o aplica, uma vez que os instrumentos legais são peças nas mãos de quem os manuseiam, não têm vida própria. Dessa forma, é falho dar ao planejamento ou aos seus instrumentos legais “responsabilidades”. A responsabilidade de acordo com o autor é de quem aplica ou os adota.

Pela afirmativa supracitada, Wanderley-Filha *et al.* (2013) asseguram que a participação não é somente o resultado de valores culturais ou democráticos, mas também produto das estruturas do governo público e do grau em que essas estruturas são verdadeiramente abertas à participação, ao debate e à autonomia na tomada de decisões. Nesse caso, podemos associá-los ao planejamento da atividade turística.

Novamente utiliza-se da contribuição de Souza (2000, p. 76) que salienta:

[...] a ideia de autonomia engloba dois sentidos: 1 – autonomia *coletiva* que depende de garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva, que inclui o acesso à informação suficiente e confiável, de igualdade, de chances, de

participação em processos decisórios relevantes, no que toca aos negócios da esfera pública e 2 - autonomia *individual* que trata da capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e conhecimento de causa.

Assim, para o autor a autonomia é considerada como um mecanismo central para a avaliação de procedimentos e estratégias de transformação sócio-espacial, no qual contempla a promoção de desenvolvimento mediante o planejamento e gestão da localidade (Souza, 2000). Barquero (1999) salienta que um dos fatores estratégicos do desenvolvimento é a existência de redes de cooperação entre as empresas e instituições públicas e privadas, na medida em que as mesmas facilitem a partilha, quer de recursos, quer de conhecimentos e formas de atuação, além da convergência de esforços, para torná-las mais flexíveis e receptivas às mudanças.

Entende-se assim que o planejamento participativo e a constante procura por um Estado descentralizado possibilitam o retorno da cidadania e de uma gestão pública democrática e responsável, além de reconhecer os problemas locais como um todo, compreender os interesses das comunidades e debater prováveis soluções.

Dessa maneira, o Governo Federal com o propósito de descentralizar a gestão do turismo e de garantir a participação político-operacional do PRT, fomentou a instituição de organismos como o Fórum Nacional dos Secretários de Turismo e as instâncias de governança em nível regional e local, delegando aos mesmos a função de instrumentalizar políticas, programas, ações e o fomento de parcerias em nível de suas jurisdições.

Entretanto, a experiência do Estado Brasileiro com relação à execução de políticas, com o objetivo de fomentar a atividade turística, foi considerada incipiente e pouco efetiva, principalmente no que se refere à inserção efetiva da população local na implantação de infraestrutura básica e turística e na capacidade de trabalhar diferentes elementos de forma integrada (Figueiredo & Nóbrega, 2009).

Corroborando, Azevedo *et. al.*(2013, p. 20) analisam a realidade existente no Brasil no que se reporta à participação popular nas decisões em projetos de interesse comum: “[...] no território nacional brasileiro são poucas as experiências bem sucedidas quanto à participação comunitária em diferentes projetos, inclusive nos turísticos”. Assim, nota-se um atraso nas políticas de desenvolvimento do turismo no país, pelo menos na prática dessas políticas, pois a participação da sociedade se evidencia como fundamental no planejamento dos destinos, pois são os moradores que vivenciam cotidianamente a realidade das localidades turísticas, podendo eles idealizar apontamentos detalhados a respeito das vulnerabilidades e capacidades das mesmas. Os autores ainda identificam que:

[...] as políticas de turismo possuem duas visões diferenciadas, que estão relacionadas à visão comercial da atividade e a utilização da política como estratégia para o desenvolvimento, ou seja, garantindo não somente as exigências do mercado, mas, também, as necessidades da comunidade receptora (Azevedo *et al.*, 2013, p.23).

No entanto, ao considerar a lógica contraditória do capitalismo, Becker & Wittmann (2003, p.78), afirmam que não existe o movimento econômico sem o contra movimento social (autoproteção social), uma vez que “a organização produtiva, enquanto produção de mercadoria (dinheiro), só é real, porque antes é produção material das necessidades humanas”. Por esse enfoque, Wanderley Filha *et al.* (2013, p. 33) fazem sua contribuição, analisando a relação entre planejamento, política e turismo:

[...] sendo a política pública para o turismo tudo o que os governos decidem fazer ou não com relação a esse setor, o planejamento turístico, tem como objetivo geral promover o desenvolvimento da atividade turística setorial de modo que esta tenha condições de ampliar gradualmente sua atuação, minimizando seus efeitos negativos e potencializando os resultados desejados pela demanda coletiva.

Nesse sentido, o planejamento em turismo auxilia no desenvolvimento regional e local, a partir do momento em que contribuem para a refuncionalização de parcelas do espaço, com a inserção de novos produtos, possibilitando a integração entre áreas consideradas periféricas ou a margem da dinâmica econômica (Fonseca, 2005).

Dessa forma, espera-se que o planejamento das políticas públicas, leve ao sucesso da atividade turística, contribua no envolvimento efetivo das populações locais, possibilitando ainda a essas comunidades, benefícios e desenvolvimento de caráter socioeconômico.

Souza (2000) também defende a ideia de que o desenvolvimento e o planejamento devem estar associados à autonomia, no momento em que os indivíduos ou grupos sociais definem seus objetivos e necessidades prioritárias de ação, com possibilidade de igualdade de participação em processos decisórios e consciente de avaliação e de estratégias de mudança sócio-espacial.

Assim, entende-se que a atividade turística nos espaços na qual está inserida, pode alcançar níveis de desenvolvimento defendido pelo autor, através de justiça social e melhor qualidade de vida, na medida em que o planejamento e a gestão da atividade possam contar com o debate público e deliberação por parte da coletividade, além do engajamento de todos os atores na solução dos problemas ocasionados. Barquero (1999, p. 52) caracteriza esse desenvolvimento como endógeno, o qual pode ser definido como:

[...] este novo modelo de desenvolvimento, “a partir de baixo” ou “endógeno”, sustenta a ideia de que o desenvolvimento econômico é “um processo de crescimento e mudança estrutural, liderado pela comunidade local, que mediante a

utilização do potencial de desenvolvimento existente no território conduz à melhoria do bem-estar da população”.

Na percepção do autor, esse desenvolvimento refere-se ao atendimento das necessidades e demandas da comunidade local, mediante a participação dos envolvidos, objetivando ganhos não somente na divisão do trabalho, como também no equilíbrio do bem-estar econômico, social e cultural dessa comunidade. Na medida em que a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento, bem como coordenar processos de mudança em suas estruturas, pode-se pensar em desenvolvimento local endógeno, ou simplesmente desenvolvimento endógeno.

Como explicita o autor, para ser classificado como endógeno, alguns elementos condicionantes são necessários para o alcance do mesmo: 1 – inclusão do capital humano como alternativa de crescimento econômico em longo prazo; 2 – elemento de inovação no sistema produtivo, mediante decisões de investimento; 3 – novas tecnologias; 4 – processos de mudanças existentes na própria comunidade local; 5 – forma de organização da produção; 6 – estrutura social e cultural e os códigos de conduta como condicionantes do processo de desenvolvimento; 7 – instituições públicas que proporcionem uma melhor relação de cooperação entre os diferentes atores a fim de contribuir para a aprendizagem e inovação.

Como apontado anteriormente, diante do potencial turístico do país e da potencial capacidade geradora de emprego, renda e inclusão social, o Governo Federal, como responsável pelas políticas de turismo, percebeu que a gestão do processo de planejamento turístico balizado por valores que remetiam à sustentabilidade em seus diversos aspectos, deveria ser de responsabilidade do Estado, sendo esse o único agente capaz de amenizar conflitos de interesses relacionados à atividade.

Hall (2004) reitera a importância da mudança na visão de planejamento no turismo, ao dar ênfase à construção de processos integrados, orientados na satisfação das necessidades de várias partes interessadas na atividade turística e nos setores ligados direta ou indiretamente a ela, culminando assim no relacionamento entre as diversas esferas do governo, possibilitando o aumento do diálogo da esfera local e comunidade.

De acordo com o autor, três pontos merecem destaque na construção do planejamento integrado: 1) a participação e o envolvimento dos diversos setores ligados direta ou indiretamente à atividade turística em todo o processo de construção do plano; 2) a necessidade de se desenvolver métodos para a avaliação contínua e indicadores que darão o retorno quanto ao andamento das ações tomadas e; 3) uma análise dialética com ênfase na

função do processo, buscando compreender suas interdependências e seus inter-relacionamentos.

De uma forma geral, pode-se afirmar que planejar a atividade turística, significa decidir de maneira antecipada: o que é necessário fazer; quem vai fazer; como fazer; aonde fazer e quanto investir em recursos humanos, materiais e financeiros, maximizando assim os seus efeitos positivos e minimizando os efeitos negativos no ciclo de vida nas localidades onde está inserida.

Percebe-se então que, o avanço nas políticas de planejamento do turismo contemplou, a partir da instituição do PRT, a formação de arenas públicas, redes e instâncias, de modo que estas possibilitassem um espaço de debate, articulação e integração entre os agentes sociais do turismo, com ênfase no desenvolvimento de um modelo sustentável de planejamento turístico, que equilibrasse os interesses da cadeia produtiva do turismo. O foco da regionalização, através do PRT, buscou em vários sentidos a descentralização das ações, a revalorização dos lugares e territórios, a emergência da dimensão local com atuação dos residentes. Isso tudo através da representação de diferentes atores da sociedade em instâncias de governança, com a finalidade de aproximar mais os interesses de diferentes grupos sociais, dando maior celeridade às tomadas de decisões, e garantir o provimento de recursos direcionados ao desenvolvimento do turismo regional (Nóbrega, 2015).

Essas instituições, caracterizadas neste estudo como instâncias de governança, deveriam buscar o fortalecimento da participação social de todos os envolvidos com a atividade turística, uma vez que a participação efetiva e o comprometimento dos atores representam estratégia relevante, capaz de impulsionar o desenvolvimento do turismo nas localidades. Entretanto, é pertinente destacar que tal prática política, envolvendo os atores da cadeia produtiva do turismo de forma participativa, não foi considerada em sua efetiva implementação, pois ainda vivenciamos na sociedade brasileira decisões públicas enraizadas em uma história de práticas extremamente centralizadoras e impositivas.

O que existe é uma legislação que apresenta uma situação política reveladora das dificuldades de sua implementação. Respectivamente, as instâncias de governança turística no município de Manaus¹² ostentam problemas de inconsistência em suas estruturas organizacionais e nos instrumentos para solucionar as questões que emergem, na busca de integração dos entes públicos e privados. Mais grave ainda são os problemas de articulação entre os atores sociais que fazem parte do colegiado dessas instâncias. A cooperação entre os

¹² Os resultados da avaliação das instâncias de governança serão apresentados no capítulo 5.

entes integrantes da cadeia produtiva do turismo tornou-se uma exigência institucionalizada no Brasil e uma mudança de cultura política e de gestão. Fortaleceu-se o federalismo cooperativo impondo-se uma articulação permanente entre União, Estados e Municípios, nem sempre praticada. Em nível municipal o que se observa é a ocorrência de decisões centralizadas, uma “autonomia dependente” das instâncias superiores e o uso equivocado dos reais objetivos das mesmas. Logo, no Brasil, os objetivos de integração entre níveis de governo, através de estratégia de conceber o turismo pela abordagem regional e a formação de instâncias de governança turística, estiveram pautados através de negociação política.

O próprio MTur na elaboração do Relatório de Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil em 2010, reconheceu a existência de entraves e pontos críticos para a implementação da regionalização como política pública do governo federal, na gestão do turismo brasileiro. Dessa maneira, nas propostas de implementação das políticas para o setor com a criação de instâncias de governança turística “[...] há a ausência de um processo de avaliação de resultados das políticas e planos destinados ao setor.” (...) “há a insuficiência de dados, informações e pesquisas sobre o turismo brasileiro.” (MTur, 2010, p. 16).

Em relação aos aspectos negativos do processo de formação desses organismos sociais, destacam-se:

[...] o não reconhecimento da importância desse formato de discussão participativa; a não consideração da diversidade de condições entre os Estados, acarretando uniformidade de orientações; falhas na divulgação, no monitoramento e na avaliação do desempenho das instâncias de governança turísticas; a não efetiva participação dos atores sociais; a baixa articulação das câmaras temáticas e a descontinuidade de iniciativas pontuais. (MTur, 2010, p. 43).

Além disso, foi destacado ainda pelo próprio MTur, sobre as lacunas identificadas relacionadas principalmente à efetiva adesão ao PRT e à estratégia norteadora da regionalização como política estruturante. Por trás disso tudo, questões políticas, culturais, diferenças regionais, sem contar acertos e desacertos naturais na implementação de um novo modelo de desenvolvimento do turismo, que deveria ser fomentado respeitando-se as características e particularidades de cada localidade.

No Amazonas e especificamente em Manaus, o desenvolvimento da atividade turística conforme discorrido anteriormente, sempre esteve alicerçado em planejamentos e políticas estruturantes voltados ao ecoturismo, que moldaram a forma de planejar a atividade, mas, que nem sempre conduziram ao desenvolvimento do estado e da capital Manaus. Neste contexto Guimarães (2012, p. 128) analisa que:

[...] o desenvolvimento da atividade turística no estado do Amazonas e na capital Manaus apresenta-se com lentidão e suscetível falta de prioridade governamental, com políticas implantadas sem o envolvimento de toda a cadeia produtiva do turismo, descrença do empresariado, entre outros. Até muito recente (década de 1970), o setor de turismo sequer fazia parte das plataformas governamentais amazonenses.

Como apontado pela autora e analisado anteriormente, com a ocorrência de constantes modificações na gestão pública do turismo em Manaus, fica evidente a fragilidade no desenvolvimento da atividade turística no município, constantemente comprometida pela falta de planejamento de longo prazo e da continuidade nas ações, em sua maioria pela troca de gestão local. Solha (2004, p. 145) corrobora na análise, afirmando que:

A fragilidade das estruturas dos organismos estaduais de turismo pode ser compreendida pelas inúmeras transformações que sofreu, ocorridas ao longo do tempo, caracterizada por fusões, extinções, criação de diferentes órgãos e mudança de objetivos, entre outros. Acrescenta-se a isso a descontinuidade das ações geralmente relacionadas às mudanças político-partidárias das gestões estaduais.

Ainda de acordo com a autora “[...] muitas vezes não existe uma formalização das políticas públicas de turismo, mas, elas podem ser percebidas pelas estruturas criadas pelo governo para dar apoio ao setor e também pelas ações das diversas áreas governamentais no turismo” (Solha, 2006, p. 91).

Como discorrido anteriormente, o MTur ao implantar o PRT em 2004, objetivou a implantação de diretrizes políticas e linhas de ação a gestão coordenada, o planejamento integrado e participativo e o apoio à comercialização do produto turístico, tendo como desafio o de implantar e fomentar estruturas descentralizadas, através de instâncias de governança turística, as quais deveriam ser organizações representativas dos interesses dos agentes sociais do turismo: poderes público e privado e também da sociedade civil organizada.

No entanto, observa-se que na prática, as instâncias de governança turística no município de Manaus não contam com mecanismos capazes de incorporar formas cooperativas, o que viria a facilitar a formulação e a gestão de políticas públicas. Isso acaba gerando um vazio institucional no que se refere à governança (elemento considerado importante para superar a heterogeneidade de interesses e facilitar na resolução de problemas no âmbito das políticas públicas). Nota-se a fragilidade das instâncias de governança constituídas, indo de encontro ao seu conceito e razão de ser, uma vez que elas ainda têm um caminho a trilhar para alcançar o seu papel de articular a cooperação público-privada, ter autonomia, empoderamento, proatividade e, sobretudo, não serem tuteladas pelo setor público. Pressupõe-se que as fragilidades das instâncias de governança em Manaus, inclusive para estabelecer a cooperação público-privada, rebatem fortemente na elaboração e

implementação dos planos estratégicos, uma vez que esses colegiados têm um papel preponderante no planejamento das ações regionais, com foco na gestão compartilhada. Os planos e o desenvolvimento da atividade turística devem ser resultados de discussões, parcerias, cooperações e, sobretudo, visão de futuro compartilhada entre os atores da localidade.

O conceito de governança supõe ainda a ideia de uma sociedade civil organizada, trazendo a noção de participação cidadã para o centro dos debates propostos pelo poder público em torno das problemáticas existentes. De acordo com Sen (2000) e Putnam (1996), o poder público possui o papel de articulador das ações, do incentivo à condição de agente das pessoas, para que estas possam se colocar e atuar conjuntamente na escolha dos caminhos que serão trilhados em busca do desenvolvimento como expansão das capacidades e liberdades dos indivíduos, ou seja, do fomento do capital social, o qual considera a confiança, as normas e cadeias de relações sociais como elementos centrais.

Sen (2000) e Putnam (1996) também abordam que o turismo seria uma atividade muito mais promissora e socialmente inclusiva se fomentasse o capital social nas localidades onde se instala. Contudo, os autores observam que no Brasil de maneira geral houve uma incipiência na geração de capital social, em parte relacionado ao passado recente autoritário, o que não despertou nas pessoas o afloramento dos aspectos de confiança, solidariedade e associação. Na atividade turística em particular, o estímulo ao capital social segue esse cenário global, porém é influenciado por outros fatores, entre os quais, pode-se destacar a ausência de articulação entre as empresas da cadeia produtiva do turismo, entre os pertencentes às comunidades próximas aos atrativos turísticos e com relação ao poder público.

Posto isso, a atuação do poder público deveria ser destacada na formulação e execução de políticas de turismo, caracterizadas através de cinco elementos: dinamismo, flexibilidade, participação, integração e harmonia. Entende-se dessa forma que o planejamento da atividade turística deveria ser baseado no modelo que o Estado (setor público), o setor privado e os representantes da comunidade desejam para a sua localidade.

Em Manaus, como reflexo ou influência das políticas federais, foram instituídas instâncias de governança turística no formato de fórum e conselho - com a função de promover a articulação e a integração entre os agentes sociais do turismo, representar os interesses do poder público e privado e também da sociedade civil organizada, devendo ser entendidas como processos participativos e de parcerias, cujas decisões tornarão eficazes a gestão dos conflitos e interesses e que inevitavelmente conduzirão ao bom andamento da

atividade no destino em todas as suas etapas: elaboração e execução das políticas públicas direcionadas ao setor.

No entanto, o planejamento elaborado pelo poder público na esfera estadual e municipal insiste em não perceber a evolução do fenômeno turístico e a relevância do turismo e conseqüentemente do turismo cultural para Manaus. Isso se deu a partir do momento em que o “produto cultura” passou a representar uma demanda turística para o município, conforme abordado no capítulo 4, uma vez que os mesmos enfrentam dificuldades para entender, aplicar e operacionalizar estratégias aplicáveis ao seu fomento.

Tais observações também são destacadas por Guimarães (2012), onde a autora pontua sobre as contradições existentes no Amazonas e em Manaus – grande potencial turístico e alto déficit na quantidade de turistas. Tal discrepância é ocasionada pela inexistência de políticas públicas, falta de planejamento, investimentos e estratégias dos planos de *marketing* para o setor, os quais funcionariam de forma mais eficiente, em médio e longo prazo.

No próximo capítulo serão analisados os aspectos teóricos do turismo, cultura e turismo cultural, tendo em vista seus significados para a atividade turística e seus reflexos no município de Manaus.

3 TURISMO, CULTURA E TURISMO CULTURAL

3.1 Turismo e segmentação de mercado

Turismo é um fenômeno social e complexo, em que as pessoas procuram satisfazer suas necessidades por livre e espontânea vontade e faz parte do cotidiano, vida e escolha do cidadão há muitos anos, envolvendo o deslocamento entre a origem e o destino escolhido. Dessa forma, o homem vem se deslocando de sua residência pelas mais diversas motivações: sociais, políticas, econômicas, saúde, culturais.

Entende-se que para que o fenômeno aconteça, é necessário que haja a presença do turista, dos recursos turísticos naturais e culturais e as facilidades de acesso às localidades, como já apontados no capítulo anterior. O fenômeno foi impulsionado pela agilidade no deslocamento entre as localidades, modos de produção e em virtude dos grandes avanços tecnológicos nos meios de transportes e comunicação, tornando mais rápido e fácil o deslocamento das pessoas pelo mundo e dessa forma as novas práticas de viagem (Fonseca, 2005).

De acordo com Becker (2001), a expressão turismo é relacionada à sociedade capitalista, sendo o século XIX o impulsionador do fenômeno com a construção de ferrovias, da navegação a vapor, e posteriormente, o século XX com a sociedade moderna através do aumento da escala de tecnologias nos transportes, o acúmulo de recursos financeiros pelas classes mais abastadas que podiam gastar recursos com viagens e deslocamentos, ocasionando o que entendemos hoje como turismo.

Nesse contexto, Acerenza (2002), corroborando com Becker (2001) também destaca o período compreendido entre os séculos XVIII e XIX como marcante no processo de evolução do turismo, mediante a transformação econômica e social ocorridas com a revolução industrial, fazendo surgir desse processo, uma nova classe social, com novas necessidades e preferências no tocante ao lazer e férias, que foram motivadas pelos novos meios de transportes.

Além dos avanços tecnológicos nos transportes, como o surgimento da máquina a vapor (navios, locomotivas e trens), o aumento do rendimento de uma porção significativa da população, a redução do tempo de trabalho, o aumento do tempo para o ócio, as férias pagas e as necessidades criadas socialmente, como as de viajar, também contribuíram para a expansão da atividade turística, a partir da segunda metade do século XX. Especialmente no período

Pós II Guerra Mundial, possibilitando uma mudança significativa no turismo, marcando esse período pela massificação do fenômeno (Fonseca, 2005; Figueiredo, 2010). Para Barretto (2012, p.15):

[...] chama-se turismo tanto ao ato praticado pelos turistas, quanto ao sistema comercial montado para trasladá-los, hospedá-los, entretê-los, aos serviços prestados dentro desse sistema, e à série de relações comerciais, políticas e sociais que acontecem a partir desse ato praticado pelos turistas.

Moesch (2002) conceitua-o como uma soma complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, na qual se desenvolve uma prática social com base cultural, com herança histórica, um meio ambiental diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, com troca de informações interculturais. Para a autora, o resultado dessa soma sociocultural cria um fenômeno, repleto de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese o produto turístico. Mas, a exemplo do que fora citado, pode-se contribuir ainda afirmando que se trata de uma atividade humana de descoberta e interpretação do mundo.

Considerando as definições dos autores, entende-se que o turismo, por ser uma atividade reconhecida principalmente pelo deslocamento de pessoas e seu potencial econômico, tem possibilitado que várias localidades percebam na atividade, a oportunidade para dinamizar a economia local e alcançar níveis satisfatórios de desenvolvimento. Dessa forma, o poder público tem fomentado a atividade através de ações e políticas públicas que podem interferir positivamente ou negativamente no setor turístico.

No Brasil, o desenvolvimento da atividade turística como fenômeno social iniciou após o ano de 1920 e esteve alicerçado em políticas estruturantes e de intervenções, que moldaram a forma de planejar a atividade e conduziram ao desenvolvimento local e regional (Fonseca, 2005).

Assim, considerando-se que o termo desenvolvimento implica em avanço, evolução e inovação, tem-se utilizado o turismo como atividade econômica complementar em vários destinos turísticos e, uma vez que este oportuniza uma grande modificação do vínculo de trabalho e mercadoria, reflete exatamente na economia local, a começar da venda do produto turístico.

Nesse sentido, a atividade turística além do seu papel transformador, foi fruto ainda de um processo de mudanças que ocorreu em todo mundo, especialmente nos séculos XIX e XX, onde fatores como a industrialização, a modernização dos meios de transporte e os avanços tecnológicos, influenciaram de forma direta a produção, oferta e distribuição dos produtos turísticos. No quadro 05 é possível observar o desenvolvimento da atividade, através

de marcos históricos importantes que refletiram na formação da sociedade contemporânea e que estão relacionados com as Revoluções Industrial, Técnico-científica e Ambiental.

Quadro 05 - Relação entre fatos históricos mundiais e o desenvolvimento da atividade turística.

FATOS HISTÓRICOS	DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA
Revoluções Industriais (1ª e 2ª) Meados do século XVIII até o final do século XIX	1ª excursão organizada por Thomas Cook, em 1841 para participação em Congresso no Reino Unido. Avanço nos meios de comunicação e de transportes. Nesse momento o turismo gera poucos impactos sobre o meio, dadas as limitações das instalações construídas.
Revolução técnico-científica (início do século XX)	Modificação e degradação rápida – correspondem ao turismo de massa e ocorrem a partir dos anos 1950, com apogeu entre 1970 e 1980. A demanda aumenta, há a saturação de locais turísticos, a urbanização de áreas rurais e litorâneas.
Revolução Ambiental (início da década de 1990)	Fase na qual o turismo passa a considerar os problemas do meio ambiente. Considera-se para esta pesquisa meados de 1980 com a ocorrência maior do chamado Ecoturismo ou Turismo Ecológico. Trata-se de uma renovação do turismo e uma revalorização do meio-ambiente.

Fonte: Nóbrega (2012, p.43)

Dessa maneira, a saturação de locais turísticos, os problemas ocasionados pelo uso indiscriminado de recursos naturais e a necessidade de um planejamento que considerasse não somente os aspectos econômicos, mas também a preservação do meio ambiente, fez com que surgisse a necessidade de se pensar no desenvolvimento da atividade turística por uma perspectiva sustentável. Conforme analisado anteriormente por Sachs (1993, p. 24):

[...] ao planejar o desenvolvimento, deve-se considerar suas dimensões econômica (gestão eficiente dos recursos, onde a eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade microempresarial), social (crescimento orientado para gerar boas condições à sociedade, na qual o principal anseio é possibilitar o acesso de toda população às melhorias sociais, de forma que não exista nenhum tipo de exclusão, independentemente de classe social), ecológica (adequação do uso dos recursos ambientais, ou seja, a interação com a natureza, utilizando seus recursos de forma renovável), cultural (continuidade cultural) e espacial (melhor distribuição territorial e de atividades econômicas, equilíbrio entre a ocupação dos espaços urbanos e rurais, buscando melhorar a distribuição territorial dos conglomerados humanos).

Para o autor, a transição para o desenvolvimento sustentável pode ser bem complexa e em longo prazo, contemplando as escolhas e interações que serão realizadas pelas pessoas ao longo do tempo, pois se trata da busca de soluções coletivas para a garantia da sustentabilidade e sobrevivência de futuras gerações. Consoante a isso, Sen (2000, p. 283) argumenta que o valor do meio ambiente não pode ser dissociado da vida das pessoas, uma vez que:

[...] Ao pensarmos nos passos que podem ser dados para conter a destruição ambiental, temos de incluir a intervenção humana construtiva. Nosso poder de intervir com eficácia e raciocínio pode ser substancialmente reforçado pelo próprio processo de desenvolvimento [...] conceber o desenvolvimento com relação ao aumento da liberdade efetiva dos seres humanos promove a agência construtiva de pessoas comprometidas com atividades benéficas para o meio ambiente, diretamente dentro do domínio das realizações do desenvolvimento.

Como discorrido no primeiro capítulo deste estudo, a instituição do programa PROECOTUR possibilitou que os estados que compõem a Amazônia Legal, dentre os quais o Amazonas e sua capital Manaus, pudessem fomentar o turismo de natureza ou ecoturismo, em virtude de seu expressivo potencial natural, com fins de aumento do crescimento econômico e de benefícios sociais nas localidades de sua implantação.

Assim, entende-se por ecoturismo um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação, buscando a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. Os princípios e as diretrizes que orientam a prática do ecoturismo possuem três características, que constituem o chamado tripé da sustentabilidade - garantia da conservação ambiental, educação ambiental e benefício às comunidades receptoras. Elas emergiram e fortaleceram-se no apogeu do turismo de massa, por volta da década de 1970.

O segmento surge como uma preocupação com os recursos culturais e naturais, com a localidade receptora, com a participação da população envolvida na atividade de contrapor-se ao turismo de massa, evitando ou minimizando os impactos sobre o ecossistema do local visitado, procurando estabelecer a proposição de roteiros personalizados com grande interesse paisagístico-ecológico, aumentando assim os impactos positivos da atividade turística (MTur, 2014; Castrogiovanni, 2004; Serrano, 2000).

Dessa forma, é pertinente destacar que em virtude da fragilidade que o modelo convencional e massificado adotado pelo turismo, nas relações com as comunidades locais (no que se reporta às questões sociais, econômicas e políticas, assim como na comercialização de produtos e serviços com características semelhantes), fez emergir novas estratégias de mercantilização, que passaram a focar na diversificação desses produtos já tão massificados. Com isso, a busca por lugares autênticos, o interesse pela história e memória das comunidades, a oferta segmentada e dinâmica são características relevantes do segmento ecoturístico.

Para ser considerado como destino de ecoturismo, salienta-se que, de acordo com a OMT (1992); o Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável (2003); o Manual de Orientações Básicas do Ecoturismo (2008) e estudos de autores como Figueiredo (1999); Neiman e Mendonça (2005); Faria (2005); Faco e Neiman (2010) existem premissas fundamentais da sustentabilidade desse segmento, como por exemplo: a garantia de conservação e/ou equilíbrio ambiental, a educação ambiental, os benefícios sociais e econômicos às comunidades receptoras da atividade que devem ocorrer

via processo participativo e o respeito pela cultura local. Isto é, a interpretação, a conservação e a sustentabilidade. Pires (2002, pp. 14-15) também aborda a relação dos princípios do ecoturismo, ao afirmar que:

Qualquer atividade de ecoturismo deve respeitar as diversas dimensões apontadas por diferentes autores em relação à sustentabilidade, ou seja, as sustentabilidades planetária, ecológica, demográfica, espacial, cultural, social, política e institucional, às quais acrescentando a jurídica e a administrativa.

Dessa maneira, destacam-se ações do poder público e iniciativa privada para o fomento do ecoturismo no Amazonas e Manaus, assim como a participação dos órgãos estadual e municipal de turismo em eventos nacionais e internacionais, na veiculação de matérias e anúncios sobre os atrativos do Amazonas na mídia televisiva, em revistas nacionais e internacionais, jornais especializados em turismo e revistas de bordo de companhias aéreas e na veiculação de mídias de cinemas, visando potencializar o fluxo turístico local. Há ainda a caracterização nas páginas oficiais dos órgãos de turismo, sobre o Amazonas e respectivamente, Manaus, como destino verde do Brasil, fato esse que leva-nos a afirmar que o ecoturismo seja o principal motivador das viagens de turistas ao estado¹³.

Além dos órgãos estadual e municipal de turismo, de acordo com estudos científicos relacionados à temática amazônica, instituições como o MMA (2003), IBGE (2010), EMBRATUR (2015), MTur (2015) e SUDAM (2015) discorrem e dão ênfase sobre o estado do Amazonas e a cidade de Manaus através de suas características físico-ambientais singulares, por seus recursos naturais, como cachoeiras, cavernas, praias de águas doces, lagos propícios para a prática da pesca esportiva e para instalação de alojamentos de floresta, além da fauna diversificada, com várias opções para os turistas que desejam o contato com a natureza.

Em virtude da atenção especial aos sistemas naturais, tais como florestas e rios (estes considerados como as estradas naturais dos ribeirinhos) entre outros, como sendo atrativos relevantes no desenvolvimento da atividade turística, algumas localidades com essas características, como o Amazonas e, por conseguinte sua capital Manaus, passaram a vislumbrar no fenômeno, uma possibilidade para o desenvolvimento econômico e social local, passando, a partir daí, a produzir paisagens para o consumo turístico e dessa forma, novas modalidades foram surgindo, motivadas, ou pelo mercado, que necessitava da diversificação de produtos, ou pelo próprio turista, que buscava por novas experiências e destinações.

¹³ Informações disponíveis nos sites oficiais da AMAZONASTUR: www.visitamazonas.am.gov.br e MANAUSCULT: www.cultura.manaus.am.gov.br

Dessa maneira, autores como Panosso Netto & Ansarah (2009), asseguram que as ferramentas de *marketing* colaboraram na segmentação do turismo. Os autores discorrem que o governo, como planejador da atividade, não desconsidera o uso dessas estratégias no turismo, pois são elas que definem grande parte do fluxo turístico, atingindo de maneira mais confiável e eficaz o turista ou o potencial turista.

Compartilhando da mesma visão, Barretto e Rejowski (2009), afirmam que poucos são os turistas que se dedicam somente e efetivamente a contemplação de um único atrativo. Para as autoras, todos dedicam parte do seu momento para desfrutar do atrativo principal da localidade, como também para praticar outros tipos de turismo ao mesmo tempo.

Portanto, o turismo tem papel relevante na preservação da herança cultural de um local, contribuindo na conservação de seu passado, uma vez que o turista demonstra interesse em conhecer a história e a riqueza cultural do ambiente visitado, possibilitando assim novas formas de turismo, como o turismo cultural, que na análise de Beni (2006, p. 50) “[...] o produto cultura, a partir do momento em que expressa um valor econômico em razão da existência da demanda turística, assume todas as formas possíveis de um produto de mercado”.

No entanto, na percepção de Guimarães (2012), para que haja um aumento no fluxo de turistas para Manaus, é imprescindível investimentos em infraestrutura básica e turística. Apesar de o município dispor de relevantes atrativos turísticos, existe a deficiência de acessibilidade a estes, como falta de áreas de estacionamento, circulação pelos prédios, horários de funcionamentos estendidos, bem como a necessidade de inclusão de novos roteiros como a visitação na Arena da Amazônia, construída para atender as demandas dos jogos da Copa do Mundo de 2014.

Partindo desse princípio, o ecoturismo tem como principais atividades a visitação às áreas naturais, a conservação do meio ambiente, além de proporcionar a comunidade local o bem-estar em relação à atividade turística. A aceitação da atividade turística por parte da comunidade e o envolvimento desta de forma responsável é imprescindível, pois somente ela é capaz de sensibilizar os turistas da importância dos recursos naturais e de sua cultura.

Com as ressalvas acima, destaca-se que o ecoturismo é visto como um dos segmentos turísticos que mais viabiliza a economia, através do gerenciamento correto dos recursos/atrativos, oferecendo à comunidade envolvida uma alternativa de garantir lucros e uma melhor qualidade de vida. Por esse viés, este estudo destaca ainda a possibilidade de se repensar e destacar as práticas do ecoturismo (cujas raízes estão nas culturas locais, com forte base comunitária) no município de Manaus, como uma maneira viável no fomento do turismo

cultural, uma vez que o município e seu entorno apresentam relevantes características ambientais, atrações turísticas favoráveis e também por disponibilizar hotelaria de selva, localizada próxima às comunidades indígenas e caboclas. Além disso, as práticas ecoturísticas podem beneficiar as relações mantidas entre os turistas e as comunidades locais, promovendo um fortalecimento cultural e social de ambas as partes.

O ecoturista que visita o Amazonas e, respectivamente, o município de Manaus, tem o foco principalmente pelo contato com a natureza e posteriormente pelo exercício de práticas relacionadas com a cultura dos povos, interessando-se pelos valores históricos, os mitos, as lendas, os saberes e os dizeres, como uma forma de relacionamento sério, responsável e harmônico com a cultura popular local. Consoante a isso, de acordo com a AMAZOASTUR, existem no entorno de Manaus cerca de 20 (vinte) alojamentos de floresta cadastrados no órgão. A comercialização dos mesmos é feita em grande parte por agências de receptivo, como também por iniciativas de Organizações Não Governamentais (ONG's), como a Fundação Vitória Amazônica (FVA), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e a Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Estas desenvolvem ações relacionadas à temática da atividade turística, com o modo de vida e do dia-a-dia com comunitários e que são ofertados ao turista em geral; aos turistas que desembarcam no município via cruzeiros e; ao ecoturista especificamente.

Cabe destacar as iniciativas elaboradas pelas ONG's IPÊ e FAS, através do Roteiro Tucorin (situado à margem esquerda do Rio Negro) com seis empreendimentos de hospedagem e Roteiro RDS Rio Negro (situado à margem direita do mesmo rio) também com seis empreendimentos, os quais contemplam experiências culturais como: as obras de arquitetura indígena e cabocla em forma de palafitas (muitas localizadas às margens do Rio Negro e outras encontradas em quase todos os municípios e constituem-se atrativos relevantes para o ecoturista), hospedagem em projetos sustentáveis, mergulho no rio com botos, a extração da borracha, preparação da farinhada, pesca cabocla, canoagem, focagem de jacaré, rituais indígenas, além da degustação da culinária regional e de compra do artesanato local.

Na perspectiva do representante do IPÊ, a criação do Grupo de Trabalho (GT) de Turismo de Base Comunitária foi relevante para a execução de ações com foco no ecoturismo e no aproveitamento do aspecto cultural das comunidades ribeirinhas do entorno de Manaus, pois de acordo com o mesmo:

“[...] nós criamos um espaço aberto, de discussão, que nós chamamos de fórum. O IPÊ, ele não só participa, como coordena todas as atividades ligadas a ele. Existe uma área, um mosaico de áreas protegidas do baixo Rio Negro, que são implementadas ações monitoradas pelas comunidades que participam ativamente de atividades turísticas. Isso tem alcançado resultados satisfatórios, porque nós

cansamos de esperar o poder público e a iniciativa privada agir, pois eles não aproveitam o grande potencial cultural que a região amazônica, que o estado do Amazonas tem e a cidade de Manaus tem. A intenção com a criação desses roteiros é que você possa fomentar aos órgãos governamentais, a elaboração e a ação de políticas públicas voltadas pro desenvolvimento do turismo” (representante do IPÊ).

Dessa maneira, o ecoturismo além de contribuir para a conservação do meio ambiente, é também uma alternativa para o fomento do turismo cultural, através da relevância e valorização da cultura das comunidades. Os ecoturistas trazem consigo uma ênfase educacional e um desejo em aprender mais sobre a história natural e cultural dos lugares visitados, ou seja, o ecoturismo contempla uma forma de apropriação e exploração adequadas do patrimônio cultural local, resgatando-o e valorizando-o como atrativo ecoturístico, não destacando apenas os aspectos naturais, mas também suas características culturais, presentes em seus princípios de sustentabilidade.

Diante do exposto, a segmentação de produtos na atividade turística pode ser analisada em virtude dos recursos naturais e culturais existentes no país e, conseqüentemente no município de Manaus. Esses recursos, em sua essência, são considerados como matéria-prima para o turismo, uma vez que são eles que motivam o fluxo de turistas, juntamente com os equipamentos e serviços existentes.

3.2 Aspectos teóricos do turismo cultural

A partir de análises anteriores sobre planejar o desenvolvimento sustentável mediante a dimensão cultural, no que se reporta a atividade turística, entende-se que o homem, objeto central do turismo, de acordo com Krippendorf (2000) e, Moesch, *In: Gastal* (1998) precisa encontrar equilíbrio entre suas necessidades vitais, de maneira que os fatores condicionantes para seu deslocamento possam manter um equilíbrio com todas as atividades por ele praticadas.

Assim, o turismo, inserido no contexto do lazer, se vislumbra como uma atividade na qual o homem pode equilibrar e revigorar as forças vitais, possibilitando a ele uma busca contínua por diferentes lugares e culturas como forma de conseguir um afastamento temporário de sua rotina, para posteriormente continuar com suas atividades cotidianas.

Segundo Krippendorf (2000, p.50), é muito complexo o universo das motivações das viagens. O autor enfatiza que: “[...] a literatura turística se extravasa em tentativas de explicações das mais diversas... mas provavelmente a verdade estará na mistura de diferentes

interpretações”. Portanto, há diversos motivos que levam as pessoas a saírem de seus locais de habitação em busca da prática do turismo, mas, o interesse pelos recursos culturais é cada vez mais comum e tem possibilitado a revitalização de diversas localidades, integrando os interesses da preservação e da valorização da história, do crescimento econômico e do desenvolvimento social.

Corroborando o autor, atualmente, conforme Trigo (2000) há uma tendência no turismo moderno em evidenciar os aspectos ligados à cultura, como por exemplo, a identidade, a autenticidade, o patrimônio material e imaterial, a história e as particularidades dos lugares selecionados pelo turista. Para o autor “[...] o interesse das pessoas pela história, a arte e a cultura em geral tem gerado grandes projetos, integrando turismo e cultura” (Trigo, 2000, p. 112).

Constata-se, portanto, que a cultura é um dos elementos que pode contribuir para a valorização das potencialidades turísticas de uma localidade, pois se torna um dos vetores de desenvolvimento local, uma vez que o turismo é praticado em sua natureza através de experiências culturais, onde o turista conhece lugares fora de sua residência, mantém contato com moradores nativos, desfruta da gastronomia e experiências locais, participando da representatividade cultural dos locais visitados.

Sendo assim, a atividade turística é, em sua natureza, uma experiência cultural, na qual o turismo não pode e não deve ser analisado de forma isolada e dissociada do contexto social e cultural. A atividade, seja como atrativo, seja como experiências vividas pelos turistas, sempre manteve uma relação com a cultura enquanto base da experiência humana.

Sobre a abordagem do conceito de cultura, é necessário estabelecer uma contínua procura por definições que a caracterizam em inúmeros enfoques na qual é empregada. O termo “cultura” mostra-se frágil ao ser analisado através de uma única interpretação que desconsidere seu significado humanístico e de sua relação com o meio.

Ao pensar em cultura, remete-se à ideia de que se trata apenas de um conjunto de objetos da civilização. No entanto, cultura é um processo de vida pensada, fruto de trabalho, o qual, Bosi (1997) afirma ser um processo, cuja palavra traz em si uma raiz latina – verbo *colo*, que significava “cultivar a terra”. No conceito romano, refere-se a alguma coisa que se trabalha fora de nós, a terra. É o cultivo do solo (*colo*) e do futuro (*culturus* = aquilo que se vai cultivar). Para o autor, cultura está ligada ao processo de trabalho realizado pelas pessoas, uma ação, um ato-no-tempo e no qual geram conquistas para a sociedade.

A cultura é um conceito da antropologia, que tem como um de seus objetivos o estudo completo do homem, suas manifestações culturais, de sua vida social e seu

comportamento, retratando uma totalidade de traços de um grupo social. Pode ser entendida como aquilo que diferencia um grupo de pessoas de outro grupo. Nessa dimensão antropológica, a cultura é produzida mediante a interação social dos indivíduos, que formatam seus modos de pensar e sentir; criam seus valores, manuseiam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas (Pires, 2001).

Desse modo, Geertz (1989) defende um conceito de cultura em construção, que não se distancia do conceito de homem, uma vez que faz parte de suas ideias, memórias, não foi imposta ao homem, mas se desenvolveu com ele. Segundo o autor, o comportamento do homem é guiado por modelos culturais, ou seja, um sistema de símbolos relevantes que norteiam e dão formas às suas memórias. Portanto, a cultura é a soma acumulada desses modelos, condição fundamental do existir do homem.

De forma similar, Canclini (1997) discute cultura como um processo em constante transformação, que adota uma postura de mobilidade e ação. Para o autor, todas as culturas possuem formas próprias de organização e características que lhes são intrínsecas, que, embora possam nos parecer estranhas, devem ser respeitadas. O autor salienta ainda que o entrelaçamento de elementos como religião, raça, usos e costumes, possibilitou o que ele chamou de culturas híbridas, a qual faz surgir novas formas de identidade social, pois o homem não permanece no mesmo lugar, permitindo que seu olhar flutue por muitos lugares, próximos e remotos, presentes e pretéritos, reais e imaginários.

O autor conclui que a desterritorialização (saída do território) foi um fator relevante para que ocorresse o processo de globalização das culturas, pois a partir desse momento as culturas passaram a se unir e a obter características umas das outras.

Para o ICOMOS (2014) a cultura significa o conjunto de traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que representam uma sociedade ou um grupo social. Engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os valores, as tradições e as crenças do homem, dando a ele a possibilidade de refletir sobre si mesmo. Para o órgão, é a cultura que faz de nós seres humanos capazes de discernir os valores e de nos expressarmos.

Do mesmo modo, Laraia (2002, p. 59) defende que a cultura vai além da herança genética herdada, a qual determina o comportamento do homem e justifica suas ações, acrescentando por esse viés que:

Culturas são sistemas de padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização político, crenças, práticas religiosas e assim por diante.

A linha de trabalho de Laraia segue a lógica da cultura como fator de união social e acumulativo, onde as pessoas se conhecem, crescem e desenvolvem uma afirmação coletiva. O próprio homem ao longo da sua existência vem deixando registros de sua forma de pensar, saber e agir, devido a relevância da sua trajetória. Tais registros da existência do homem se configuram como patrimônio cultural e merecem ser preservados.

O autor ressalta que a cultura não é algo estável e sim um processo social dinâmico da vida em sociedade, no qual perpassam dois tipos de mudança: 1 – a interna, que resulta do próprio sistema cultural e 2 – a externa, que resulta do contato com outro sistema cultural. O autor alerta ainda que, entender a dinâmica de mudança desse sistema é relevante para minimizar o choque entre as gerações e fundamental para a compreensão das diferentes culturas que acabam se relacionando na atividade turística.

Nos estudos de Ávila (2009, p. 19) é através da cultura que:

[...] as comunidades e localidade se diferenciam entre si. Portanto, a cultura é que proporciona a singularidade de uma raça, de um povo, sendo a formadora de identidade destes, que é o fator de atratividade no turismo. Entende-se, assim, que quando se está falando de cultura, faz-se referência à alma de um povo.

Da mesma forma, para a OMT (2011) a definição de cultura é tão vasta quanto à do turismo, pois, juntamente com o patrimônio arquitetônico e artístico, alguns países incluem em suas definições a gastronomia, o esporte, o artesanato, além da vida em sociedade.

A partir das definições sobre cultura dos teóricos citados anteriormente, utilizamos como base neste estudo a análise do autor Laraia (2002), que segue a lógica da cultura como fator de transformação, mobilidade, que ultrapassa a herança herdada, algo não estático e sim um processo social dinâmico da vida em sociedade.

Assim, a possibilidade de discussão, dentro das instâncias de governança, sobre o uso da cultura como recurso ou atratividade turística em Manaus, pode contribuir na compreensão de que a cultura é um processo ágil e construído ao longo das relações humanas. Essa relação com o outro possibilita a construção vivenciada por cada indivíduo e que conduz para uma análise de auto-reconhecimento com sua localidade, o que Laraia (2002) denomina de “identidade cultural”, ou seja, aquilo que define o indivíduo de maneira singular, ao qual sua prioridade garante suporte para que ele possa progredir sócio culturalmente.

Sob esse aspecto, Arocena (2001) considera que toda sociedade se sustenta de sua própria história e produz um sistema de valores interiorizados por cada um de seus indivíduos, podendo ser definido pelo partilhamento de traços similares e sentimento de pertença que cada indivíduo mantém frente ao meio ambiente em que se insere.

Por essa ótica, Tuan (1980) retrata que: “os conceitos de cultura e meio ambiente se superpõem do mesmo modo que os conceitos homem e natureza”. Por essa convergência dá-se a topofilia, destacada como uma conexão entre meio ambiente e cultura, onde o primeiro é evidenciado como um canal de ocorrências da emoção humana, concebida e dividida por meio de códigos e princípios de certos grupos. Para o autor, a topofilia “[...] pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (Tuan, 1980, p.68).

De acordo com o autor, “[...] o termo topofilia associa sentimentos com meio ambiente e, ao fazer isso, promove a ideia de lugar, é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou o ambiente físico”. (Tuan, 1980, p.107). Ou seja, são os laços afetivos do homem com o seu meio ambiente natural e material, o qual nos instiga a refletir e indagar a forma como concebemos, como nos localizamos, nos expressamos e idealizamos o mundo que vivemos, enfim, quais são nossos valores ambientais.

Assim, em constatação à realidade do município de Manaus, é perceptível o sentimento de orgulho e pertencimento dos manauaras quanto aos seus traços indígenas e caboclos; de seus costumes, de hábitos, de seu vocabulário, de sua cultura, de seu lugar, de seu meio ambiente, de seu território, tornando, dessa maneira, uma relação sustentável de sua comunidade com o meio em que estão inseridos, mantendo a totalidade e a autenticidade de suas manifestações culturais.

Em referência à abordagem da territorialidade, que nesse caso, envolve o sentimento de pertença da comunidade em relação ao espaço em que se encontra, e especificamente Manaus, ela se torna a base das questões culturais que podem conduzir ao protagonismo local diante das potencialidades turísticas, sustentando e renovando assim os laços comunitários como vetores para o desenvolvimento local.

Sob esse aspecto, Castells (2000) aponta que o homem se organiza em esquemas sociais, que ao passar do tempo, provocam um sentimento de pertença ao território e em muitas ocasiões, uma identidade cultural definida. Para o autor, as atividades culturais, entendidas como manifestações de afirmação coletiva e traduzindo uma identificação comum, produzem uma satisfação na qual as comunidades tendam a simbolizá-las como referências culturais de seu próprio grupo.

Diante dessa premissa, a interpretação do território caracteriza-se por uma abordagem que o identifique como um espaço próximo, no qual são reveladas as emoções e a preservação da história vivida em um local. Por conseguinte, é indispensável condicioná-lo

a referenciais que procurem estimular um entendimento que conceda um sentimento de pertença ao grupo e ao espaço.

Corroborando a análise, Santos (1999, p.51) considera que “[...] a configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”.

Ainda sob esse aspecto, Santos e Silveira (2001) consideram que o território se caracteriza como um espaço dependente dos vínculos entre pessoas, além das pessoas com o local vivido, no qual há uma procura para o entendimento desse vínculo e que deve ponderar a relação entre natureza e ato humano, na medida em que evidencia ações passadas e presentes, dando-lhe um sentido de existência.

Sobre o território, Souza (1995, p. 84) o entende da seguinte forma:

[...] espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, cultura, “paisagem”).

Por esse mesmo viés, Tuan (1980) analisa que o território direciona a uma ponderação sobre o seu estabelecimento para o ser humano, quando ele o edifica como um lugar carregado de emoções e racionalidade e ao qual se introduz sentido e abstração do conhecimento sucedido de seu meio físico e sociocultural. Assim, o homem, distinguindo-se dos demais, é dotado de habilidade para criar o seu território como um local que se refere a uma expressiva carga emotiva, conferindo-lhe um entendimento de pertença e posse na instituição de sua referência local.

Observa-se, portanto, que o homem forma sua dinâmica particular de escolha do espaço mediante uma peculiaridade cultural embasada nas conexões que mantêm com o ambiente, ou seja, é habilitado a restringir configurações que concedem afetos essenciais e representativos à sua presença em território estabelecido. Essa composição configura o território, legitima as relações entre o indivíduo e o meio ambiente onde ele evolui, constituindo vínculos mais duradouros entre o homem e a terra.

Nessa perspectiva, Arocena (2001) busca descrever que o indivíduo aprimora suas atividades em espaços físicos bem definidos, que, por conseguinte, tais traços portam características relevantes para o grupo em que o habita, por preservar uma representação das descendências passadas. Ou seja, possibilita entendê-lo como um local territorialmente produzido pelos resultados das transformações junto à natureza, garantindo-lhe uma sensação de pertença.

Isso é explicado em virtude do indivíduo, ao mesmo tempo em que é ser social e alguém que carrega subjetividade, reproduz de maneira sistemática o reconhecimento do espaço, tendo a nominá-lo como seu, como sua trajetória, como forma de sustentar sua memória e intensificando o sentimento de pertença e legitimação do território como espaço essencial para sua subsistência e continuidade.

Em vista disso, o território é o local dos vínculos sociais, que se ligam em equilíbrio para a ocupação por grupos socioculturais que reproduzem uma identidade comum (na essência de autoafirmação diante do outro, baseando-se em mudança e permanente modificação de um processo de aprovação), entendimento de pertencer ao grupo e ao local em que estão fixados e o apoderamento do território, que leva à territorialidade (constando-se como uma resolução coletiva de um grupo social para utilizar e se reconhecer com algum ambiente físico, social e político).

Os manauaras enxergam seu território como um lugar embutido de sentido de pertença, capaz de propiciar suportes de identidades com relação a elementos que propõem subsídios para o seu desenvolvimento, tendo em vista que a subjetividade ligada ao território pode promover um ambiente favorável para sua existência e manutenção. Eles são ainda considerados hospitaleiros e receptivos. Mesmo diante de dificuldades vivenciadas em suas rotinas diárias, os moradores têm alegria em receber visitantes para que possam em conjunto valorizar a cultura e as riquezas naturais presentes na região.

A partir dessa breve abordagem sobre território e do sentimento de pertença estabelecido neste estudo quanto à relação entre cultura e turismo, vale ressaltar que o aspecto cultural está integrado ao processo turístico e essa relação caracteriza-se em duas bases: a primeira é a existência de pessoas motivadas em conhecer culturas diversas e a segunda é a possibilidade do turismo servir como instrumento de valorização da identidade cultural, da preservação e conservação do patrimônio e da promoção econômica de bens culturais.

Por esse mesmo viés, Gastal (1988, p. 129) sustenta a relação entre cultura e turismo assinalando que:

[...] a cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano. Não é um espetáculo, que inicia quando o ônibus de visitantes chega, mas uma atividade que a comunidade exerce rotineiramente. Quando os visitantes chegarem, eles serão bem vindos e convidados a juntos dançar, cantar, saborear o pão, aplaudir o artista.

Consoante a isso, conforme discorrido anteriormente, novamente ressalta-se sobre a possibilidade do melhor aproveitamento e valorização do uso da cultura amazônica e manauara nas atividades ligadas ao ecoturismo e dessa forma, usá-la como fomento ao

turismo cultural no município de Manaus, pois é preponderante salientar que não se pratica turismo sem estar inter-relacionado com os aspectos culturais, os costumes, as heranças genéticas, o modo como as comunidades cabocla e ribeirinha comandam suas práticas de subsistência e sobrevivência, enfim, todo o complexo que envolve patrimônio cultural torna-se elemento fundamental na atividade turística.

No entanto, como justificam Krippendorf (2000) e Ruschmann (1997), o importante é reconhecer que o turismo deve servir ao homem e não o contrário, sendo necessário atentar-se para os riscos do comprometimento da autenticidade e espontaneidade das manifestações culturais e ambientais locais. Ou seja, quando a atividade turística em vez de promover relacionamentos humanos, favorece apenas as relações econômicas, que permitem contatos superficiais, encenados, distorcidos e provocam dependência extrema da atividade por parte das populações receptivas.

Ávila (2009) aponta, que juntos, a cultura e o turismo apresentaram uma valorização considerável nos últimos anos, sendo fundamentais para o desenvolvimento de cidades, regiões e países. As relações e possibilidades de colaboração entre ambos podem contribuir para o desenvolvimento adequado da atividade turística na localidade onde está inserida. Portanto, a cultura é uma relevante característica, que pode identificar um povo ou ainda, diferenciar uma localidade de outra. Por esse viés, o turismo pode ser um fator para atrair pessoas interessadas em conhecer uma cultura que lhe seja distinta.

Os estudos da inter-relação da cultura com o turismo se iniciaram por volta do século XIX, sendo observado que o mesmo foi impulsionado na época do Grand Tour Europeu, onde aristocratas e burgueses viajavam motivados principalmente para observar e contemplar monumentos, ruínas e obras de arte produzidas pelos gregos e romanos na antiguidade (Trigo, 2000; Barretto, 2001).

De acordo com os autores, como tendência de desenvolvimento social no turismo, lançou-se um olhar sobre os anseios do turista, que tem sido motivado a buscar novas atividades focadas em descoberta pessoal e dos valores culturais de determinados povos e localidades. Nesse sentido, o turismo cultural é um segmento de destaque da atividade turística, que busca promover a aprendizagem entre diferentes culturas, possibilitando que o visitante seja motivado a vivenciar experiências diferentes de seu cotidiano, interagindo com comunidades, conhecendo ou participando diretamente das atividades que se desenvolvem naquele destino, além de promover a defesa do patrimônio material e imaterial da cidade.

Pode-se citar, como exemplo, a relação que pode ser mantida entre um turista que, ao realizar a compra de um artesanato, pode manter, além da relação comercial, uma relação de

diálogo com o artesão, podendo ser informado sobre os atrativos da localidade, história, sugestões de visitas, além de ter informações sobre a própria produção da peça artesanal. Para Barretto (2012, p. 22):

O turismo cultural, no sentido mais amplo, seria aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem.

Dessa forma, entende-se que o atrativo turístico não representa o único elemento capaz de desenvolver a atividade, é necessário que ele não seja o fim, mas um meio para a dinamização turística das localidades. Na mesma perspectiva, Barretto (2012) e Cruz (2001) ressaltam que para que a atividade turística vislumbre a possibilidade de desenvolvimento em um determinado lugar é necessário que o receptivo disponha de um mínimo de instalações que oportunizem o desenvolvimento turístico.

Portanto, o inter-relacionamento de elementos fundamentais, como sistemas de deslocamento (transporte, estradas, rodovias, aeroportos), hospedagem (hotéis, pousadas, resorts, entre outros), infraestrutura básica (saneamento, energia, comunicação), serviços de apoio (bancos, farmácia, postos de gasolina, etc.) e alimentação (bares, restaurantes e similares) constituem os elementos e exigências que oportunizam o desenvolvimento citado pelas autoras.

Frente ao exposto, analisando as definições anteriores, Camargo (2009) conceitua o turismo cultural como o deslocamento de pessoas, cujo interesse é conhecer destinos com potencial cultural, ou ainda, pela atração de certos aspectos da oferta da localidade, que possam ser caracterizadas como culturais.

Pode-se conceituar ainda o turismo cultural como forma de turismo que tem, entre outros fins, o de conhecimento de atrações culturais como monumentos e sítios histórico-artísticos de uma localidade, ao mesmo tempo em que contribui para sua manutenção e proteção (ICOMOS, 2014; OMT, 1992).

Portanto, o turismo cultural é hoje uma realidade em muitos municípios que buscam desenvolver-se de forma sustentável e agregar mais valor à sua cidade. Ao valorizar as manifestações culturais, folclóricas, artesanais e a arquitetura da cidade o turismo cultural pode elevar a autoestima da população local. Entretanto, para tornar-se realmente atrativo aos visitantes, esse segmento deve envolver a comunidade em torno desse objetivo, não só pela possibilidade do desenvolvimento da economia local com a entrada de recursos financeiros, mas principalmente, visando o aproveitamento da cultura como propulsora da melhoria na qualidade de vida da população.

A chave para esta premissa está em estabelecer um planejamento com definição de objetivos, conteúdos, ações conjuntas, gestão e formas de promoção, entre as áreas de turismo e de cultura, além do estabelecimento de redes de parcerias.

Nesse contexto, o turismo cultural, seguindo a linha de trabalho de Laraia (2002), que ressalta que a cultura não é algo estável, e sim um processo dinâmico da vida em sociedade, pode motivar a elaboração do planejamento e desenvolvimento de novas ações culturais, através dos atores que compõem as instâncias de governança para a lógica de repaginação dos elementos culturais do município, como as festividades, a gastronomia, o artesanato, podendo até reunir elementos de outras culturas, mas sem descaracterizar suas raízes.

Salienta-se que as instâncias podem propor ações que viabilizem o desenvolvimento sustentável e a sua difusão, além de incentivar a integração dos diversos elementos envolvidos com o turismo, utilizando-se de estratégias ambientais, econômicas, culturais e sociais.

Hoje se espera que o turismo tenha o comprometimento de assegurar as identidades locais e que seu desenvolvimento possa levar à melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas. Essa nova possibilidade de pensar o turismo, integrando a cultura e a atividade turística, deve oportunizar que ambas se transformem em ferramentas de desenvolvimento, capazes de apoiar a promoção de ações de educação, reconhecimento e compreensão sobre o legado cultural de sua localidade.

Sendo assim, de acordo com Nascimento *et. al.* (2013), as instâncias de governança têm papel relevante na contribuição para o sucesso ou insucesso da atividade turística, pois elas podem articular, propor e acompanhar o planejamento e a implementação de estratégias que podem conduzir ao turismo sustentável, para além da dimensão ecológica.

De acordo com o MTur (2006), o turismo cultural é aquele que possibilita ao turista, vivenciar o atrativo cultural, quer numa relação de conhecimento, entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visitação, quer como experiências participativas, contemplativas, de entendimento e entretenimento, que ocorrem em função do objeto da visitação.

Ainda segundo o MTur, os principais atrativos desse tipo de turismo são: os sítios históricos - centros históricos, quilombos; edificações especiais – arquitetura, ruínas; obras de arte; espaços e instituições culturais – museus, casas de cultura; festas, festivais e celebrações locais; gastronomia típica; artesanato e produtos típicos; música, dança, teatro, cinema; feiras e mercados tradicionais; saberes e fazeres – causos, trabalhos manuais; realizações artísticas – exposições, ateliês; eventos programados – feiras e outras realizações artísticas, culturais,

gastronômicas e outros que se enquadrem na temática cultural. As pessoas viajam motivadas essencialmente por cultura, sejam elas como excursões de estudos, teatralizações, viagens para festivais e outros eventos culturais (MTur, 2006).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) e a Comissão Europeia de Turismo (ETC17), citados pelo MTur (2006), sugerem algumas medidas para facilitar a cooperação entre as áreas do turismo e da cultura:

- ✓ Considerar que o turismo cultural baseia-se na cooperação mútua – sem a cultura ou o turismo, o segmento não existe e que cada setor possui uma linguagem própria – o vocabulário empregado no setor cultural não é habitual no turístico e vice-versa;

- ✓ Disponibilizar tempo suficiente para que as duas áreas se conheçam bem, antes de realizarem atividades de cooperação;

- ✓ Formular objetivos precisos, permitindo a visibilidade dos objetivos comuns e dos diferentes. Assim, cada uma das partes deve respeitar os objetivos, as necessidades e as condições da outra parte em relação a determinado assunto;

- ✓ Preparar atividades coletivas, de promoção ou outras produções em equipe, criando um sentimento comum de pertencimento;

- ✓ Considerar as diferentes funções e áreas de especialização dos dois setores (em um evento cultural, a produção é da cultura e a divulgação turística do setor de turismo);

- ✓ Considerar a necessidade de um planejamento efetivo entre as duas áreas, considerando os prazos de execução de atividades, além de envolver profissionais que conheçam e dialoguem com as duas áreas.

Conforme as sugestões da OMT para o estreitamento das relações entre cultura e turismo, Urry (1996) afirma que os turistas realizam suas viagens, motivados pelo interesse de experimentar, conhecer e vivenciar a localidade de visitação, suas modalidades artísticas e expressão popular. Assim, o turismo pode motivar para a preserva o do patrimônio cultural material e imaterial e também pode potencializar benefícios para os moradores locais.

Para o autor, o turista é uma espécie de peregrino contempor neo, que procura em outros lugares uma autenticidade de outras épocas, levando-o ao distanciamento de sua rotina, demonstrando o fascínio que os mesmos têm pela vida dos outros, muito difícil de ser descoberta em suas próprias experiências.

Pode-se avaliar que os manauaras mant m uma liga o equilibrada com o meio ambiente e com a cultura da região, uma vez que eles compreendem e têm consciência da preserva o da natureza para as gera es futuras, como também com o sentimento com o seu modo de viver, cujos traços são herdados da cultura indígena e cabocla.

Diante do que foi exposto, serão apresentados na seção a seguir, a caracterização do município de Manaus. Seus principais patrimônios materiais e imateriais presentes em seu espaço urbano, como forma de oportunizar a implantação de ações públicas e privadas para o desenvolvimento do turismo cultural como uma forma de expansão e complementaridade do mercado ecoturístico do município.

3.3 Patrimônios material e imaterial

O homem tem o seu passado como modelo, sendo interpretado por aquilo que nos acostumamos a designar de patrimônio, o qual está relacionado a estruturas de caráter familiar, jurídica e econômica de uma determinada sociedade. A palavra pode ser definida no direito romano, de acordo com Castriota (2004, p. 10), como *patrimonium*: “o conjunto de bens de uma pessoa, o que incluía desde a sua casa, suas terras, seus utensílios, até os escravos e as mulheres (que não eram cidadãos) e, tudo aquilo que não é apropriação privada, que fica fora do patrimônio, como templos, praças, jardins denomina-se de *extra patrimonium*”.

Para o autor, a palavra patrimônio pode ainda ser entendida como “um conceito legal que tem a ver com o conjunto de bens e direitos que uma pessoa ou instituição possui” (Castriota, 2004, p.10). Da mesma forma Choay (2001, p. 11) contribui com a definição de patrimônio como sendo “bem de herança que é transmitido segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos”.

O patrimônio se classifica como conceito pautado em duas vertentes: 1- a valorização intrínseca dada pelo grupo social, onde o papel dos especialistas, cientistas e historiadores é fundamental, com base em suas características ontológicas e 2 – a valorização extrínseca dada pelo meio, pela cultura e pelo mercado, como mercadoria a ser vendida ou “mercadoria simbólica”. E dessa forma também contém duas dimensões: a de ser preservado e de/para ser visitado (Figueiredo *et al.*, 2012).

De forma contemporânea, a palavra teve seu significado associado a diferentes adjetivos como: histórico, cultural, natural, possibilitando uma extensão do seu conceito, estando, porém, ainda ligada à maneira que o indivíduo e a sociedade concedem aos componentes de um espaço. Assim, de acordo com Choay (2001), o patrimônio compreende as particularidades de uma cultura, o cotidiano de um povo, sua maneira de convivência e de expressão. Dessa forma, pode-se afirmar que o patrimônio não é algo impositivo, criado e

transferido, mas sim, valores que são dados às obras de artes, aos edifícios ou outros objetos que possuem um sentido especial para o indivíduo e a coletividade (Choay, 2001).

Para Figueiredo *et al.* (2012, p. 357):

[...] o processo de patrimonialização da cultura e da natureza tem certa idade, mas a sua gênese moderna se reporta da preocupação por proteger os monumentos na França pós-revolução. Observa-se uma série de ações específicas em vários países relacionadas com a proteção do patrimônio, até o reordenamento do tema a partir da criação da UNESCO em 1946 e das reuniões e encontros cujo objetivo foi de elaborar protocolos para a proteção do que se começou a chamar patrimônio e dos elementos culturais que deveriam ser preservados. Esta dinâmica produziu vários documentos e os principais referem-se às listas de patrimônio, às leis gerais e internacionais de proteção aos monumentos e ao patrimônio e à conservação e restauração (Cartas de Atenas e Veneza, recomendações de Paris, etc.).

Na perspectiva dos referidos autores, a patrimonialização é um mecanismo no qual os elementos da cultura e da natureza se modificam e adquirem significados especiais por estarem localizados "fora do seu tempo", devendo permanecer às gerações futuras e que, portanto, não serão localizados ao lado de elementos normais, muito menos não poderão ser ameaçados pelas instabilidades política e econômica. A ideia principal de tornar um elemento em patrimônio é balizada na representação dos símbolos valorativos destacados pela sociedade, principalmente os elementos da cultura e da natureza que têm certas características e que são dignos de ser transmitidos à posteridade (Figueiredo *et al.*, 2012).

É pertinente ressaltar que são estabelecidas seis características relevantes no processo de definição do que é o patrimônio: **1 – o caráter especial:** quer dizer a intra- significação e interpretação de fenômenos, manifestações, objetos, lugares e conhecimento como especiais, diferente dos outros, imbuídos de um significado especial, mas não trivial, senão sagrado e o cotidiano; **2 - noção de raridade e singularidade:** obras materiais e imateriais raras ou únicas, sem similaridade em outros lugares; **3 - beleza:** geralmente nasce da ideia de beleza ocidental, centrada nas formas de arquitetura, design e simetria. Mas também há aquela beleza considerada fora desses padrões. Este elemento é importante na composição de patrimônio, e enquanto natural, se relaciona com as chamadas "belezas naturais", por exemplo, os prédios, esculturas e lugares com esse mesmo sentido; **4 - documento testemunho:** testemunhos de acontecimentos históricos, situações importantes, motivos para a formação da sociedade ou do grupo, o que representa um quadro que testifica ocorrência do evento; **5 - originalidade:** apesar da proximidade com o conceito de raridade, a originalidade, não importando se é acentuada ou não, refere-se a parâmetros de comparação estabelecidos entre as características intrínsecas do objeto/patrimônio, que significa que os elementos atípicos fazem do mesmo um item realçado e **6 - identidade:** refere-se à importância de um bem cultural ou natural construído como reconhecimento da singularidade cultural e representante histórico e cultural

de um grupo ou comunidade, encontrando nesse mesmo grupo a relação do sentido cultural e representação de diferenciação de outros grupos.

Por esse viés, por patrimônio histórico e cultural entende-se como o conjunto formado por bens materiais e imateriais que foi admitido como expressão fiel e autêntica de um determinado período, de um grupo, de uma transferência da genialidade, da história, da riqueza, da memória, identidade e do poder de um povo.

O artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988 estabelece que o patrimônio cultural brasileiro é composto por bens de natureza material e imaterial e dispõe sobre sua proteção, promoção e respectivos instrumentos, tais como inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, remetendo à lei definir a punição por danos e ameaças a sua integridade. Em complemento, o patrimônio de um povo, segundo estudos do ICOMOS (2000, p. 275) refere-se:

[...] às obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como às criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.

É o patrimônio cultural que, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014), confere a identidade e orientação a um povo, pressupostos básicos para que se reconheça uma comunidade. Portanto, o patrimônio cultural pode apresentar-se de forma material (que se divide em bens móveis e imóveis) e imaterial (que inclui toda a produção cultural de um povo, como por exemplo, suas celebrações, suas formas de expressão, seus modos de fazer e seus saberes).

No Brasil o foco do patrimônio histórico e cultural está ligado à garantia de proteção e à salvaguarda dos bens culturais, tendo por objetivo o seu valor histórico. Há algum tempo, sua ótica era de uma perspectiva elitista, contemplando a preservação de bens em “pedra e cal”, em desvantagem dos fazeres e saberes que atualmente formam o que conhecemos como patrimônio imaterial. Em vários documentos legais, coube ao poder público a guarda e a defesa do patrimônio público, seja ele de caráter natural ou cultural.

Como citado anteriormente, apesar do processo de patrimonialização da cultura e da natureza ter certa idade, só ultimamente deu-se início a um processo de reconhecimento dos bens imateriais através de um levantamento de referências materiais e imateriais que procuram reconhecer as etapas de produção e as maneiras de sua transmissão. Portanto, essa nova categoria de patrimônio manifesta-se em objeção a esse patrimônio constituído de pedra e cal, procurando o registro, e não mais o tombamento, de referências sociais e culturais

imutáveis ou que permanecem vivos na cultura brasileira e respectivamente são utilizados para fins de turismo.

Consoante a isso, é pertinente observar que a partir da década de 1970 observa-se um período de relevante crescimento para o turismo no Brasil, com a instalação de diversos empreendimentos hoteleiros em diversas regiões, aprovados através de estímulo e financiamento por meio de incentivos fiscais do governo federal, contando ainda com a ampliação da malha aérea, divulgação interna e externa da imagem do país, possibilitando a formação e o crescimento dos fluxos turísticos. Naquele período, o turismo no país deparava-se com um processo de ampliação, associado à política econômica brasileira. A maneira intervencionista do Estado promovia e levava a investimentos em infraestrutura e ainda controlava a maneira pela qual o poder privado devia se beneficiar com a atividade.

O turismo, tal como o ócio a ele associado, era considerado como uma atividade dinamizadora da união social e como uma válvula de escape das tensões do dia-a-dia, ao mesmo tempo em que atuava positivamente na proteção dos bens culturais e de seus recursos naturais das localidades, os quais estão relacionados à prática turística (IPHAN, 2014).

Por esse viés, o reestabelecimento das cidades com potencial histórico, impulsionando a inclusão das comunidades e a criação de empregos, toma forma com a instituição do Programa de Cidades Históricas, no ano de 1973, reconhecendo que, o mais sensato para a preservação dos monumentos tombados, seria o seu uso, incorporando-os as ferramentas economicamente executáveis, como o progressivo aumento da atividade turística. Partindo dessa análise, dentro da perspectiva da gestão do turismo, o patrimônio se torna um atrativo, no qual é possível durante visita a este, testemunhar sua manifestação e compreendê-lo como atrativo, uma vez que esse patrimônio se juntou ao produto turístico da localidade, sendo necessário assim conformar seu uso dentro do planejamento da atividade turística, além do gerenciamento de suas visitas.

Assim, o patrimônio histórico e cultural representa um importante atrativo para o turismo, pois remete aos valores do passado que contribuíram na formação histórica de uma localidade, impondo à população uma obrigação coletiva de sensibilização para as gerações futuras. De acordo com Figueiredo *et al.* (2012, p. 358)

[...] o patrimônio e seus elementos em rede ou parte isolada formam parte do sistema que indica a estrutura da atividade turística e constitui o recurso natural ou cultural para desenvolvimento de produto. O mesmo é formado com recursos que têm um potencial analisado pelos especialistas para poder transformá-lo em um produto; porque eles são atrações ou estão para sê-lo.

No entanto, faz-se uma ressalva de que o convívio entre o patrimônio e a atividade turística é uma das grandes dificuldades para as localidades receptoras. Surge aí uma “problemática” contemporânea sobre a política de patrimônio e as formas de apropriação e uso desses bens culturais, na qual a interpretação patrimonial pode ser uma possibilidade para o turismo, através da visitação produtiva e consciente, além de ser uma estratégia de apresentação e preservação desse patrimônio (Costa & Oliveira, 2007).

Sob esse aspecto, convertidos em patrimônio, a reprodução da história e da cultura presentes em uma localidade são apoderados pelo turismo, tornando-se patrimônio turístico, ou seja, aquilo que é interessante, que estimula, que encoraja as pessoas a se deslocarem para outro ambiente à procura do novo, do distinto, de uma nova forma de ver o mundo, favorecendo um elo de troca entre culturas. Entendido não apenas pelo aspecto cultural, esse patrimônio situa-se também em um meio produtivo, além de estar “acessível” como mercadoria oferecida para consumo e interpretação pelos turistas, é parte associativa de diversos atores sociais – fornecedores pelo lado da oferta e compradores pelo lado da demanda.

Entende-se que, transformados em mercadorias e oferecidos para venda, os elementos da cultura e da natureza tornam-se mecanismos que compõem produtos do turismo ou culturais e adquirem uma nova função: na dinâmica entre suas características intrínsecas, sociais, mercadológicas e patrimoniais, passam a servir à produção de sentido como um símbolo de um grupo social, de um produtor de sensações agradáveis (ou não). Esses elementos são relevantes para serem conhecidos e devem receber visitas públicas, devendo, portanto, devolver todo o esforço de sua preservação, educando, dando o exemplo e provocando sensações relacionadas à conservação. Frente a isso, emerge a indústria cultural, as políticas de preservação, o turismo e a educação enquanto elaboração de técnicas e processos para potencializar esses objetivos, garantindo que o destino cumpra a função para a qual foi redesenhado (Figueiredo *et al.*, 2012).

Nessa dinâmica, de acordo com Costa e Oliveira (2007, p. 122) “[...] preservado, o patrimônio estabelece novos *percursos, trajetórias e lugares*, uma vez que se destacam no espaço urbano, estabelecendo com este, fortes relações”. Entende-se assim, que esses novos *percursos, trajetórias e lugares* que o patrimônio constitui, os quais são citados pelos autores, estão relacionados a dois conjuntos de atores: os moradores locais e aos turistas, que entenderão cada qual, com seu ponto de vista e demanda, a interpretação ou mesmo a reinterpretção dos patrimônios tombados formadores dos novos lugares.

No entanto, para que haja uma relação duradoura e sustentável desta prática social, chamada de turismo, e do uso do patrimônio de uma localidade, é imprescindível “[...] um planejamento territorial que envolva atores diretamente e indiretamente afetados pela atividade, permitindo-se um consumo e usos que não negligenciem limites e contribuam para a maximização dos efeitos desejados da atividade” (Costa, 2008, p. 62). Por esse viés, das ações que buscam que o patrimônio realize o seu principal motivo de existência, que é o de ser relevante para a sociedade que o produziu, bem como dar a ele uma relevância especial, como a salvaguarda, a reabilitação, a reconstrução e a construção de réplicas, é necessária uma breve síntese das definições sobre patrimônio, patrimônio histórico e cultural, patrimônio material e imaterial, o que pode ser observado no quadro 06.

Quadro 06 – Diferença entre patrimônio, patrimônio histórico, material e imaterial.

PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	PATRIMÔNIO MATERIAL	PATRIMÔNIO IMATERIAL
<p>Bem de herança, que é transmitido segundo as leis, dos pais, das mães aos filhos;</p> <p>Noção do sagrado, ou à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens de família. O termo patrimônio – em inglês <i>heritage</i>, em espanhol <i>herencia</i> – implica na idéia de algo a ser deixado ou transmitido a gerações futuras.</p>	<p>Conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico;</p> <p>Conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo. Ou seja, algo que nos enriquece enquanto povo;</p> <p>Mostra a identidade cultural de um grupo humano.</p>	<p>Conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.</p>	<p>Podem ser evidenciadas na literatura, na música, nas festividades, nos modos de viver, na linguagem, nos costumes, nos saberes, nos locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral, assim como as paisagens e as áreas de proteção ecológica da fauna e da flora.</p>

Fonte: Adaptado a partir de Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil, Castriota (2004), Choay (2001), ICOMOS (2000) e IPHAN (2014).

A partir da elaboração do quadro explicativo acima, observa-se que em Manaus há diversas edificações tombadas como patrimônio em âmbito federal e estadual de acordo com informações da Secretaria de Estado de Cultura (SEC), as quais podem ser visualizadas conforme o quadro 07. É pertinente destacar ainda que, de acordo com o referido quadro, algumas das edificações citadas são utilizadas para fins de atividade turística e cultural, servindo não somente na melhoria da qualidade de vida dos moradores locais, na preservação das próprias edificações, porque representam a identidade simbólica do município, mas serve também aos interesses dos turistas, pois fornece o prazer de conhecer o diferente, o símbolo

de uma cultura. Em suma, há dessa maneira uma política de patrimônio com o viés de política de inclusão social (Costa & Oliveira, 2007).

Quadro 07 - Relação das edificações tombadas em Manaus em âmbito federal e estadual.

ESFERA	EDIFICAÇÃO	CONTEXTO DO TOMBAMENTO
Federal	Teatro Amazonas	Tombado como patrimônio histórico em 28 de novembro de 1966 - Sofreu intervenções em 1929, 1962, 1974, 1985, 1990 e 2001, quando recebeu uma restauração nas argamassas das fachadas e pintura. Em 1990, foi reinaugurado.
	Reservatório do Mocó	Tombado como patrimônio histórico em 24 de abril de 1985.
	Mercado Adolpho Lisboa	Tombado como patrimônio histórico em 1º de julho de 1987.
	Porto de Manaus	Tombado como patrimônio em 14 de outubro de 1987
Estadual	Academia Amazonense de Letras	Decreto nº. 5.218 de 03/10/1980
	Agencia Central dos Correios e Telégrafos	Decreto nº. 11.200 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Biblioteca Publica do Estado	Decreto nº. 11.033 de 12/04/1988 Diário Oficial 14/04/1988
	Cemitério São João Batista	Decreto nº. 11.198 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Centro Cultural Usina Chaminé e Estação de Tratamento de Esgoto (Chaminé)	Decreto nº. 15.485 de 17/06/1993 Diário Oficial 18/06/1993 Decreto nº 11.186 de 14 /06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Colégio Amazonense Dom Pedro II	Decreto nº. 11.034 de 14/04/1988 Diário Oficial 14/04/1988
	Centro Cultural Palacete Provincial (antigo Comando da Policia Militar do Amazonas)	Decreto nº 11.035 de 12/04/1988 Diário Oficial 14/04/1988
	Estação da Castelhana	Decreto nº. 11.187 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas	Decreto nº. 11.188 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Grupo Escolar Euclides da Cunha	Decreto nº. 11.192 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Grupo Escolar Barão do Rio Branco	Decreto nº. 11.193 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Grupo Escolar José Paranaquá	Decreto nº. 11.189 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Grupo Escolar Nilo Peçanha	Decreto nº. 11.185 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Grupo Escolar Ribeiro da Cunha	Decreto nº. 11.194 de 14/06/1988
	Grupo Escolar Saldanha Marinho	Decreto nº. 11.191 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	Decreto nº. 11.039 de 12/04/1988 Diário Oficial 14/04/1988
	Igreja de Santo Antônio (Pobre Diabo)	Decreto nº. 11.036 de 12/04/1988 Diário Oficial 14/04/1988
	Igreja São Sebastião	Decreto nº. 11.038 de 12/04/1988 Diário Oficial 14/04/1988
	Igreja Nossa Senhora dos Remédios	Decreto nº. 11.037 de 12/04/1988 Diário Oficial 14/04/1988
	Instituto Benjamim Constant	Decreto nº. 11190 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)	Decreto nº. 5.218 de 03/10/1980
	Instituto Superior de Estudos da Amazônia (ISEA)	Decreto nº. 10 443 de 19/08/1987 Diário Oficial 20/08/1987
	Palácio Rio Negro	Decreto nº. 5.218 de 03/10/1980
	Palácio da Justiça	Decreto nº 5.218 de 03/10/1980
Penitenciaria Central Desembargador Raimundo Vital Pessoa	Decreto nº 11.195 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988	

	Ponte Benjamim Constant	Decreto n.º 11.199 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Relógio Municipal	Decreto n.º 16/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988
	Sede do TCU (antiga sede da LBA Legião Brasileira de Assistência)	Decreto n.º 11.196 de 14/06/1988 Diário Oficial 16/06/1988

Fonte: Adaptado a partir de SEC (2014).

Dos patrimônios acima identificados, a maior parte encontra-se localizado no centro histórico de Manaus, o qual teve seu tombamento aprovado pelo IPHAN no ano de 2012, em virtude do seu significativo valor histórico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Na afirmativa de Figueiredo *et al.* (2012, p. 360) “[...] para que haja visitas ao “patrimônio”, é preciso que esse esteja manifestado em lugares de cultura ou áreas naturais”. Alguns desses patrimônios, como citado anteriormente, são utilizados na atividade turística ou como locais de apoio para a realização de eventos, como o Teatro Amazonas, Centros Culturais Palácio Rio Negro e Palácio da Justiça, conforme pode ser observado no quadro 08.

Quadro 08 – Atividades e recursos utilizados em Manaus

ATIVIDADE CULTURAL	RECURSOS UTILIZADOS
Exposições temporárias e permanentes	Centros Culturais Palácio da Justiça, Palácio Rio Negro, Palacete Provincial, Usina Chaminé e Museus Casa Eduardo Ribeiro e do Seringal Vila Paraíso.
Festival Amazonas de Ópera	Teatro Amazonas, Centro Cultural Palácio da Justiça e Centro Cultural Largo de São Sebastião.
Festival Amazonas de Jazz	Teatro Amazonas, Centro Cultural Palácio da Justiça e Centro Cultural Largo de São Sebastião.
Festival Amazonas de Dança	Teatro Amazonas, Centro Cultural Palácio da Justiça e Centro Cultural Largo de São Sebastião.
Festival Amazonas de Rock	Teatro Amazonas, Centro Cultural Palácio da Justiça e Centro Cultural Largo de São Sebastião.
Festival de Teatro da Amazônia	Teatro Amazonas, Centro Cultural Palácio da Justiça e Centro Cultural Largo de São Sebastião.
Mostra de Cultura Popular	Centro Cultural Largo de São Sebastião
Festival de Cinema	Teatro Amazonas, Centro Cultural Palácio da Justiça e Centro Cultural Largo de São Sebastião.
Festejos natalinos	Entorno do Teatro Amazonas e Centro Cultural Largo de São Sebastião.

Fonte: Baseado a partir de SEC (2014).

Entretanto, é relevante destacar que outros patrimônios tombados, constantes no quadro anterior, têm sido utilizados em atividades para as quais foram construídos como: colégios, faculdade, penitenciária, ponte; enquanto que outros, como o Conjunto Arquitetônico do Porto de Manaus, o qual inclui ainda o Museu do Porto, está sendo subutilizado tanto para usufruto da população como para a atividade turística.

Por questões de sua privatização no ano de 2001, o complexo vem sendo objeto de disputas judiciais, de obras interrompidas, tendo parte do patrimônio histórico de Manaus, como o Museu do Porto (um dos prédios mais antigo da cidade, transformado em museu no

ano de 1981, sendo desativado desde 2000) sido abandonado, aguardando sua revitalização e dessa maneira se perdendo em meio aos impasses citados.

Para os funcionários do espaço citado, a situação é lamentável, pois se trata de um local de relevância para o Amazonas e o município de Manaus, por sua representatividade no ciclo econômico da borracha, além de servir de casa de máquinas para o Porto:

[...] vários turistas procuram o Museu do Porto para conhecer suas características medievais e as relíquias que marcaram a história de Manaus, é uma pena, mas eles são pegos de surpresa quando encontram o prédio com as portas fechadas e tomado pelo mato (funcionária do Porto de Manaus).

[...] quando estava com as suas portas abertas, o museu ajudou muito com estudos e pesquisas importantes para o Amazonas e para Manaus. Ele foi muito frequentado na década de 1980. Ainda hoje, tem estudantes que querem conhecer o museu, mas como suas portas estão fechadas há um bom tempo, sem o menor zelo e sem o menor cuidado, o local ficou inseguro. Infelizmente esta é a nossa realidade: uma história que logo será abandonada de vez, caso não seja tomada nenhuma providência (funcionário do Museu do Porto).

Nesse aspecto, além da situação atual do Museu do Porto, o próprio Porto enfrenta dificuldades em sua estrutura como: a ausência de proteção solar, ruas esburacadas, lixo, além da falta de sinalização, de banheiros, de lanchonetes e de acessibilidade para visitantes com deficiência. Observa-se ainda que, durante a análise das pautas e das atas das instâncias de governança avaliadas nesse estudo, não foram pontuados ou analisados tais problemas enfrentado pelo Porto. Apenas foram tratados assuntos relacionados às temporadas de cruzeiros, como a logística para recebimento dos navios e dos turistas, segurança e a parceria entre os órgãos envolvidos no receptivo.

Apesar disso, o espaço está sendo recuperado com recursos no valor de R\$ 71 (setenta e um) milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) – PAC dos Portos, desde o mês de novembro de 2013 e cujas obras deveriam ter sido concluídas em junho de 2014. O objetivo do programa era o de oferecer leitos para a COPA 2014 e atendimento à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação ou adaptação de terminal marítimo de passageiros e de infraestruturas de acessos marítimo e terrestre. Para oferecer atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios, atendendo às ações de vigilância sanitária, alfândega e de segurança, fato esse que não ocorreu em virtude de atrasos na obra.

Portanto, pode-se observar que na prática, as ações para uso do patrimônio ficam na maioria das vezes, condicionadas a interesses particulares e imediatistas dos representantes políticos e dos interesses de uma minoria, o que na análise de Costa (2008, p. 67) pode ser entendida como:

Estas referências mostram-nos que os agentes públicos não cumprem, de forma eficiente, os princípios e as ações que se outorgam: de servir, de responsabilidade compartilhada, de qualificação da vida e de cuidado com o espaço urbano, o que contribui para a intensificação da nova racionalidade nos núcleos urbanos tombados, produzida pelo capital hegemônico global.

No entanto, verifica-se que organismos públicos, como a Secretaria de Estado de Cultura, tentam estabelecer uma ligação com o acervo histórico do estado, onde há diversas tentativas de possibilitar a preservação do patrimônio com uma maior aproximação de atores sociais, tanto públicos como privados. Tentam dar uma solução econômica ao relevante acervo do Estado, especialmente através de iniciativas para o turismo cultural, percebendo, como centralidade, a preservação do patrimônio e as demandas sociais gerais.

Por fim, além do patrimônio material descrito anteriormente, quanto às peculiaridades do patrimônio imaterial, pode-se destacar a realização de eventos, como o tradicional Festival Folclórico do Amazonas, que é realizado há 59 anos e que envolve apresentações de danças regionais como os bois-bumbás e tribos indígenas. Além disso, a gastronomia amazônica e o artesanato, influenciado pela cultura indígena e confeccionado com elementos da floresta como sementes, cipós e madeiras, compõem os elementos imateriais de Manaus e podem ser comercializados em lojas especializadas e em feiras de artesanato.

Como uma das tendências do turismo contemporâneo é a procura por localidades turísticas com atrativos histórico-culturais que representam a identidade do lugar, no próximo capítulo, serão descritos os principais patrimônios materiais e imateriais que compõem o município de Manaus.

Cabe salientar, que apesar de o patrimônio imaterial ter sua relevância na cultura amazonense e manauara, ressalta-se que o foco deste estudo optou pelo viés do patrimônio material. De acordo com Castriota (2004) o Patrimônio material pode ser classificado em móvel e imóvel, formado por elementos que possuem materialidade, ou seja, o conjunto de bens e imóveis elaborados pelo homem, incluindo a própria cidade e as obras de arquitetura.

O próximo capítulo centra-se no estudo realizado no município de Manaus, detentor de uma expressiva herança cultural, onde são caracterizados os aspectos geográficos, socioculturais, econômicos e ambientais do espaço desta pesquisa.

4 MANAUS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

4.1 Localização e acesso

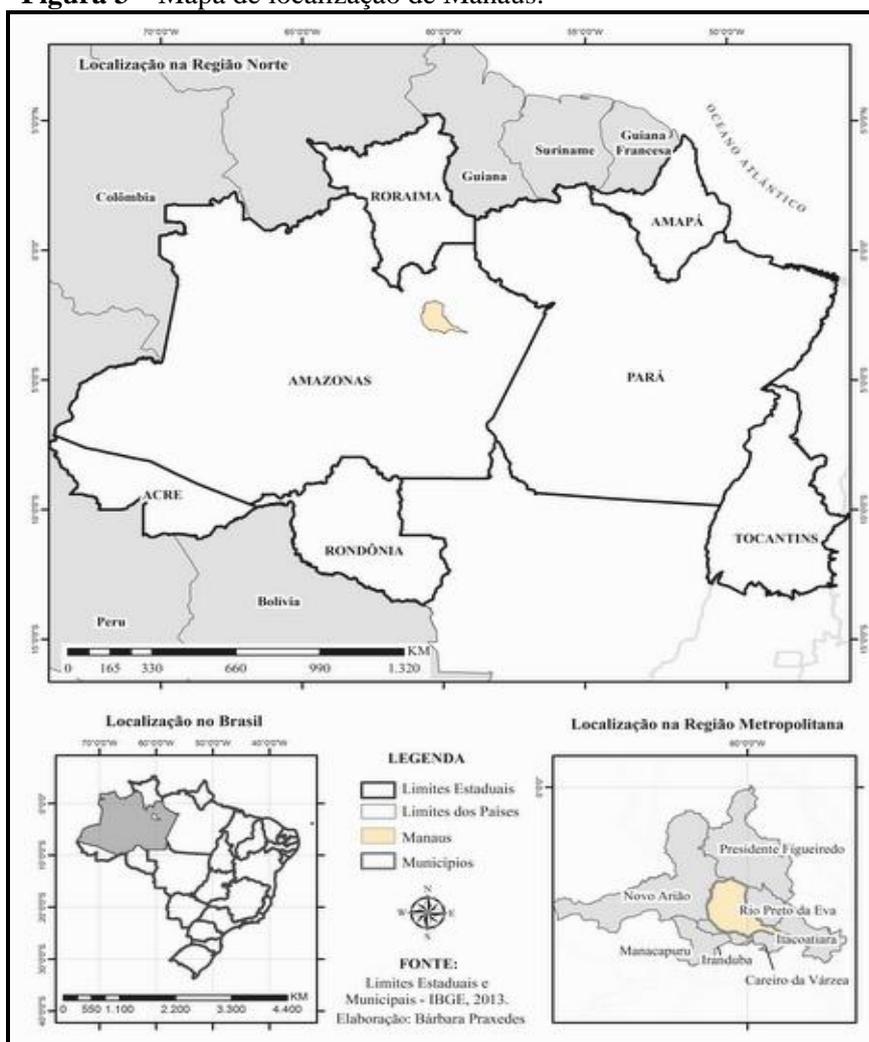
O lócus que serve de campo de observação para esta pesquisa é o município de Manaus, metrópole e capital do estado do Amazonas, localizado na região Norte do país, no centro geográfico da Amazônia, à margem esquerda do Rio Negro.

O município foi um povoado que teve sua origem em torno da Fortaleza de São José do Rio Negro, a qual foi erguida a base de pedra e barro para guarnecer a região de possíveis investidas dos inimigos espanhóis, jesuítas e de indígenas hostis, aliados dos holandeses aquartelados no Suriname (ex-Guiana Holandesa), como também para assegurar o domínio da coroa portuguesa na região. Durante 114 anos, o forte manteve suas atividades e propósitos de defesa da região.

Manaus transformou-se em vila, passou de vila à cidade, não tendo sido planejada inicialmente. Teve sua fundação no ano de 1848, fazendo limites com os municípios de Presidente Figueiredo e Novo Airão - ao Norte; Careiro, Careiro da Várzea e Iranduba - ao Sul; Itacoatiara e Rio Preto da Eva - a Leste e Manacapuru - a Oeste (IBGE, 2015).

A extensão territorial do município é de 11.401,092 km², localizada entre os pontos geográficos de latitude sul 03°06'07"S e de longitude oeste 60°01'30"O. Em virtude dessa posição e com a altitude superior a 25 metros, acima do nível do mar, Manaus é o quarto fuso horário a oeste do *Greenwich Meridien Time* (GMT), correspondendo quatro horas a menos em relação ao horário local de Londres e uma hora atrás das demais capitais brasileiras, com exceção do Acre, do qual está uma hora à frente.

A área e os limites do município de Manaus estão representados pela figura 3 a seguir.

Figura 3 – Mapa de localização de Manaus.

Elaboração: Bárbara Praxedes (2015).

O acesso rodoviário até Manaus, a partir das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste é realizado até a cidade de Belém no estado do Pará, posteriormente, o trajeto segue via transporte fluvial. Da maioria das localidades situadas na região Norte, a viagem é realizada por meio de barcos e aviões de empresas aéreas regionais e nacionais. As principais rodovias federais são a BR-319, que liga Manaus ao município do Careiro da Várzea e à cidade de Porto Velho/RO por aproximadamente 885 km; e a BR-174, que liga Manaus ao município de Presidente Figueiredo à cidade de Boa Vista/RR e depois até a cidade de Caracas na Venezuela, num trajeto de aproximadamente 2.000 km. Pela rodovia estadual AM-010, Manaus é ligada ao município de Rio Preto da Eva e Itacoatiara; pela AM-070, ao município de Manacapuru e pela AM-352, aos municípios de Manacapuru e Novo Airão. Por via fluvial, Manaus tem ligação com todos os 61 municípios do Amazonas (IBGE, 2010).

O principal acesso aeroviário da região é o Aeroporto Internacional Brigadeiro Eduardo Gomes, situado a 14 km do centro de Manaus. Operam em Manaus, com voos

regulares, as principais companhias aéreas nacionais e internacionais, dentre as quais a Gol, TAM, Azul, *American Airlines*, *Copa Airlines*, TAP Portugal e *Insel Air International*.

Cabe ressaltar que o atendimento com voos internacionais diretos para Manaus foi resultado de um planejamento e articulação entre os setores públicos federal, estadual e municipal e setor privado, feito através de políticas públicas que visam facilitar o intercâmbio turístico e de negócios entre países da Europa, Estados Unidos e o Amazonas, além de fomentar ainda a transformação econômica e social local. No planejamento, envolvendo o Estado e o setor turístico local, foi considerada a realidade da malha aérea local, que permitiu a ampliação de novos voos para o município. Além disso, a governança local também contribuiu no processo, com a avaliação da demanda turística, identificando lacunas, sobreposições e oportunidades para o turismo, a partir do atendimento dos novos voos.

De acordo com Lima (2003) a iniciativa de ampliação de voos internacionais é um reflexo das políticas nacionais de turismo. Tais políticas se deram através da flexibilização do mercado de aviação, por meio da revisão de muitos dos acordos bilaterais, pelo incentivo aos voos charters, da ampliação da malha aérea entre os destinos turísticos não atendidos pelas grandes companhias aéreas, da diminuição das exigências para a entrada de visitantes externos e por fim, da expansão da participação de companhias estrangeiras no mercado nacional (resultando no aumento da oferta e barateamento das passagens) e a liberalização da prática de preços, permitindo a concessão de descontos.

Em relação ao transporte coletivo, este representa um papel significativo no cotidiano do município de Manaus, por possuir uma expressiva estrutura de linhas de ônibus itinerários e coletivos. Cerca de 600 mil pessoas fazem uso do transporte coletivo diariamente em Manaus, que possuía em 2013 uma frota de 1.701 ônibus, com diversas linhas itinerárias exploradas por empresas do segmento de transporte. Segundo dados da Prefeitura de Manaus (2015), 50% da população manauara utiliza o transporte público, enquanto 30% utilizam veículo particular e o restante faz uso da bicicleta e da caminhada para locomoção na cidade.

No que se reporta à frota de veículos, no ano de 2014, Manaus possuía um total de 686.611 veículos, sendo: 328.715 automóveis, 16.714 caminhões, 2.676 caminhões-trator, 68.445 caminhonetes, 24.158 camionetas, 3.003 micro-ônibus, 136.967 motocicletas, 13.362 motonetas, 7.934 ônibus, 16.146 outros tipos de veículos, 64 tratores e 4.491 utilitários (IBGE, 2015).

4.2 Geografia, aspectos demográficos e econômicos de Manaus

O clima predominante do município de Manaus é o equatorial, quente e úmido, tendo duas épocas distintas, com chuvas nos meses de dezembro a maio e seca (período menos chuvoso) nos meses de junho a novembro. A temperatura média anual é de 31,4° C e pelo fato do município estar localizado próximo a linha do equador, resulta em um clima-ambiente de calor constante, mesmo no período chuvoso (IBGE, 2015).

Quanto às informações sobre a população estimada, Manaus registrou de acordo com o IBGE (2015) um total de 2.057.711 habitantes, sendo: 9.133 (0,51%) referente à população rural e 2.048.578 (99,49%) referente à população urbana, o que a coloca na posição de sétima cidade mais populosa do país, seguida por São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza e Belo Horizonte. Deste total, 48,82 % da população é formada por homens e 51,18 % é formada por mulheres.

A densidade demográfica do município é de 158,06 hab/km², tendo como resultado a miscigenação de três etnias básicas que compõem a população brasileira: o indígena (37,8%) o qual iniciou a ocupação humana na Amazônia, o negro (16,3%) e o europeu (45,9%), formando dessa maneira, os mestiços da região, denominados de caboclos. Posteriormente, com a chegada dos imigrantes vindos da Europa (ingleses, franceses, gregos, portugueses, italianos e espanhóis) e de outros vindos de outras regiões do mundo, como japoneses, árabes e marroquinos, formou-se uma cultura de característica singular, observada nos valores e modo de vida dos habitantes da cidade (IBGE, 2015).

Observa-se ainda que essa migração direcionada a Manaus, principalmente entre europeus e brasileiros nordestinos (sobretudo cearenses e maranhenses), ocorreu especialmente durante o ciclo da borracha, que passou a ser a matéria-prima das indústrias mundiais, além da instalação da Zona Franca de Manaus (entre os séculos XIX e XX). Também houve uma numerosa migração de pessoas naturais da própria região norte, vindos do oeste do Pará e dos estados do Acre, Roraima e Rondônia e ainda naturais dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

De acordo com informações da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN, 2013), o processo de ocupação demográfica de Manaus apresenta como uma das características mais marcantes a urbanização, ocorrendo em ritmo intenso e acelerado nas seis zonas geográficas do município, estando a massa populacional mais significativa concentrada nas zonas urbanas norte (com 601.055

habitantes); leste (com 509.649 habitantes); sul (com 486.488 habitantes); oeste (com 148.333 habitantes); centro-oeste (com 159.433 habitantes) e centro-sul (com 152.753 habitantes).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Manaus é de 0,737, sendo considerado um dos menores entre as capitais brasileiras, o que a coloca na 23ª colocação entre as capitais estaduais do país, à frente somente de outras quatro capitais. Em relação aos municípios limítrofes, o índice é ainda mais baixo, com 0,720 pontos, o menor resultado entre as 16 principais regiões metropolitanas brasileiras. A esperança de vida é de 74,5 anos, o que significa um aumento de 8,6 anos desde 1991, quando Manaus registrou 65,9 anos em esperança de vida. A esperança de vida é maior nas zonas sul, centro-sul e centro-oeste, comparando com as demais regiões da área urbana (IBGE, 2015).

Quanto à infraestrutura básica, de acordo com o IBGE (2015), 99,63% dos domicílios são atendidos pela rede de distribuição de energia elétrica, 89,65% pela rede de esgoto e água encanada e 98,29% são atendidos pela coleta de lixo. Em relação à saúde pública, o município de Manaus dispõe de um total de 299 estabelecimentos de saúde básica de caráter público, sendo: 49 estaduais, 13 federais e 237 municipais, o que representa cerca de 3.308 leitos para internação. Há ainda 201 estabelecimentos de saúde básica privados, sendo 196 com fins lucrativos e 5 sem fins lucrativos. Ainda de acordo com o órgão, há 33 postos de saúde, 121 ambulatórios e 150 estabelecimentos com atendimento odontológico, administrados pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), que divide o município em cinco administrações de saúde pública: Distrito de Saúde Norte, Distrito de Saúde Sul, Distrito de Saúde Oeste, Distrito de Saúde Leste e Distrito de Saúde Fluvial.

Em relação aos aspectos da segurança pública, Manaus possui desde o ano de 2011 um sistema de segurança pública denominado “Ronda no Bairro”, implantando pelo governo estadual, o qual objetiva o enfrentamento da violência e a criminalidade, oferecendo policiamento ostensivo nas seis zonas geográficas existentes. O município conta ainda com o funcionamento de uma delegacia especializada em crimes contra o turista, localizada no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, a qual atua no combate aos furtos, fraudes, venda ilegal de pacotes de viagens e o turismo sexual, além da atuação da Guarda Municipal de Manaus, cujo trabalho centra-se na proteção do patrimônio público do município.

É pertinente destacar que, apesar dos investimentos em segurança pública, Manaus ocupa a 12ª posição da cidade mais violenta do país e possui a segunda maior taxa de homicídios na região norte do Brasil, abaixo apenas de Belém. De acordo com o diagnóstico da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP), a média de homicídios na cidade é de 42,53 para cada grupo de 100 mil habitantes. Em 2011, a cidade chegou a ocupar a 26ª

posição no ranking das mais violentas em nível mundial, e em 2014 ocupou a 5ª posição entre as cidades com maior índice de violência no Brasil (SSP, 2015).

Do ponto de vista da educação, o relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2013 destaca Manaus com um resultado de 4,8 pontos para as séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e 3,7 pontos para as séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Manaus obteve a 14ª colocação entre as capitais brasileiras no que se refere às notas dos anos iniciais no IDEB, e nos anos finais, a nota do exame do município alcançou a 16ª colocação. Houve um aumento no índice registrado pelo município desde a primeira avaliação, em 2005, até a última, em 2013, mas se comparada com outras capitais da região Norte, Manaus é superada por cidades como Palmas, Rio Branco e Boa Vista. No entanto, entre as capitais do país que tiveram notas abaixo das de Manaus, estão João Pessoa (4,5), Porto Alegre (4,5), Natal (4,3) e Recife (4,3). Para compor a nota do IDEB, são utilizados os resultados da Prova Brasil (prova nacional) e do fluxo escolar (taxa de aprovação e reprovação).

Em 2013, em nível municipal, eram mantidas 723 escolas de ensino básico, sendo 362 municipais, 192 estaduais, 01 federal e 168 privadas. Conforme dados do IBGE (2015), em 2013 o município possuía 15.290 docentes, com 11.755 destes sendo do ensino fundamental e 3.535 do ensino médio, além de um número de matrículas totais de 458.545. Entre a população com 25 anos ou mais de idade, 10,97% havia completado o nível superior, 49,86% possuía o ensino médio completo, 65,76% tinha o ensino fundamental completo e 4,76% era analfabeta. A expectativa de anos de estudo no município era de 9,51 anos, pouco acima da média estadual. Quanto ao ensino superior, há duas universidades públicas presentes na cidade: a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), única instituição de caráter federal no estado, criada em 17 de janeiro de 1909 com o nome de Escola Universitária Livre de Manáos, sendo, portanto a universidade mais antiga do país; e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), criada pela lei estadual n.º 2.637 de 12 de janeiro de 2001. Desde o ano de 2008, o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) também atua como unidade pública de ensino superior, através da Lei n.º 11.892. Além das universidades citadas, destaca-se ainda a existência de quinze instituições de caráter privado, que atuam na formação superior no município de Manaus.

Em relação aos índices de analfabetismo, a população analfabeta com 15 anos de idade ou mais vem apresentando uma redução significativa na última década (de 15,1% em 2000 para 11,66% em 2011). O percentual apresentado pelo município em 2000 revela uma situação superior à do Amazonas (23,9%), região Norte (24,1%) e Brasil (19,4%), o que

demonstra possíveis investimentos na área educacional, principalmente considerando-se o aumento no número médio de anos de estudo da população com 25 ou mais anos de idade que passou de 3,7 em 2000 para 6,3 anos em 2011, sendo superior, portanto, à média nacional (4,9). No entanto, de acordo com o IBGE (2015) apesar dos investimentos em educação, ainda há cerca de 324 mil moradores em Manaus que ainda não sabem ler.

Quanto à história econômica da Amazônia e especificamente de Manaus, desenvolveu-se inicialmente baseada na extração de produtos para exportação, como as “drogas do sertão”¹⁴, que se tratava de especiarias encontradas em suas matas e de grande valor no mercado europeu nos séculos XVII e XVIII, utilizando-se dos índios como força de trabalho escravo e supervisionada pelos europeus responsáveis por exportá-las.

Posteriormente, a economia foi pautada na produção para o comércio internacional do látex, matéria-prima a partir da qual era produzida a borracha - goma elástica extraída da seringueira, a *Hevea brasiliense*, explorada em pequena escala desde o início do século XIX, intensificando-se a partir de 1850. Teve seu apogeu principalmente entre os anos de 1905 e 1912, até o seu declínio a partir de 1913, quando é surpreendida pela fortíssima concorrência da borracha natural, plantada e extraída dos seringais da Ásia, que invade vertiginosamente os mercados internacionais, tornando assim a borracha asiática, mais barata, suplantando a borracha amazônica, mais cara.

Na perspectiva de Almeida (2008), a lógica de entendimento sobre a Amazônia discorre sobre o estabelecimento de modelos interpretativos por pesquisadores das ciências naturais, como forma de explicar de maneira geral a região, pautada em análises das ciências biológicas, tornando dessa maneira o enfoque ambiental como senso comum no campo teórico. Entende-se assim que as discussões sobre a Amazônia estão de maneira constante focadas no aspecto ou perspectiva ambiental.

O autor sugere considerar as diferenças que caracterizam a Amazônia e o distanciamento da problematização da região apenas na natureza e de sua degradação, contemplando outras dimensões, outros sujeitos, como o Estado, as empresas, as populações locais, que são capazes de provocar processos, mudanças, transformações, mas também, resistências e, que tomando como viés o período econômico em análise, tinha o estado como motivador do progresso, o qual se utilizava de sistema agrário-exportador como ferramenta desse ideal.

¹⁴ Abarcavam uma série de produtos naturais (raízes, sementes, frutas e plantas com finalidades medicinais, cosméticas e culinárias) como: o cacau, a castanha, o guaraná, o urucum, a salsa, a copaíba, a andiroba, o anil, a canela, o louro, a pimenta, os quais possuíam ainda efeitos terapêuticos e com alto valor de revenda no comércio internacional.

Nesse contexto, seguidamente ao período da borracha, em Manaus vem destacando-se como principais atividades econômicas a indústria, representada pelo Polo Industrial de Manaus (impulsionada pelo modelo econômico de zona franca), a produção agropecuária e pelo setor de serviços, no qual está incluído o turismo (SEPLAN, 2013).

Ressalta-se que a Zona Franca de Manaus (idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre, com objetivo de implantar no interior da Amazônia ocidental, uma área comercial, industrial e agrícola, com condições mínimas de desenvolvimento do Amazonas), atraiu diversos investidores e empresários interessados em firmar relações econômicas e financeiras no estado, a partir de incentivos fiscais especiais e de uma área de livre comércio de importação e exportação.

Após 10 anos, em 1967, o governo brasileiro ampliou a legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia, dando início dessa forma a consolidação das indústrias na região. Anteriormente, o estado teve como principal atividade até a década de 1990, o comércio de importados, mas hoje, está instalado o maior segmento de duas rodas¹⁵ da América Latina, sendo representado pelas empresas *Yamaha* e *Moto Honda* (SEPLAN, 2013; SUFRAMA, 2014).

O Polo Industrial de Manaus (PIM), o segundo maior polo industrial da América Latina, é caracterizado como um moderno parque industrial onde estão presentes aproximadamente 600 (seiscentas) empresas que operam com a mesma tecnologia de ponta dos mais avançados centros de produção do país, gerando mais de 122.497 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e sete) empregos diretos e indiretos. Nele, encontram-se os polos relojoeiro, químico, componentes navais e eletroeletrônicos, com destaque para as produções de telefones celulares, *tablets*, condicionadores de ar, televisores, produtos ópticos, microcomputadores e *notebooks* (SUFRAMA, 2014).

Em 2014, o modelo de desenvolvimento regional de zona franca foi prorrogado mediante Emenda Constitucional até o ano de 2073 através de benefícios fiscais. De acordo com a SUFRAMA, o PIM faturou em 2014, até o mês outubro, mais de R\$ 71,7 bi (Setenta e um bilhões e sete milhões de reais), representando um aumento de 5,35% em relação ao mesmo período de 2013. Além disso, em 2014 foram aprovados 111 (cento e onze) projetos para o PIM, somando US\$ 383 mi (Trezentos e oitenta e três milhões de dólares) em

¹⁵ O segmento de duas rodas compreende a fabricação de motos e bicicletas.

investimentos fixos e US\$ 1.06 bi (Um bilhão e seis milhões de dólares) em investimentos totais e mais 5,800 (Cinco mil e oitocentos) novos postos de trabalho. Do total de projetos aprovados, 34 são de implantação, que somam 1.605 (Um mil seiscentos e cinco) novos empregos, 77 projetos são de ampliação, diversificação e atualização¹⁶ (SUFRAMA, 2014).

Entretanto, apesar de a Zona Franca colaborar no desenvolvimento econômico do estado e respectivamente em Manaus, ressalta-se que sua implantação contribuiu para que o município passasse a ter sua paisagem urbana modificada com a chegada da grande massa populacional migrante do interior do Amazonas e de outros estados, população que estava em busca de oportunidades no distrito industrial, fazendo surgir novos bairros, muitos dos quais sem nenhuma infraestrutura básica, considerados como invasões.

De acordo com Miranda (2013), existem outros aspectos do modelo que merecem reflexão especial do poder público, como a rotatividade da mão de obra empregada. O esperado seria que os empregos gerados tivessem certo grau de estabilidade, pois se trata de um conjunto de atividades industriais incentivadas intensamente e com uma reserva de mercado que as protege da competição, além de os salários pagos aos funcionários serem baixos. Segundo o autor “[...] o impacto da ZFM para o emprego e renda da população de Manaus e de sua área de influência não reflete a intensidade com que as empresas ali sediadas são beneficiadas por benefícios fiscais e protegidas da livre competição” (Miranda, 2013, p. 14).

Salienta-se ainda que, apesar de sua prorrogação até o ano de 2073, a vulnerabilidade da ZFM de acordo com Miranda (2013) merece ser destacada em virtude da sua continuada dependência à concessão de incentivos fiscais e na má distribuição, em detrimento de Manaus, das etapas de produção desenvolvidas, em comparação com as tarefas realizadas no exterior ou no Sudeste do Brasil. O autor observa que em Manaus realizam-se atividades de pouco valor agregado, basicamente montagem e embalagem, e no exterior ficam as atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos, a produção de componentes e peças de maior valor e complexidade, o design dos novos produtos, decisões e planejamento estratégico das empresas ali instaladas. De uma forma geral, com o avanço das atividades da zona franca, Manaus passou por um processo de crescimento e estabilidade financeira, novas indústrias foram implantadas, tornando o município em relevante atrativo, necessitando apenas de um porto e uma rede de serviços hoteleiros apropriada.

¹⁶ De acordo com a SUFRAMA, as empresas têm um prazo de até três anos para efetivarem os investimentos aprovados.

O turismo doméstico passou a ser, dessa maneira, implementado por consumidores que estavam em busca de produtos sofisticados e cuja importação era proibida em outros estados do país. Além disso, o avanço da navegação aérea e o advento dos grandes jatos, além das políticas públicas que foram elaboradas para produzirem resultados na sociedade, colocaram Manaus na condição de plataforma para o apoio ao tráfego nacional e internacional, além do interesse pelo comércio da zona franca (SUFRAMA, 2014).

Como descrito anteriormente, o acesso ao município pode ser realizado mediante via fluvial ou terrestre, ligando a capital a todos os municípios do Amazonas e, por via aérea, com as principais capitais brasileiras como Belém, Porto Velho, Rio Branco, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, Manaus é também escala importante para a ligação com países como o Peru, Colômbia, Venezuela e Estados Unidos (Bittencourt, 2012).

Contudo, apesar de haver opções para o deslocamento de turistas de outros países, estados e de municípios do interior do Amazonas até Manaus, o município enfrenta em sua própria realidade, dificuldades que refletem na atividade turística, as quais estão relacionadas à mobilidade urbana. A ausência de uma linha de transporte especial para o turista, ligando o aeroporto ao centro do município, o transporte público deficiente e com alto valor de tarifa cobrado, o trânsito caótico e a insuficiente sinalização turística que juntos contribuiriam na dificuldade de locomoção dos turistas no município, além da falta de ampliação e ordenamento dos serviços básicos de limpeza pública e segurança ostensiva no centro histórico do município.

Como apontado anteriormente, as políticas públicas de turismo em Manaus vêm estimulando lentamente o aumento na melhoria de serviços relacionados à atividade, como forma de ampliar o número de visitantes provenientes de outros estados e países. Nesse sentido, de acordo com os órgãos oficiais de turismo, Manaus recebeu somente na temporada 2014/2015, de cruzeiros marítimos (iniciada em novembro de 2014 e com encerramento em maio de 2015) 18 (dezoito) navios, totalizando cerca de 15 mil turistas, injetando na economia do Estado aproximadamente U\$ 3,3 milhões (três milhões e trezentos mil dólares). O valor é 12,81% maior em relação à temporada passada, quando o valor deixado pelos turistas foi de U\$ 2,9 milhões (dois milhões e novecentos mil dólares).

Outro ponto positivo é o aumento do número de navios norte-americanos, com 10 (dez) transatlânticos. Na última temporada, foram apenas 07 (sete) navios. Os navios da temporada 2014/2015 partiram de locais distintos, como o Caribe, Peru, Uruguai, Europa e até Antártida. Ressalta-se ainda que o número de visitantes seja inferior em relação à temporada de 2013/2014, que totalizou 19.198 (dezenove mil, cento e noventa e oito) turistas e 15

(quinze) navios atracados em Manaus (AMAZONASTUR, 2015; Prefeitura de Manaus, 2015).

Além dos cruzeiros, novos voos passaram a operar diretamente para Manaus conforme discorrido anteriormente. Dentre eles está o voo Manaus e a ilha caribenha de Aruba, lançado no último dia 14 de janeiro de 2015; Manaus/Lisboa; Manaus/Estados Unidos; além da possibilidade de extensão de voo Madrid/Manaus/Lima. Cabe salientar ainda que o município dispõe de infraestrutura turística regular, contando com prestadores de serviços cadastrados pelo MTur, através do Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor do turismo (CADASTUR)¹⁷, onde consta o registro de 198 agências de turismo¹⁸, 109 hotéis¹⁹, 51 transportadoras turísticas, 164 guias bilíngues²⁰, 17 bares e restaurantes²¹, além de prestadores especializados no segmento turístico; casas de espetáculos e de animação turística (CADASTUR, 2015).

Apesar de os números do CADASTUR e das associações de classes apresentarem divergências, e mesmo esses números ainda mostrarem-se relativamente baixos, deve-se ressaltar que há em Manaus, profissionais e empresas que operam na informalidade. Com isso, os dados reais dos prestadores de serviço no município podem ser aumentados ou ainda duplicados. Assim, torna-se necessária a intervenção do poder público, em ações de incentivo à legalização na atividade turística, ressaltando a importância e os benefícios da saída da informalidade.

Mesmo com o forte apelo ao exótico, caracterizado pelos recursos naturais, representados pela fauna e flora, não se pode desconsiderar o potencial e real atrativo cultural de Manaus. As instâncias de governança podem fomentar, através de seus papéis de planejamento e de representatividade dos interesses dos poderes público e privado como também da sociedade civil organizada, o turismo cultural numa complementaridade e fortalecimento ao ecoturismo, principal motivação de turistas ao estado do Amazonas. Acredita-se que tanto a cultura quanto o turismo são áreas de destaque na economia local, nas práticas de lazer de turistas e de residentes e, podem colaborar entre si para o

¹⁷ Disponível no site: <http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/index.action#>. Acessado em: 10, janeiro, 2015.

¹⁸ De acordo com o site da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Amazonas (ABAV/AM), o número de hotéis cadastrados na referida associação é de 60 agências. Disponível em: <http://www.abavam.com.br/age.asp>. Acessado em 18, março, 2015.

¹⁹ Site da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Amazonas (ABIH/AM) está com essa informação indisponível para consulta.

²⁰ De acordo com o site do Sindicato Estadual de Guias de Turismo do Amazonas (SINDEGTUR/AM), o número de associados no referido sindicato é de 15 guias. Disponível em: <http://www.sindegtur-am.com/guia>. Acessado em 17, março, 2015.

²¹ De acordo com o site da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Amazonas (ABRASEL/AM) a instituição conta com 200 associados. Disponível em: <http://www.abraselam.com.br/associados.php>. Acessado em 18, março, 2015.

desenvolvimento do município de Manaus, através de um turismo mais qualificado do ponto de vista competitivo.

Ressalta-se que, de acordo com estudos realizados pelo MTur (2015) e ABEOC (2012) entre os principais destinos ecoturísticos no Brasil, com os quais Manaus compete, estão: Bonito (MS), Brotas (SP), Cambará do Sul (RS), Cataratas do Iguaçu (PR), Caravelas e Chapada Diamantina (BA), Chapada dos Veadeiros e Pirenópolis (GO), Chapada dos Guimarães (MT), Fernando de Noronha (PE), Monte Verde e Serra da Canastra (MG), Pantanal (MT/MS), Parque Estadual do Jalapão (TO), Ilha Grande (RJ), Santarém (PA), Serra da Capivara (PI). No exterior destacam-se as Ilhas Galápagos (Equador), Patagônia (Argentina), Parque Nacional Tayrona (Colômbia), ruínas de Machu Picchu (Peru) e outros atrativos em países como a África do Sul, Austrália, Canadá, Costa Rica, Cuba, Honduras, Quênia, Estados Unidos (Havaí e Parque Nacional de Yellowstone) e a Nova Zelândia.

4.3 Aspectos históricos e culturais de Manaus

O município de Manaus, caracterizado pelos traços indígenas de sua população e europeus em sua arquitetura, foi fundado no ano de 1669, às margens do Rio Negro por Francisco da Mota Falcão. Atualmente, com 346 anos de fundação, é o portal de entrada para as práticas do ecoturismo no estado do Amazonas, onde se encontram as águas escuras do Rio Negro e as barrentas do Rio Amazonas e juntas formam o fenômeno natural conhecido como Encontro das Águas. Distante da capital cerca de 10 km, o espetáculo é explicado pelas diferenças das propriedades físicas, físico-químicas e químicas entre os rios, (Bittencourt, 2012; Cunha & Pascoaloto, 2006).

Marca da colonização e símbolo do nascimento do município, a Fortaleza de São José do Rio Negro, erguida, conforme afirma Bittencourt (2012), pelo Capitão Francisco da Mota Falcão, para assegurar o controle da confluência do rio Negro com o rio Amazonas e controlar o portão de entrada da Amazônia ocidental, que pertencia à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, foi uma obra rústica, de forma quadrangular, construída com paredes grossas, de pedra e de barro, tendo uma de suas faces voltada para o Rio Negro. No seu entorno, foram fixando-se algumas tribos indígenas, dentre as quais: os Barés, os Banibas, os Manaos e os Passés, muitos dos quais contribuíram na construção da referida fortaleza.

A Capitania de São José do Rio Negro, sede da Fortaleza, foi criada no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, através de Carta Régia em 03 de março de 1735,

onde ficou estabelecido que a sede da capitania fosse em Barcelos, município distante de Manaus, a 396 km em linha reta. Posteriormente, após ser avaliado de que Manaus possuía melhor localização geográfica em relação a Barcelos, equilibrando a posição entre os rios Negro e Solimões, o governador da Capitania do Rio Negro Manoel da Gama Lôbo D'Almada autorizou a instalação administrativa em Manaus, despertando a insatisfação do Capitão-General Francisco de Souza Coutinho, levando ao retorno da sede da capitania para Barcelos.

Um decreto de 13 de novembro de 1832, a eleva à categoria de Vila, com a denominação de Manaus, nome que manteve até 1848 (com a Lei Provincial do Pará de 24/10/1848), quando deixou de ser Vila, sendo reconhecida como cidade, com o nome de Barra do Rio Negro, passando em seguida a ser a Capital da Província. Loureiro (1978) afirma que no mesmo dia e no mesmo ano, Manaus foi elevada à categoria de cidade e seu nome teria sido Cidade Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro. De acordo com o autor, em 1848, a população da comarca era de aproximadamente 21.982 (vinte e um mil, novecentos e oitenta e dois) habitantes livres e 710 (setecentos e dez) escravos, enquanto que o Pará contava com 129.828 (cento e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e oito) habitantes livres e 33.542 (trinta e três mil, quinhentos e quarenta e dois) escravos.

A Lei Imperial de n.º. 582 de 5 de setembro de 1850, elevou a Comarca do Alto Amazonas à Categoria de Província, recebendo o nome de Província do Amazonas, e escolheu para ser a sede da província, a cidade Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro, erroneamente chamada de Vila da Barra pela própria Lei, uma vez que já havia sido elevada à categoria de cidade desde 24 de outubro de 1848.

Em contraponto a Loureiro (1978), Bittencourt (1969) afirma que o Amazonas foi elevado à categoria de província somente no dia 04 de setembro de 1856, quando o município de Manaus recebeu definitivamente essa denominação, uma homenagem à tribo guerreira dos Manaós. De acordo com Monteiro (2012, p. 111):

[...] o município de Manaus é um exemplo dos mais curiosos do estado do Amazonas, porque transitou por todas as fases necessárias e admissíveis à verdadeira realidade municipalista, isto é, com sua máquina administrativa montada de acordo com as necessidades e funcionando à dependência de soluções históricas: aldeia indígena, arraial ou póvoa, lugar, vila e cidade.

O município de Manaus teve seu desenvolvimento e crescimento relacionados com sua vocação para porto, apoiando-se no Rio Negro e à sua posição privilegiada, contribuindo para o progresso da navegação, além de possuir o ano todo água suficiente, sem turbulência e garantindo o ancoradouro tranquilo das embarcações que nela chegassem.

No que concerne a esse período de desenvolvimento e prosperidade de Manaus, conforme analisado anteriormente, o mesmo foi iniciado com a extração e comercialização das “drogas do sertão” e posteriormente no ciclo da borracha. Sarges (2010) reforça que além de Belém e Manaus, outras cidades amazônicas mereceram destaque no país, por meio do processo de vulcanização da borracha, em meados do ano de 1840 pelo americano Charles Goodyear, possibilitando dessa forma, um expressivo desenvolvimento econômico e social da região norte.

Mesquita (2006) inclui a participação de outros fatores, que colaboraram para a inserção das cidades no espírito próprio da *belle époque*²², para além da produção da borracha: a Proclamação da República, a imigração nordestina, a abertura dos portos, o desenvolvimento da indústria de automóvel e, no caso de Manaus, inclui-se ainda a administração do governador Eduardo Ribeiro no período de 1892-1896.

É válido ressaltar que, com os recursos financeiros e econômicos provenientes do ciclo da borracha, o qual representou o apogeu da capital do Amazonas com a exportação do produto, a antiga Manaus foi considerada a cidade mais rica do país por muito tempo. Nessa época, o crescimento e desenvolvimento da capital aconteceram com traços culturais, políticos e econômicos herdados dos europeus (portugueses, espanhóis e franceses). Esses povos contribuíram para a formação histórica e cultural de Manaus e no engendramento dos fluxos e fixos com influência e elementos semelhantes à elite europeia, os quais trariam posteriormente sua contribuição no contexto do patrimônio material e imaterial do município e seu uso na atividade turística.

Manaus passou por um processo de modificação e o então governador Eduardo Gonçalves Ribeiro foi, conforme apontado por Mesquita (2006), o principal impulsionador desse progresso em sua época, construindo o núcleo urbano do município, o início da construção de edifícios públicos, que foram idealizados conforme sua visão empreendedora, utilizando-se da mão-de-obra nordestina, negra, indígena e cabocla. É pertinente destacar ainda que essa relação das comunidades indígenas e caboclas, com os imigrantes europeus e também nordestinos, fez surgir uma miscelânea cultural, ou seja, uma diversidade étnica a qual passou a ser refletida na cultura local e nas políticas públicas.

²² Refere-se à expressão francesa bela época e que remete ao período que perpassa o final do século XIX e início do século XX, em que cidades do Norte do Brasil como Belém e Manaus, passaram a seguir um modelo europeu de cultura e estruturação, ostentando o bem-estar social, a prosperidade financeira e o dinamismo em suas imponentes construções, cujo legado urbanístico e arquitetônico resultaram do período econômico do ciclo da borracha.

Sobre este fato, Furtado (1980) discorre que o progresso não está ligado diretamente à lógica da história, mas sim, no horizonte das possibilidades do homem e o caminho que ele traça para alcançá-los. Tudo isso no sentido do comum, com instituições que possibilitem o homem de realizar suas potencialidades, transformando o meio onde está inserido, para atender seus desejos e necessidades individuais ou coletivas, através da ideia da acumulação de riquezas, onde um futuro está na promessa de melhor bem-estar. Além disso, a expansão geográfica da influência europeia levava aos países “retardatários”, conforme discorrido por Furtado (1980), uma ideia de acesso a uma civilização superior, que referente à Manaus incluía a construção de relevantes prédios públicos.

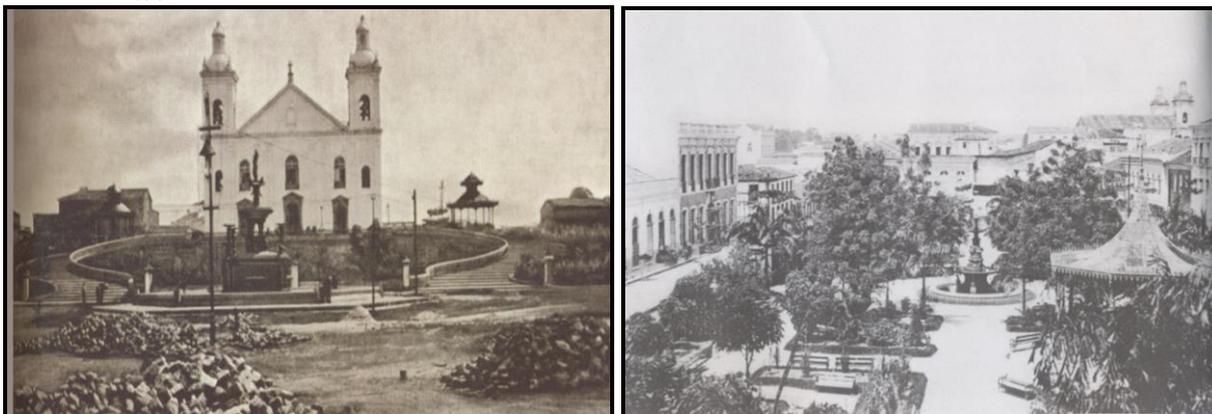
Dentre os prédios públicos idealizados pelo governador Eduardo Ribeiro, pode-se citar o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça²³, o Palácio do Governo, o Reservatório do Mocó, além da ampliação do Quartel da Polícia Militar. Manaus era conhecida naquele período como a “Paris dos Trópicos” (Freire, 2011).

Bittencourt (2012) discorre que o governador Eduardo Ribeiro teria transformado Manaus de uma grande aldeia a uma cidade moderna, através de um processo de políticas públicas de modernização. Figueiredo (2008, p.80), corrobora com o autor afirmando que “a história dos espaços públicos urbanos está intrinsecamente ligada aos processos de urbanização pelos quais passaram a Europa”. De acordo com o autor, o alargamento das vias públicas, a higienização e o embelezamento, com a criação de espaços e praças públicas foram prerrogativas do planejamento urbanístico europeu, que mais tarde influenciaram o modo de planejar os espaços no Brasil e conseqüentemente em Manaus, cuja construção de prédios públicos retratavam a cultura que o município se identificava à época.

Duarte (2009) destaca que a urbanização em Manaus (que seguiu os moldes das principais cidades europeias), com a criação das praças públicas, transformou esses espaços em locais de encontro e convivência à população manauara. Nas imagens a seguir é possível visualizar a organização das Praças 15 de novembro e Praça da República (atual Praça Dom Pedro II) no ano de 1899.

²³ O Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça tiveram suas construções idealizadas no governo de Eduardo Ribeiro, porém suas obras foram concluídas na administração do Governador José Cardoso Ramalho Júnior.

Imagem 01 – À esquerda Praça 15 de novembro durante calçamento da sua área e à direita Praça da República, ambas em 1899.



Fonte: Duarte (2009) *in* O Estado do Amazonas, 1899.

Outro momento de transformação que proporcionou uma reviravolta estrutural em Manaus proveniente da riqueza do látex ocorreu durante a implantação do serviço de transporte coletivo de bonde elétrico, o qual teve papel pioneiro e de diversidade de suas funções. O equipamento, além de ser utilizado como meio de transporte, contribuiu no desenvolvimento urbano do município, permitiu o aumento dos espaços públicos com incorporação e valorização de novos bairros, proporcionou o lazer das famílias e a aproximação social entre a elite e a classe menos favorecida. Duarte (2009, p. 86) ratifica a afirmação discorrendo que:

[...] a Manaus que conhecemos hoje somente se tornou possível, porque nos últimos três séculos, a execução de obras de engenharia, de variados tipos, possibilitou que o espaço urbano da capital fosse alterado. Isso também foi possível com a construção de pontes, imprescindíveis para o processo de urbanização de Manaus.

De forma similar, Sarges (2010) descreve a transformação dos espaços públicos de Belém, no estado do Pará, tal qual o processo ocorrido em Manaus, com a modificação da paisagem urbana na construção de palacetes residenciais, praças, quiosques, cafés, bosques, *boulevards* e aberturas de avenidas.

A autora descreve, corroborando com Figueiredo (2008), que o período de riqueza com a produção da borracha foi marcado por uma política de reordenamento urbano, saneamento e embelezamento da cidade de Belém, assim como em Manaus com o modelo urbano vigente na Europa, em especial na França. Era a relevância do período da *belle époque* que pretendia transformar tanto Belém quanto Manaus em pequenas reproduções das cidades europeias, além de evitar, por meio de políticas sanitaristas, ações de degradação do homem em seu meio ambiente natural.

Posteriormente, a crise da borracha ocorrida em 1912, num primeiro momento refletiu imediatamente na economia que tornou inapta a absorção da mão-de-obra utilizada na produção e comercialização do produto. Seringais foram desativados e Manaus, assim como outras cidades da Amazônia, deixou de ser foco de atração na produção e exportação do látex. Sobre esse período, Monteiro (2012, p. 95), relembra que:

Antes do colapso econômico, Manaus encheu-se de ruas e de avenidas e estas de estilos arquitetônicos curiosos, as mais das vezes compósitos, num insolente e apressado arremedo do isabelino, do árabe, do bizantino, do greco-romano, do espanhol alcazaresco. Do português é geral a transplantação estética, mas a tendência é eliminá-lo no particular e não raro riscá-lo dos confrontos, roubando às ruas e avenidas aquela característica pioneira do urbano e transmitindo-lhes feição moderna, com ascese vertical.

De forma geral, mesmo com todo o êxito das cidades amazônicas, houve fases em que, apesar das divergências e conflitos de interesses econômicos entre Manaus e Belém, ambas as cidades pulsaram de maneira igual, seguindo o mesmo ritmo histórico e de transformações: a instalação, o apogeu e declínio do período áureo da borracha, ocorrido em virtude da concorrência internacional do produto no mercado asiático, encerrando assim um período de sonhos e extravagâncias sociais (Bittencourt, 2012; Sarges, 2010; Mesquita, 2006).

O sistema econômico implantado posteriormente ao ciclo da borracha, encerrado por volta de 1913, foi o da criação da Zona Franca de Manaus em 1970. Para Bittencourt (2012), apesar das incertezas de seu futuro, que vez ou outra é ameaçada de extinção conforme discorrido anteriormente, esse sistema fez desenvolver em Manaus um polo principal em relação ao extrativismo, fazendo com que o município se transformasse e desse um salto qualitativo, com status de centro de geração de renda, sendo considerado como o segundo mais importante ciclo econômico do município de Manaus.

Sobre o processo de mudança econômica ocorrido no Amazonas e refletido no município de Manaus, em virtude do fim do ciclo da borracha, faz-nos remeter à ideia de desenvolvimento apontado anteriormente por Furtado (1980). Para o autor, o desenvolvimento é um processo de transformação, que se articula, numa direção, com o conceito de eficiência e noutra com o de riqueza. Possui pelo menos três dimensões: 1 – o incremento da eficácia do sistema social de produção (visto como principal indicador do desenvolvimento); 2 – a satisfação das necessidades elementares da população, dos objetivos que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que se utiliza de recursos escassos e; 3 – o discurso ideológico, onde as aspirações dos grupos são diferentes.

Dessa forma, de acordo com dados do IBGE (2015)²⁴, Manaus, impulsionada pelo desenvolvimento, é o mais importante município do estado do Amazonas, o principal centro financeiro e corporativo da região norte, mantendo-se como o município mais rico da região, seguida por Belém e o sexto município que mais contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, com um valor de R\$ 49.824.579.000 em 2012 e com a participação de 1,1% no PIB, ficando atrás apenas de São Paulo, com 11,4%, Rio de Janeiro, 5%, Brasília, 3,9%, Curitiba, 1,3%, e Belo Horizonte, 1,3%. Com 25% da renda, estes municípios representam 13,6% da população do país. Entretanto, o PIB do município registrou queda no valor bruto, se comparado ao ano de 2011, quando totalizou R\$ 51.025.146.000, tendo sido a única capital no país a registrar uma ordem decrescente neste quesito. A renda per capita em 2012 foi de R\$ 26.760, um valor também menor quando comparado ao ano de 2011, quando se registrou R\$ 27.845.

Manaus contribui com 77,7% do PIB estadual do Amazonas, a maior taxa de dependência verificada no Brasil, segundo o IBGE (2015). Na atualidade, o município possui um PIB ao menos três vezes maior que antes da implantação do modelo econômico da Zona Franca. Apesar de o setor secundário responder por grande parte do PIB manauense, há registros de uma significativa diminuição de sua concentração nos últimos anos, haja vista o crescimento da participação econômica de outros setores, como a construção civil, turismo, desporto e serviços.

É importante ressaltar que, apesar de sua colocação entre as seis primeiras cidades a contribuir na produção do PIB, o município de Manaus tem como desafio, manter sua economia equilibrada entre as atividades de indústria (transformação) e serviços, dentre os quais o turismo.

Em virtude do significativo papel na economia do estado do Amazonas, através do polo industrial e do comércio, o município vem recebendo investimentos em infraestrutura e serviços por parte dos governos estadual e municipal: recuperação de ruas e avenidas, saneamento básico, transporte público, segurança e lazer, possibilitando dessa forma o fomento em outras atividades econômicas como o turismo, considerado como uma das grandes alternativas de diversificação financeira, e que é motivado em sua essência pela expressividade dos recursos naturais.

²⁴ Fonte: IBGE. *Contas Regionais do Brasil 2011*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>; www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm.saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias. Acessado em: 18, março, 2015.

4.4 Recursos turísticos culturais em Manaus

Manaus, foco principal deste estudo, é o município mais importante do estado do Amazonas. Em virtude de seu relevante papel na economia do estado através de seus ciclos econômicos, já destacados anteriormente, como as “drogas do sertão”, borracha e de zona franca, tornaram o município em principal polo de atividades comerciais do estado, os quais possibilitaram a implantação de infraestrutura voltada para a atividade turística.

Além da sua relevância econômica, Manaus possui recursos naturais, que a tornam o portal de entrada para o ecoturismo no Amazonas. No entanto, retomar a questão sobre as políticas públicas e planejamento estratégico é primordial, pois ambos têm papéis significativos para a gestão diária do turismo, uma vez que contemplam muitos aspectos operacionais da atividade, através de orientações específicas, as quais procuram minimizar os efeitos negativos e maximizar os benefícios da atividade, sendo necessário gerar, desenvolver, conservar e preservar recursos turísticos da localidade em estudo. Na análise de Beni (2006, p. 91), a oferta em turismo pode ser compreendida como:

[...] conjunto de recursos naturais e culturais, que em sua essência, são a matéria-prima da atividade turística porque, na realidade são esses recursos que provocam a afluência de turistas. A esse conjunto agregam-se as instalações e os serviços produzidos para dar consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, em uma estrutura de mercado.

Porém, não se podem tecer considerações sobre os recursos turísticos culturais do município de Manaus, sem considerar a diferenciação entre recurso e produto turístico, oferta, demanda e mercado turístico, através de estudos de Beni (2006).

✓ **Recurso Turístico:** são os elementos disponíveis na localidade turística ou com potencial turístico passível de ser explorado de acordo com a legislação vigente.

✓ **Produto Turístico:** é o resultado final dos equipamentos e serviços agregados aos recursos, capaz de satisfazer as necessidades de uma demanda específica, podendo ser adquirido ou usufruído por esta.

✓ **Oferta Original:** conjunto de atrativos turísticos que apresentam uma ligação intrínseca com a destinação na qual estão localizados por já existirem antes da implantação da atividade turística e cuja razão de ser não é o turismo. Envolve basicamente os elementos naturais, culturais e científico-tecnológicos em eventos programados.

✓ **Oferta Derivada:** é o conjunto de produtos turísticos secundários elaborados com a finalidade específica de prover o suporte à atividade turística. Os serviços e equipamentos

ligados à hospedagem, alimentação, transporte, recreação etc. são exemplos desse tipo de oferta.

✓ **Demanda Turística:** pode ser entendida como a quantidade de produtos turísticos adquiridos (real) ou que podem ser adquiridos (potencial) por um certo público, a um certo preço e por um dado tempo, com o objetivo de satisfazer algumas necessidades

✓ **Mercado Turístico:** relação entre demanda e oferta dentro de uma esfera mercadológica, em que há uma interação dinâmica dos processos de produção, distribuição e consumo.

No entanto, Figueiredo *et al.* (2012) chamam atenção ainda para o fato de que na análise dos recursos patrimoniais, há certas variáveis que são consideradas para classificar os recursos e verificar quais são aqueles que recebem o maior fluxo de visitantes e como são esses fluxos e as estruturas facilitadoras. “[...] também importa a quantidade e a concentração dessas atrações, a qualidade delas, dependendo de seu estado de conservação, a hierarquia de potencialidade do atrativo e seus fatores limitantes (como o acesso) (Figueiredo *et al.*, 2012, p. 365).

De acordo com a narrativa do autor, cabe salientar que assim como os atrativos naturais, Manaus possui elementos culturais que despertam o interesse para a visita dos turistas e que estão presentes em seu patrimônio material e imaterial, podendo o mesmo ser identificado em seu patrimônio histórico, localizado em sua maioria no centro histórico, além da gastronomia, do artesanato e das festividades.

Esses elementos são destacados em estudos do MTur (2015) e EMBRATUR (2015) e podem contribuir na diversificação da oferta turística de Manaus, constituída pelos elementos: culturais (materiais e ou imateriais), naturais ou artificiais, os equipamentos e serviços turísticos (hotelaria, alimentos e bebidas, entretenimento, agências de viagens e turismo) e a infraestrutura turística através de serviços básicos (saúde, segurança, saneamento).

Dessa forma, a potencialidade do turismo cultural em Manaus pode ser uma alternativa de fortalecimento da atividade turística do Amazonas em complementaridade ao ecoturismo. Entende-se que o município dispõe de equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio satisfatórios para o fomento da atividade, podendo ainda dessa forma manter sua história preservada a qual é observada em seu patrimônio histórico material e imaterial, presentes no artesanato, culinária, nas festividades e eventos de caráter artístico-culturais.

No entanto, é pertinente observar que, um dos desafios enfrentados pela gestão pública e demais atores que compõem a cadeia produtiva do turismo no Amazonas e em Manaus, é de fazer com que o segmento cultural e o meio ambiente encontrem uma linha de equilíbrio que possa minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos do turismo.

Apesar do número de turistas nacionais e estrangeiros que visitam o município, é necessária a ampliação e melhoria dos serviços básicos, tais como transporte coletivo, segurança, limpeza pública e, ainda os que refletem no atendimento ao turista, como a sinalização turística, a modernização do terminal rodoviário e portuário, uma vez que a Amazônia, o Amazonas e Manaus têm como uma de suas características peculiares a utilização do meio fluvial para o transporte de cargas e de passageiros e para ligação entre os municípios, alguns dos quais utilizados na atividade turística.

Como citado anteriormente, um dos elementos culturais significativos de Manaus é justamente o patrimônio material e, é no centro histórico do município, no núcleo urbano central, que está presente a maior parte dos prédios e monumentos arquitetônicos, que refletem o período áureo da borracha, estando a maioria deles relativamente bem conservados. De acordo com análise de Mesquita eles (2006, p.21) “[...] são construções que ainda fazem parte do cotidiano de grande parte dos moradores locais, sinalizam a história da cidade, preservando muitas delas suas funções originais”.

Ainda de acordo com o autor, apesar de as construções constituírem-se parte da história de Manaus, a visualidade local foi modificada, em virtude de decisões políticas, que permitiram que grandes prédios fossem erguidos no entorno dessas construções, a exemplo do ocorreu com outras cidades brasileiras, tornando-as deslocadas de seus contextos originais. Para o autor, é necessário que o poder público e a população sejam sensibilizados no tocante ao respeito e preservação do patrimônio histórico do município.

Dessa maneira, além dos bens patrimoniais em funcionamento, a Prefeitura de Manaus, em parceria com o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) - Cidades Históricas²⁵, assinaram convênio que visa à recuperação do centro e prédios históricos de Manaus. Na medida em que, antes de se pensar na possibilidade de desenvolvimento do turismo cultural e dos impactos econômicos provenientes da atividade, é imprescindível entender a importância do papel e da atuação responsável do poder público local, no que se

²⁵ O PAC 2 – Cidades Históricas é um programa do Governo Federal, cuja ação intergovernamental tem por objetivo preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura nacional e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos em 44 cidades brasileiras, com investimento total de R\$ 1,3 bilhão na recuperação das cidades históricas.

refere à gestão e proteção desse patrimônio material e imaterial, que se constituem em relevantes atrativos turísticos.

Em Manaus, o programa está realizando a requalificação de monumentos, praças e prédios públicos com valor histórico, com a viabilização de recursos na ordem de 15 milhões de reais, onde os projetos aprovados nessa primeira etapa contemplarão obras já aprovadas como a Praça XIV de Novembro (construída em 1845), a Praça Dom Pedro II (antiga Praça da República, inaugurada em 1850), a Praça Tenreiro Aranha (inaugurada em 1845), o Pavilhão Universal (inaugurado em 1912), a Praça Adalberto Vale (inaugurada em 1925), além do entorno do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, possibilitando a inclusão desses espaços nos roteiros culturais de Manaus (Prefeitura de Manaus, 2015).

Ainda de acordo com o poder municipal, outros seis projetos estão sendo analisados pelo IPHAN, em Brasília, para serem incluídos nas ações do PAC 2. Entre as propostas estão a requalificação da Biblioteca Municipal, do Hotel Cassina, além das sedes antigas da Câmara Municipal e Corpo de Bombeiros.

Na opinião do Diretor de Turismo da MANAUSCULT²⁶, as obras do PAC 2 visam:

[...] a reconstrução e a revitalização de toda a área do centro histórico de Manaus, o que possibilitará a formação de um corredor turístico para passeios a pé com a identificação de prédios que fazem parte da Manaus antiga. [...] esse roteiro na Manaus antiga, onde realmente tudo começou, vai abrir um grande circuito turístico internacional.

A seguir serão relacionados os principais patrimônios materiais que compõem o arcabouço cultural de Manaus, os quais se referem aos edifícios públicos construídos no século XIX, em sua maioria adaptados do estilo europeu, como português, francês, inglês e italiano, retratando a cultura que Manaus se identificava à época, ou seja, a cultura europeia. Observa-se que essas obras ocorreram em plena floresta, sendo usada em suas construções a mão de obra indígena, negra e cabocla, além dos materiais e elementos decorativos, muitos dos quais provenientes da Europa.

Tais patrimônios possuem dupla funcionalidade e são integrados nos roteiros de visitação turística do município e pelos próprios moradores locais, sendo considerados elos entre passado e presente da história do estado. Nesse sentido, Figueiredo (2008) analisa que em virtude do poder público propor constantemente políticas de refuncionalização de lugares abandonados ou sem utilidade, situados em sua maioria nos centros históricos, tem-se transformado esses lugares de atendimento apenas para os turistas e não para o morador local.

²⁶ Entrevista concedida ao Jornal do Comércio, coluna Turiscando, em 13 de agosto de 2015.

Para o autor, alguns espaços públicos nas cidades pós-modernas possuem dupla funcionalidade: a primeira refere-se ao fato das cidades possibilitarem espaços de lazer à população local, fazendo parte da vida cotidiana e sagrada dos mesmos e a segunda é relacionada aos lugares que se transforma em uma amostra da cultura, entretenimento, dos produtos que aquela localidade possui.

Conclui-se, portanto que, em relação à Manaus, os patrimônios históricos e culturais utilizados na atividade turística, também são locais para o atendimento aos moradores locais em atividades de lazer e entretenimento, conforme pode ser observado nas descrições a seguir.

Biblioteca Pública

A Biblioteca Pública do Amazonas foi instalada em Manaus, no consistório da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 1871, ao tempo do Império do Brasil, onde a capital da província amazonense era ainda uma aldeia. Inaugurada no dia 5 de outubro de 1910, o prédio possui estilo neoclássico, com materiais importados da Europa (as escadas e as colunas vieram da Escócia, o boleão de mármore, os lustres de cristal e a claraboia de telhas, da Inglaterra).

O espaço tombado como patrimônio em âmbito estadual é administrado pelo Governo do Amazonas, através da Secretaria de Cultura (SEC), e funciona como local de pesquisa, com disponibilização de acervo histórico, gibiteca, espaço para eventos, equipamentos multimídias, além de acessibilidade para pessoas com deficiência (SEC, 2015).

Imagem 02 – Fachada e área interna da Biblioteca Pública Estadual



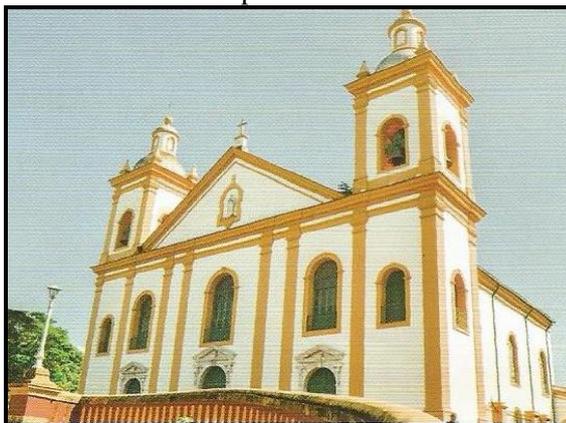
Fonte: Pesquisa de campo (2015) e SEC (2015).

Catedral Metropolitana de Manaus – Nossa Senhora da Conceição

Outro importante patrimônio tombado em âmbito estadual é a Catedral Metropolitana de Manaus, que foi erguida sobre os restos da antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída no final do século XVII no centro de Manaus, na Praça Oswaldo Cruz, numa pequena colina em frente ao Porto de Manaus e fora destruída por um incêndio. A primeira grande obra arquitetônica realizada no município é um templo do estilo neoclássico inaugurado no ano de 1878, destacada pelas suas altas torres-campanário situadas de cada lado da fachada principal. O altar onde fica a capela-mor, os três altares laterais (feitos em pedra de lioz) e os sinos também tiveram procedência da Europa, respectivamente de Portugal.

Atualmente, a Catedral e seu entorno passam por processo de reorganização com a aplicação de recursos do PAC 2 – Cidades Históricas (Prefeitura de Manaus, 2015).

Imagem 03 – Fachada da Catedral Metropolitana de Manaus Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Prefeitura de Manaus (2015).

Centro Cultural Palacete Provincial

O Centro Cultural Palacete Provincial, por mais de cem anos conhecido como Quartel da Polícia Militar do Amazonas, foi inaugurado em 28 de fevereiro de 1875, retomando à sua denominação original – Palacete Provincial – a partir de 2009 e certamente é um dos principais patrimônios que acompanham o evoluir da sociedade amazonense.

O prédio é tombado como patrimônio em âmbito estadual e em conjunto com a Praça Heliodoro Balbi e o Colégio Amazonense D. Pedro II e está sob a proteção especial da Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN Manaus). Estão abrigados no prédio 05 museus do Estado: Pinacoteca, Museu da Imagem e do

Som do Amazonas, Museu de Numismática Bernardo Ramos, Museu Tiradentes e o recém-criado Museu de Arqueologia e o Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza e os Ateliês de Restauro de Obras de Arte e o de Papel. Possui características neoclássicas e alguns aspectos do renascimento italiano (SEC, 2015).

Imagem 04 – Fachada e área interna do Centro Cultural Palacete Provincial.



Fonte: Pesquisa de campo (2015) e SEC (2015).

Centro Cultural Palácio da Justiça

O Centro Cultural Palácio da Justiça, tombado como patrimônio em âmbito estadual em 1980, é também outro espaço destinado à visitação pública, como culto a história do Amazonas, e à promoção das artes, como espaço apropriado a exposições, espetáculos musicais, teatro, cinema, palestras, etc. Trata-se de uma obra centenária, cuja construção inicial esteve a cargo da firma inglesa *Moers & Morton*, sendo concluída no início do século XX para abrigar o Poder Judiciário.

Sua inauguração foi realizada em 21 de abril de 1900, no governo do Coronel José Cardoso Ramalho Júnior. Mesmo sendo um dos principais exemplares da arquitetura clássica do período áureo da economia da borracha, suas linhas estruturais seguem o estilo renascentista. Como curiosidade, o projeto da fachada do palácio foi assinado pelo arquiteto francês Charles Peyroton (SEC, 2015).

Imagem 05 – Fachada e área interna do Centro Cultural Palácio da Justiça.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Centro Cultural Palácio Rio Negro

O Palacete Scholz foi construído em estilo eclético em 1903 para ser residência particular de um abastado comerciante da borracha, o alemão Karl Waldemar Scholz, à época em um dos estados mais prósperos da União por ocasião do Ciclo da Borracha. Com o declínio da borracha, Waldemar Scholz, Presidente da Associação Comercial do Amazonas a partir de 1911 e Cônsul da Áustria desde 1913, na infeliz tentativa de sanar suas dívidas, hipotecou o Palacete por 400 contos de réis ao rico seringalista do Purus, Luiz da Silva Gomes, que foi o mesmo que o arrematou em leilão: era o fim da próspera estada de Scholz em terras amazônicas e seu retorno ao país de origem (SEC, 2015).

De acordo com a SEC, o Palácio Rio Negro, tombado como patrimônio em âmbito estadual e cujo projeto havia sido assinado pelo engenheiro francês Henri Joseph Moers, foi primeiramente alugado ao Governo do Amazonas, servindo de residência aos governadores e Sede do Governo, de 1959 até 1995, depois somente como Sede de Governo e posteriormente foi transformado em centro cultural.

Imagem 06 – Fachada e área interna do Centro Cultural Palácio Rio Negro.



Fonte: Pesquisa de campo (2015) e SEC (2015).

Centro Cultural Usina Chaminé

Administrado pelo Governo do Amazonas, através da SEC, o prédio originalmente tinha a finalidade de ser a usina de tratamento de esgotos da cidade. Foi construído em 1910 pela empresa inglesa *Manaos Improvements*, concessionária de serviços de saneamento, contratada pelo governo estadual a partir de 1906. Com características neo-renascentistas, influenciadas pelos franceses e italianos, o prédio possui, ao lado direito, uma chaminé de 24 metros, construída com tijolos compactos refratários, coroada por um chapéu em ferro moldado, por isso, ficou conhecido como Chaminé.

Tombado como patrimônio em âmbito estadual, a edificação foi reformada em 1993 como Centro de Artes Chaminé para abrigar a Pinacoteca do Estado, com exposições temporárias. Em 2002 o prédio recebeu nova reforma já como Usina Chaminé, e foi reaberto como parte das ações do Programa de Preservação da Natureza da Memória Cultural e Histórica do Amazonas (SEC, 2015).

Imagem 07 – Fachada do Centro Cultural Usina Chaminé.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Mercado Municipal Adolpho Lisboa

O “Mercadão”, como é conhecido o Mercado Municipal Adolpho Lisboa inaugurado em 1882, é um dos maiores patrimônios histórico-arquitetônico da cidade de Manaus, com elementos que refletem o período áureo da borracha, onde se encontram guardados relíquias como o Sino da Creolina (que regulava às 10h da manhã, o momento em que os fiscais da Prefeitura Municipal começavam a expurgar a carne e o peixe fresco, deitando em cima creolina) e as marcas do bombardeio de 1910.

O espaço, considerado como eclético em seus aspectos arquitetônicos é um dos mais relevantes exemplares da arquitetura de ferro. Trata-se de uma miniatura do mercado *Le Halle* de Paris, sendo tombado como patrimônio em âmbito federal, além de ser um local que mantém viva a história de diversas famílias que se dedicaram e se dedicam ao trabalho, à tradição de vender seus produtos e a contar aos visitantes e turistas suas vivências pelo local.

Ao esboçar uma análise sobre o mercado, identifica-se que parte do material empregado na construção dos pavilhões é da empresa escocesa Walter Mac Farlane de Glasgow e da empresa *Morton Engineer* de Liverpool (Prefeitura de Manaus, 2015).

Imagem 08 – Fachada do Mercado Municipal Adolpho Lisboa.



Fonte: Pesquisa de campo (2015) e Prefeitura de Manaus (2015).

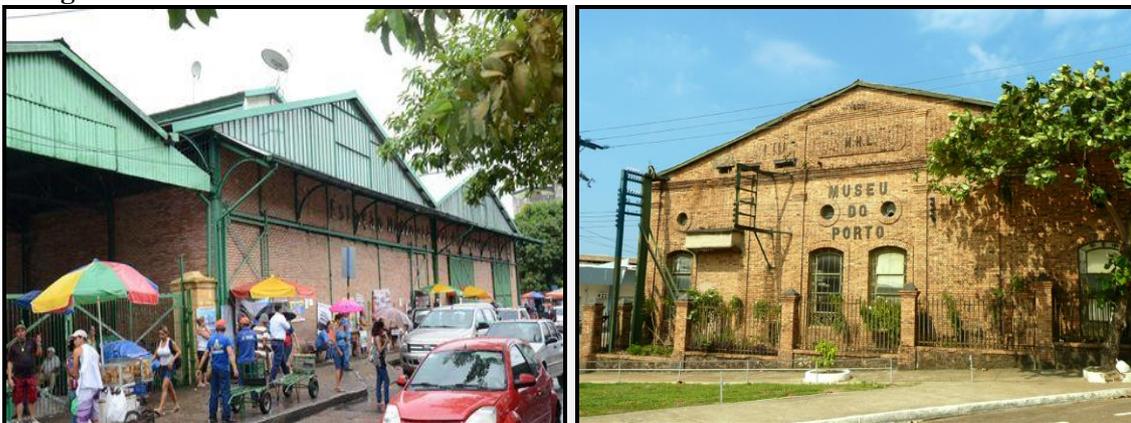
Complexo Porto de Manaus

Com o desenvolvimento econômico produzido pela borracha, tornou-se necessária a ampliação das instalações portuárias existentes, que se resumiam no prédio da Recebedoria (atual prédio de Operação), e o trapiche “15 de Novembro”, construído em 1890. O edital de concorrência para a construção e exploração do porto de Manaus foi publicado em 5 de setembro de 1899, com base na Lei nº 1.746, de 13 de outubro de 1869, que regulava o regime de funcionamento dos portos do Império.

Em 10 de agosto de 1900, a concessão foi outorgada à empresa inglesa *B. Rymkiewicz & Co.*, sendo mais tarde transferida, em 8 de setembro de 1902, à Companhia *Manaos Harbour Limited*, também inglesa. Essa empresa deu continuidade à implantação do porto, iniciando as obras de um cais fixo de 400 metros, dois cais flutuantes e 1.200 m² de armazéns, tendo concluído os trabalhos durante a segunda metade do ano de 1919. Pelo Decreto nº 60.460, de 13 de março de 1967, a União rescindiu o contrato dessa concessão, passando a administração das instalações ao então Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, do Ministério da Viação e Obras Públicas, que em 1967 foi extinto e sucedido pelo Ministério dos Transportes. Atualmente, pelo convênio nº 7, de 26/11/97, o porto passou a ser administrado pela Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas (SNPH).

Conforme discorrido anteriormente, o espaço, tombado em âmbito federal, tem sido objeto de disputa judicial e atualmente passa pela conclusão das obras de recuperação através do PAC 2. Entretanto, apesar da reforma do porto, não há previsão de obras de recuperação de seu museu localizado no complexo portuário.

Imagem 09 – Fachada do Porto de Manaus e do Museu do Porto.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Teatro Amazonas

Complementando o conjunto de patrimônios culturais materiais de Manaus, há de se destacar o Teatro Amazonas. Sua construção ao final do século XIX, só foi possível em função do período conhecido na história socioeconômica brasileira como ciclo da borracha, o qual tornou possível a implantação na cidade de projetos tão audaciosos, dos quais o Teatro é o exemplo mais expressivo. Sua inauguração data de 31 de dezembro de 1896, com

características predominantemente em *art nouveau*, fachadas neoclássicas, além dos detalhes venezianos com os mármore, espelhos e candelabros importados de Veneza.

O Teatro Amazonas, tombado como patrimônio histórico em âmbito estadual e federal, é palco de diversos espetáculos de artistas locais, nacionais e internacionais, assim como também de festivais culturais e eventos já consolidados no calendário cultural de Manaus, dentre os quais o Festival de Ópera, Festival de Jazz, Festival de Cinema e Concerto de Natal.

Imagem 10 – Fachada e área interna do Teatro Amazonas.



Fonte: Pesquisa de campo (2015) e SEC (2015).

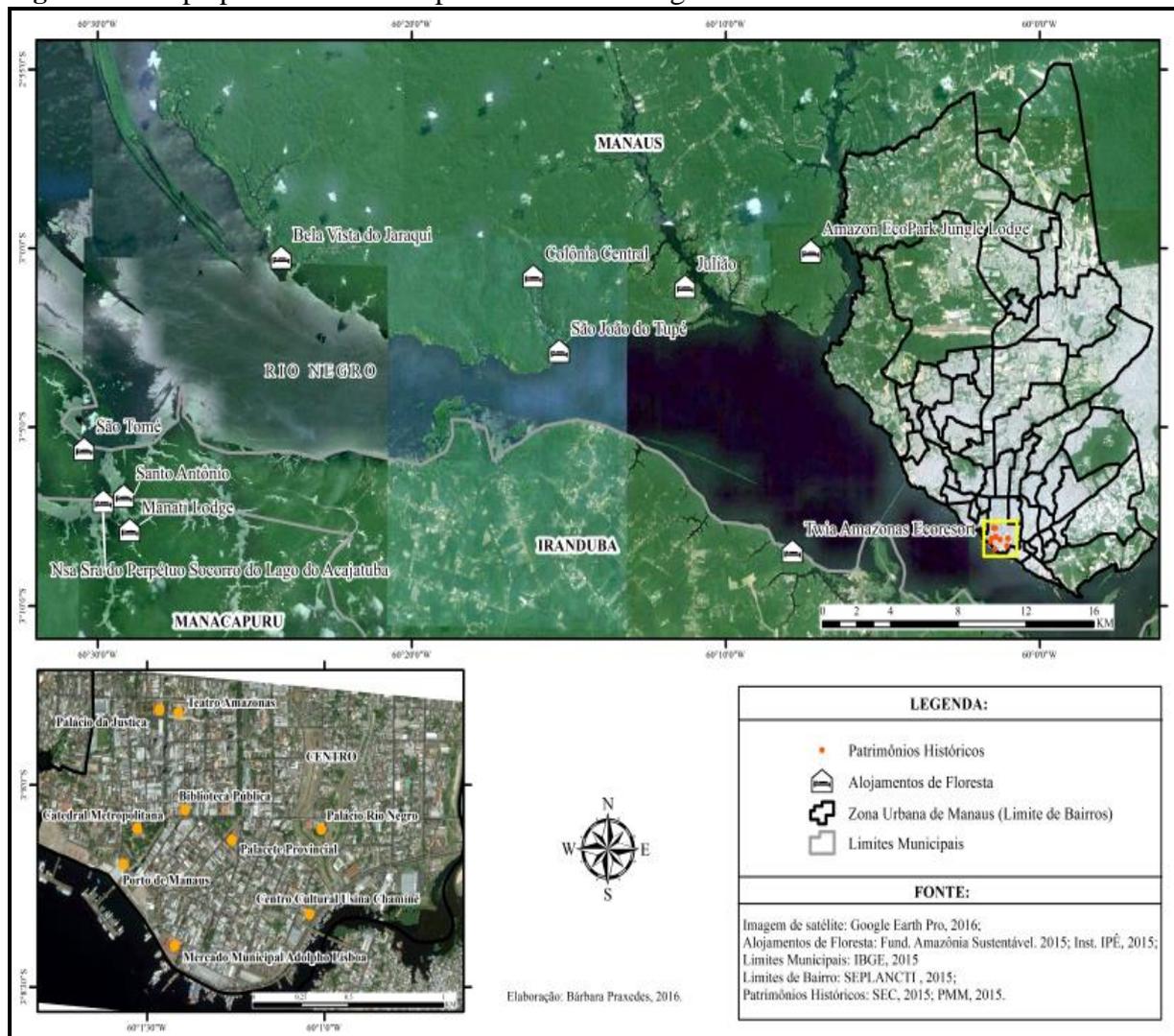
Quanto ao processo de construção dos referidos patrimônios, é pertinente ressaltar que, além da utilização da mão-de-obra indígena, nordestina e escrava, há ainda a participação de profissionais italianos, assim como de profissionais brasileiros com formação na Itália em diversas obras do município. Destaca-se que a participação desses italianos, com seus gostos ecléticos e formações técnicas, foi determinante não somente na definição dos aspectos das construções no município, como também na formação da imagem e identidade de Manaus e nas diversas áreas das artes como o teatro, a música e a dança, com a implantação da Academia Amazonense de Belas Artes.

Apesar do relevante período vivenciado na *belle époque*, Manaus não conseguiu alcançar o almejado nível de desenvolvimento parisiense. No entanto, esse mesmo período possibilitou uma mudança em diversos setores da sociedade, refletindo notoriamente nas características arquitetônicas do município.

Na figura 04 a seguir é possível identificar a área de concentração dos patrimônios históricos elencados anteriormente, bem como de algumas áreas de interesse turístico na comercialização de roteiros ecoturísticos, nos quais são oportunizados o contato com a

natureza e com a cultura das comunidades ribeirinhas locais. Portanto, juntos, a cultura e o ecoturismo são elementos relevantes para o fortalecimento do turismo cultural em Manaus.

Figura 04: Mapa parcial do município de Manaus e região do entorno de interesse turístico.



Elaboração: Bárbara Praxedes (2015).

No mapa acima é possível identificar alguns dos alojamentos de floresta que compõem a área de interesse ecoturístico do entorno de Manaus, os quais integram o turismo ao meio ambiente mediante uma arquitetura adaptada, valorizando o patrimônio natural, histórico e cultural das comunidades onde a atividade é desenvolvida.

Como discorrido anteriormente, alguns desses alojamentos são formatados e comercializados com a orientação de ONG's como a FAS, a FVA e o IPÊ (como exemplo, nas comunidades do Julião e São João do Tupé, identificados no mapa), envolvendo a participação das comunidades locais, para que as mesmas compreendam a relevância da necessidade de proteção e ampliação de seus saberes, da valorização de seu patrimônio histórico material e imaterial enquanto potencialidade atrativa para o turismo cultural.

O formato dos produtos desenvolvidos por essas ONG's, caracterizados como de Base Comunitária, possibilita que a comunidade seja a própria operadora do negócio ecoturístico, e a renda permanece na localidade, sendo distribuída entre os trabalhadores envolvidos na atividade. Os produtos ecoturísticos têm como destino geralmente as comunidades extrativistas e envolvem algumas dimensões como: a natureza, a história e a cultura.

Nesses roteiros, os turistas são envolvidos diretamente na realidade local, participam da vida cotidiana da coletividade, vivenciam com pouca ou quase nenhuma mediação de guia, a rotina da comunidade naquela área protegida. No entanto, além dos produtos formatados pelas ONG's, há produtos que são comercializados por agências e operadoras turísticas, locais, nacionais e internacionais. Estas oferecem pacotes completos, com traslados e acomodações em outros alojamentos e pousadas, e que contam com serviços de guias bilíngues, onde o turista experimenta um contato indireto com a realidade local, com forte mediação do guia, ou seja, o turista integra uma realidade muitas vezes superficial e fantasiosa.

Esses produtos em sua maioria contemplam apenas a beleza natural da localidade, excluindo as peculiaridades históricas e culturais da mesma. Além disso, a renda gerada é destinada ao lucro dos empreendedores que financiam a atividade. As oportunidades de fomento de emprego geralmente são para ocupar funções de serviço e não de gerenciamento. Por esse viés, esses produtos considerados como ecoturísticos não atendem a dimensão social da atividade, pois muitas vezes há o descaso e o desrespeito nas comunidades em que estão inseridos, no que se refere às necessidades essenciais como: educação, saúde, segurança e saneamento básico. Portanto, é relevante destacar a necessidade de evidenciar os aspectos históricos e culturais dos produtos onde são praticadas atividades de ecoturismo, os quais podem contribuir no fortalecimento do turismo cultural em Manaus.

Além dos alojamentos, é possível identificar no mapa ainda uma relevante oferta de patrimônios, os quais vêm permitindo ao longo dos anos, referenciar os grandes acontecimentos vivenciados pelo município de Manaus desde sua fundação. Os patrimônios de Manaus permitem que os mesmos sejam utilizados não somente pelos turistas, como também pelos moradores locais que além de visitação rotineira, fazem uso em seus momentos de  cio e lazer, participando das programações e atividades oferecidas pelos órgãos competentes, fato que reforça a afirmação de Figueiredo (2008) sobre a funcionalidade e o caráter dinâmico dos espaços públicos de lazer à população local, para o uso do cidadão e posteriormente para o visitante. Isso também reforça o caráter de preservação desses espaços

e que na análise de Albano e Murta (2002), também pode ser alcançado por outro caminho, como o turismo cultural através da interpretação do patrimônio que é uma prática de comunicação, que requer habilidades específicas, que atua com a intenção de valorizar e como motor do desenvolvimento turístico. Para as autoras:

[...] a interpretação utiliza várias artes da comunicação humana – teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura. [...] nada substitui, no entanto, a interpretação ao vivo (Albano & Murta, 2002, p. 14).

Figueiredo *et al.* (2012, p. 367) descrevem bem a prática da interpretação como sendo:

“[...] um processo relacional do visitante com o patrimônio ou ambiente visitado. A visita é a principal ação que desencadeia esse processo. [...] as práticas de interpretação estão relacionadas às práticas educativas, seja ambiental ou patrimonial, como às práticas ligadas ao lazer e, portanto, com a animação sociocultural”.

A partir das contribuições dos autores, entendemos que, mais que informar, interpretar o patrimônio é difundir significados, é causar emoções, é instigar a curiosidade, provocar reflexão, proporcionar entretenimento e significados e, influenciar novas práticas no visitante, propiciando uma sensação memorável e de valor à experiência daquele que visita. Albano e Murta (2002) acrescentam afirmando que:

Enquanto processo de acrescentar valor ou de realçar a experiência de um lugar, a interpretação estimula a apreciação ambiental e promove entretenimento para usuários e visitantes. Enquanto a arte de apresentar lugares e expressões culturais, a interpretação é elemento essencial à conservação e gestão do patrimônio. (Albano & Murta, 2002, p. 14).

Dessa forma, Murta (2002) analisa que os órgãos de preservação, em escala federal, estadual ou municipal devem ser encarregados por captar recursos, por dar opções de sustentabilidade financeira nos quais o turismo pode ser oportunamente decisivo. Com isso, é imprescindível a preservação do patrimônio e a capacitação dos residentes para uma melhor receptividade dos visitantes. Todavia, é necessário compreender, na percepção da autora, que o patrimônio não se refere apenas aos monumentos históricos e os casarios tradicionais, mas também tudo o que ele congrega: as pessoas com seus saberes e fazeres, suas manifestações culturais e os serviços instalados.

Da mesma forma que o desenvolvimento almejado não se reporta somente ao crescimento econômico, mas a um desenvolvimento integrado e sustentável, que possibilite a inclusão social, o aumento na qualidade de vida das pessoas, a preservação do ambiente natural e a satisfação dos visitantes (Murta, 2002).

Para interpretar ambientes históricos e expressões culturais, a autora finaliza listando as seguintes orientações: facilitar o acesso do visitante ou turista ao local; provocar o seu olhar; usar várias artes, temas e histórias; atrair o turista por inteiro; envolvê-lo em atividades interessantes; apoiar a interação entre turista, moradores e artistas; propiciar a experiência direta com o local de trabalho: o “ver fazendo”, o saborear cheiros e gostos locais; apoiar iniciativas locais autênticas, facilitando a informação e o acesso.

Em relação ao patrimônio imaterial, daremos destaque neste estudo à gastronomia regional, considerada como uma das mais exóticas do país, muito procurada e apreciada pelos turistas, onde é valorizado o consumo do pescado, presente em diversos pratos, os quais são preparados com uma variedade de sabores, ingredientes e aromas naturais; e a produção do artesanato, uma vez que ambos possuem relevantes aspectos sócios antropológicos, no contexto da identidade local e da hospitalidade manauara a serem descritos a seguir.

Gastronomia regional

A gastronomia manauara, considerada como uma das mais importantes, singulares e exóticas do país, até o século XVI, antes da chegada dos europeus à Amazônia, era baseada especificamente na culinária indígena (a qual contribuiu de maneira decisiva no paladar dos pratos típicos da Amazônia), cujo cardápio se destacava pelos inúmeros peixes da região, pelos crustáceos, pelas espécies de tartarugas (o jurará, o tracajá, o jabuti e o muçuã), pelas caças (anta, paca, tatu, cutia, preguiça, etc.), aves aquáticas (patos-do-mato, marrecos), aves da mata (jacamins, mutuns e inambus), pela cultura da mandioca, além de molhos como o tucupi, as raízes, frutas silvestres e cultivadas e as ervas aromáticas como a pimenta (Faraco & Cauper, 2012).

Posteriormente, a partir do século XVIII, quando o município saía do isolamento, a gastronomia regional passou a receber influências étnicas diversas em cada ciclo de imigração. Logo no início da colonização, os portugueses, que dominavam técnicas de agricultura e de criação de animais, trouxeram seus hábitos de cozimento e conservação dos alimentos em sal e em açúcar. Dessa mistura, nasceram conservas, doces, compotas e licores exóticos, com ingredientes locais.

Com o ciclo da exploração da borracha, imigrantes de diversas regiões do país foram trabalhar na extração do látex das seringueiras do Amazonas e do Pará. Todos também deixaram seus traços e legados na maneira de lidar com os ingredientes da região. A influência mais forte sem dúvida foi a dos nordestinos (um dos pratos que nasceram dessa

mistura é a caldeirada de tucunaré). Mas também chegaram à região libaneses, árabes, africanos, japoneses e italianos que contribuíram na modificação dos hábitos e costumes da culinária local, com a inclusão de técnicas e de ingredientes como frutas, verduras e de pratos típicos europeus e do oriente, como o jambo, melão, melancia, figo, limão, laranja, couve, repolho, alface, pimenta-do-reino, sal de cozinha, apesar de o índio e o mestiço que viviam em Manaus conhecerem métodos práticos de obtê-los de vegetais e de certa qualidade de barro, além do gosto pelos confeitos e doces (Monteiro, 2014).

Para Monteiro (2014), apesar das influências portuguesas, francesas e, até sírio-libanesa, os habitantes do Amazonas e respectivamente de Manaus, como o ribeirinho e o seringueiro não perderam o costume de consumir alimentos e bebidas típicas herdadas do “amazoníndio”, conservando principalmente nos municípios do interior do estado, uma linha muito viva de tradição.

Como citado anteriormente, a gastronomia manauara é pautada em pratos que preservam as origens indígenas e caboclas, os quais associam temperos, frutas da região, carne de caça, quelônios e peixes de água doce encontrados na região amazônica, como o tambaqui (*Colossoma macropomum*), pirarucu²⁷ (*Arapaima gigas*), jaraqui (*Prochilodontidae-família*), pacu (*Serrasalminidae-família*), matrinxã (*Brycon cephalus*), piranha (*Serrasalminidae-família*), tucunaré (*Cichlidae-família*). Os peixes são acompanhados dos produtos extraídos da mandioca (como as farinhas do uarini ou d’água, o tucupi), a qual pode ser consumida ainda em sua forma, original frita ou cozida; do indispensável chibé (farinha misturada com água) e da pimenta (condimento indígena e que pode ser preparada de diversas maneiras como: a malagueta, murupi, dentre outras) o que para o caboclo tem o poder de estimulante sexual, a qual o mesmo não se priva de comê-la.

Sobre o chibé, Monteiro (2014, p. 15) afirma que:

[...] ora, esse famoso chibé é também a evasão do caboclo nos dias chamados “difíceis”, quando não há nem peixe nem caça. Seria o alimento mais clássico da região, bem recebido por gente de estômago heráldico e de vísceras hieráticas, do tipo fidalgo, capitães-mores, padres e bispos, que todos se honraram com a dieta em viagem pelos rios amazonenses ou nos ágapes festivos.

Em virtude dessa miscelânea étnica, o serviço de alimentação em Manaus é atualmente diversificado, contando com estabelecimentos sofisticados com alto padrão internacional, muitos dos quais administrados pelos imigrantes citados, além de outros estabelecimentos de padrão nacional, que oferecem cardápios regionais, como dos

²⁷ Considerado o maior peixe de escamas da região amazônica. Podendo pesar 100 quilo e atingir até 2 metros de comprimento.

nordestinos, que migraram para Manaus motivados pelo ciclo econômico da borracha. Há ainda estabelecimentos locais com cardápio que valorizam a culinária amazônica, como o pescado e a farinha.

Como destaque, Manaus oferece ainda estabelecimentos que servem café regional com várias especialidades da gastronomia local, como o X-caboquinho (sanduíche de pão francês, banana frita, tucumã e queijo coalho), tapioca com recheios diversificados; vinhos de frutas, como cupuaçu, taperebá, bacuri, araçá, buriti, além do guaraná e do açaí.

Dessa forma, os saberes acumulados, as receitas e suas diversificadas formas de transmissão, de seus registros, de sua experimentação, de seu preparo e de seu consumo, fazem parte de um processo vivo e dinâmico do patrimônio cultural imaterial, que integra o universo da gastronomia Manauara, pois na afirmação de Faraco e Cauper (2012, p. 13) “[...] gastronomia é cultura. É toda a manifestação do gosto e do espírito humano, documentada através do tempo. É um misto de etnologia, história, sociologia, folclore, pesquisa social e biodiversidade”.

Consoante a isso, nota-se o aproveitamento desse patrimônio imaterial, o qual é parte integrante do turismo cultural, tanto pelo poder público estadual e municipal, como pelo Terceiro Setor, com iniciativas de divulgação da gastronomia como atrativo para o turista, confirmando assim o reconhecimento da riqueza da culinária como produto turístico. A culinária local é fortemente evidenciada no marketing turístico pelos órgãos estadual e municipal de turismo, agregando assim toda a cadeia do turismo: hotéis, restaurantes, receptivo, transporte, guias especializados, em sua divulgação.

Destaca-se a realização de festivais e eventos gastronômicos no centro histórico e em diversos pontos de Manaus, através de iniciativas do poder público municipal e da ABRASEL, com finalidade de fomentar a presença de turistas no município, mas, que em sua totalidade contemplam cardápios diversificados, com pouca ênfase e aproveitamento na culinária local e dessa maneira há a necessidade de revisão do formato dos mesmos, uma vez que um destino como Manaus, que deseja se fortalecer turisticamente, incluindo os aspectos de sua gastronomia, deve compreender qual a mensagem que deseja passar para o seu público alvo, sem que se crie uma imagem distorcida, englobando aspectos da identidade, da sua cultura, de seus produtos locais, que são os principais componentes de uma gastronomia rica e diferenciada.

Artesanato

O município de Manaus também possui em seu patrimônio imaterial, as riquezas do artesanato da região amazônica, o qual exhibe os detalhes, os elementos e influências indígenas e caboclas (predominantemente ribeirinhas) nas peças produzidas com matéria-prima fornecida pela própria floresta: sementes, fibras, palhas, cipós, ouriços, cerâmica e madeiras, que servem de objetos de decoração, de utensílios domésticos (cadeiras, cestos, abanos, esteiras, peneiras, vassouras, cuias); como na produção objetos de uso pessoal e adorno (bijuterias, colares, pulseiras, anéis, brinco, gargantilhas, bolsas, cintos, prendedores de cabelo), feitos com sementes e vegetais como o tento, tucumã, seringa, além das penas, escamas e couro de peixes, cujas peças são confeccionadas e comercializadas por artesãos locais. Além disso, o artesanato local pode ser identificado ainda em instrumentos de caça e pesca (arco e flecha, zarabatanas e outros), no transporte do índio e do caboclo (canoas e remos) e também em instrumentos musicais (flauta, tamborim, gambá, etc.).

Dentre as matérias-primas utilizadas na produção do artesanato local, destaca-se o tucum, palmeira endêmica da região Amazônica, da qual os índios aprenderam a utilizar os fios muito resistentes para tecer. Com eles, a primeira geração de seringueiros aprendeu a técnica de fiação, que vem sendo transmitida, desde então, aos mais novos. No imaginário popular, a linha do tucum é a linha da lealdade que não se rompe nunca.

Em relação às políticas públicas de incentivo e fomento do artesanato regional, o Governo do Amazonas desenvolve o **Programa do Artesanato Amazonense**, o qual é coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social (SETRAB), onde os trabalhos produzidos pelos artesãos (incluindo os residentes em Manaus) nas diversas tipologias: marchetaria, metais, biojóias, ecojóia, indígena, cestaria e acessórios, são levados para exposições em diversas cidades do Brasil e do exterior. Quanto à esfera municipal, a Prefeitura de Manaus, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEMTRAD) desenvolve o **Programa Municipal de Artesanato**, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fortalecendo as tradições culturais e locais, incentivando o processo artesanal e a manutenção da geração de trabalho e renda no município de Manaus. Dentre as ações do Programa Municipal de Artesanato estão: o projeto de implantação da Central Municipal de Artesanato de Manaus e o desenvolvimento de tecnologia específica para a produção do artesanato regional; o projeto de implantação da Central Municipal de Etnoqualificação e Empreendedorismo Indígena de Manaus e desenvolvimento de tecnologia específica para a produção do artesanato indígena; e o projeto

de qualificação artístico-técnico-profissional e gestão empreendedora voltada para a população indígena de Manaus, organizados ou não em associações, chegando a aproximadamente 30 mil indivíduos (PMM, 2015).

Como valorização do artesanato local, há ainda iniciativas de ONG's como a FVA e a Linha do Tucum: Artesanato Amazônico, que se trata de um projeto centrado na valorização do artesanato caboclo, na arte da fiação da linha do tucum e de outras palmeiras e sementes nativas da floresta amazônica, com a finalidade de possibilitar que o artesanato seja uma alternativa de geração e renda para as comunidades indígenas locais.

Dessa forma, em Manaus, é possível que o turista encontre locais específicos para a compra do artesanato local, com uma expressiva variedade de produtos amazônicos nas áreas da cestaria, tecelagem, escultura, entalhe, pintura como feiras, galerias, boutiques e lojas. Dentre elas se destacam a **Central de Artesanato Branco e Silva**, administrada pelo Governo do Amazonas, através da SETRAB e que reúne 23 lojas de produtos artesanais, além de um salão para exposições e atividades culturais; o **Centro de Artesanato da Praça Tenreiro Aranha**, administrado pela Prefeitura de Manaus, através da MANAUSCULT, reunindo cerca de quinze quiosques que comercializam artigos indígenas, os quais estão expostos junto com trabalhos de artesãos locais; a **Feira de Artesanato da Eduardo Ribeiro** criada em julho de 2000 da parceria do SEBRAE/AM e da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDLM) onde os artesãos locais têm um local apropriado de venda direta com os seus consumidores.

Como potencialidade para o turismo cultural, as feiras não se configuram apenas como espaços econômicos, de produção e comercialização de produtos, mas também como espaços de lazer, em que os moradores locais adotaram como locais de encontro. Já para os turistas tratam-se de lugares de convívio com os nativos e sua cultura (Prefeitura de Manaus, 2015).

Quanto às manifestações culturais, são realizados em Manaus inúmeros eventos, porém poucos evidenciam a cultura local, como o Festival Folclórico do Amazonas, realizado há 59 anos e que apresenta em sua programação, apresentações de grupos folclóricos da capital e interior do Amazonas como tribos indígenas e bois-bumbás. Há ainda o evento Carnaboi, realizado durante as programações de carnaval, mas, com o ritmo regional do boi-bumbá de Parintins. Como citado anteriormente, nota-se também a ausência de eventos específicos que retratem ou utilizem-se das manifestações indígenas tão presentes no Amazonas e Manaus e que possam ser ofertados como atrativo turístico em Manaus. Outros eventos realizados de caráter cultural acontecem no formato de festivais que contemplam as

modalidades de dança, teatro, música, cinema e artes visuais e que possuem uma consolidação em nível nacional e internacional como é o caso do Festival Amazonas de Ópera, Festival Amazonas de *Jazz* e o Festival Internacional de Cinema.

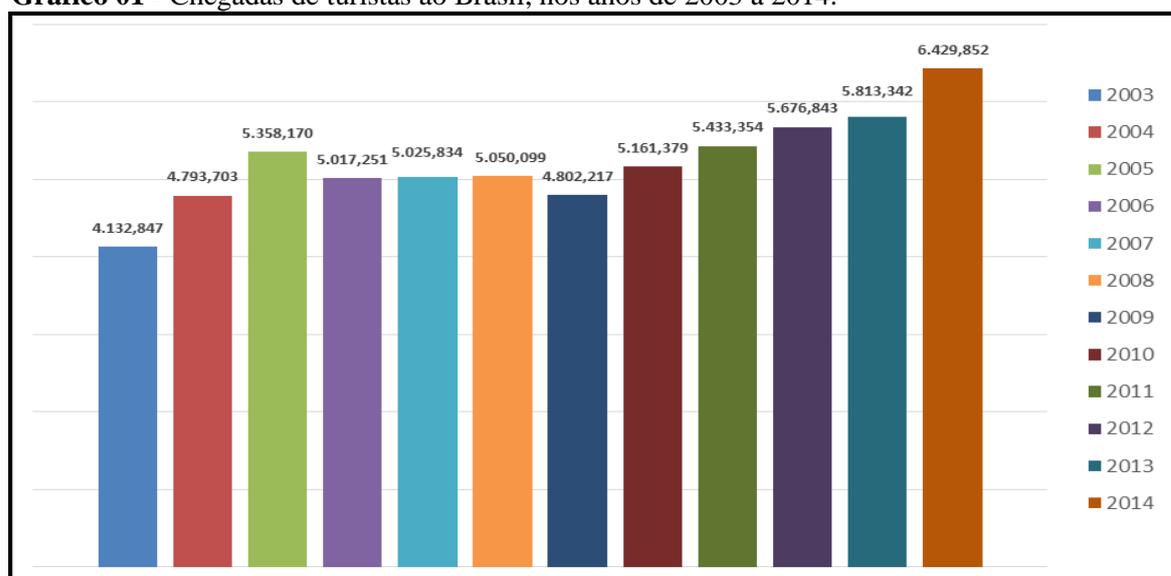
No capítulo a seguir serão caracterizadas a demanda e a infraestrutura turística de Manaus.

4.5 Caracterização da demanda e infraestrutura turística de Manaus

O MTur disponibiliza anualmente o relatório sobre o estudo, pesquisa e dados sobre o turismo no país e no mundo. O documento apresenta informações relativas ao fluxo receptivo internacional e a receita gerada pelo turismo segundo as regiões do mundo. Os dados relativos ao turismo no Brasil mostram o número de chegadas de turistas por via de acesso e principais países emissores; receita e despesa cambial turística; movimento de passageiros nos aeroportos do Brasil; equipamentos e prestadores de serviços turísticos; locação de automóveis; resultados econômicos e investimentos em turismo.

Com os dados obtidos no site do MTur²⁸ foi possível elaborar o gráfico a seguir, no qual é possível identificar o aumento do número de turistas para o Brasil referente ao período de 2003 a 2014, recorte temporal deste estudo.

Gráfico 01 - Chegadas de turistas ao Brasil, nos anos de 2003 a 2014.



Fonte: Estatísticas Básicas de Turismo do Brasil (MTur, 2014).

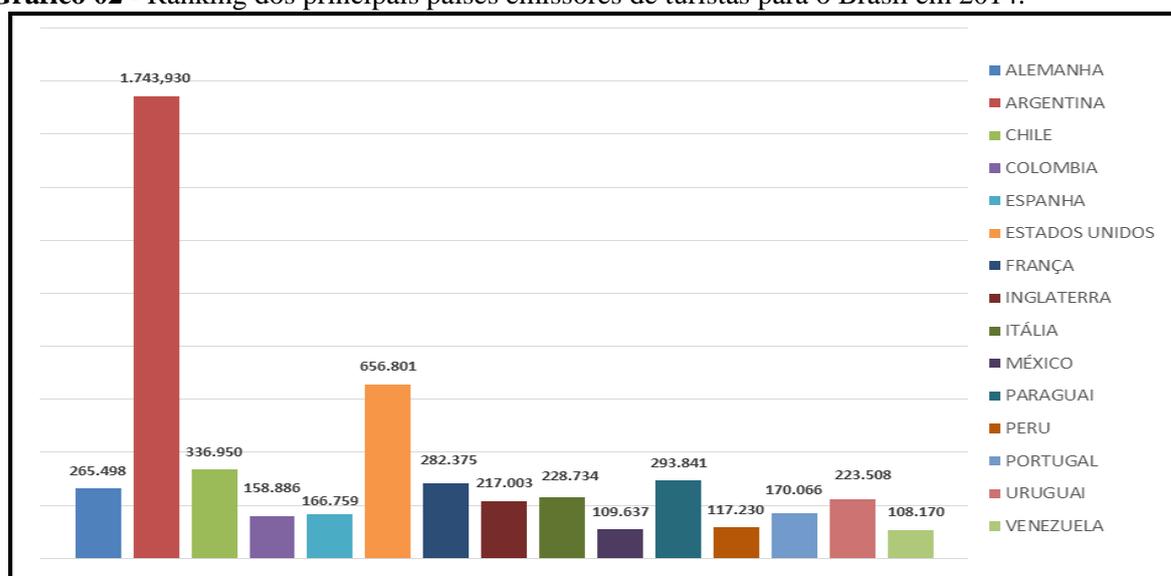
²⁸ Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/anuario/> Acesso em 30, julho, 2015.

Cabe observar no gráfico que o ano de 2009 apresenta uma leve redução em relação aos anos anteriores na chegada de turistas ao país, retomando o aumento a partir do ano de 2010 e chegando ao ano de 2014 com um total de 6.429.852 (seis milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois) turistas. No total o país recebeu 62.694.891 (sessenta e dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e um) turistas entre os anos de 2003 a 2014. De acordo com informações do MTur, a redução de turistas no ano de 2009, esteve associada com a falta de segurança no país e da falta qualidade dos serviços relacionados ao turismo.

É pertinente destacar que não basta uma cidade ter belos atrativos turísticos. É necessário que haja uma infraestrutura mínima para dar suporte ao visitante, pelo menos no que se refere ao aumento da qualidade de serviços em todas as áreas da atividade turística, novamente destacada pelos setores de segurança, transporte e infraestrutura. Além disso, o futuro destes fluxos turísticos internacionais dependerá da dinâmica econômica dos principais países, como também de políticas de promoção do turismo que reduzam os custos, em um amplo sentido, das viagens internacionais para o Brasil.

Dessa maneira, ainda de acordo com os dados obtidos no site do MTur²⁹, foi possível elaborar o gráfico 02, no qual consta os quinze principais países emissores de turistas para o Brasil referente ao ano de 2014.

Gráfico 02 - Ranking dos principais países emissores de turistas para o Brasil em 2014.



Fonte: Estatísticas Básicas de Turismo do Brasil (MTur, 2014).

Os dados permitem identificar que a Argentina representa o principal país emissor de turistas ao Brasil com 1.743.930 (um milhão, setecentos e quarenta e três mil, novecentos e

²⁹ Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/anuario/> Acesso em 30, julho, 2015.

trinta) turistas, o que representa 27,1% dos turistas no Brasil, seguida pelos Estados Unidos com 656.801 (seiscentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e um) turistas, representando 10,2% de turistas no Brasil. Posteriormente seguem o Chile com 5,2%, Paraguai com 4,6%, França com 4,4%, Alemanha com 4,1%, Itália 3,6%, Uruguai com 3,5%, Inglaterra com 3,4%, Portugal e Espanha representam igualmente 2,6% dos turistas. A Colômbia representa 2,5% dos turistas e o Peru com 1,8%. Identificou-se ainda que o México e a Venezuela foram os países com menor número de estrangeiros que visitaram o Brasil no respectivo ano, representando 1,7% dos turistas, ocupando a décima quarta e a décima quinta colocação no ranking de países emissores para o Brasil em 2014.

De acordo com o gráfico 02, as três principais áreas de origem dos turistas que visitam o Brasil são, pela ordem de grandeza da média observada no ano de 2014, a América do Sul, (ou seja, nossos vizinhos de continente), seguida da América do Norte e da Europa.

Discriminando os fluxos segundo os países de origem, o que foi feito no gráfico 02, entre as principais origens dos turistas estrangeiros que visitam o Brasil, sete delas referem-se a países da América do Sul, quais sejam, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Isto indica que os países vizinhos podem ter um papel relevante na explicação da quantidade de turistas destes países que vêm ao Brasil. Por outro lado, esta grande importância relativa que está sendo observada para a vizinhança no fluxo de turismo recebido pelo Brasil, na realidade pode estar expressando ainda uma fraca capacidade do país em atrair turistas de origem mais afastada, como Espanha e México.

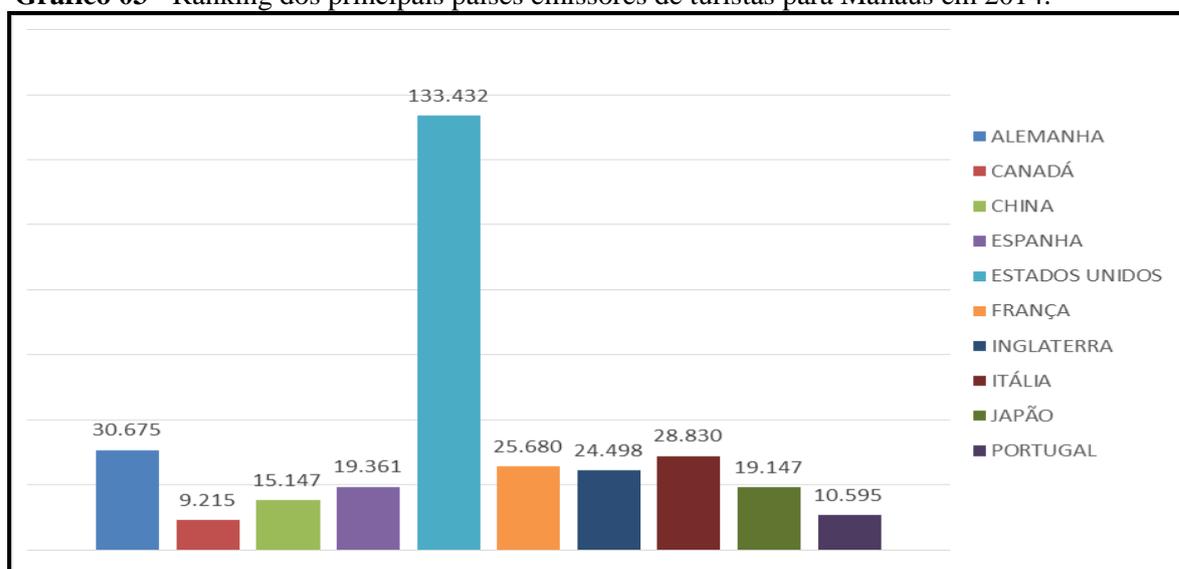
Em relação a Manaus, como analisado anteriormente, a natureza relevante às margens da capital amazonense, atrai um número cada vez maior de visitantes internacionais para a região, boa parte deles interessados nas práticas de ecoturismo, com objetivos de navegar pelos rios que cortam o estado e com a floresta como principal motivação de viagem. Assim, pode-se afirmar que as motivações dos turistas, principalmente dos estrangeiros, estão pautadas em imagens de materiais promocionais e divulgação, que remetem frequentemente à imensidão da floresta e dos rios, à uniformidade paisagística e aos mistérios, relacionados à ideia de lugar nunca antes explorado.

A maior parte dos turistas vem em busca de ecoturismo e aventura e se hospeda em hotéis, flats ou pousadas. Em relação à gastronomia, a culinária amazônica também é bastante atrativa, com uma expressiva variedade de frutas, peixes, folhas e temperos de sabores exóticos. Ela é avaliada de forma positiva pelo público estrangeiro, assim também o são os restaurantes de Manaus (MTur, 2015). Outro dado interessante de acordo com estudo do MTur (2015) é que o número de cruzeiros provenientes dos Estados Unidos cresceu de sete

para dez. Os norte-americanos estão em primeiro lugar no ranking dos turistas estrangeiros que visitam Manaus, representando 28,6% do público internacional.

O aumento da atividade turística, incluindo os cruzeiros, aquece a economia do município. Segundo o MTur (2015), as despesas dos turistas serão 12,81% maiores se comparados ao da temporada anterior, quando o acumulado foi de U\$ 2,9 milhões. Os gastos médios per capita dos estrangeiros no Brasil são de cerca de US\$ 70,25 por dia. Como citado anteriormente, no Amazonas e em Manaus, o cenário da atividade turística aponta para as práticas do ecoturismo, como crescente na demanda de turistas nacionais e internacionais, conforme observado nos indicadores de turismo da AMAZONASTUR no ano de 2014³⁰. Manaus recebeu no referido ano, um número de turistas procedentes de outros países considerando a quantidade de hóspedes da hotelaria urbana e dos hotéis de floresta, o fluxo de turistas dos cruzeiros marítimos, e o número de turistas registrados nas temporadas de pesca esportiva, num total de 317.343 (trezentos e dezessete mil, trezentos e quarenta e três) turistas. O gráfico a seguir aponta os principais países emissores de turistas para Manaus no ano de 2014.

Gráfico 03 - Ranking dos principais países emissores de turistas para Manaus em 2014.



Fonte: Indicadores de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014).

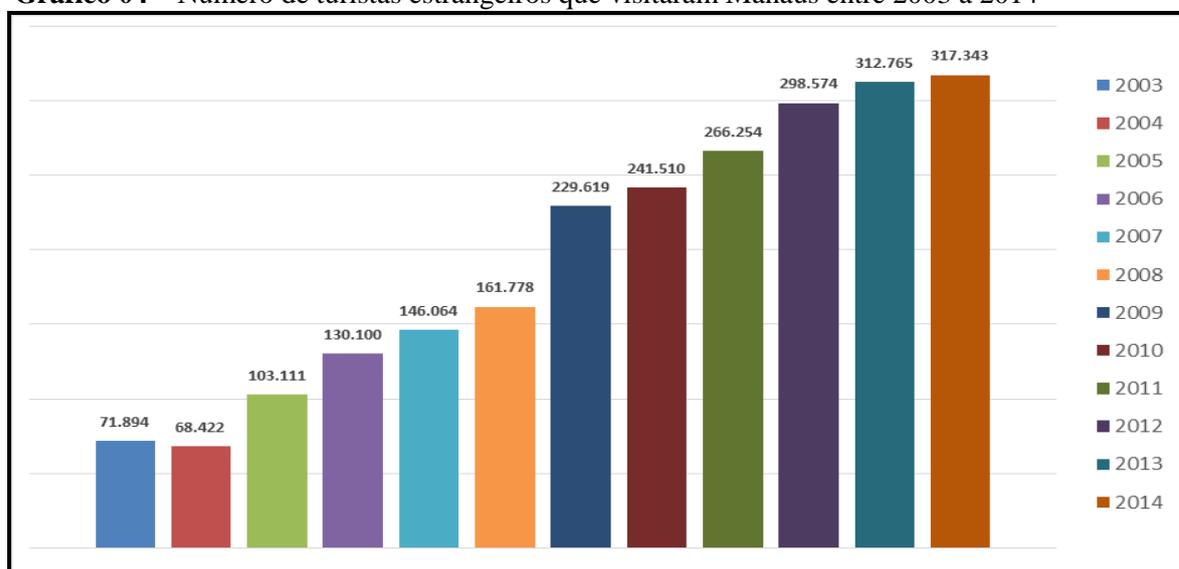
A representação gráfica dos dados permite identificar e confirmar o que já havia sido citado anteriormente, de que os Estados Unidos representaram o principal país emissor de turistas para Manaus com 133.432 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e dois)

³⁰ Disponível para consulta no site oficial da AMAZONASTUR. Acessado de: http://www.visitamazonas.am.gov.br/site/arquivos/download/arqeditor/20090511114810sintese_indicadores_2003_2014.pdf em 30, julho, 2015. As informações foram coletadas no site da AMAZONASTUR, uma vez que a MANAUSCULT não realiza pesquisas de demandas em Manaus.

turistas somando 44% dos países emissores, seguidos pela Alemanha e Itália com 18% cada país, Inglaterra e França com 12%, Espanha com 9%, Japão com 7% e China 6%. Identificou-se ainda que Portugal e Canadá foram os países com menor número de estrangeiros que visitaram o município no respectivo ano, cerca de 4% em cada país. Na perspectiva da MANAUSCULT, há a intenção de ampliar o mercado para outros países emergentes com interesse em ecoturismo como a Argentina.

De acordo com informações da AMAZONASTUR (2014) o estado e a capital do Amazonas, entre os anos de 2003 a 2014, tiveram um aumento de 34,22% referente ao fluxo de turistas residentes no exterior, conforme pode ser observado no gráfico 04.

Gráfico 04 – Número de turistas estrangeiros que visitaram Manaus entre 2003 a 2014



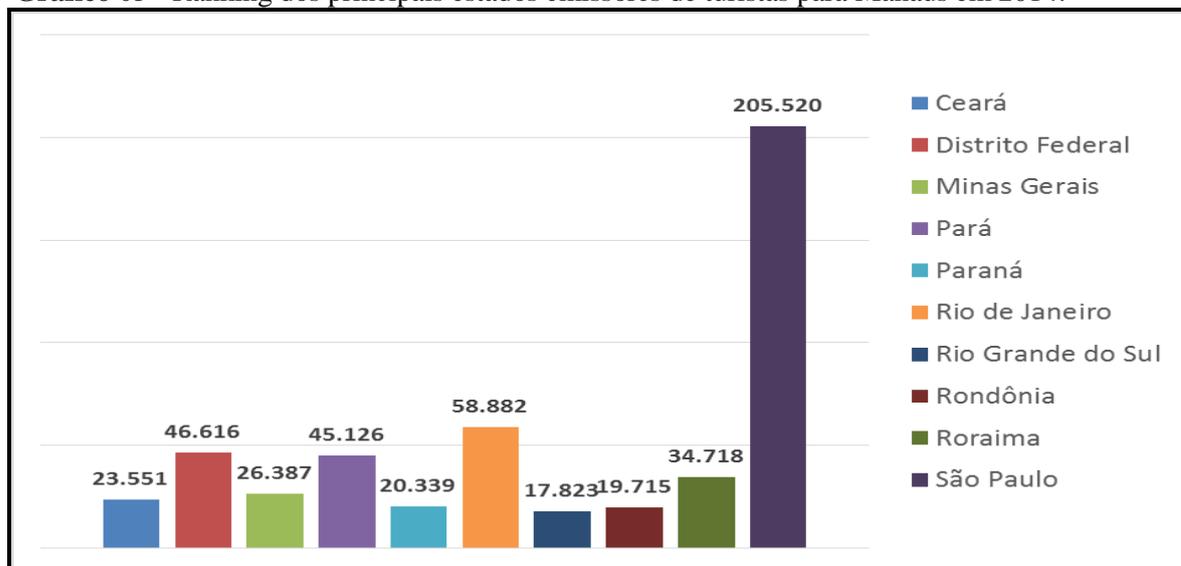
Fonte: Indicadores de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014).

É possível identificar no gráfico anterior, uma redução no fluxo de turistas estrangeiros no ano de 2004, sendo que a partir do ano de 2005, com o aumento das ações de promoção do Amazonas e de Manaus em eventos nacionais e internacionais de turismo, há uma demonstração de crescimento no fluxo, o que para a AMAZONASTUR representa um crescimento médio de 18,5% ao ano no número de estrangeiros em viagem à capital do Amazonas fortalecido pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Ressalta-se ainda que entre os anos de 2003 a 2014 houve um total de 2.347.434 (dois milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro) turistas em visita a cidade.

No entanto, observa-se que fatores econômicos, a diminuição do turismo executivo devido as novas tecnologias que dispensam a vinda de executivos às empresas da Zona Franca de Manaus para reuniões, por exemplo, são fatores que podem posteriormente influenciar no número de turistas estrangeiros em negócios para Manaus.

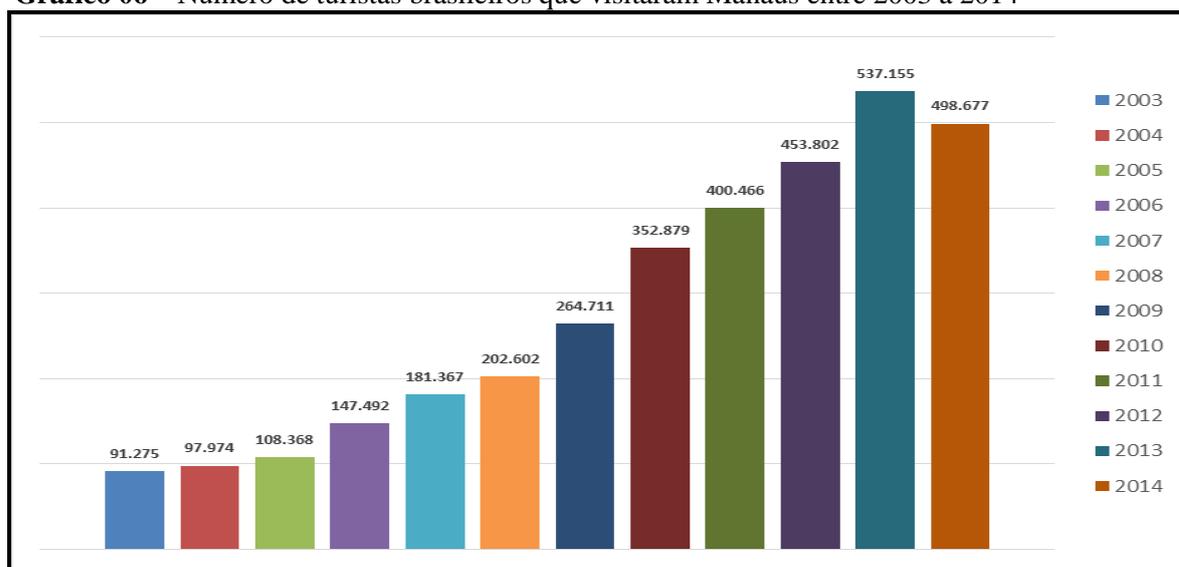
Quanto ao número de turistas brasileiros, procedentes de outros estados da federação, Manaus recebeu em 2014 um total de 498.677 (quatrocentos e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e sete) turistas (AMAZONASTUR, 2014). No gráfico 05 é possível identificar os principais estados emissores de turistas para Manaus.

Gráfico 05 - Ranking dos principais estados emissores de turistas para Manaus em 2014.



Fonte: Indicadores de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014)

Os dados permitiram identificar que São Paulo representou o principal estado emissor de turistas para Manaus com 205.520 (duzentos e cinco mil, quinhentos e vinte) turistas, respectivamente com 40% dos visitantes, seguido pelo Rio de Janeiro com 12%, Distrito Federal 11% e o Pará 10%. Roraima representou 9%, Minas Gerais com 7%, Ceará com 6%, Paraná respectivamente com 3% do fluxo. Identificou-se ainda que Rondônia e o Rio Grande do Sul foram os estados com menor número de turistas que visitaram Manaus no respectivo ano, com apenas 2% do fluxo dos turistas. De acordo com informações da AMAZONASTUR (2014) a capital do Amazonas entre os anos de 2003 a 2014 teve um aumento de 20% ao ano referente ao fluxo de turistas residentes no Brasil, conforme pode ser observado no gráfico 06.

Gráfico 06 – Número de turistas brasileiros que visitaram Manaus entre 2003 a 2014

Fonte: Indicadores de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014).

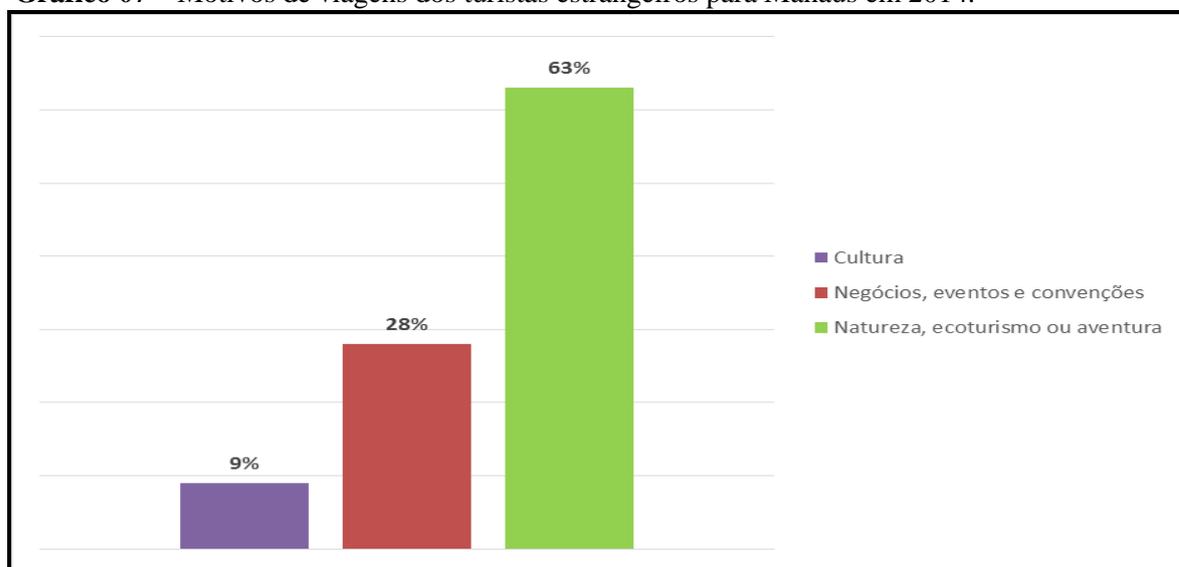
É possível identificar no gráfico anterior, uma redução no fluxo de turistas brasileiros no ano de 2014, sendo que nos anos anteriores há uma demonstração de crescimento no fluxo, o que para a AMAZONASTUR representa um crescimento médio de 20% ao ano no número de brasileiros em viagem à capital do Amazonas. Apesar da realização de um evento de grande relevância como a Copa do Mundo FIFA 2014 em Manaus, o número de turistas brasileiros foi inferior ao número de turistas estrangeiros no mesmo período. Ressalta-se ainda que entre os anos de 2003 a 2014 houve um total de 3.336.768 (três milhões, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e oito) turistas em visita ao município. Mesmo com a realização da Copa em Manaus, os grandes eventos são marcados pela interação de dois efeitos opostos. Por um lado, atraem um tipo determinado de turista, só que simultaneamente afastam o turista considerado como regular, que quer fugir da confusão, da alta generalizada de preços e da queda na qualidade dos serviços. Dessa forma, o Brasil precisa desenvolver uma política personalizada para atrair os turistas de diferentes nacionalidades. Assim, cada perfil de turista seria alvo de uma campanha específica para atraí-lo a visitar o país e respectivamente o município de Manaus.

Destaca-se que um dos pontos negativos enfrentados pelo turismo em Manaus está relacionado aos altos preços das passagens aéreas interestaduais e intermunicipais e dos preços praticados nos pacotes turísticos, tornando-se um obstáculo ao desenvolvimento do turismo local. Tanto a demanda nacional quanto estrangeira considera os produtos turísticos manauaras caros. Assim, observa-se que as políticas de preços de Manaus não são satisfatórias para garantir um aumento de demanda turística. Isso se deve tanto ao custo

relativo do produto turístico quanto às estratégias inapropriadas de preço, nos períodos de alta e de baixa estação. A distância para o custo do deslocamento até o Brasil apresenta estimativas negativas, o que funciona como um freio aos fluxos orientados para o Brasil à medida que o deslocamento exigido se torne maior. Dessa forma, as políticas poderiam encontrar soluções através da redução desse custo, com incentivos fiscais, com promoções feitas pelo governo brasileiro ou por operadores de turismo, que teriam o condão de diminuir o efeito custo. Outro fator, seria a taxa de câmbio real (ou seja, a relação real entre a moeda do país de origem do turista e a moeda brasileira) que efetivamente tem um efeito negativo sobre os fluxos de turistas para Manaus na medida em que uma desvalorização da moeda do país de origem aumenta os custos totais das despesas feitas pelo turista com a sua vinda ao Amazonas e respectivamente Manaus.

Quanto aos motivos da viagem, os atrativos naturais característicos do Amazonas e de Manaus compõem o principal cenário da atividade turística do estado, conforme discutido nos capítulos anteriores e, apontam para as práticas do ecoturismo como crescente na demanda de turistas nacionais e internacionais. Por esse motivo, Manaus foi escolhida como um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional pelo Ministério do Turismo (MTur) no Amazonas. Seguida dos municípios de Barcelos e Parintins, por se enquadrar nas características propostas pelo órgão federal, de possuir atrativos e infraestrutura básica e turística qualificadas, além de serem núcleos receptores e/ou distribuidores de fluxos turísticos (www.turismo.gov.br, 2013). No gráfico 07 é possível identificar as principais motivações das viagens dos turistas estrangeiros para Manaus, de acordo com informações da AMAZONASTUR (2014).

Gráfico 07 – Motivos de viagens dos turistas estrangeiros para Manaus em 2014.



Fonte: Indicadores de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014).

Como apontado anteriormente, a principal motivação dos turistas estrangeiros em visita a Manaus é ratificada pelo interesse na natureza, ecoturismo ou aventura, representando 63% das opiniões, seguidamente pelas viagens de negócio, eventos e convenções, as quais ocorrem em virtude da presença do Polo Industrial de Manaus (PIM), considerado como o maior indutor deste tipo de turismo. O turismo de negócios e eventos é caracterizado pela permanência dos turistas em Manaus para a realização de reuniões e encontros de trabalho e atividades diversas.

É pertinente destacar ainda que com a inauguração do Centro de Convenções Vasco Vasques em julho de 2014, administrado pelo Governo do Amazonas, a expectativa com a instalação do complexo é de favorecer a promoção de eventos de grande porte e de impulsionar o turismo no Estado, já que sua localização privilegiada contempla em seu entorno a Arena da Amazônia, o Sambódromo, a Arena Amadeu Teixeira e a Vila Olímpica de Manaus, impulsionando a realização de eventos com alcance local, regional, nacional e internacional.

O novo centro, de acordo com informações da AMAZONASTUR, é dotado em sua primeira etapa de estrutura necessária para a realização de congressos, fóruns, exposições, entre outros eventos que movimentem grande contingente, uma vez que possui 8 mil metros quadrados e capacidade para abrigar até 4,5 mil pessoas. Em sua segunda etapa o espaço terá uma área estimada em 35 mil metros quadrados, congregando nove pavilhões, sendo os primeiros sete para exposição e os dois últimos para congresso. Na opinião da presidente da AMAZONASTUR e presidente do FORETUR/AM, o Centro de Convenções servirá ao município e ao Estado como um equipamento que tornará Manaus capaz de realizar grandes eventos, uma vez que a obra irá fortalecer ainda mais as ações de incentivo ao turismo. “Nós estamos vivendo novos momentos, momentos mágicos para o turismo a partir da Copa do Mundo, inclusive com a atração de novos voos internacionais para cá”. Entretanto, na opinião da presidente da ABEOC/AM:

[...] quando foram fazer aqui o Centro de Convenções, não chamaram nenhuma das entidades, entendeu? Pelo menos nós da ABEOC não fomos convidados a participar de nada...do projeto...nada. Nós principalmente, que somos os mais interessados, porque nós trabalhamos direto com eventos, nós sabemos as necessidades, nós sabemos aonde estão os gargalos dos centros de convenções, o que precisa pra que seja feito, quais são as necessidades das montadoras locais e aí nós não fomos ouvidos. Não fomos ouvidos.

Em relação à cultura do município, a mesma aparece como terceiro motivo de interesse dos turistas, apesar do relevante valor histórico e cultural presente em edificações em estilos arquitetônicos diferenciados, além das diversas manifestações da tradição

amazônica, muito influenciada pelos povos indígenas. De acordo com informações da SEC, que administra a maior parte dos patrimônios destacados anteriormente, houve cerca de 175.061 (cento e setenta e cinco mil e sessenta e um) visitantes nos espaços culturais no ano de 2014, conforme pode ser visualizado no quadro abaixo.

Quadro 09 – Número de visitantes nos principais patrimônios históricos de Manaus em 2014.

PATRIMÔNIO	VISIT. LOCAIS	VISIT. INTERNAC.	VISIT. NACION.	ESTUDANTES LOCAIS	TOTAL DE VISITANTES
Biblioteca Pública	3.812	2.650	3.000	7.652	17.114
C.C. Palacete Provincial	34.761	5.825	11.764	13.168	65.518
C.C. Palácio da Justiça	1.807	641	1.572	323	4.343
C.C. Palácio Rio Negro	1.414	4.096	2.497	1.283	9.290
C.C. Usina Chaminé	1.003	301	461	1.622	3.387
Teatro Amazonas	15.771	22.042	20.786	16.810	75.409
TOTAL GERAL DE VISITANTES	58.568	35.555	40.080	40.858	175.061

Fonte: Assessoria de Planejamento da Secretaria de Estado de Cultura (SEC, 2015).

Cabe ressaltar que, de acordo com Richards (2009, p. 32), uma das questões mais relevantes do ponto de vista do *marketing* ou do gerenciamento do turismo cultural se refere à motivação dos turistas culturais. Para o autor, nem todos os visitantes em espaços culturais são motivados pela cultura “[...] muitas vezes esses visitantes estavam em locais culturais quando estavam em “hora livre” pela cidade”.

É imprescindível assim, que sejam levantadas com mais ênfase e cuidado sobre as razões pelas quais os visitantes vão a determinados lugares, pois as pessoas querem aprender algo durante suas visitas, sobre o que é característico do lugar, experimentar a atmosfera da atração que estão visitando, pois Richards (2009, p. 26) assim descreve o turismo cultural.

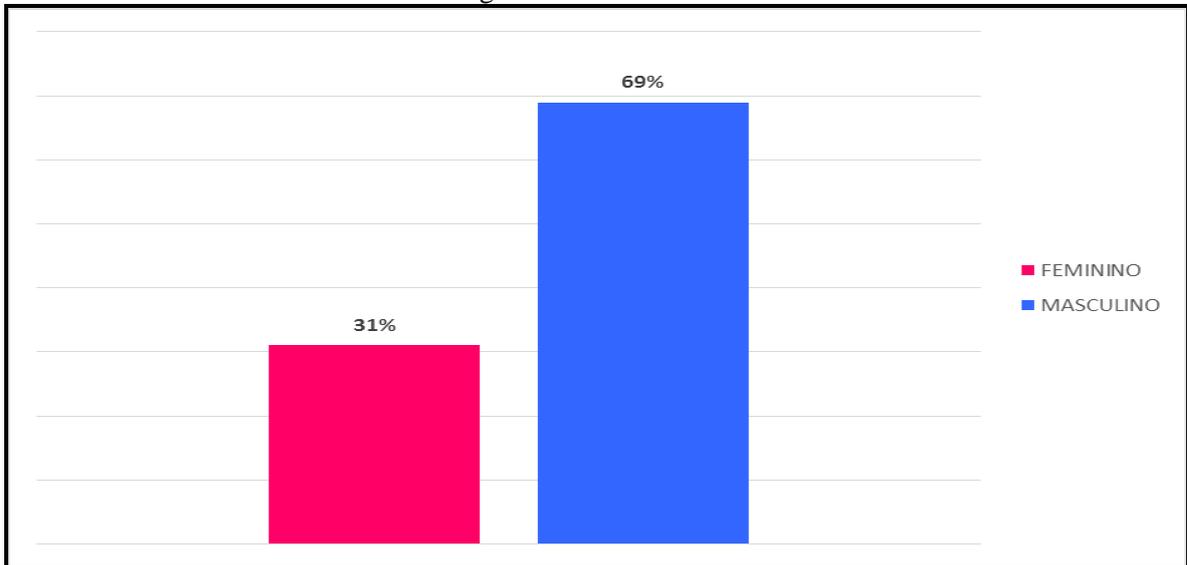
Uma vez que todas as atividades de turismo envolvem algum elemento de cultura, seja a visita a uma localidade ou a um evento cultural, ou simplesmente o desfrutar da “atmosfera” de um destino em um café de rua, há uma tentação em considerar todo turismo como “turismo cultural”. O aspecto central nessa definição é que o turismo cultural envolve “essencialmente motivações culturais”.

Nesse sentido, o turismo cultural pode ser um elemento para o fortalecimento ao ecoturismo, colaborando enquanto atração em eventos culturais, como estratégias de uso do patrimônio imaterial, representado pela gastronomia, artesanato, shows culturais locais, durante a realização de *city tours* pela cidade.

Quanto ao gênero, o qual representa uma variável de relevância no estudo do perfil do turista, na análise do gráfico 08 a seguir, é possível identificar que a composição do

público masculino lidera com 69% o número de turistas para Manaus no referido ano, enquanto que o gênero feminino representou 31%.

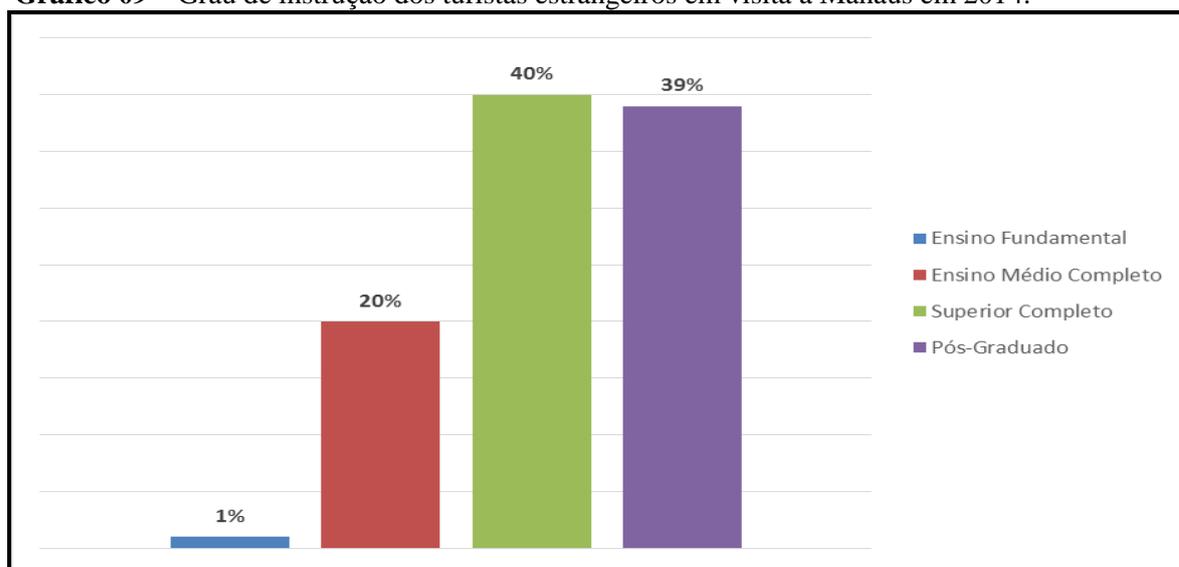
Gráfico 08 – Gênero dos turistas estrangeiros em visita a Manaus em 2014.



Fonte: Indicadores de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014)

O comportamento do consumidor é um fator delineador de estratégias de marketing para o turismo e a sua idade e o grau de instrução ajudam a compreender mudanças de mercado, permitindo perceber quais são os hábitos de consumo de diferentes faixas etárias, bem como suas atitudes, opiniões e comportamentos relacionados a cada segmento da atividade turística. Quanto ao grau de instrução, o qual se constitui como outro aspecto relevante na transmissão dos valores influenciadores do comportamento do consumidor, na análise do gráfico 09 a seguir, identificou-se que o maior índice de instrução está na composição dos turistas com nível superior completo representando 40% dos indicadores, seguido de turistas com curso de pós-graduação 39%, Ensino Médio completo 20% e Ensino Fundamental representando 1%.

Por esse viés, através do aumento da educação formal, o consumidor vê suas influências aumentadas quanto à natureza, rejeitando definições rígidas do que é certo ou errado. Atualmente, com o processo educativo evidenciado, percebe-se uma maior probabilidade de questionamentos, pois os consumidores estão mais esclarecidos e assim, tornaram-se mais exigentes quanto ao processo de escolha de suas viagens.

Gráfico 09 – Grau de instrução dos turistas estrangeiros em visita a Manaus em 2014.

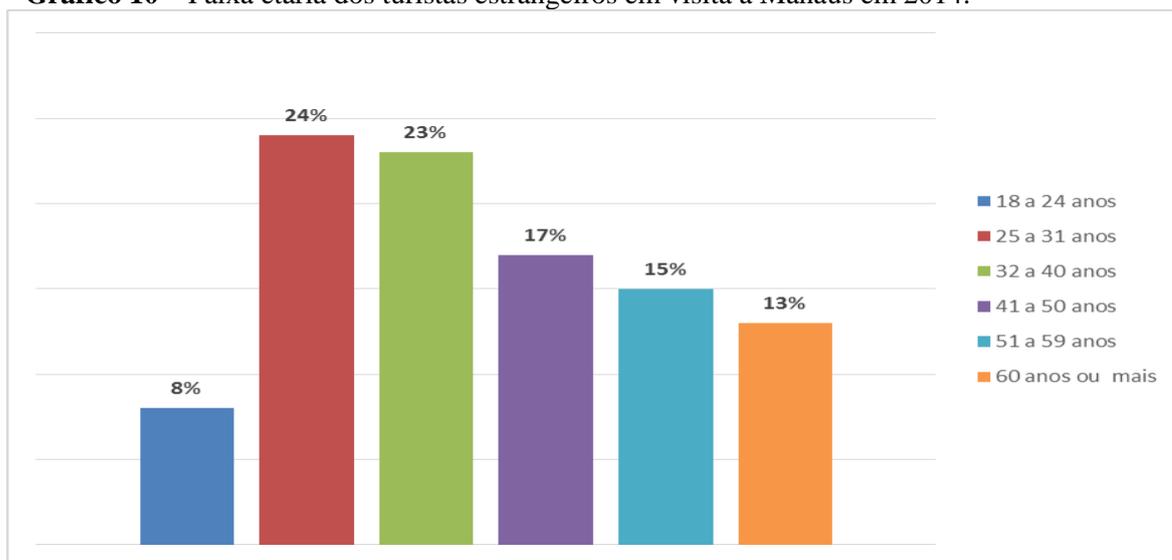
Fonte: Indicadores de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014).

É importante destacar ainda no gráfico anterior que os visitantes, em geral, possuem alta formação acadêmica e, por esse motivo tendem a ocupar melhores colocações e remunerações no mercado de trabalho, como os turistas de negócios que viajam para Manaus em virtude do pólo industrial. De acordo com informações da AMAZONASTUR (2014), o grau de instrução influencia diretamente na escolha do destino Amazonas, uma vez que os turistas têm informações precisas sobre o destino e fazem consultas em sites especializados de turismo, buscando alinhar suas necessidades com os programas oferecidos pela localidade.

Observa-se que referente às viagens culturais, as mesmas costumam abranger profissionais liberais e com salários relativamente altos, com isso, pessoas com formação superior tendem a consumir mais cultura.

Por esse viés, ao relacionarmos a potencialidade do turismo em contribuir com políticas que beneficiem as oportunidades sociais das populações dos destinos turísticos, através de ações voltadas para a educação de um indivíduo, abordam-se as contribuições de Sen (2000), uma vez que é viável para a atividade turística, um meio ambiente conservado, uma população educada, pois se algo estiver em desacordo, pode gerar redução no número de turistas na localidade, ou seja, o setor turístico fazer crescer um movimento para a defesa de políticas de inclusão.

Quanto à faixa etária, é possível identificar no gráfico 10, que a porcentagem de turistas com idade entre 25 e 31 anos é bastante equilibrada com aqueles que possuem idade entre 32 e 40 anos, representando 23% da composição. Turistas com a faixa etária entre 18 a 24 anos representam o menor índice observado, com 8% da composição.

Gráfico 10 – Faixa etária dos turistas estrangeiros em visita a Manaus em 2014.

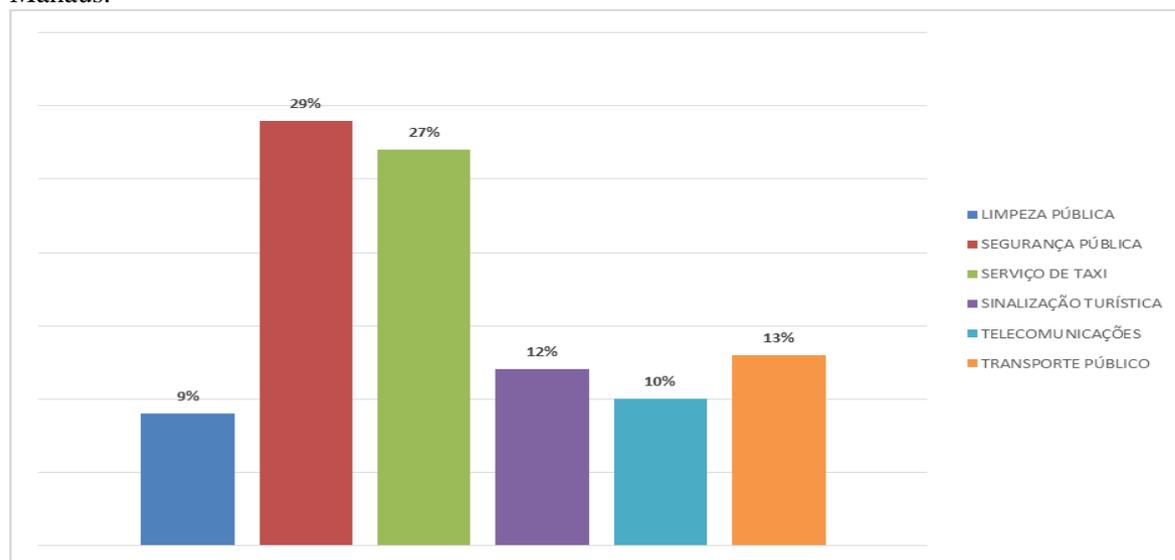
Fonte: Indicadores de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014).

Quanto ao gráfico analisado, mesmo com um percentual inferior, Richards (2009) aponta que os jovens são um grupo importante para o segmento do turismo cultural, uma vez que as suas experiências culturais vivenciadas no período de sua juventude, podem influenciar no seu comportamento futuro no âmbito do turismo. Além disso, o autor afirma que uma das motivações pelas quais os jovens viajantes, particularmente estudantes são significantes para o turismo cultural, deve-se à estreita ligação entre o consumo cultural e a educação.

Portanto, pessoas com formação superior tendem a buscar e consumir mais a cultura, tanto a cultura elitizada como a cultura popular. Os turistas culturais em particular têm formação educacional elevada, incorporam profissionais liberais ou profissionais em cargos de chefia e salários relativamente altos.

No que concerne à infraestrutura, no gráfico 11, é possível identificar a avaliação positiva dos turistas estrangeiros em relação à infraestrutura de Manaus.

Gráfico 11 – Nível de avaliação positiva dos turistas estrangeiros em relação à infraestrutura de Manaus.



Fonte: Indicadores de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014).

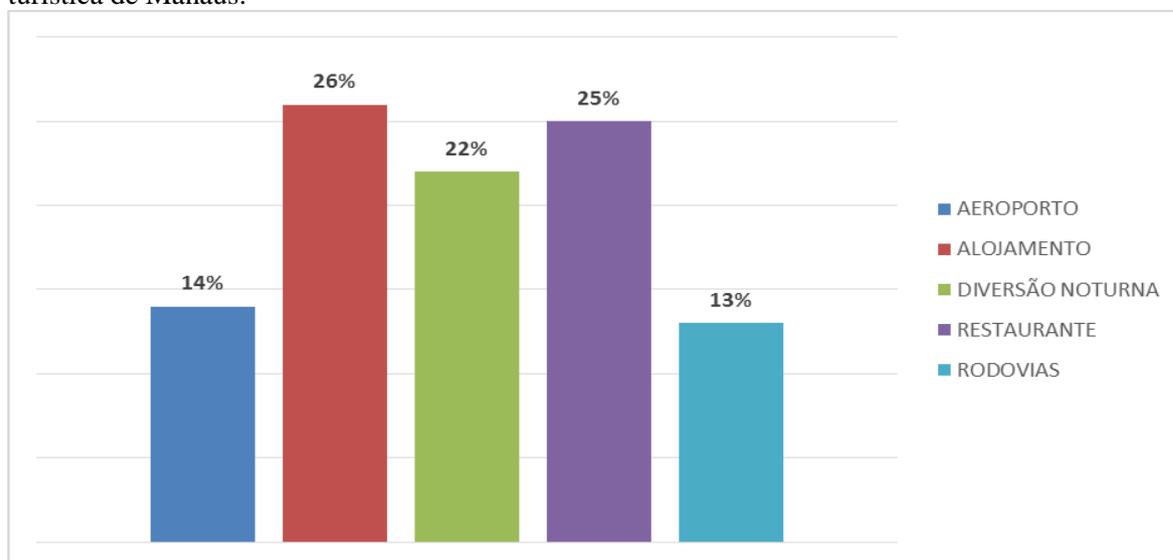
Foi possível identificar no gráfico 11 que, a avaliação de Manaus é positiva para a infraestrutura de apoio, onde a segurança pública e serviços de táxi foram os principais itens satisfatórios na opinião dos turistas, respectivamente 29% e 27% das opiniões. Apesar de ser avaliado como positivo em 13% dos respondentes, o transporte público em Manaus, mesmo com as constantes renovações de frota de veículos, ainda necessita de soluções para problemas como longa espera, ônibus lotados, vias em condições precárias, pontos sem abrigo e inseguros, alto valor da tarifa, o que se torna um desafio para os poderes públicos estadual e municipal.

A limpeza pública, embora tenha sido identificada como positiva, com 9% da avaliação positiva, merece atenção do setor público estadual e municipal quanto ao planejamento de ações estratégicas de melhoria desse serviço para o atendimento dos turistas e dos usuários locais, uma vez que ainda é deficiente a disponibilidade de lixeiras nas principais ruas e avenidas de Manaus. Da forma semelhante, a sinalização turística e as telecomunicações, com respectivamente 12% e 10% das avaliações positivas, também necessitam de ações mais eficientes para a melhoria de suas finalidades, pois esses serviços na opinião dos respondentes ainda são deficientes.

É pertinente registrar que de acordo com o Diretor-Presidente da MANAUSCULT e presidente do COMTUR Manaus, foram removidos ainda os ambulantes do centro da cidade, com objetivo de manter a organização e limpeza da área. Salienta-se ainda que, de acordo com a AMAZONASTUR, o turista internacional tanto recomendaria o destino Manaus como voltaria à região ao ter outra oportunidade.

Em relação ao gráfico 12, analisou-se a avaliação positiva dos turistas estrangeiros em relação à infraestrutura turística de Manaus.

Gráfico 12 – Nível de avaliação positiva dos turistas estrangeiros em relação à infraestrutura turística de Manaus.



Fonte: Indicadores de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014).

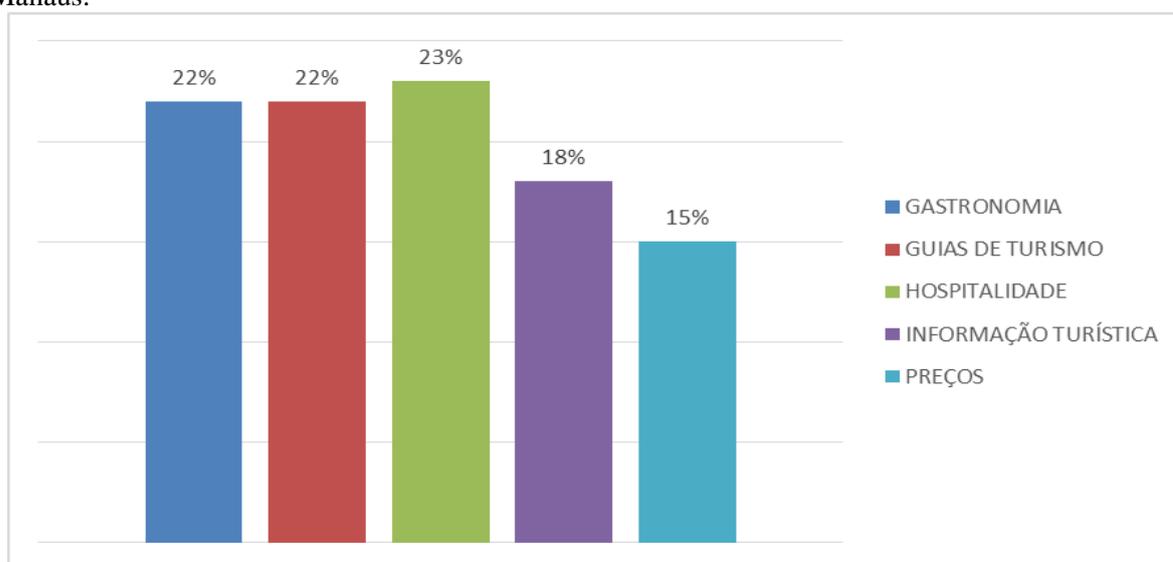
Na análise, foi possível identificar que os alojamentos e os restaurantes foram os principais itens satisfatórios na opinião dos turistas estrangeiros, respectivamente com 26% e 25% das opiniões. Apesar de terem sido identificados ainda como positivos, a diversão noturna, o aeroporto, o porto e a rodoviária também merecem atenção do setor público estadual e municipal, além do setor privado, quanto ao planejamento de ações estratégicas de melhoria desses serviços para o atendimento dos turistas e dos usuários locais. O aeroporto, mesmo após sua reforma e ampliação concluídas, ainda não está com sua área de alimentação inaugurada, apenas alguns quiosques que na opinião dos turistas têm praticado preços abusivos.

Ainda para a realização da Copa do Mundo, de acordo com o Diretor-Presidente da MANAUSCULT, houve a finalização das obras da segunda etapa do complexo turístico Ponta Negra, a restauração do Mercado Adolfo Lisboa, reforma de parques municipais e ampliação de bolsa idioma para a população, para o atendimento ao turista durante o período do evento. Quanto ao terminal rodoviário, o mesmo necessita de melhorias em sua infraestrutura, uma vez que atende a diversos municípios do Estado, além de atender rotas interestaduais e até internacionais.

Quanto ao gráfico 13, analisou-se que a hospitalidade e a gastronomia local foram os principais itens satisfatórios na opinião dos turistas estrangeiros, respectivamente com 23% e

18% das opiniões positivas, seguidamente dos serviços de guias de turismo. Apesar de terem sido identificados como positivos, a informação turística e os preços praticados merecem atenção do setor público estadual e municipal, além do setor privado, quanto ao planejamento de ações estratégicas de melhoria desses serviços para o atendimento dos turistas e dos usuários locais, uma vez que os mesmos podem ser determinantes na escolha do destino pelo turista.

Gráfico 13 – Nível de avaliação positiva dos turistas estrangeiros em relação aos serviços turísticos de Manaus.



Fonte: Indicadores de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014).

Cabe ressaltar que Manaus dispõe de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT's) administrados pela AMAZONASTUR e MANAUSCULT, que funcionam como postos de informações e serviços aos moradores e visitantes. Contam com atendentes bilíngues que fornecem informações sobre voos nacionais e internacionais, empresas de transporte terrestre, agências de viagem, hotéis, restaurantes, casas noturnas, pontos turísticos e informações gerais sobre o município. Os CAT's estão localizados em pontos estratégicos como o centro, aeroporto, porto, além de municípios do estado como Parintins, Manacapuru, Barcelos, Presidente Figueiredo, Iranduba, Novo Airão e Tefé, alguns dos quais fazem parte do colegiado do FORETUR/AM.

Entretanto, cabe salientar que atualmente o CAT da Praça Tenreiro Aranha, administrado pelo órgão municipal de turismo, não está em funcionamento, o que compromete o atendimento do público, uma vez que o mesmo está instalado em uma área de comercialização de artesanato. Em resposta, o Diretor de Turismo da MANAUSCULT

informou que após as obras de revitalização pelo PAC 2 Cidades Históricas serão retomados os serviços ao público em geral.

Quantos aos serviços de passeios e roteiros turísticos, o município conta com agências de turismo e operadoras que atuam no turismo emissivo e receptivo e que comercializam ainda traslados, sobrevoo na cidade e arredores; passeios fluviais, *city tour* cultural, onde, em um ônibus especial de turismo de dois andares (*Amazon Bus*) semelhante ao veículo turístico londrino, onde o primeiro piso do veículo é refrigerado e o segundo piso possui teto retrátil para visão panorâmica, é possível conhecer um roteiro oficial que contempla a visitação os prédios históricos que são administrados em sua maioria pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Cultura (SEC).

Observa-se que, em relação à logística, os produtos turísticos de Manaus são deficientes, por dependerem de serviços e equipamentos em sua maioria de má qualidade e de alto custo. O transporte fluvial, considerado como essencial para a prática da atividade turística na região é deficiente para a formatação de produtos de qualidade, pois é considerado de pouca confiabilidade e fragiliza assim a comercialização pelos turistas.

Diante das análises dos gráficos referentes aos indicadores de turismo de Manaus no ano de 2014, fica evidente que mesmo com a realidade natural e a potencialidade cultural existente no município, é necessária a elaboração de políticas públicas de turismo, discutidas através de planejamento que contemplem o desenvolvimento sustentável e contínuo no município, que considerem as deficiências apontadas nos gráficos e, não apenas ações políticas que atuem em segmentos privilegiados, atendendo muitas vezes, a oportunidades pontuais do mercado. Nesse sentido, Cruz (2001) afirma que o estado, além de interventor nas políticas de turismo, como um agente indutor e orientador do comportamento dos agentes de mercado, concedendo incentivos fiscais para fins de investimentos e a viabilização de infraestrutura para o desenvolvimento da atividade, deve desempenhar também o papel de controlador da atividade turística, estabelecendo todas as diretrizes a serem seguidas pelo setor privado.

De acordo com a explicação da autora, entende-se que a possibilidade de aproveitamento do potencial cultural de Manaus para fins da atividade turística, discutida e planejada pelas instâncias de governança, pode ser fortalecida através do turismo cultural, sendo necessário apenas organizar o segmento no que se refere ao planejamento, gestão e mercado, cujas ações devem ocorrer de maneira participativa e cooperativa, para que essa potencialidade deixe de ser um mero recurso, para se tornar em um fator de atratividade, por

sua autenticidade, por sua importância histórica, por seu contexto e pela sua própria valorização no município de Manaus.

No entanto, na análise de Murta (2002), é necessário ainda saber quem são os nossos visitantes e turistas culturais e quais os motivos que os levam a frequentar museus e centros históricos. A autora afirma que a maioria dos gestores do patrimônio sabe dizer o número de visitantes que recebem, mas dificilmente sabem dizer de maneira detalhada quem são eles.

Essa afirmativa também pôde ser percebida durante a coleta de dados na AMAZONASTUR e MANAUSCULT, com a deficiência de informações relacionadas ao perfil do turista que visita Manaus. A MANAUSCULT não dispõe de dados estatísticos sobre o turista em Manaus, com informações sobre suas percepções e preferências, seu perfil socioeconômico e cultural. O órgão utiliza-se de informações estatísticas da AMAZONASTUR e com isso, dificilmente os órgãos serão capazes de elaborar planos de gestão e de interpretação que atendam aos anseios e necessidades desse visitante.

Para Murta (2002), é muito provável que os órgãos que não consigam se comunicar de maneira efetiva com seu público, pela ausência de informações precisas do visitante, conseqüentemente não consigam valorizar sua experiência por meio de uma interpretação apropriada: “[...] como a experiência de qualidade é essencial para o desenvolvimento do turismo cultural, ela também estará comprometida pela falta de informações e de conhecimento de quem é o nosso visitante” (Murta, 2002, p. 143).

Dessa forma, analisou-se neste estudo se a formação das instâncias de governança turística COMTUR/Manaus e FORETUR/AM tem possibilitado a discussão do turismo em todas as etapas de elaboração e execução das políticas públicas direcionadas ao setor; e de que forma o turismo cultural tem recebido espaço de atenção ou até mesmo sendo mencionado pelos representantes das entidades ligadas a elas, com a possibilidade de impulsionar o turismo cultural em Manaus.

O próximo capítulo apresenta o desenvolvimento turístico sob a ótica dos membros representantes das instâncias de governança turística de Manaus. É nesse momento que o trabalho abre espaço para que os representantes apontem suas sugestões para um melhor desenvolvimento turístico do município.

5 O PAPEL DA AMAZONASTUR E MANAUSCULT NA DEFINIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE MANAUS

Instituída no ano de 2003, através da Lei nº 2.797, de 09 de maio de 2003 e Decreto n.º 23.410 de 16/05/2003 que aprovou o seu Estatuto, e pelas posteriores modificações da Lei Delegada n.º 45 de julho de 2005, a AMAZONASTUR tem como missão:

I - Promover a "Marca Amazonas" nos mercados turísticos nacional e internacional; **II** - Dar apoio ao desenvolvimento sustentável de novos produtos turísticos; **III** - Oferecer condições de aperfeiçoamento aos já existentes e; **IV** - Promover o planejamento e execução da Política Estadual de Turismo.

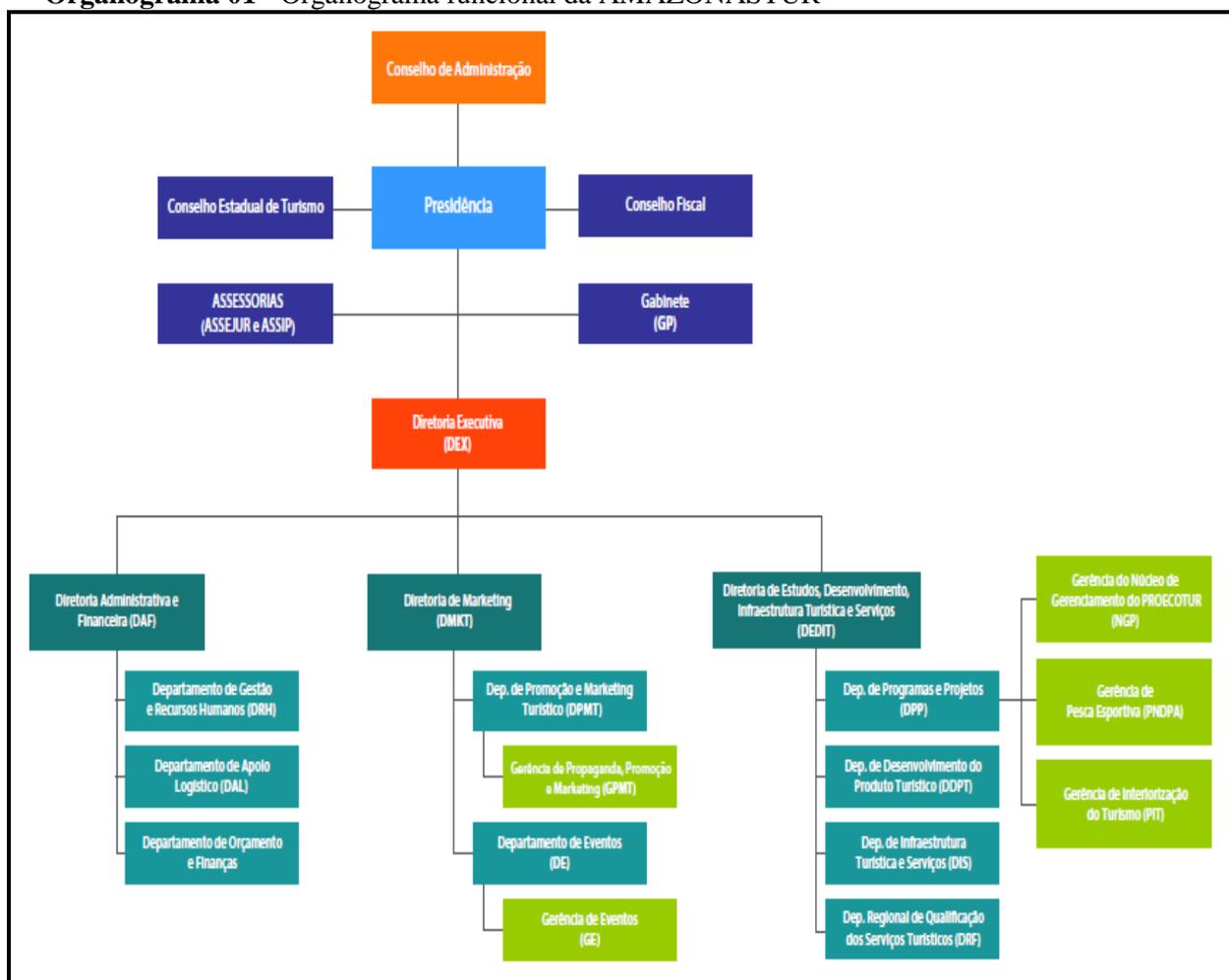
Anteriormente a sua instituição, as ações de turismo no estado estiveram sob a responsabilidade do Departamento de Promoção (DEPRO), da Empresa Amazonense de Turismo (EMAMTUR) e da Secretaria de Estado de Cultura (SEC), anteriormente denominada Secretaria de Estado de Cultura, Turismo e Desporto.

Como citado na introdução do estudo, o órgão elaborou no ano de 2008 o Plano Estadual de Turismo Vitória-Régia, cuja vigência foi de 2008-2011. De acordo com os representantes das instituições entrevistadas e da própria AMAZONASTUR, o estado do Amazonas atualmente não possui um Plano Estadual de Turismo que vise estabelecer diretrizes, metas e políticas norteadoras a serem implantadas para o desenvolvimento do turismo em vários cenários do Amazonas.

Em sua administração a AMAZONASTUR, dirigida por uma Presidente, conta com o auxílio de 04 (quatro) Diretores de Área, além de contemplar em seu quadro funcional, turismólogos em seus diversos espaços, fortalecendo e valorizando dessa maneira a rede acadêmica do município.

A estrutura operacional da AMAZONASTUR pode ser identificada no organograma a seguir, entretanto destaca-se que, apesar de não constar no mesmo, o FORETUR/AM faz parte da administração do órgão.

Organograma 01 - Organograma funcional da AMAZONASTUR



Fonte: AMAZONASTUR (2015).

É possível observar no organograma que, além da Presidência e da Diretoria Executiva, a AMAZONASTUR conta com três diretorias específicas: Administrativa e Financeira (DAF); Marketing (DMKT) e de Estudos, Desenvolvimento, Infraestrutura e Serviços (DEDIT) essa última, responsável pela gerência dos programas federais como o PROECOTUR, PNDPA e PIT.

Quanto à esfera municipal, a Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (MANAUSCULT) foi instituída no ano de 2013, na estrutura da Administração Indireta do Poder Executivo, através da Lei Delegada n°. 25, de 31 de julho de 2013 e tem as seguintes finalidades: **I** – Coordenar e executar políticas públicas na área de cultura e artes; **II** – Promover, desenvolver e articular ações voltadas à cultura e à arte em parceria com as organizações públicas e privadas, visando à formação artística e profissional da população; **III** – Coordenar e executar políticas públicas direcionadas às áreas de turismo e eventos; **IV** –

Impulsionar, desenvolver e articular ações voltadas ao turismo e a eventos em parceria com as organizações públicas e privadas.

É importante ressaltar que, até a instituição da atual Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (MANAUSCULT) em 2013, houve várias mudanças na nomenclatura, na finalidade da Secretaria, sucessivas Presidências e, em alguns momentos houve o desmembramento das pastas, uma vez que anteriormente as ações no campo da cultura foram administradas pela Fundação Villa Lobos (FVL) criada através do Decreto n°. 5963, de 20 de outubro de 1987 e, as ações no campo do Turismo foram administradas pela Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR) criada através do Decreto n°. 1505, de 19 de maio de 1993. Dessa forma, considerando as inúmeras transformações ocorridas nessas pastas, no quadro 11 a seguir é possível identificar o histórico das Secretarias Municipais de Cultura e Turismo em Manaus, até a instituição do atual órgão municipal de cultura e turismo MANAUSCULT.

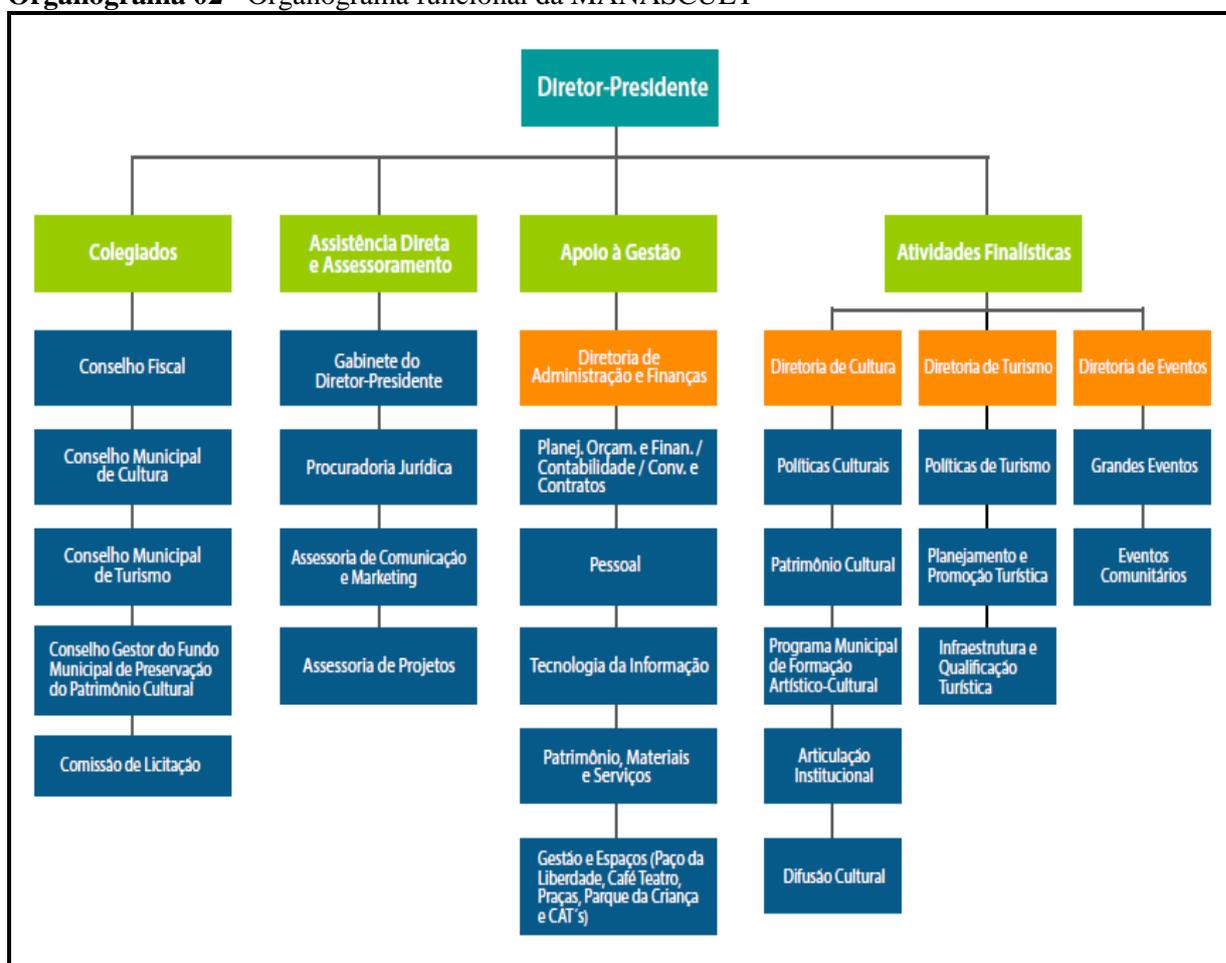
Quadro 10 – Histórico das secretarias municipais de cultura e turismo de Manaus.

ÓRGÃO	CRIAÇÃO LEI/DECRETO	OBSERVAÇÕES
Fundação Villa Lobos (FVL)	Decreto n°. 5963 de 20 de outubro de 1987	Extingue a Fundação Villa Lobos (FVL) em 20 de janeiro de 2006, através da Lei n°. 937
Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR)	Decreto n°. 1505 de 19 de maio de 1993	-
Fundação Municipal de Turismo (MANAUSTUR)	Lei n°. 546 de 29 de junho de 1993	Altera a denominação de FUMTUR para MANAUSTUR
Secretaria Municipal de Cultura (SEMC)	Lei n°. 963 de 20 de janeiro de 2006	Sucede a Fundação Villa Lobos (FVL)
Fundação Municipal de Turismo (MANAUSTUR)	Lei n°. 940 de 20 de janeiro de 2006	Reestrutura a Fundação Municipal de Turismo (MANAUSTUR)
Secretaria Municipal de Cultura (SEMC)	Decreto n°. 8419 de 20 de abril de 2006	Estrutura operacional da SEMC
Fundação Municipal de Cultura e Turismo (MANAUSCULT)	Lei n°. 1321 de 16 de abril de 2009	Transforma a MANAUSTUR em MANAUSCULT
Fundação Municipal de Cultura e Turismo (MANAUSCULT)	Decreto n°. 150 de 05 de junho de 2009	Estrutura operacional da MANAUSCULT
Fundação Municipal de Turismo (MANAUSTUR)	Lei n°. 1435 de 26 de março de 2010	Criação da MANAUSTUR, separando-a da Secretaria de Cultura (MANAUSCULT) e altera a denominação e estrutura organizacional da Fundação Municipal de Cultura e Turismo (MANAUSCULT)
Fundação Municipal de Cultura e Artes (MANAUSCULT)	Decreto n°. 511 de 15 de abril de 2010	Decreto que transforma a Secretaria de Cultura e Turismo em Cultura e Artes (MANAUSCULT)
Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (MANAUSCULT)	Lei Delegada n°. 25 de 31 de julho de 2013	Extingue a Fundação Municipal de Cultura e Artes e a Fundação Municipal de Turismo e cria a Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (MANAUSCULT)

Fonte: Elaborado a partir de MANAUSCULT (2015).

O quadro acima explicita as constantes mudanças ocasionadas nos órgãos municipais de cultura e turismo, tendo em vista que em alguns momentos houve a fusão e o desmembramento das pastas, chegando-se ao atual órgão MANAUSCULT. O que se procurou mostrar aqui é que o processo de mudanças foi incentivado pelo poder público, sendo as políticas públicas de turismo municipal as peças chaves desse percurso evolutivo do órgão. A atual MANAUSCULT, dirigida por um Diretor-Presidente, com o auxílio de 04 (quatro) Diretores de Área, tem a seguinte estrutura operacional, conforme pode ser identificado no organograma a seguir:

Organograma 02 - Organograma funcional da MANAUSCULT



Fonte: MANAUSCULT (2015).

Conforme observado no organograma, as quatro diretorias de área, que compõem a estrutura organizacional da MANAUSCULT são: Diretoria de Administração e Finanças (DAF); Diretoria de Cultura; Diretoria de Turismo e a Diretoria de Eventos. De acordo com o Diretor de Turismo, o órgão contempla em seu quadro funcional de turismólogos em seus diversos espaços, fortalecendo e valorizando dessa maneira a rede acadêmica do município de

Manaus. É possível identificar ainda que no organograma da MANAUSCULT encontra-se o COMTUR Manaus, objeto desse estudo.

5.1 Caracterização das Instâncias de Governança Turística em Manaus

É perceptível que hoje no mundo inteiro haja uma tendência no estudo, na utilização e intensificação de processos participativos e descentralizados de planejamento, gestão e nas tomadas de decisões nas organizações estatais e privadas, conduzindo assim esses organismos na formação de estruturas mais amplas, menos centralizadoras, atuando de maneira mais coletiva e integrativa. Esses processos denominados de governança, arenas, redes, arranjos organizacionais, surgiram nos meios organizacionais e especialmente em Estados do terceiro mundo, indicando o esgotamento da capacidade de integração das instituições representativas tradicionais, da falta de eficácia das organizações caracterizadas como burocráticas, do modelo de planejamento centralizador e da capacidade de intervenção efetiva (Azevedo & Anastasia, 2002; Nóbrega, 2012).

Na perspectiva de Nóbrega (2012, p. 238).

[...] o estudo sobre as instâncias de governança turística tem despertado o interesse de muitos pesquisadores no início deste século XXI, porém há pouquíssimos trabalhos sobre a temática, com exceção para estudos no nível de graduação e de mestrado. A análise da combinação das formas de gestão entre os diferentes atores sociais, além de nos oferecer um entendimento mais ampliado da dimensão turística no âmbito da gestão destes atores sociais, pode esclarecer as razões de muitos percalços gerados ao longo das quatro décadas de intervenção estatal, voltadas ao desenvolvimento turístico na Região Amazônica.

Dessa forma, entende-se que o turismo enquanto atividade econômica é inquestionável e, seus desdobramentos sociais e culturais, necessitam de políticas públicas que planejem a atividade, sem deixar de contemplar o envolvimento das comunidades locais. E, ainda, por ser híbrido, ou seja, complexo e em certos momentos contraditório, no sentido de que ele é ao mesmo tempo um enorme motivador de desenvolvimento, é também um agente de degradação do meio ambiente e social, quando da ausência de uma regulamentação do setor, o que torna indispensável e importante uma política de turismo que administre conflitos, fomente a atividade, regenere áreas impactadas, além de propor desenvolvimento de usos alternativos nas localidades (Becker, 2001).

Na explicação de Canclini (1997) a hibridação se refere a um conjunto de processos de intercâmbios e mesclas de culturas, ou entre formas culturais. Nesse processo, podem ser incluídos a mestiçagem – racial ou étnica –, o sincretismo religioso e outras maneiras de fusão

de culturas, como exemplo a fusão musical. Para o autor, historicamente, sempre ocorreu hibridação cultural nas relações do homem, na medida em que há o contato entre culturas e uma toma emprestados elementos das outras. No mundo contemporâneo, com o fomento do turismo, pode-se associar a hibridação cultural, a qual se reporta o autor, através do incremento das viagens e das relações sociais entre o morador local e o turista.

Da mesma forma que analisado por Becker (2001) e Canclini (1997), observa-se que os impactos que surgem dessa relação entre o turismo e as localidades no qual está inserido, sem uma política resolutiva capaz de administrar conflitos, resultam em inconveniências, em relações não só de enriquecimento, mas conflitiva e com choques culturais com a presença dos turistas. Em paralelo à ascensão do turismo, surgem diversos problemas, cujos impactos negativos, recaem sobre a estrutura cultural, social e econômica das populações anfitriãs, assim como sobre a qualidade do meio ambiente. Daí a necessidade da formação de organismos envolvendo os atores locais, com finalidade de planejamento focado no desenvolvimento sustentável das localidades.

Nesse contexto, sobre a importância de uma política resolutiva, Becker (2010) analisa que a democracia na política é um regime muito mais difícil, no sentido de governar, porque todos os envolvidos nas questões pautadas opinam, tem liberdade de expressão, convergem seus interesses, mas, no momento de executar essa política por parte do Estado, os resultados nem sempre são tão efetivos. Para a autora, o planejamento só faz sentido se estiver ligado à política e se os decisores o colocarem em prática de maneira participativa e colaborativa.

Respectivamente, Santos & Bassanesi (2010) discorrem que o processo de formação de redes de cooperação, surgiu da necessidade das instituições em buscar novas configurações de arquiteturas organizacionais, que pudessem dar conta da competitividade hoje e da competitividade do amanhã, criando condições para que as instituições ganhassem força e eficiência e que fossem tomadas decisões de maneira coletiva e participativa pelos atores envolvidos. A exemplo do que fora citado pelos autores, Diaz Bordenave (1994) afirma que o processo de participação tem se generalizado nos últimos anos no Brasil e no mundo todo e decorre em virtude do descontentamento nas tomadas de decisões por poucos grupos, nos interesses coletivos de uma sociedade marginalizada, onde os assuntos que interessam a todos, são decididos por poucos. É interessante perceber na afirmação do autor que, a participação e a cooperação dessa forma, não são relações simples entre as instituições, uma vez que estas possuem características e objetivos divergentes, podendo resultar em percepções e expectativas contraditórias entre si.

Com base em Nascimento *et al.* (2013) quanto maior for o consenso entre os agentes das instituições, melhores serão as condições de aprovação e implementação das políticas propostas, além do processamento de conflitos entre os diversos indivíduos e agentes sociais dessas instituições.

Dessa forma, o conceito de governança surgiu como elemento relevante para superar a heterogeneidade de interesses e facilitar na resolução de problemas no âmbito das políticas públicas, estimulando uma articulação participativa e plural com diferentes atores, ou seja, a governança é o ato de governar de maneira participativa e descentralizada.

Na análise de Azevedo & Anastasia (2002) os processos de governança e governabilidade estão interligados, porém cada um apresenta diferenças em seus conceitos. Enquanto a governança se refere às formas sob as quais ocorrem os exercícios de poder e autoridade política, que devem proporcionar um veículo institucional legítimo e eficiente, que envolva a sociedade, ou seja, um atributo do Estado; a governabilidade se reporta à qualificação do uso dessa autoridade pela sociedade. Da mesma forma Neta & Almeida (2013, p. 11) definem governança como:

[...] modos de coordenação, diferentes dos modos de organização sociais formais (burocracias, hierarquias, normas e leis), uma articulação com diferentes atores pautados em padrões de coordenação e de cooperação. Ou seja, é a capacidade de ação do Estado em incorporar um ambiente participativo e plural.

Conforme analisado pelas autoras entende-se que, a governança pautada em redes de atores pode ser percebida como uma possibilidade de recuperação da legitimidade do sistema político pela instituição de novos meios de participação e parcerias, favorecendo novas formas democráticas de envolvimento entre o setor público e o privado.

Dessa forma, o poder público, ao adotar esses mecanismos, não está mais limitado apenas à condição de regulação e gestão social, mas, passa a ser uma organização que se propõe a adicionar novas formas de condução social.

Na atividade turística, em virtude do crescimento que o fenômeno vivenciou após a Segunda Guerra Mundial, os países beneficiados pelo fenômeno criaram instituições para administrar esse novo setor econômico e, posteriormente, tentaram planejá-lo a partir do momento em que seu funcionamento passou a apresentar complicações em virtude da complexidade e multissetorialidade das relações que o envolvem entre a esfera pública, os empresários e a sociedade.

Ao se tratar da formação de instâncias de governança de turismo, faz-se referência a níveis hierárquicos, níveis de poder, esferas de poder, através de organizações sociais que se estabelecem em espaço de articulação dos atores sociais e de proposição, análise e

monitoramento de políticas, planos e projetos na área do turismo sustentável. Essas estruturas contam com a participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o turismo em diversos âmbitos: municipal, regional, estadual e federal.

De forma similar, Nascimento *et al.* (2013) salientam que a organização de qualquer formato de instância de agentes sociais – conselho, fórum, rede, associação, consórcio ou outro, pode possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas mais específicas e articuladas com as necessidades e características do setor turístico local.

Assim, a relação entre governança, políticas públicas e turismo deve ser guiada por determinados pressupostos, tais como gestão, participação, responsabilidade, transparência, confiança, legalidade e engajamento do setor público, devendo propor a superação das dificuldades que cercam o desenvolvimento da atividade turística, com o objetivo de elaborar estratégias de ação, estabelecer metas e buscar alternativas para os inúmeros problemas que acometem o fenômeno.

O uso da categoria de governança é relevante, na medida em que contribui para a reflexão dos desafios na conformação de arranjos institucionais entre o poder público e os diversos atores envolvidos nas relações de poder político, econômico e social que fazem parte das discussões sobre territórios que envolvem aspectos de planejamento e gestão turística. Dessa maneira, a articulação entre as instâncias do poder público deve formular políticas, cada uma no seu âmbito, além de trazer uma orientação decisiva quando se busca uma divisão de responsabilidades eficaz e coerente entre as esferas federal, estadual e municipal, bem como, quando se enfrenta o problema das formas de associação entre o público e o privado (parcerias efetivas e fontes de financiamento).

O quadro 11 a seguir apresenta as competências que cada instância de coordenação deveria desenvolver, a partir das orientações do MTur.

Quadro 11 - Competência das instâncias de coordenação em Turismo, segundo o MTur.

INSTÂNCIAS DE COORDENAÇÃO				
Competência	NACIONAL (Ministério do Turismo, apoiado pelo CNTur ³¹)	REGIONAL (instância regional apoiada pelo órgão oficial de turismo da UF e pelo FORETUR ³²)	ESTADUAL (órgão oficial de turismo da UF, apoiado pelo FORETUR ou CONSET ³³)	LOCAL (órgão municipal de turismo, apoiado pelo colegiado local COMTUR ³⁴)
		Definir diretrizes estratégicas; Planejar e coordenar as	Planejar e coordenar as ações, em âmbito regional e local;	Elaborar diretrizes e estratégias alinhadas às nacionais;

³¹ Refere-se ao Conselho Nacional de Turismo.

³² Refere-se ao Fórum Estadual de Turismo da Unidade da Federação.

³³ Refere-se ao Conselho Estadual de Turismo.

³⁴ Refere-se ao Conselho Municipal de Turismo.

	ações, em âmbito nacional; Articular, negociar e estabelecer parcerias com as diversas esferas de governo, iniciativa privada e organizações não governamentais nacionais e internacionais; Monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito nacional; Produzir e disseminar dados e informações.	Articular, negociar e estabelecer parcerias, em âmbito regional e local; Monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito local; Produzir e disseminar dados e informações	Planejar e coordenar as ações do Programa, em âmbito estadual e regional; Articular, negociar e estabelecer parcerias, em âmbito nacional e regional; Monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito estadual e regional; Produzir e disseminar dados e informações.	debate e a indicação de propostas locais para a região; Integrar os diversos setores locais em torno da proposta de regionalização; Participar de debates e da formulação das estratégias locais para o desenvolvimento da região; Planejar e executar ações locais, integradas às regionais.
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Adaptado a partir de Brasil (2004).

Nessa perspectiva, Boullón (2005) discorre que por volta dos anos de 1970 na América Latina, a maioria dos países elaborou seu próprio Plano Nacional de Turismo, os quais algumas vezes foram esquecidos e outras vezes foram atualizados ou substituídos, seja pelo fato do descrédito por parte daqueles que o elaboraram ou porque depois de cada mudança de funcionários no setor público, o recém-chegado optou modificar o trabalho de seu antecessor. Dessa maneira, percebe-se no discurso do autor, sobre as tentativas dos países latino-americanos na implantação de planos, projetos e programas de turismo, com forma de superar as demandas, dificuldades e problemas relacionados à atividade turística.

No Brasil, o ano de 2004 marca uma nova fase para a atividade turística do país, com o lançamento do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil, através do MTur, considerado a mais relevante política de estruturação do turismo, cujas orientações foram pautadas no que foi estabelecido pelo Plano Nacional de Turismo em 2003 pelo referido ministério. No PRT, as ideias de operacionalização se dariam a partir da organização de redes locais, através da descentralização das ações e do incremento dos lugares e territórios, com o envolvimento dos moradores e dos diferentes atores ligados à cadeia do turismo no formato de instâncias de governança, com a finalidade de conciliar os interesses dos diversos grupos sociais, possibilitando maior agilidade nas tomadas de decisões, garantindo assim a disponibilização de recursos voltados ao desenvolvimento do turismo em âmbito regional.

Ao lançar no ano de 2007 uma versão atualizada do Plano Nacional de Turismo (PNT), denominado de “Turismo – uma viagem de inclusão”, o MTur traçou novas diretrizes, metas e sete macro-programas, as quais contemplam o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) - Roteiros do Brasil. Sua metodologia consiste na utilização de artifícios de incentivo à formação de instâncias de governança locais e regionais, sejam elas no formato de

Grupos Gestores, Fóruns Regionais e Conselhos Municipais, cuja proposta seria de planejar e gerenciar as ações participativas voltadas ao desenvolvimento da atividade turística.

Essa estrutura de coordenação do PRT em nível nacional é coordenada pelo MTur, com o apoio do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR). Em nível estadual, a responsabilidade de gestão é do órgão oficial e, em nível local, a entidade de turismo municipal é apoiada pela instância local representativa dos segmentos sociais, econômicas e políticos locais.

Essa análise também pode ser observada no Manual das Orientações Práticas às Instâncias de Governança de Turismo do Governo do Paraná (2009), que discorre que para que uma instância cumpra o seu objetivo e alcance os resultados que a sociedade espera, é muito importante o modo como os atores sociais se organizam. O processo de formação dessas organizações não pode ser meramente burocrático, realizado apenas para atender aos requisitos de um programa ou de uma política pública, pois é preciso que os atores locais envolvidos compreendam que a constituição das mesmas é uma necessidade e um mecanismo para o desenvolvimento local.

O formato das instâncias, segundo o manual, “não deve ser imposto, mas deve ser definido pelos atores locais em função do estágio de desenvolvimento turístico do território e do grau de amadurecimento do capital social” (Governo do Estado do Paraná, 2009, p. 19).

Da mesma forma, o MTur sugere que por meio de consenso entre os representantes, deve-se escolher qual a melhor processo de formação de instância de governança regional mais adequada para cada região turística.

O quadro 12 apresenta algumas características dos processos de formação mais habituais de instâncias de governança turística.

Quadro 12 - Formação de instâncias de governança turísticas mais habituais.

FORMAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
FÓRUM	A palavra fórum significa reunião, congresso, conferência que envolve debate de um tema. É um espaço democrático que serve como instrumento de comunicação, reflexão, debate, intercâmbio, articulação, ajuda mútua na solução de dúvidas e problemas, exposição de ideias, opiniões e sugestões sobre um determinado tema. Nele, as pessoas podem se reunir para discutir sobre um determinado assunto por meio de debates temáticos, criação de agendas e pautas de discussão, articulação política, social, cultural e econômica, proposição e organização de atividades coletivas, sempre com um propósito determinado. A organização do fórum pressupõe a escolha democrática de um presidente, um vice-presidente e coordenadores de cada um dos comitês temáticos.
CONSELHO	Órgão ou instância colegiada de caráter permanente, deliberativo e consultivo, que integra a estrutura básica da secretaria ou órgão equivalente e tem sua composição, organização e competência fixadas em lei. Os Conselhos têm o papel de estabelecer a mediação das relações sociedade/Estado. A partir da Constituição de 1988, leis orgânicas específicas passaram a regulamentar o direito constitucional à participação, por meio de Conselhos com composição paritária entre representantes do Poder Executivo e da sociedade civil.
ASSOCIAÇÃO	Pessoa jurídica formada por vários indivíduos, que se organizam de forma democrática para a

	<p>realização de atividades sem fins lucrativos, em defesa de seus interesses. Distingue-se de outras entidades pela dupla identidade dos associados, que são, ao mesmo tempo, gestores e usuários. Suas principais características são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entidades de direito privado e não público; • Constituídas pela reunião de duas ou mais pessoas físicas e/ou jurídicas para a realização de objetivos comuns; • Têm patrimônio formado pela contribuição dos participantes, por doações, subvenções etc.; • Podem ter as finalidades alteradas pelos associados, em assembleia geral; • Deliberam livremente, em assembleia geral, por meio do direito de voto de cada sócio.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Governo do Estado do Paraná (2009).

Entende-se dessa forma que, o objetivo do MTur ao promover o diálogo entre várias instituições envolvidas na atividade turística, através da constituição das instâncias de governança, foi o da contribuição e participação de cada um dos integrantes dessas redes no incremento da atividade turística, pois cada um de seus integrantes poderia agregar valor com suas experiências, alavancando a competitividade do espaço turístico do qual fazem parte. É evidente nessa análise que o poder público não é mais suficiente para assumir, por si mesmo, a tarefa e a responsabilidade que concentrava anteriormente. Nos últimos anos, o avanço nas políticas públicas e do espaço turístico torna inviável a recorrência de modelos ultrapassados de planejamento e gestão.

Nesse contexto, por meio de uma metodologia participativa é possível o exercício pleno da cidadania, bem como o reconhecimento de estratégias de desenvolvimento do espaço turístico, concebido de maneira coletiva.

Para o funcionamento do espaço turístico, Boullón (2005) afirma que é necessária a existência de uma superestrutura administrativa integrada pelas organizações da empresa privada e pelos organismos do Estado que se especialize em definir e harmonizar o conjunto de normas e critérios que regulamentam as formas operacionais do setor.

Além disso, deve haver o agrupamento de associações, como processo de construção das instâncias de governança, com o propósito de defender seus interesses frente aos governos e demais subsetores, para harmonizar tais interesses, discutir problemas comuns da atividade e administrar soluções com fins de assegurar resultados positivos na atividade turística.

A lógica da formação das instâncias é de possibilitar processos democráticos, participativos e cooperativos, apesar de que esses processos ainda necessitem de resultados palpáveis, com fins de proposição de mudanças significativas focados nas dimensões ambiental, econômica e social. Sendo assim, Diaz Bordenave (1994) afirma que a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte, ou seja, de que forma esta participação se dá: ativamente ou passivamente, uma vez que podemos fazer parte de qualquer grupo sem, contudo, tomarmos partes de suas decisões importantes. Ou ainda, através de duas bases complementares: uma base afetiva – na qual participamos porque

sentimos prazer em fazer coisas com os outros e, uma base instrumental – na qual participamos porque fazer com outros é mais eficaz e eficiente do que fazê-las sozinhos. Para o autor, a diferença entre a participação passiva e a participação ativa está na distância entre o cidadão inerte e o cidadão engajado.

Souza (2002) chama a atenção sob esse aspecto, ao abordar as modalidades possíveis de participação. Quando se fala de “participação consultiva” ou “participação opinativa”, o autor discorre que se trata de um tipo tão fraco de participação, que transparece uma mera ilusão de participação, ou seja, restringe-se apenas a ouvir os envolvidos ou atingidos. Quando se trata da “participação deliberativa”, que se contrapõe ao primeiro caso, ela é relacionada à tomada efetiva de decisões. É pertinente questionar ainda sobre a *escala espacial* - ou o nível de participação e, a *profundidade* dessa participação: ela está apenas no nível do projeto ou no sistema político como um todo? ou ainda na implementação de uma intervenção ou também em sua própria concepção?

Caccia Bava (2000) corrobora nesse sentido, analisando que na sociedade atual abre-se um novo período de disputas e negociações, no qual novos atores e novos sujeitos políticos entram na cena pública e apresentam suas demandas, exigindo mais democracia. Para o autor, os movimentos sociais ganham vigor e se articulam em redes, buscam suas conexões com a política, com as universidades, com as classes médias, elaboram plataformas, propõem políticas resolutivas. Com isso, estão sendo possibilitadas condições para instituir novas relações entre Estado e sociedade civil através de processos constituintes, reformas políticas, referendos e participação cidadã na gestão pública, os quais vão criando novos espaços de negociação e buscam a realização de uma nova relação social.

Dessa forma, compreende-se a política pública como a capacidade de produzir uma ação em benefício dos interesses públicos, o que afasta a forma de pensá-la como resultado de uma ação apenas originada nas organizações governamentais e, dessa maneira a participação é pré-requisito fundamental, uma vez que é a própria sociedade que deve reconhecer suas necessidades.

Boullón (2005) discorre que os sistemas turísticos continuam crescendo de forma autônoma, sem ordem, nem limites, as empresas funcionam com um grau elevado de improvisação, tecnologia primária e baixa produtividade. Assim, para o autor, ao Estado, cabe como uma de suas funções o planejamento e a elaboração dos Planos de Turismo, mesmo que a realidade se mova mais rapidamente que o pensamento dos quadros técnicos. O quadro 13 apresenta na visão do autor, um modelo de funcionamento do espaço turístico a partir da organização do Estado.

Quadro 13 - Funcionamento do espaço turístico a partir dos organismos do Estado

GRUPOS	CAMPO DE AÇÃO DA ESFERA OFICIAL
Organismos específicos	São os que se ocupam de administrar diretamente o setor, segundo a área que abrangem ou o tipo de atividade, e podem ser: organismo nacional, organismo estadual, organismo municipal e empresas do Estado. Respondem à decisão política de intervir na frente comercial do turismo, operacionalizando alguns serviços.
Organismos com vinculação indireta ao setor turismo	Neles se encontram uma série de setores desde os ministérios até os organismos descentralizados ou autônomos, encarregados de administrar e financiar atrativos naturais e culturais, assim como outros componentes da infraestrutura geral e do plano turístico, que deixam de ser administrados pelos organismos específicos de turismo.
Organismos sem vinculação com o setor turismo	

Fonte: Adaptado a partir de Boullón (2005).

Para Brandão (2004), os movimentos sociais constituídos pelas instâncias de governança, arenas ou redes organizacionais podem e devem buscar alternativas de participação e interlocução de ações, cabendo ao poder público o papel-chave nesse processo, respeitando os interesses, diálogos e consensos entre seus atores. Além disso, deve estar bem capacitado, com recursos materiais e humanos para incentivar a discussão democrática, garantindo transparência, acompanhamento, fiscalização e o monitoramento permanente, além do papel decisivo de impor e fazer cumprir sanções e benefícios.

Neste contexto, em Manaus, as políticas públicas de turismo na esfera municipal e estadual, conforme discorrido na introdução deste estudo, também acompanharam a evolução nos processos de gestão da atividade no cenário nacional como a implantação do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007, seguida com o novo Plano Nacional de Turismo: uma viagem de inclusão 2007-2010 e posteriormente com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT): roteiros do Brasil. Também demandaram, de acordo com as diretrizes de ambos os planos, o estabelecimento de elos entre os governos federal, estadual e municipal e as entidades não governamentais, a iniciativa privada e a sociedade como um todo, através da gestão descentralizada, na formação de estruturas capazes de conduzir processos participativos e descentralizados de planejamento e gestão turística, com vistas a discutir e propor soluções para os problemas que envolvem a atividade.

Ressalta-se que a formação dessas estruturas considera que o turismo, por necessitar de uma diversificada cadeia produtiva especializada para o efetivo atendimento de sua demanda e, em contrapartida, essa cadeia contar com o turismo para o seu crescimento organizado e nos resultados dos serviços ofertados aos turistas, estabelece linhas de ação que procuram satisfazer o interesse público, ao mesmo tempo em que devem estar direcionadas ao bem comum.

Dessa forma, em Manaus, a implantação de instâncias de governança teve início no ano de 1998 (com características bem próximas às propostas implementadas posteriormente pelo MTur a partir de 2003) com a instituição, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, da Política Municipal de Turismo e formação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e do Fundo Municipal de Turismo (FMT) administrados pela Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR). No momento de sua instituição, o COMTUR possuía oito conselheiros e funções normativas, disciplinares e deliberativas, objetivando formular a política municipal de turismo e visando criar condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade turística no município de Manaus.

Posteriormente, em 2006, o COMTUR foi desativado em virtude das sucessivas mudanças administrativas da pasta de turismo e de seus gestores, retomando suas ações no ano de 2013, com a instituição no mesmo ano da atual Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (MANAUSCULT).

Na composição do organismo estadual, que discute e planeja a atividade turística do Amazonas, destaca-se a Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR), que de acordo com as orientações do MTur (2003), através do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – roteiros do Brasil, instituiu a instância de governança Fórum Estadual de Turismo (FORETUR/AM) no ano de 2004, através do qual foram realizadas ações de sensibilização e mobilização, com o objetivo de informar e convidar os atores turísticos a participarem dessa nova entidade criada para gerir o turismo em nível regional de maneira participativa.

Portanto, as instâncias de governança de turismo investigadas nesse estudo no município de Manaus, foram: O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Manaus e o Fórum Estadual de Turismo do Amazonas (FORETUR/AM).

Conforme discorrido na introdução deste estudo, o quadro 14 sistematizou a Matriz Analítica de Governança de Nóbrega (2012; 2015). Essa matriz contempla oito categorias definidas, já elencadas anteriormente. Tais categorias são fundamentais para o entendimento da dinâmica das instâncias, que são objetos de análise desta pesquisa, cujos resultados serão apresentados na próxima seção.

Quadro 14 – Síntese dos elementos/variáveis analisados no estudo.

CATEGORIA	VAR (1)	VAR (2)	VAR (3)
Processo eletivo dos integrantes da Instância	EXISTE: Caso tenha sido realizada alguma reunião anterior à composição da instância ou mesmo uma plenária maior no momento da composição da instância.	NÃO EXISTE: Caso não tenha ocorrido nenhuma das situações da variável 1.	--
Equilíbrio da Representatividade de da Instância	EXISTE: Quando há uma divisão igualitária, entre o Poder Público, 3º Setor e Iniciativa Privada.	NÃO EXISTE: Quando há uma maior concentração de representatividade de um grupo em detrimento de outro.	--
Avaliação do desempenho da instância	BAIXA: Quando a regularidade das reuniões não segue o planejamento definido pelo grupo e as ações propostas não são concretizadas, bem como os temas das pautas não discutem o desenvolvimento turístico local. Quando menos de 50% das ações programadas são efetivadas.	MÉDIA: Quando a regularidade das reuniões segue o planejamento definido pelo grupo e as ações propostas são efetivadas em 50%. Os temas e assuntos inseridos na pauta discutem parcialmente o desenvolvimento turístico local.	ALTA: Quando a regularidade das reuniões segue o planejamento definido pelo grupo e as ações propostas são efetivadas entre 75 % e 100%. Os temas discutidos na pauta preocupam-se com o desenvolvimento turístico local.
Participação qualitativa entre os membros da instância	BAIXA: Caso o representante frequente esporadicamente as reuniões da Instância em função do desinteresse na colaboração dos trabalhos do grupo.	MÉDIA: Caso o representante optou em participar regularmente por acreditar na importância do papel em discutir as ações de turismo a partir de uma instância.	ALTA: Caso o representante participe ativamente das discussões considerando a regularidade nas frequências. Além de acreditar na importância do papel da Instância, ele se forma e informa os demais integrantes do grupo.
Realização de avaliações sistemáticas do grupo	BAIXA: Caso os representantes apenas retomem as questões deliberadas na última reunião.	MÉDIA: Quando são retomadas as discussões anteriores e são determinados prazos executáveis para o cumprimento das ações.	ALTA: Quando são realizadas reuniões específicas para avaliação das ações do grupo no período compreendido em cerca de 6 meses.
Quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela instância	BAIXA: Caso o representante não identifique nenhuma parceria efetuada entre a instituição que representa e a instância, ou seja, benefícios para ambos os lados.	MÉDIA: Caso o representante identifique pelo menos uma ação efetuada entre a instituição que representa e a instância, ou seja, benefícios para ambos os lados quer seja na área de capacitação, instalação física, mudança social.	ALTA: Caso o representante identifique mais de uma ação efetuada entre a instituição que representa e a instância em um período de 12 meses, ou seja, benefícios para ambos os lados quer seja na área de capacitação, instalação física, mudança social.
Disseminação e acesso das informações entre os integrantes da instância	BAIXA: Caso o representante não tenha recebido informações deliberadas pelo grupo quer seja oralmente, quer seja por escrito.	MÉDIA: Caso o representante receba as informações quer seja por escrito ou oralmente apenas na ocasião das reuniões e/ou nas convocações das reuniões.	ALTA: Caso o representante receba sistematicamente as informações, quer seja formalmente ou oralmente em tempo hábil, antes das reuniões.
Grau de confiança entre os integrantes da Instância	BAIXA: Caso o representante nunca tenha compartilhado na rede com recursos humanos, físicos e financeiros em sequer uma ação proposta pela instância.	MÉDIA: Caso o representante tenha compartilhado em 50% das ações planejadas e efetivadas pela instância, através de recursos humanos, físicos e financeiros.	ALTA: Caso o representante tenha compartilhado em no mínimo 50% das ações planejadas e efetivadas pela instância, através de recursos humanos, físicos e financeiros. Além disso, a efetivação das deliberações em ações do grupo deve atingir um nível entre 75 % a 100%

Fonte: Nóbrega (2012; 2015).

Dessa forma, serão apresentadas em separadamente as duas instâncias de turismo atuantes no município de Manaus, as quais compõem os objetivos e análise deste estudo, mediante aplicação da Matriz Analítica de Governança Turística do autor ora citado.

5.2 O Conselho Municipal de Turismo de Manaus (COMTUR) e a participação na formulação e implementação das políticas relacionadas ao turismo

Instituído pela Prefeitura de Manaus, através da Lei n.º. 424, de 08 de janeiro de 1998, a qual dispõe sobre a Política Municipal de Turismo e regulamentada pelo Decreto de n.º. 4073, de 27 de janeiro de 1998, o Conselho Municipal de Turismo de Manaus (COMTUR), instância turística de caráter consultivo e deliberativo, iniciou suas atividades contando com um colegiado de 08 (oito) entidades representativas, sendo 04 (quatro) do terceiro setor; 03 (três) do setor público e 01 (uma) instituição representativa do setor privado, consideradas importantes e atuantes no setor turístico em Manaus, as quais foram nomeadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal (Prefeito de Manaus), tendo como objetivos, orientar e promover o turismo no município de Manaus, através de medidas disciplinares e normativas.

De acordo com a Lei n.º. 424/98, a participação das entidades no conselho é considerada serviço público relevante e dar-se-á de forma não remunerada. Destaca-se que somente após quatro anos de sua instituição em 1998, os membros das 08 (oito) entidades representativas do COMTUR foram designados oficialmente, através dos Decretos n.º. 6413, de 23 de setembro de 2002 e n.º. 7960, de 24 de junho de 2005, sendo possível identificar no quadro 15 a seguir a primeira formação do colegiado no conselho.

Quadro 15 – Instituições que compuseram o COMTUR em sua criação no ano de 1998.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TERCEIRO SETOR
Câmara Municipal de Manaus (CMM)	Instituições de Ensino Superior que ofereçam formação na área de turismo (IES)	Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV/AM)
Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR)		Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/AM)
Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLAN)		Federação do Comércio do Amazonas (FECOMÉRCIO)
		Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM)

Fonte: Adaptado de MANAUSCULT (2015).

Ressalta-se que de acordo com a minuta elaborada do Regimento Interno do COMTUR, Capítulo II Da Constituição, Parágrafos 2º e 4º, o mandato dos membros do

conselho será de 02 (dois) anos, facultada uma recondução e as atividades dos membros não serão remuneradas, considerando-se de relevante interesse público os serviços por eles prestados. Entretanto, é pertinente registrar que de acordo com a Presidência do Conselho, o referido Regimento Interno não foi publicado oficialmente até o presente momento, em virtude da reativação do COMTUR em 2013, estando o regimento em fase de leitura, atualização e aprovação pelo colegiado no segundo semestre de 2015.

Dessa maneira, com a inexistência do regimento interno, há uma fragilidade no planejamento da instância, e conseqüentemente na fixação de objetivos claros, assim como a ausência de um controle interno concebido dentro da estrutura organizacional da instância com a definição de papéis, responsabilidades na realização das ações propostas, o que para Azevedo & Anastasia (2002) pode comprometer o processo de *accountability* (transparência e responsabilização) de todo o colegiado em suas ações e decisões.

Posteriormente, através da Lei n°. 1884, de 13 de junho de 2014, a qual altera a composição do COMTUR, houve a inclusão de 04 (quatro) novas instituições no colegiado, passando de 08 (oito) para 12 (doze) instituições, distribuídas entre 04 (quatro) do setor público; 02 (duas) do setor privado e 06 (seis) do terceiro setor, conforme pode ser observado no quadro 16.

Quadro 16 – Instituições integrantes do COMTUR Manaus.

INSTITUIÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
ABAV/AM	Paulo Rogério Tadros	Maria Helena de Souza Fonseca
ABBTUR/AM*	José Itamar de Souto	Tatiana Araújo Botelho
ABRAJET/AM*	Paulo Roberto Pereira da Silva	Carlos Rogério Mathias Pina
ABIH/AM	Roberto Simão Bulbol	Demétria Anunciação
CMM	Dorival Querino de Carvalho	Antônio Diniz
AMAZONASTUR*	Oreni Campelo Braga da Silva	João Nickolas Santos Cabral dos Anjos
FECOMÉRCIO	Mario Reynaldo Tadros	Paulo Rogério Tadros
FIEAM	Antônio Carlos da Silva	Pedro de Faria e Cunha Monteiro
MANAUSCULT ³⁵	Bernardo Soares Monteiro de Paula	João Carvalho de Araújo
IES	Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves Martins	Hamilton Ciro Muratore
IMPLURB ³⁶	Ricardo Pessoa de Souza Braga	José Ricardo Vieira da Cruz
SEBRAE/AM*	Carlos Fábio de Souza	Maria Cione Bezerra de Guimarães

Fonte: Adaptado a partir de MANAUSCULT (2015)

Dessa forma, a distribuição entre os membros do colegiado é representada da seguinte maneira: 33,3% pelo setor público; 8,3% pelo setor privado e 58,3% por membros de entidades do terceiro setor.

³⁵ Anteriormente denominada de FUMTUR.

³⁶ Anteriormente denominada de IMPLAN.

* Estas instituições foram incorporadas posteriormente, através da Lei n°. 1884, de 13 de junho de 2014, a qual altera a composição do COMTUR de 08 (oito) para 12 (doze) entidades.

Entretanto, é pertinente destacar que conforme apresentado anteriormente na metodologia deste estudo, das 12 (doze) instituições que compõem o COMTUR, apenas 10 (dez) instituições concederam entrevista³⁷ e puderam contribuir na avaliação de desempenho da instância, respondendo aos questionamentos propostos. As outras 02 (duas) instituições integrantes³⁸ responderam formalmente sobre a impossibilidade de conceder entrevista e de contribuir na avaliação de desempenho da mesma, pela baixa participação nas reuniões e encontros propostos pela Presidência do COMTUR. Portanto, o número de instituições que representam esse estudo é de 83,3% dos respondentes e 16,6% de não respondentes.

Vale ressaltar que em relação à distribuição e representatividade dos membros do colegiado, os integrantes do COMTUR entenderam que a atual engenharia institucional é satisfatória e completa, não sendo necessária a inclusão de novas entidades no colegiado. Apenas em casos necessários, pode-se estender o convite para participação em reuniões específicas, cujas pautas contemplem o interesse de setores como alimentos e bebidas, segurança, guias de turismo, aeroporto, porque o poder de decisão do grupo é bem melhor atualmente com o número que ele possui, do que com número muito expressivo de participantes.

Quanto aos objetivos do Conselho, permanecem os mesmos de sua instituição no ano de 1998, conforme pode ser identificado no quadro 17.

Quadro 17 – Objetivos do COMTUR Manaus.

<p>I - Formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na Política Municipal de Turismo; II - participar da elaboração do Plano Municipal de Turismo (PLAMTUR); III - definir critérios para a programação e execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Turismo (FMT), fiscalizando a movimentação e o destino dos recursos; IV - desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas ao município de Manaus; V - estudar, de forma sistemática e permanente, o mercado turístico do município, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;</p>	<p>VI - Opinar sobre a celebração de contratos e convênios entre o setor público e entidades privadas, relativas ao turismo; VII - programar e executar amplos debates sobre temas de interesse turístico; VIII - promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo; IX - apoiar a realização de congressos, seminários e convenções de relevante interesse para a implementação turística do município; X - analisar projetos ou propostas relacionadas diretamente à atividade turística e apresentadas por qualquer segmento da sociedade, de iniciativa coletiva ou pessoal, encaminhando-as ao Chefe do Executivo como sugestão caso seja considerada viável, na forma regimental;</p>	<p>XI - Promover intercâmbio de interesse turístico com outros órgãos, entidades e instituições públicas ou privadas, estaduais e nacionais; XII - propor planos de financiamento e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas; XIII - examinar, julgar e aprovar as contas que lhes forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados; XIV - fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos que lhe forem destinados; XV - elaborar seu Regimento Interno.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Adaptado a partir de MANAUSCULT (2015)

³⁷ Instituições que concederam entrevista: ABBTUR, ABIH, ABRAJET, ABAV, AMAZONASTUR, CMM, FIEAM, IES, MANAUSCULT e SEBRAE.

³⁸ Instituições que não concederam entrevista por motivo de baixa participação nas reuniões da instância: Fecomércio e Implurb.

Novamente destaca-se que apesar de o conselho ter sido reativado em 2013, de acordo com o Presidente do COMTUR, nos anos de 2013 e 2014, os principais resultados alcançados pela instância foram:

a) A melhoria da infraestrutura básica, a qual reflete diretamente na atividade turística como: a fiscalização de serviços de limpeza urbana, fiscalização da poluição sonora em lojas e carros-volantes nas principais ruas do centro da cidade, ampliação da sinalização de ruas e avenidas, redirecionamento de moradores de rua para abrigos específicos;

b) A aprovação de projetos de recuperação em espaços do centro histórico de Manaus, através do PAC Cidades Históricas, muitos dos quais já se encontram em fase de execução das obras como: a Praça XIV de Novembro, Praça Dom Pedro II, Praça Tenreiro Aranha, Pavilhão Universal, Praça Adalberto Vale, além do entorno do Mercado Municipal Adolpho Lisboa;

c) O fortalecimento e a ampliação do calendário de eventos culturais, que passou a contar com programações nos segmentos de gastronomia, música e teatro, em locais como o Paço da Liberdade e o Parque da Criança;

d) A realização de cursos e oficinas voltados à atividade turística, para os permissionários da Praça Desembargador Mário Verçosa e permissionários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, dentre os quais inglês básico, noções de turismo e meio ambiente, manipulação de alimentos e bebidas, formatação de roteiros turísticos e empreendedorismo.

Dessa forma, para compreender a dinâmica e os resultados alcançados pelas duas instâncias de governança turística desse estudo, foi necessário caracterizar, identificar e analisar as relações existentes entre os atores que compõem as instituições responsáveis pelo desenvolvimento do turismo no município de Manaus. Para tanto, tornou-se indispensável conhecer os métodos e instrumentos utilizados pelo poder público no planejamento, elaboração e gestão turística em Manaus, análise essa que foi possível mediante a aplicação de roteiro de entrevistas com perguntas abertas e fechadas, aos representantes de órgãos públicos municipais e estaduais, associações e empresários do setor turístico, com a finalidade de obter informações que compõem e fundamentam este estudo.

O quadro 18 sistematizou a Matriz Analítica de Governança Turística de Nóbrega (2012; 2015), a qual contempla oito categorias definidas já elencadas neste estudo, que são fundamentais para o entendimento da dinâmica da instância de governança denominada Conselho Municipal de Turismo (COMTUR/Manaus).

Quadro 18 – Elementos de governança considerados na pesquisa do COMTUR Manaus.

CATEGORIA	VARIÁVEL (1)	VARIÁVEL (2)	VARIÁVEL (3)
Processo eletivo dos integrantes da Instância		NÃO EXISTE	
Equilíbrio da Representatividade da Instância		NÃO EXISTE	
Avaliação do desempenho da instância		MÉDIA	
Participação qualitativa entre os membros da Instância		MÉDIA	
Realização de avaliações sistemáticas do grupo		MÉDIA	
Quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela Instância	BAIXA		
Disseminação e acesso das informações entre os integrantes da Instância			ALTA
Grau de confiança entre os integrantes da Instância		MÉDIA	

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Acerca dos aspectos do processo eletivo dos integrantes da Instância, é relevante destacar que o COMTUR possui uma função técnica, caráter consultivo e deliberativo, tendo uma gerência no processo decisivo político, voltado ao desenvolvimento do turismo em Manaus, em virtude do presidente do conselho ser o atual Diretor-Presidente do órgão municipal de turismo (MANAUSCULT).

A instituição do COMTUR no ano de 1998 foi demandada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal (Prefeito de Manaus), com o propósito de instituir um grupo para discutir, planejar e executar questões de caráter técnico em turismo, sendo que para a instituição do grupo, não houve um processo eletivo dos integrantes titulares e suplentes da Instância (órgãos e entidades). Houve uma designação por ato pelo referido Chefe, onde inicialmente foram convidadas 08 (oito) entidades representantes da atividade turística e, posteriormente em 2013 com a reativação do conselho, houve a designação através do Decreto de 03 de junho de 2013, da composição do colegiado do conselho e seus respectivos representantes.

Apesar de o Sindicato Estadual de Guias de Turismo do Amazonas (SINDEGTUR) ter sido convidado a participar pela MANAUSCULT do processo de composição do COMTUR, mas não ter seu assento oficializado e publicado em diário oficial, de acordo com a representante do Sindicato, a participação por parte da entidade foi aceita, mas não fora efetivada no colegiado e, assim os convites não têm sido encaminhados à entidade.

[...] nós fomos convidados a participar do Conselho Municipal de Turismo e nós respondemos que sim, que nós participaríamos, porém nós nunca mais fomos convidados para nada. Depois de muito tempo eu ouvi falar que o conselho tava se

reunindo...eu retornei lá pra MANAUSCULT e falei: já tá tendo reunião e não me convidaram? Eu aceitei o convite. Ou seja, nós não estamos fazendo parte como membros e nunca mais fomos convidados nem pra fazer parte e nem pras reuniões.

De acordo com a representante da entidade, isso seria muito importante *“porque o atendimento direto aos turistas que se dirigem à Manaus é feito pelos guias. Agora, tem muitos que se dizem “profissionais”, mas, que não têm a menor qualificação e isso é preocupante. Daí a necessidade da presença da entidade no COMTUR. Poderíamos estar contribuindo nas discussões e propostas pro turismo em Manaus”* (representante do SINDEGTUR e titular no FORETUR/AM).

De maneira similar, um representante da Comissão dos Artesãos da Praça Tenreiro Aranha, a qual é de responsabilidade da administração municipal, através da Secretaria Municipal do Centro, também observou a não participação no colegiado da instância e a necessidade da presença dos profissionais nas discussões relacionadas à atividade turística, uma vez que o espaço da praça é destinado em grande parte à circulação e ao consumo de produtos artesanais pelos turistas e há deficiências que precisam ser sanadas para o bom funcionamento da atividade turística no local.

[...] apesar de só agora a Praça estar passando por melhorias, reformas e adequações, porque demorou muito pras autoridades perceberem a importância desse local, nós precisamos fazer parte das discussões sobre o turismo em nossa cidade. Não somos convidados pra nada. Afinal de contas, somos nós que produzimos o artesanato que é comprado pelos turistas (representante da Comissão dos Artesãos da Praça Tenreiro Aranha).

Através dessa análise da não participação de entidades como o SINDEGTUR e de representantes de artesanato da Praça Tenreiro Aranha no colegiado do COMTUR/Manaus, Diaz Bordenave (1994, p. 12) destaca a necessidade de luta pela participação de grupos minoritários, bem como apresenta algumas vantagens práticas da participação em organismos como as instâncias de governança turística.

[...] a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Além disso, por meio da participação conseguem-se resolver problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com suas próprias forças...Graças à participação, às vezes resolvem-se conflitos de uma maneira pacífica e satisfatória para as partes interessadas.

A partir dos relatos dos integrantes do COMTUR, observou-se que em sua implantação no ano de 1998, não houve um processo eletivo dos integrantes, ou seja, não houve o princípio da transparência eletivas dos integrantes. As instituições foram convidadas a fazerem parte do colegiado e os titulares das instituições indicaram seus representantes, respondendo ao convite do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Com a reativação da instância no ano de 2013, houve a reforma do estatuto do COMTUR para os ajustes necessários de seu funcionamento e a solicitação por parte dos 08 (oito) membros, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para a inclusão de outras 04 (quatro instituições). Esse fato foi concretizado através da Lei nº 1884 de 13 de junho de 2014, a qual alterou a composição do conselho de 08 (oito) para 12 (doze) instituições. Ou seja, todas as instituições participam de forma voluntária e sem nenhuma remuneração aos seus integrantes.

Além disso, todos os representantes respondentes foram unânimes em afirmar que a participação no COMTUR traz contribuições e benefícios para todo o grupo do colegiado, com discussões, informações pertinentes e interessantes sobre a temática do turismo.

De acordo com 70% dos representantes do colegiado, a inclusão de novos atores não é a mais adequada, pois os mesmos sinalizaram que a composição com os atuais membros está completa e diretamente ligada à experiência e qualificação técnica na área de turismo e, caso haja a necessidade de novos membros, eles podem apenas ser convidados a participarem das reuniões e não fazerem parte do colegiado ou com direito a voto.

[...] porque quando você cria algum grupo muito grande, você não consegue resolver nada. [...] como todas as instituições do turismo estão envolvidas e mais algumas outras, o SEBRAE, a FIEAM, a própria Prefeitura, independente da Secretaria Municipal de Turismo, a AMAZONASTUR, todas já agregam todo o povo que teria conhecimento técnico do assunto (representante da ABAV e suplente no colegiado do COMTUR).

No entanto, 30% dos representantes sugeriram a inclusão de novos representantes no colegiado como a ABRASEL, Convention Bureau, INFRAERO, CPRM, Delegacia do Turista e o SINDEGTUR.

Dessa forma, pode-se afirmar que NÃO EXISTE o processo eletivo dos representantes da instância COMTUR Manaus, apenas o convite para participação no mesmo. Ou seja, não houve uma eleição ou reunião anterior à composição do grupo ou ainda, uma plenária maior para a formalização do colegiado da instância.

A segunda categoria pesquisada foi o equilíbrio da representatividade da Instância, onde foi possível constatar que NÃO EXISTE um equilíbrio na composição dos representantes do COMTUR conforme discorrido no início deste capítulo, uma vez que há uma maior concentração de representatividade de um grupo em detrimento de outro. Além disso, entre os entrevistados e participantes do colegiado, apenas o órgão público IMPLURB e a entidade de classe FECOMÉRCIO não responderam aos questionamentos levantados na pesquisa, informando sobre a baixa participação nas reuniões.

Portanto, 04 (quatro) instituições, as quais correspondem a 33,3% estão diretamente ligadas ao poder público; 02 (duas) instituições que correspondem a 8,3% estão ligadas à iniciativa privada e 06 (seis) são instituições ligadas ao terceiro setor que representa 58,3% do colegiado. É pertinente destacar ainda que algumas instituições do terceiro setor atendem aos interesses da iniciativa privada, como a ABAV, ABIH, FECOMÉRCIO, FIEAM.

Ressalta-se que de acordo com as análises de Nóbrega (2012, 2015), seria necessária uma distribuição de maneira igualitária nesse formato de arranjos institucionais entre os representantes, ou seja, uma representação uniforme de 33,3% para o poder público, 33,3% para o setor privado e 33,3% para o terceiro setor, para fins de se atingir os interesses comuns. Ou seja, “[...] o homem só desenvolverá seu potencial pleno, numa sociedade que permita e facilite a participação igual para todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa” (Bordenave, 1994, p. 17).

Sobre os aspectos de avaliação de desempenho da Instância no processo de planejamento e gestão do COMTUR, foi observado que 30% dos entrevistados responderam que NUNCA houve uma avaliação da instância. “[...] não existe. Cada reunião leva-se mais pleitos e reivindicações, mais pedidos e solicitações e não existe uma revisão do que foi realizado. Fica repetitivo” (representante da ABIH e titular no colegiado do COMTUR).

Já 30% responderam que a avaliação é CONTÍNUA. Na percepção do Presidente do COMTUR e Diretor-Presidente da MANAUSCULT:

[...] na reunião a gente tenta fazer o mais dinâmico possível tá. [...] a avaliação é a cobrança. [...] essa avaliação ela é feita trimestralmente, a cada reunião que a gente faz. Fazendo a leitura da ata, do que foi acordado e cobrando os pontos e quais foram os encaminhamentos.

No entanto, 30% DESCONHECEM o processo de avaliação e 10% respondeu que a avaliação é QUADRIMESTRAL. Portanto, pode-se afirmar que essa categoria é considerada BAIXA.

No que concerne aos aspectos relacionados à participação qualitativa entre os membros da Instância, foi informado pelos membros que anteriormente a participação e assiduidade eram mais frequentes, hoje apenas 5 ou 8 representantes participam ativamente das reuniões, o qual representa 50% ou 80% do total do colegiado.

Apesar da frequência regular dos membros, todos os entrevistados afirmaram que a participação no COMTUR traz contribuições para o grupo, onde os mesmos estão envolvidos nas discussões e propostas para o desenvolvimento do turismo no município.

Como informado anteriormente, a participação dos membros do colegiado é voluntária, sem nenhuma remuneração (conforme estabelecido na Lei n.º. 424 de 1998), pois

se considera a mesma como um serviço público relevante. Entretanto, há a intenção por parte da presidência do conselho em cobrar uma participação mais efetiva do colegiado, o que será possível com a posterior homologação do Regimento Interno do COMTUR, onde estarão explicitadas as competências do conselho, da Mesa Diretora, da Secretaria Executiva e dos próprios membros do colegiado.

Dessa forma, afirma-se que participação qualitativa entre os membros da Instância é considerada como MÉDIA, uma vez que os representantes participam regularmente por acreditarem na importância do papel em discutir as ações de turismo a partir do formato de uma rede.

[...] as pessoas que estão no COMTUR, são pessoas extremamente capacitadas, são pessoas ligadas ao turismo, são presidentes. E, esse Conselho, ele teve uma inteligência, uma expertise de colocar nos cargos, as pessoas que trabalham com isso...teóricos, professores (representante da ABRAJET e titular no colegiado do COMTUR).

Dentre os principais resultados qualitativos alcançados pelo COMTUR desde sua reativação em 2013 destacam-se: o ordenamento do centro da cidade; a criação dos camelódromos populares; revitalização do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, demarcação da área de embarque e desembarque de veículos de turismo; qualificação para o turismo em diversos segmentos; participação em eventos externos; eventos ligados à cultura; revitalização do Paço Municipal e a melhoria da infraestrutura.

Entretanto, é importante destacar alguns entraves apontados pelos membros do COMTUR, os quais interferem no desenvolvimento do turismo em Manaus.

Quadro 19 – Relatos apontados pelos membros do colegiado do COMTUR sobre os entraves que interferem no desenvolvimento do turismo em Manaus.

“Vontade política em relação ao turismo...porque o turismo não é prioridade. A sincronia público e privado...isso precisa melhorar. Falta mais membros atuarem dentro da atividade do turismo. Eles estão fazendo o papel por enquanto de parceiro...mas é aquele parceiro que só tá como ouvinte. Não desenvolvendo as atividades em si (representante do SEBRAE e titular no colegiado do COMTUR);

“A articulação em rede ela é complexa, porque cada pasta tem a sua demanda e, nem sempre o que é prioridade para o turismo vai ser prioridade para os diversos outros. Então, o grande entrave é o poder de convencimento né. Então, a gente precisa exercer o poder de convencimento sempre. [...] falta dinheiro pro turismo” (Presidente do COMTUR e Diretor-Presidente da MANAUSCULT);

“As ações são pontuais, não sinto que exista uma política pública para o turismo. [...] a cidade tem que se preparar pro “ontem”. [...] deve-se pensar em outros atrativos para além do que a natureza nos dá” (representante da Câmara Municipal de Manaus e titular no colegiado do COMTUR);

“Qualquer ação que a gente tenha, envolve vários parceiros. Então, a gente depende de vários dirigentes da esfera municipal, estadual e até mesmo federal, para que esses projetos sejam feitos, realizados. O maior empecilho é essa questão burocrática normalmente” (representante da AMAZONASTUR e suplente no colegiado do COMTUR);

“O principal entrave é a falta de recursos. Sempre que a gente sugere alguma coisa pra MANAUSCULT, vem aquela ideia de que não é possível, que não tem recurso específico pra isso. Falta maior proximidade nas ações...falta infraestrutura... falta fiscalização” (representante da ABRAJET e titular no colegiado do COMTUR);

“A MANAUSCULT, ela não vem efetivamente atuando no turismo, até por questões de gestão de presidentes, tem uma

época que tem presidente, mas, tem outra que não tem. Enfim, fica uma indefinição de gestão. [...] a falta de comunicação entre as secretarias, dificuldades de realização de projetos até por questões financeiras. Ficam esperando repasses, esperando isso, esperando aquilo. O turismo não pode esperar” (representante da ABIH e titular no colegiado do COMTUR);

“Trocas de Secretários Municipais e, por essa dificuldade das pessoas que são colocadas lá... não só lá, como no estado todo, não ter visão do que é o turismo. Então, fica difícil de se trabalhar. [...] o entrave, qual é?... é o Secretário levar pro Prefeito e conseguir que seja realizado né. Isso aí já é questão de força política” (representante da ABAV e suplente no colegiado do COMTUR);

“Como sempre nós somos agregados pela Secretaria Municipal, que o Conselho pertence. Nós somos agregados à Secretaria de Eventos que é a mesma. Então, o poder público sempre dá uma visibilidade maior pros eventos, porque ele faz os eventos pra comunidade... então o povo vai... a gente já sabe que isso é uma questão política” (representante da ABAV e suplente no colegiado do COMTUR).

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Acerca do processo de avaliação sistemática das ações planejadas e executadas pela Instância, foi possível perceber que cerca de 30% dos integrantes do colegiado afirmaram que nunca houve uma avaliação no conselho com a finalidade de analisar essas ações; cerca de 30% dos integrantes afirmou que a avaliação ocorre de maneira contínua; 30% afirmaram desconhecer o processo de avaliação e 10% afirmaram que a avaliação ocorre de forma quadrimestral.

No quadro a seguir é possível visualizar a sistematização das pautas das reuniões do COMTUR entre os anos 2013 e 2014, pois não foi possível resgatar a memória dos anos de 1998 a 2006, período da instituição e desativação do conselho.

Quadro 20 – Sistematização das pautas das reuniões do COMTUR/Manaus em 2013 e 2014.

2013	2014
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sugestão de organização do COMTUR – Organograma e leitura e aprovação do Regimento Interno, suas entidades e cargos internos; ▪ Calendário de reuniões; ▪ Semana Mundial do Turismo ▪ Temporada de cruzeiros; ▪ Cursos de capacitação; ▪ Aniversário de Manaus; ▪ Voo TAP; ▪ Sinalização turística; ▪ Problemas das áreas do centro: limpeza pública, sinalização turística, trânsito, táxis, poluição sonora, moradores de rua, ambulantes, energia, segurança, atendimento aos turistas, ISS e IPTU de hotéis e flats, caixas eletrônicos; ▪ Produção de material promocional e informativo; ▪ Participação e apoio em eventos locais, nacionais e internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sugestão de organização do COMTUR – Organograma e leitura e aprovação do Regimento Interno, suas entidades e cargos internos; ▪ Relatório das ações do COMTUR 2013 ▪ Centro Histórico da cidade; ▪ Copa do Mundo; ▪ Temporada de cruzeiros; ▪ Cursos de capacitação; ▪ Sinalização turística; ▪ Estacionamento da Praia da Ponta Negra; ▪ Problemas das áreas do centro: limpeza pública, sinalização turística, trânsito, táxis, poluição sonora, moradores de rua, ambulantes, energia, segurança, atendimento aos turistas, ISS e IPTU de hotéis e flats, caixas eletrônicos; ▪ Participação e apoio em eventos locais, nacionais e internacionais; ▪ Ônibus de turismo.

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A respeito dos pontos apresentados, faz-se uma ressalva quanto ao tempo de funcionamento do COMTUR, uma vez que após sua instituição em 1998 o mesmo funcionou

até 2006, retornando suas funções em 2013. Portanto, para os entrevistados ainda é muito cedo para uma avaliação do desempenho da Instância, ou seja, pouco tempo de trabalho, pois o que ocorre são retomadas das discussões pautadas em reuniões anteriores e não efetivamente uma avaliação sistemática de desempenho do COMTUR.

Dessa maneira pode-se afirmar que a avaliação sistemática do COMTUR é considerada MÉDIA, uma vez que os membros do colegiado apenas retomam discussões anteriores e parcialmente o desenvolvimento turístico local. Além disso, as reuniões inicialmente na reativação do COMTUR eram mensais, posteriormente foi solicitado que fossem trimestrais, mas, “[...] ainda não foi estabelecido um calendário definitivo, recebemos os convites por e-mail e telefone” (representante das IES e titular no colegiado do COMTUR).

Na percepção da representante da ABAV e suplente no COMTUR “[...] foi discutido um calendário, quando ele foi instituído, só que esse calendário acabou que ninguém cumpriu e agora pra 2015 nós ainda não elaboramos esse calendário”. De forma semelhante o representante da ABBTUR afirma que: “[...] não é um calendário fixo. [...] no momento que tá todo mundo reunido, a gente já define uma próxima data, entra num consenso e fica mais fácil pra você participar, né”.

Acerca da categoria, quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela Instância, foi apontado por 80% dos membros do COMTUR, que os mesmos desconhecem qualquer parceria firmada com a finalidade de desenvolver a atividade turística no município de Manaus. Contudo, outros 20% representantes reconheceram possíveis parcerias firmadas no âmbito da Instância entre órgãos públicos e terceiro setor, algumas pontuadas como a limpeza pública, iluminação, segurança, trânsito, moradores de rua, cursos de capacitação, revitalização do centro histórico.

Quanto ao turismo cultural, foram apontadas as discussões sobre a realização de eventos, tendo como enfoque a gastronomia e como principal parceiro a ABRASEL.

Cabe destacar que por parceira, entende-se como um processo de união de indivíduos com objetivos de alcançar interesses comuns e são relevantes na medida em que o capital humano e os recursos financeiros das entidades são reduzidos e dessa forma representam um dos principais entraves para o fomento de várias atividades, dentre as quais o turismo.

Entretanto, na percepção do representante da ABIH “[...] essa falta de comunicação entre as secretarias, as dificuldades de realização de projetos até por questões financeiras. Ficam esperando repasses, esperando isso, esperando aquilo. O turismo não pode esperar”.

Solha (2004) analisa que os entraves para o desenvolvimento turístico estão na dificuldade do relacionamento e parceria entre o setor público e o privado, ausência de planejamento estratégico, a criação das estruturas de turismos que são criadas nos governos estaduais que se modificam gradualmente com o passar do tempo, a qualificação e quantidade de recursos humanos inadequados, o grau de autoridade e autonomia limitado e por fim o excesso de burocracia. Para a autora “a cada gestão governamental uma nova estrutura é criada, realocada, reorganizada e muitas vezes extinta” (Solha, 2004, p. 83).

Diante do que foi exposto, considera-se a quantidade e a qualidade das parcerias firmadas como BAIXA, uma vez que 80% dos membros não conseguiram apontar nenhuma parceria dentro do COMTUR. Também 20% dos respondentes relataram algumas ações executadas de maneira pontual que não podem ser consideradas como relevantes no todo do processo de desenvolvimento da atividade em Manaus.

Quanto aos aspectos relacionados à disseminação e acesso das informações entre os integrantes da Instância, os mesmos informaram que a comunicação ocorre através de ofícios, e-mails, telefonemas e atas internas com o resumo das reuniões, ou seja, há uma regularidade e antecedência na socialização das informações. No entanto, as decisões circulam de maneira interna no COMTUR e não são publicadas fora da estrutura da instância como portais institucionais, diários oficiais ou outro veículo informativo.

Portanto, considera-se que a categoria disseminação e acesso das informações entre os integrantes da Instância é ALTA, uma vez que os mesmos recebem as informações sistematicamente, em tempo hábil, antes das reuniões, de forma escrita ou oral.

Finalmente, a categoria confiança, analisada no estudo apontou que 99,9% dos membros do COMTUR possuem um relevante grau de confiabilidade entre os mesmos, apesar de um pequeno número de ações efetivadas durante os dois anos de reativação do conselho. Apenas 0,1% dos respondentes informou não possuir embasamento para responder ao questionamento em virtude de ter participado de apenas uma reunião do colegiado.

Na análise dos representantes:

[...] eu acho que, pelo simples fato da leitura da Ata, já demonstra o comprometimento de todo mundo, porque eu só assino se eu concordo com aquela Ata. Se eu, instituição me propus a isso, a desenvolver aquela tarefa, a ajudar, eu estou ali me comprometendo e isso transmite uma confiabilidade (representante das IES e titular no colegiado).

[...] eu confio, porque eu percebo que os representantes que estão ali, eles têm um interesse “passional” no turismo. Eu não vejo nenhum tipo de cinismo ou interesses pessoais escusos. Sempre que as pessoas se pronunciam ou fazem propostas, eu percebo que há um interesse coletivo (representante da CMM e titular no colegiado).

[...] confio sim, pela importância que ele é para o turismo. Precisamos utilizar cada vez mais esse conselho para podermos atingir todas as deficiências e conscientizar os governantes e as autoridades locais da necessidade do turismo para o município (representante da ABIH e titular no colegiado).

As afirmativas dos entrevistados corroboram com as análises de Scharpf (1992) *apud* Nóbrega (2015) onde a confiança é um dos fatores primordiais para que concepções e ações sejam efetivadas em arenas públicas responsáveis pelo incentivo ao desenvolvimento local/regional, independente de qual seja o setor produtivo, uma vez que, os agentes estatais são cada vez mais incapazes de promover sozinhos os recursos necessários para a produção de políticas, levando os mesmos a uma dependência de cooperação e da mobilização coletiva de recursos e de atores não estatais e privados. Dessa forma, acerca do grau de confiança entre os membros da instância pode-se considerar como MÉDIO, uma vez que os representantes compartilharam em 50% das ações planejadas e efetivadas pela instância, através de recursos humanos e físicos.

É importante destacar que o COMTUR Manaus mesmo com um período pequeno de funcionamento, possui entraves apontados pelos seus representantes, que dificultam a concretização de ações na atividade turística. Dessa forma, os representantes pontuaram algumas sugestões que objetivam dinamizar o planejamento e execução da atividade turística, contribuindo na melhoria da qualidade de vida dos moradores locais, retorno para o empresariado local, além de possibilitar uma experiência positiva aos turistas que visitam o município de Manaus e o estado do Amazonas.

Os relatos apontados pelos membros do COMTUR sinalizam ainda que os resultados alcançados pela Instância são considerados como incipientes, uma vez que poucas foram as decisões deliberadas pelos membros que efetivamente tiveram um impacto real, uma transformação através de atuação política. Em virtude também da ausência do atual Plano Municipal de Turismo (PMT), que de acordo com o Diretor de Turismo da MANAUSCULT e Suplente do Presidente do COMTUR, o novo PMT está formatado e em andamento para análise e aprovação pelos membros do colegiado do conselho.

Nesse contexto, o quadro 21 aponta outros resultados da pesquisa, os quais discorrem sobre a participação do COMTUR no desenvolvimento do turismo no município de Manaus.

Quadro 21 – Resultados apontados pelos integrantes sobre a participação do COMTUR no desenvolvimento do turismo no município de Manaus.

PARTICIPAÇÃO	%
RUIM	10%
REGULAR	40%
BOM	20%
EXCELENTE	20%

DESCONHECEM	10%
-------------	-----

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Dessa maneira, na percepção do representante do SEBRAE e titular no colegiado “[...] falta mais membros atuarem dentro da atividade do turismo. Eles estão fazendo o papel por enquanto de parceiro... mas é aquele parceiro que só tá como ouvinte. Não desenvolvendo a atividade em si”.

No entanto, para o Presidente da Instância “[...] na reativação do COMTUR, a gente tem esse hiato longo, é como se tivessem demandas urgentes a serem resolvidas de imediato. Então, parte de planejamento, acabou se limitando a um planejamento do que tem que ser feito pra ontem”.

Cabe salientar que praticamente as ações e deliberações do colegiado do COMTUR não contemplaram de forma efetiva as discussões e execuções de programas e projetos relacionados ao uso dos atrativos e potencialidades culturais com vistas ao fomento do turismo cultural no município de Manaus, apenas ações pontuais de eventos, os quais contemplam em sua maioria aspectos da gastronomia (no entanto com pouca ênfase na culinária local) e a tentativa de revitalização do centro histórico através do PAC Cidades Históricas. Nota-se ainda uma ausência no uso e estímulo das expressões artísticas e culturais de Manaus representadas ainda pelos indígenas e caboclos, através da dança, manifestações folclóricas, música e artesanato.

Na seção seguinte, serão apresentados os resultados referentes à avaliação do FORETUR/AM.

5.3 O Fórum Estadual de Turismo do Amazonas (FORETUR/AM) e a participação na formulação e implementação das políticas relacionadas ao turismo

A constituição da instância Fórum Estadual de Turismo do Amazonas (FORETUR/AM) ocorreu no ano de 2004 pelo Governo do Estado, através do Decreto n°. 24.063 de 12 de março de 2004, com o objetivo de formalizar a participação de organismos interessados no desenvolvimento e crescimento do turismo de forma sustentável no estado do Amazonas. Entretanto, no dia 24 de julho de 2003 houve a reunião de instalação do Fórum Estadual de Turismo, que contou com a presença do então Ministro do Turismo – Walfrido dos Mares Guia, representantes do órgão estadual de turismo do Amazonas (AMAZONASTUR), representantes do trade turístico, instituições de ensino superior,

secretarias estaduais e da Coordenadora Geral do Programa de Desenvolvimento da Amazônia Legal (PROECOTUR). Nessa reunião foi ressaltada a importância econômica da atividade turística, o potencial turístico do Amazonas e, que a instituição do fórum representaria a partir daquele momento, o fortalecimento da cadeia de especialistas em prol do desenvolvimento do turismo no estado do Amazonas.

O FORETUR/AM quando de sua instituição possuía 79 (setenta e nove) instituições, as quais foram convidadas a participar do colegiado, em virtude de estarem diretamente ou indiretamente ligadas nas discussões relacionadas ao desenvolvimento do turismo, sendo possível identificar no quadro 22 a primeira formação do colegiado no fórum.

Quadro 22 – Instituições que compuseram o FORETUR em sua criação no ano de 2004.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TERCEIRO SETOR
Associação Amazonense de Municípios (AAM)	Banco da Amazônia (BASA)	Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV/AM)
Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM)	Banco do Brasil (BB)	Associação Brasileira de Bacharéis e Estudantes de Turismo (ABBTUR/AM)
Agência de Comunicação Social (AGECOM)	Caixa Econômica Federal (CEF)	Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade (ABCMI/AM)
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM)	Centro integrado de Ensino Superior do Amazonas (CIESA)	Associação Brasileira das Empresas Organizadoras de Eventos (ABEOC/AM)
Associação dos Bombeiros Militares de Turismo (ABOMTUR/AM)	Centro Universitário Nilton Lins (UNINILTON LINS)	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/AM)
Companhia de Desenvolvimento do Amazonas (CIAMA)	Faculdades Objetivo	Associação Brasileira de Jornalistas Especializados em Turismo (ABRAJET/AM)
Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM)	Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO)	Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento (ABRASEL/AM)
Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT/AM)	Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI)	Associação Comercial do Amazonas (ACA)
Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR)	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Micro Empresas (SEBRAE/AM)	Associação dos Operadores de Barcos de Turismo (AOBT)
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO)	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/AM)	Amazonas Conventions & Visitors Bureau (AC&V)
Fundação Estadual dos Povos Indigenistas (FEPI)	Universidade Paulista (UNIP)	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
Fundação Municipal de Turismo (MANAUSCULT)	--	Conselho Nacional de Seringueiros (CNS)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/AM)	--	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/AM)	--	Fundação Vitória Amazônica (FVA)
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA)	--	Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA)
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM)	--	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÉ)
Instituto do Patrimônio Histórico do Amazonas (IPHAN/AM)	--	Sindicato dos Guias de Turismo (SINDEGTUR)
Policimento Turístico (POLITUR)	--	Sindicato das Empresas de Turismo (SINDETUR)

Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte	--	--
Prefeitura Municipal de Autazes	--	--
Prefeitura Municipal de Barreirinha	--	--
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos	--	--
Prefeitura Municipal de Iranduba	--	--
Prefeitura Municipal de Itacoatiara	--	--
Prefeitura Municipal de Manacapuru	--	--
Prefeitura Municipal de Maués	--	--
Prefeitura Municipal de Novo Airão	--	--
Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo	--	--
Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Rio Negro	--	--
Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira	--	--
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã	--	--
Prefeitura Municipal de Silves	--	--
Prefeitura Municipal de Urucurituba	--	--
Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência (SEAD)	--	--
Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS)	--	--
Secretaria de Estado de Cultura (SEC)	--	--
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT)	--	--
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDEMA)	--	--
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC)	--	--
Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ)	--	--
Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINF)	--	--
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)	--	--
Secretaria Municipal de Defesa Civil	--	--
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN)	--	--
Secretaria de Estado da Produção, Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado (SEPROR)	--	--
Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania (SETRACI)	--	--
Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)	--	--
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	--	--
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	--	--
Uni-Ambiente	--	--
--	--	--

Fonte: Adaptado de AMAZONASTUR (2004)

A instância de caráter consultivo é destinada a participar da implantação das políticas estadual e nacional de turismo, tendo suas ações coordenadas pelo órgão estadual de turismo (AMAZONASTUR), onde atualmente o colegiado é composto por 77 (setenta e sete) entidades distribuídas entre setor público com 48 (quarenta) representantes; setor privado com 11 (onze) representantes e terceiro setor com 18 (dezoito) representantes. Destaca-se que, da

mesma forma como estabelecido com o COMTUR Manaus, as atividades exercidas pelos membros do FORETUR/AM não são remuneradas, sendo consideradas de serviço público relevante.

Dessa forma, a distribuição entre os membros do colegiado é representada da seguinte maneira: 61,4% pelo setor público; 12,9% pelo setor privado e 25,9% por membros de entidades do terceiro setor. É pertinente destacar que da mesma forma que ocorre com o COMTUR/Manaus, o FORETUR/AM possui algumas instituições do terceiro setor que atendem aos interesses da iniciativa privada, como ABAV, ABIH, ABRASEL, ACA, FIEAM, entre outras. Ressalta-se que a redução do colegiado para 77 (setenta e sete) instituições ocorreu em virtude da reforma administrativa do governo do estado no início do ano de 2015. A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT) foi absorvida pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), passando a mesma a denominar-se Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEPLANCTI), inviabilizando a entrevista com os representantes da nova secretaria que, de acordo com a SEPLANCTI, serão indicados os novos representantes da pasta no colegiado.

Houve ainda o esclarecimento por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), durante a entrevista com o órgão, sobre a necessidade de correção da participação da Uni-Ambiente no colegiado, pois a mesma é um departamento dentro da estrutura administrativa da SEMMAS e, não um organismo ou entidade independente, conforme descrito no decreto de instituição do fórum. Segundo a representante da SEMMAS:

[...] tem que haver um esclarecimento, a Divisão de Educação Ambiental, quando foi instituído o fórum em 2004, a Uni Ambiente é que se fazia presente no colegiado. A Uni Ambiente é um programa instituído dentro da lei com a Divisão de Educação Ambiental, que está atrelado ao Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Meio Ambiente do município de Manaus. [...] eu sugiro primeiramente que seja corrigido esse equívoco da Uni Ambiente como instituição separada do órgão e, informar pra secretaria atualizar esses dados aqui (Decreto) (representante da SEMMAS e designada no colegiado do FORETUR/AM).

Entretanto, é pertinente ressaltar que conforme discorrido anteriormente na metodologia deste estudo, das 77 (setenta e sete) instituições que compõem o FORETUR/AM, apenas 30 (trinta) instituições concederam entrevista e puderam contribuir na avaliação de desempenho da instância, respondendo aos questionamentos propostos. Outras 23 (vinte e três) instituições integrantes³⁹ responderam formalmente sobre a impossibilidade

39 Instituições que não concederam entrevista pela falta de titulares e suplentes no colegiado: ABCMI; ABOMTUR; AOBT; CIAMA; COIAB; CNS; Defesa Civil; FIEAM; FUCAPI; GTA; IPHAN; IPAAM; SEAD; SECOM; SEFAZ; SEIND; SEINFRA; SENAC; SEPLACNTI; SEPROR; SETRAB; UNINORTE e UFAM.

de conceder entrevista e de contribuir na avaliação de desempenho da mesma, por estarem sem representantes titulares e suplentes no colegiado, inviabilizando assim a realização de entrevistas nas mesmas. Da mesma forma, 05 (cinco) instituições⁴⁰ informaram que não fazem mais parte do colegiado do fórum há mais de dois anos e, finalizando a pesquisa, 19 (dezenove) instituições⁴¹ não responderam ao ofício solicitando autorização para realização da pesquisa.

Portanto, o número de instituições que representam esse estudo é de 38,9% dos entrevistados; 24,6% de não respondentes à solicitação de entrevista; 29,9% de respondentes sem representatividade no colegiado e 6,4% de respondentes que não fazem mais parte do colegiado, apesar de que, para o FORETUR, essas instituições permanecem como ativas em seus controles de informações. Isso demonstra uma fragilidade na ausência de mecanismos de controle sobre a representatividade e frequência dos conselheiros no referido colegiado.

Como citado na metodologia deste estudo, a tentativa foi a de incluir toda a população do estudo, mas isso não foi possível devido a algumas dificuldades encontradas, como: a mudança no cenário político com as eleições estaduais no ano de 2014 e, conseqüentemente a alteração no fórum, o que desestabilizou o seu funcionamento normal, uma vez que até o término desta pesquisa, algumas entidades do setor público, privado e terceiro setor ainda não haviam indicado seus representantes na instância, o que dificultou a coleta de dados.

Quanto aos objetivos para a criação do FORETUR/AM, os mesmos podem ser identificados no quadro 23.

Quadro 23 – Objetivos do FORETUR/AM.

<p>I - Formular, acompanhar e avaliar o Plano Estadual de Turismo; II - propor programas e projetos de desenvolvimento turístico; integrar as ações de turismo ao Órgão Estadual de Turismo; III - opinar sobre programas e assuntos relativos ao turismo; IV - emitir parecer, quando solicitado, sobre programas e projetos referentes à organização do turismo no Amazonas e Manaus, que requeiram a decisão do Chefe do Poder Executivo;</p>	<p>V - Incentivar a interação com entidades públicas e privadas, organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, nacionais e internacionais, com o objetivo de incrementar o intercâmbio de novas tecnologias de desenvolvimento turístico; VI - auxiliar a AMAZONASTUR nas ações de propor e promover, junto às autoridades competentes, atos e medidas necessárias à ampliação e melhoria da infraestrutura e da prestação de serviços oferecidos aos turistas e, VII - zelar para que o desenvolvimento da atividade turística no Estado e capital se faça sob a égide da sustentabilidade ambiental, social e cultural.</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Adaptado a partir de AMAZONASTUR (2015)

40 Instituições que informaram não fazer parte do colegiado: BASA; BB; CEF; FVA e UNIP.

41 Instituições não respondentes: ABRASEL; PM de Atalaia do Norte; PM de Autazes; PM de Barreirinha; PM de Boa Vista do Ramos; PM de Iranduba; PM de Itacoatiara; PM de Manacapuru; PM de Maués; PM de Novo Airão; PM de Presidente Figueiredo; PM de Santa Izabel do Rio Negro; PM de São Gabriel da Cachoeira; PM de São Sebastião do Uatumã; PM de Silves; PM de Urucurituba; SEC; SINDETUR e UNINILTON LINS.

Ao iniciar o processo no Amazonas, respectivamente no município de Manaus, o MTur, juntamente com a AMAZONASTUR compreenderam a importância do turismo como um dos vetores econômicos de relevância para o estado, sendo indispensável para esse vetor, a implementação de um plano de ações de forma integrada, com a participação de instituições ligadas à cadeia produtiva do turismo nas discussões e planejamento da atividade turística local. Assim, ambos os órgãos, MTur e AMAZONASTUR, realizaram visitas de caráter técnico aos diversos equipamentos e atrativos do estado do Amazonas, com a proposta de estabelecer contato, através de reuniões com as representatividades públicas e privadas locais ligadas à atividade turística, como entidades de classe, instituições de ensino superior, lideranças, apresentar o projeto e, realizar o levantamento de informações de caráter relevante para a execução do programa em nível local.

Da mesma forma que ocorreu com o COMTUR Manaus, para compreender a dinâmica e os resultados alcançados pelas FORETUR/AM, foi necessário caracterizar, identificar e analisar as relações existentes entre os atores que compõem as instituições responsáveis pelo desenvolvimento do turismo no município de Manaus.

Novamente, tornou-se indispensável conhecer os métodos e instrumentos utilizados pelo poder público no planejamento, elaboração e gestão turística em Manaus. Essa análise só foi possível mediante a aplicação de roteiro de entrevistas com perguntas semiestruturadas (abertas e fechadas), com representantes de órgãos públicos municipais e estaduais, associações e empresários do setor turístico, com a finalidade de obter informações que compõem e fundamentam este estudo.

Dessa forma, a utilização da Matriz Analítica de Governança Turística de Nóbrega (2012; 2015), a qual contempla oito categorias definidas já elencadas neste estudo, foi fundamental para o entendimento da dinâmica da instância de governança denominada Fórum Estadual de Turismo do Amazonas (FORETUR/AM).

Cabe salientar que, após a instituição do FORETUR/AM em 2004, através do decreto estadual citado anteriormente, o representante da AMAZONASTUR informou que não há nenhum outro documento legal que oficialize o colegiado com seus membros titulares e suplentes, bem como a publicação da minuta do Regimento Interno da instância (apesar de a mesma ter sido apresentada aos membros do colegiado para leitura e aprovação no ano de 2008) o que normatizaria o funcionamento do mesmo, com as atribuições e as competências do fórum, da Mesa Diretora, da Secretaria Executiva e dos próprios membros do colegiado.

Em virtude da ausência de publicação do Regimento Interno ou de qualquer outro instrumento legal que regulamente o funcionamento do FORETUR/AM, de acordo com o

Diretor de *Marketing* da AMAZONASTUR e Suplente da Presidente do FORETUR/AM, a Instância atualmente conta com a seguinte composição organizacional, descrita no quadro 24:

Quadro 24 – Instituições integrantes do FORETUR/AM.

N.	ENTIDADES	TITULAR	SUPLENTE
1	AAM	Vaubel Mafra Carneiro Monteiro	Luiz Antônio Cruz
2	ABAV/AM	Maria Helena de Souza Fonseca	Paulo Rogério Tadros
3	ABBTUR/AM	José Itamar de Souto	Daniel Cruz
4	ABCFMI/AM	DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR ESTÁ SEM REPRESENTAÇÃO NO COLEGIADO DO FÓRUM	
5	ABEOC/AM	Luzineuza Garcez Campelo	Jenner Médice
6	ABIH/AM	Roberto Simão Bulbol	Mario Tadros
7	ABOMTUR/AM	DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR ESTÁ SEM REPRESENTAÇÃO NO COLEGIADO DO FÓRUM	
8	ABRAJET/AM	Paulo Roberto Pereira da Silva	Carlos Rogério Mathias Pina
9	ABRASEL/AM	Janete Fernandes	-----
10	ACA	Ismael Bicharra	Pedro Mendonça
11	AC&VB	Adriana Papa	-----
12	AFEAM	Evandor Geber Filho	Wilmar Luiz Fontes Belleza
13	ALEAM	Josué Cláudio de Souza Neto	Francisco Souza
14	AMAZONASTUR	Oreni Campelo Braga da Silva	João Nickolas Santos Cabral dos Anjos
15	AOBT	DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR ESTÁ SEM REPRESENTAÇÃO NO COLEGIADO DO FÓRUM	
16	BASA	DE ACORDO COM A INSTITUIÇÃO, NÃO FAZEM MAIS PARTE DO COLEGIADO DO FÓRUM	
17	BB	DE ACORDO COM A INSTITUIÇÃO, NÃO FAZEM MAIS PARTE DO COLEGIADO DO FÓRUM	
18	CEF	DE ACORDO COM A INSTITUIÇÃO, NÃO FAZEM MAIS PARTE DO COLEGIADO DO FÓRUM	
19	CIAMA	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PRESIDENTE DA COMPANHIA – ALUIZIO BARBOSA FERREIRA	
20	CIESA	Luzanira Muniz de Almeida	-----
21	CNS	DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR ESTÁ SEM REPRESENTAÇÃO NO COLEGIADO	
22	COIAB	DE ACORDO COM A INSTITUIÇÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
23	CPRM	Hertz Rebelo de Souza	-----
24	DEFESA CIVIL	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM E PORTANTO, NÃO ESTÃO PARTICIPANDO DAS REUNIÕES	
25	DNIT/AM	José Fábio Porto Galvão	Raimundo Agnelo Souza Rodrigues ⁴²
26	FAMETRO	Cibelly Arianda Matos dos Santos	-----
27	FIEAM	DE ACORDO COM A INSTITUIÇÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM, APENAS NO COMTUR MANAUS	
28	FUCAPI	DE ACORDO COM A INSTITUIÇÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
29	FVA	DE ACORDO COM A INSTITUIÇÃO, NÃO FAZEM MAIS PARTE DO COLEGIADO DO FÓRUM	
30	GTA	DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR ESTÁ SEM REPRESENTAÇÃO NO COLEGIADO DO FÓRUM	
31	IBAMA/AM	-----	Jeandro Guerreiro Pantoja
32	INCRA/AM	Maria do Socorro Marques Feitosa	Davi Benedito Ribeiro Gonçalves
33	INFRAERO	Maria do Perpétuo Socorro das Chagas Pinheiro	Manoel Aguielo Maciel de Sá

⁴² De acordo com o respondente, trata-se de um funcionário designado a participar das reuniões e não o Suplente efetivo.

34	INPA	Jorge Luiz Ramos Lobato	----
35	IPAAM	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
36	IPÊ	Marco Antônio Vaz de Lima	-----
37	IPHAN/AM	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
38	MANAUSCULT ⁴³	Bernardo Soares Monteiro de Paula	João Carvalho de Araújo
39	POLITUR	Ten. Fernandes Lajes	Ten. Elias Moura Ferreira
40	PREF. MUL. DE ATALAIA DO NORTE	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – NONATO DOS SANTOS TENAZOR	
41	PREF. MUL. DE AUTAZES	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – JOSÉ THOMÉ FILHO	
42	PREF. MUL. DE BARREIRINHA	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – MECIAS PEREIRA BATISTA	
43	PREF. MUL. DE BOA VISTA DO RAMOS	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – AMINTAS JUNIOR LOPES PINHEIRO	
44	PREF. MUL. DE IRANDUBA	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – XINAIK SILVA DE MEDEIROS	
45	PREF. MUL. DE ITACOATIARA	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – MAMOUD AMED FILHO	
46	PREF. MUL. DE MANACAPURU	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – JAZIEL NUNES DE ALENCAR E O SUPLENTE DANIEL GUEDES SOARES – SECRETÁRIO DE TURISMO	
47	PREF. MUL. DE MAUÉS	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – RAIMUNDO CARLOS GÓES PINHEIRO	
48	PREF. MUL. DE NOVO AIRÃO	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É A PREFEITA DO MUNICÍPIO – LINDINALVA FERREIRA SILVA	
49	PREF. MUL. DE PRESIDENTE FIGUEIREDO	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – NEILSON DA CRUZ CAVALCANTE	
50	PREF. MUL. DE SANTA IZABEL DO RIO NEGRO	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – MARIOLINO SIQUEIRA DE OLIVEIRA	
51	PREF. MUL. DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – RENÉ COIMBRA	
52	PREF. MUL. DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – ADALBERTO SILVEIRA LEITE	
53	PREF. MUL. DE SILVES	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – FRANROSSI DE OLIVEIRA LIRA	
54	PREF. MUL. DE URUCURITUBA	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PREFEITO DO MUNICÍPIO – PEDRO AMORIM ROCHA	
55	SEAD	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
56	SEAS	Regina Fernandes do Nascimento	Izabela Lopes Furtado
57	SEBRAE/AM	Carlos Fábio de Souza	Aécio Flávio F. da Silva
58	SECOM ⁴⁴	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
59	SEC	NÃO HOUVE RESPOSTA DO ÓRGÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O SECRETÁRIO	

⁴³ Anteriormente denominada de MANAUSTUR.

⁴⁴ Anteriormente denominada de AGECON.

		– ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA	
60	SEDUC	Ofélia de Almeida Vieira	Luciana Sales de Figueiredo
61	SEFAZ	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
62	SEIND ⁴⁵	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
63	SEINFRA ⁴⁶	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
64	SEMA ⁴⁷	Antônio Ademir Stroski	Alcilene de Araújo Paula ⁴⁸
65	SEMMAS ⁴⁹	Ivânia Silva	Maria de Fátima Pereira do Nascimento ⁵⁰
66	SENAC/AM	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
67	SEPLANCTI ⁵¹	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, EM VIRTUDE DA REFORMA ADMINISTRATIVA, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
68	SEPROR	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
69	SETRAB ⁵²	DE ACORDO COM O ÓRGÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
70	SINDEGTUR	Rocilda Oliveira da Silva	Ananias Correa dos Santos
71	SINDETUR	NÃO HOUVE RESPOSTA DA INSTITUIÇÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O PRESIDENTE – MÁRIO REYNALDO TADROS	
72	SUFRAMA	Ana Maria de Souza	Rosângela Alanis ⁵³
73	UEA	Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves Martins	-----
74	UFAM	DE ACORDO COM A INSTITUIÇÃO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
75	UNINILTON LINS	NÃO HOUVE RESPOSTA DA INSTITUIÇÃO. DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA AMAZONASTUR O TITULAR É O COORDENADOR DO CURSO DE TURISMO – HAMILTON CIRO MURATORE	
76	UNINORTE ⁵⁴	DE ACORDO COM A INSTITUIÇÃO, EM VIRTUDE DA MUDANÇA NA COORDENAÇÃO DO CURSO DE TURISMO, ESTÃO SEM REPRESENTANTES NO COLEGIADO DO FÓRUM	
77	UNIP	DE ACORDO COM A INSTITUIÇÃO, NÃO FAZEM MAIS PARTE DO COLEGIADO DO FÓRUM	

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Dessa forma, foi possível identificar que houve um processo eletivo dos integrantes da Instância e a indicação dos titulares e suplentes pelos órgãos e entidades convidadas. Foi realizada uma reunião de apresentação e instituição do FORETUR/AM no ano de 2003 e uma

⁴⁵ Anteriormente denominada de FEPI.

⁴⁶ Anteriormente denominada de SEINF.

⁴⁷ Anteriormente denominada de SDS

⁴⁸ De acordo com o respondente, trata-se de um funcionário designado a participar das reuniões e não o Suplente efetivo.

⁴⁹ Anteriormente denominada de SEDEMA. Houve o esclarecimento de que a UNI-AMBIENTE é um departamento que faz parte do organograma da Secretaria, portanto, não deve ser contabilizada como instituição independente.

⁵⁰ De acordo com o respondente, trata-se de um funcionário designado a participar das reuniões e não o Suplente efetivo.

⁵¹ Anteriormente denominada de SEPLAN. Com a extinção da SEC, passou a assumir as pastas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

⁵² Anteriormente denominada de SETRACI.

⁵³ De acordo com o respondente, trata-se de um funcionário designado a participar das reuniões e não o Suplente efetivo.

⁵⁴ Anteriormente denominada de Faculdades Objetivo.

designação posterior por ato pelo Chefe do Poder Executivo Estadual (Governador do Estado).

A instituição da Instância seguiu uma orientação do MTur mediante uma proposta de dinamização das ações para o desenvolvimento do turismo em nível municipal e estadual, atendendo dessa forma aos objetivos de descentralização da regionalização do turismo através do Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

Apesar de o estudo ter focado na realização de entrevistas com os atores representantes das entidades que compõem o colegiado do fórum, foram entrevistados ainda outros atores que não fazem parte da composição da Instância, como forma de analisar a não participação dos mesmos nas discussões sobre a atividade turística, como o representante da Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas (ADEFA); o representante da Cooperativa do Artesanato Sustentável do Amazonas e; a representante da Associação das Mulheres Artesãs do Alto Rio Negro (AMARN), que para os mesmos a participação das entidades no colegiado seria de extrema relevância.

[...] porque se fala tanto que o turismo é inclusivo, mas, não nos convidaram mais para ouvir ou discutir propostas para o acesso de deficientes físicos nas atividades turísticas e nos espaços turísticos (representante da Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas).

[...] tanta gente fala de sustentabilidade, que o turismo tem que ser sustentável, que o artesanato deve ser sustentável... o artesanato produzido pela nossa cooperativa é sustentável, mas praticamente somos esquecidos do processo de discussão do fomento do turismo... nós deveríamos ter assento nesse fórum (representante da Cooperativa do Artesanato Sustentável do Amazonas).

[...] somos uma associação de mulheres artesãs, sustentamos nossas famílias com o trabalho de produção do artesanato, mas, ninguém quer ouvir nossas dificuldades, só lembram da gente quando querem alguma coisa. [...] podemos contribuir muito pro turismo (representante da Associação das Mulheres Artesãs do Alto Rio Negro (AMARN)).

A partir dos relatos dos integrantes do FORETUR/AM, observou-se que houve um processo eletivo dos integrantes, ou seja, houve o princípio da transparência eletiva dos mesmos e, uma indicação das próprias entidades para representá-los como titulares e suplentes. No entanto, percebeu-se uma fragilidade por parte da presidência e secretaria da Instância no acompanhamento da participação das instituições integrantes, uma vez que, conforme discutido anteriormente, 05 (cinco) informaram que não fazem mais parte do colegiado do FORETUR há mais de 02 (dois) anos, porém continuam nos registros da Instância como entidades ativas.

Caso o Regimento Interno da Instância estivesse validado, seria possível acompanhar e aplicar as medidas cabíveis previstas nos artigos do referido regimento, como as

substituições dos conselheiros, justificativas de ausência, período de mandato do colegiado e Presidência.

Esse fato é analisado também pelos representantes da SEMMAS e do INPA.

[...] tem que haver o comprometimento institucional e, a própria AMAZONASTUR tem que rever isso. Eu não sei até onde esse Fórum, ele vai ter um regimento interno, que cobra isso. Se a pessoa não participa você notifica, se a pessoa não estiver indo, informa a instituição ou faz o desligamento daquela pessoa e, já solicita outro representante. Eu nunca vi isso aqui, nunca chegou nada pra nós dizendo “olha, terminou o mandato do fulano, tem que indicar um novo representante (representante da SEMMA e designada a participar do FORETUR na ausência do Titular).

[...] a partir do momento em que eu sei qual é a lei que rege esse Fórum, essa comissão, eu consigo me adequar e me estruturar. E aí, essa discussão, se torna muito mais séria, porque aí todo mundo entendeu qual é o seu papel dentro deste grande trabalho. [...] não há cobrança, vai quem quer e quando quer (representante do INPA e titular no colegiado do FORETUR).

Além disso, 40% dos representantes respondentes foram unânimes em afirmar que o compartilhamento em rede como no formato do FORETUR/AM é considerado BOM e trazem contribuições e benefícios para todo o grupo do colegiado, com discussões, informações pertinentes e interessantes sobre a temática do turismo. Para 33% dos respondentes a percepção é EXCELENTE, pois se trata de uma perspectiva democrática de discussões, 13% percebem como REGULAR, pois falta a integração e articulação entre os membros para o alcance de resultados comuns; 19% percebem como RUIM, pois para os mesmos não há discussões participativas e nem o planejamento de ações para o turismo. Apenas 3% NÃO SOUBE RESPONDER sobre a perspectiva de compartilhamento de ações e planejamento no formato de instância.

Ainda de acordo com os representantes do colegiado, 87% acham que NÃO é necessária a inclusão de novos atores na Instância “[...] nós já temos instituições suficientes pra executar uma atividade dessas, mas infelizmente, não utilizamos o Fórum da forma que ele deveria ser utilizado. O Fórum hoje em dia, eu considero que está subutilizando a sua potencialidade” (representante da ABBTUR e titular no colegiado do FORETUR).

De maneira semelhante, o representante da ACA afirma que “[...] precisamos de objetividade nas ações que são discutidas lá. Há um número expressivo de instituições, muitas das quais não contribuem com a instância”.

Apenas 13% consideram como SIM a inclusão de novas instituições no colegiado, como o DNIT “[...] o Fórum deveria convidar entidades de deficientes, de mobilidade, do artesanato”.

Na visão do suplente da presidente do FORETUR/AM:

[...] é necessário que haja uma reestruturação do Fórum, pra que seja mais enxuto. A gente teria que incluir algumas instituições e retirar outras que já não participam mais. [...] devemos incluir a Delegacia do Turista, algumas ONG's e a ADEFA (Associação de Deficientes Físicos).

Dessa forma, acerca do processo eletivo da instância FORETUR/AM, pode-se afirmar que EXISTE o processo eletivo da mesma, apesar da perceptível falta de acompanhamento da participação, acompanhamento e atualização das entidades que compõem o colegiado do mesmo por parte da presidência do fórum.

A segunda categoria analisada foi o equilíbrio da representatividade da Instância, onde foi possível constatar que NÃO EXISTE um equilíbrio na composição dos representantes do FORETUR/AM, uma vez que há uma maior concentração de representatividade de um grupo em detrimento de outro. Do total de 77 (setenta e sete) instituições integrantes no colegiado, 48 (quarenta e oito) instituições, as quais correspondem a 61,4% estão diretamente ligadas ao poder público; 11 (onze) instituições que correspondem a 12,9% estão ligadas à iniciativa privada e 18 (dezoito) são instituições ligadas ao Terceiro Setor que representa 25,9% do colegiado, mas que defendem os interesses do setor privado, como a ABAV e ABIH.

Ressalta-se que de acordo com as análises de Nóbrega (2012, 2015), seria necessária uma distribuição de maneira igualitária e uniforme entre os representantes, ou seja, 33,3% para o poder público, 33,3% para o setor privado e 33,3% para o terceiro setor, para fins de se atingir os interesses comuns.

No entanto, na engenharia institucional do FORETUR é possível identificar um destaque maior das instituições do setor público, em detrimento ao setor privado e do 3º Setor.

Acerca do processo de avaliação do desempenho da Instância, o suplente da presidente do FORETUR/AM informou que as reuniões inicialmente eram itinerantes, ocorrendo em diversos espaços públicos e privados. Com a mudança de sede da AMAZONASTUR, atualmente os encontros têm ocorrido no auditório do órgão e de forma bimestral. As datas e os horários dos encontros são definidos através de um calendário anual, discutidos e aprovados no colegiado. O suplente informou ainda que a avaliação de desempenho da Instância é realizada “[...] *semestralmente nós fazemos uma reunião de avaliação e discussão sobre os tópicos que foram levantados e se houve avanços ou não*”.

Apesar do tempo de instituição da Instância (11 anos), o fórum influenciou de maneira incipiente no nível das decisões e execução de ações, para o desenvolvimento do turismo no município, ou seja, realizando menos de 50% do planejamento estabelecido,

focando em grande parte de suas propostas na participação em eventos regionais (dentre os quais o Carnaval, Carnaboi e Parintins), nacionais e internacionais, em diversos programas de qualificação profissional na área do turismo e atendimento, além do indicativo de ações em infraestrutura turística.

Os representantes do colegiado apontaram que há no fórum a inexistência de processos voltados à prestação de contas, à divulgação dos resultados de suas ações, planejamento e do controle do calendário das reuniões definidas.

Para a representante da ABAV e titular no colegiado:

[...] não existe um planejamento, não existe uma discussão, não existem ações que eu digo nesse sentido. Que as ações que realmente existem é a participação... a comunicação deles...é a participação do órgão estadual nas feiras de turismo que existem. [...] o Fórum tá servindo praticamente pra ser uma prestação... pra ser um relatório do que os funcionários da AMAZONASTUR vão fazer nas viagens, as viagens já feitas e, as que vão fazer.

De maneira semelhante, o representante da ABIH e titular no colegiado analisou que “[...] dessas pautas, 85% ainda estão pendentes. Se formos ver as pautas anteriores, elas estão todas atualizadas para o momento, necessidades que hoje ainda são atuais. As dificuldades de 10 anos atrás, se você for ver, percebe que são as mesmas dificuldades que ainda estamos vivendo até hoje”.

No quadro 25 é possível visualizar a sistematização das pautas das reuniões do FORETUR/AM entre os anos de 2003 a 2014.

Quadro 25 – Sistematização das pautas das reuniões do FORETUR/AM entre 2003 a 2014.

2003	2004
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reunião de apresentação e instalação do FORETUR e Conselho Estadual de Turismo; ▪ Apresentação dos membros que irão compor o colegiado do fórum; ▪ Semana do Amazonas no Senado Federal; ▪ Implementação do PRT no Amazonas; ▪ Relatório de ações da AMAZONATUR. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de Ação 2004; ▪ Plano Estadual de Turismo; ▪ Relatório de ações da AMAZONATUR; ▪ Cursos de capacitação para as áreas de turismo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; ▪ Calendário de Feiras e Eventos; ▪ Projeto City Tour; ▪ Apreciação do Regimento Interno do Fórum Estadual de Turismo; ▪ Aprovação do calendário de reuniões do Fórum; ▪ Apresentação das Atas e deliberações do Fórum.
2005	2006
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação do curso Qualidade no Atendimento ao Turista para Taxista; ▪ Elaboração do Plano Estadual de Turismo; ▪ Programa de Regionalização do Turismo; ▪ Ano do Brasil na França; ▪ Projeto de Reatores para a solução de saneamento em áreas urbanas, alojamentos de floresta, flutuantes e áreas rurais; ▪ Ações da AMAZONASTUR; ▪ Jornada de Qualificação dos Serviços Turísticos; ▪ Pesca Esportiva; ▪ Ações de Promoção da AMAZONASTUR nos Mercados Nacional e Internacional; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano Nacional do Turismo nas Regiões Turísticas Brasileiras; ▪ Plano Estadual de Turismo; ▪ Salão Brasileiro de Turismo 2006 (mapa, cronograma, desafios); ▪ Apresentação das ações da AMAZONASTUR; ▪ Ações da Câmara Setorial de Turismo; ▪ Normatização da Hotelaria de Selva; ▪ Implantação do Projeto Voucher de Responsabilidade Social nas Comunidades: Paricatuba, Acajutuba e January; ▪ Encontros de Qualificação e Negócios Turísticos; ▪ Curso Profissionalizante de Guia de Turismo Regional; ▪ Temporada de cruzeiros marítimos;

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Workshops Internacionais de Lisboa e Nova Iorque; ▪ Feira ABAV; ▪ Participação em eventos nacionais e internacionais; ▪ Apresentação do Plano Aquarela. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularização de prestadores de serviços turísticos; ▪ Treinamento específico do Policiamento Turístico; ▪ Implantação da Delegacia de Turismo no Aeroporto; ▪ Centros de Atendimento ao Turista (terrestre e fluvial); ▪ Terminal fluvial turístico; ▪ Salão Amazonense de Turismo.
2007	2008
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aeroporto Internacional Eduardo Gomes; ▪ Congresso Nacional da ABRASEL; ▪ Feira ABAV; ▪ Salão Amazonense de Turismo; ▪ Desafios ao Ecoturismo; ▪ Aprovação pelo Fórum dos Projetos: Festival Folclórico de Barreirinha e Festa do Caju; ▪ Projetos encaminhados pela AMAZONASTUR ao Ministério do Turismo e EMBRATUR; ▪ Projeto de Integração Aérea da América do Sul; ▪ Guia de Parintins; ▪ Resultados da Promoção Turística em nível Nacional e Internacional; ▪ Eventos Captados, Programas e Projetos, Infraestrutura, Registro e Fiscalização; ▪ Parque da Biodiversidade; ▪ Reforma do Mercado Municipal Adolpho Lisboa; ▪ Feira Internacional da Amazônia; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ II Salão Amazonense de Turismo; ▪ Cursos de Qualificação Profissional em Idiomas e Gestão Turística em Comunidades; ▪ Cursos de Qualificação Profissional e Inventário da Oferta Turística nos Municípios amazonenses; ▪ Turismo Arqueológico; ▪ Voo Inaugural Guayaquil/Manaus; ▪ III Edição do Salão Brasileiro de Turismo; ▪ Projeto Trilha Jovem; ▪ XXII Festival Folclórico de Barreirinha; ▪ Entrega das Atas e o Regimento Interno do Fórum para aprovação; ▪ Regulamentação do Transporte Aquaviário; ▪ Estudos de Competitividade dos Destinos Indutores do Amazonas; ▪ Feira Internacional da Amazônia; ▪ Pesca Esportiva – Catálogo e Promoção; ▪ Reunião do CNT e FORNATUR; ▪ Apresentação da Lei Geral do Turismo
2009	2010
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estação <i>City Tour</i> – Ligação dos principais pontos turísticos de Manaus; ▪ Sistema de Gestão hoteleira; ▪ Programa nacional de turismo rural na agricultura familiar; ▪ Lançamento do Guia Turístico, Cultural e ecológico do Amazonas em Mandarim; ▪ Plano de Marketing do Amazonas; ▪ Festival Folclórico de Parintins; ▪ Copa 2014; ▪ Devolutiva do Diagnóstico do Fórum Estadual de Turismo do Amazonas - Gestão Descentralizada e Compartilhada do Turismo e fortalecimento dos Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo; ▪ Participação em eventos nacionais e internacionais; ▪ Cooperação Brasil/Itália. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Feira ABAV; ▪ Salão Amazonense de Turismo; ▪ Projeto Centro de Convenções do Amazonas; ▪ Projeto Copa na Mesa; ▪ Copa 2014; ▪ Artesanato Sustentável; ▪ Pesquisa a Satisfação do Turista no Amazonas / Manaus; ▪ Balanço das ações; ▪ Festival Cultural do Amazonas; ▪ Cursos de qualificação; ▪ Formatação de Produtos Turísticos; ▪ Temporada de Cruzeiros; ▪ Participação em eventos nacionais e internacionais;
2011	2012
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uso público em Unidades de Conservação; ▪ Participação em eventos nacionais e internacionais; ▪ Temporada de Cruzeiros; ▪ Bosque da Ciência; ▪ Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável no Estado do Amazonas; ▪ Guias de Turismo e a Lei 2908/2044; ▪ Artesanato Sustentável; ▪ Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem; ▪ Apoio à Ações da Indústria Cinematográfica; ▪ Apresentação do Portal INFOTUR – SEPLAN e FUCAPI; ▪ Resultado das ações. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação em eventos nacionais e internacionais; ▪ Programa de Regionalização do Turismo; ▪ PRONATEC; ▪ CADASTUR; ▪ Reestruturação do Fórum Estadual de Turismo; ▪ Convênio com SUDAM na área de turismo; ▪ Diagnóstico do setor hoteleiro; ▪ Planejamento para Copa 2014; ▪ Festival Folclórico de Parintins; ▪ Temporada de Cruzeiros; ▪ Dia Mundial do Turismo; ▪ Infraestrutura turística de Manaus; ▪ Plano Estadual de Turismo.
2013	2014
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de apoio financeiro as instituições parceiras do Governo para Copa 2014; ▪ Participação em eventos nacionais e internacionais; ▪ Salão Amazonense de Turismo; ▪ Feira Artesanal de Manaus; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação em eventos nacionais e internacionais; ▪ Posicionamento dos Serviços Turísticos da classe de profissionais Guias de Turismo; ▪ Agente de Informações Turísticas; ▪ Voo Inaugural TAP Linhas Aéreas;

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto de sinalização turística de Manaus; ▪ Novas diretrizes do programa PRT; ▪ Centenário dos Bumbás de Parintins; ▪ Temporada de Cruzeiros; ▪ Calendário de reuniões. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resultados da Copa 2014 em Manaus; ▪ Temporada de Cruzeiros.
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Mediante o que foi pautado durante os anos de funcionamento do fórum, observa-se que há uma fragilidade de monitoramento e avaliação das ações do fórum “[...] *não existe isso. Inclusive eu vou propor que a gente organize um workshop pra debater, porque é impressionante, como eu tô te falando, eu percebo isso pela ausência da própria gestora, a Presidente*” (representante do INPA e titular no colegiado).

Em relação ao exposto, a pouca importância dada à falta de processos e de mecanismos de avaliação contínuos da instância (tanto de suas propostas e ações, quanto de atuação e participação de seus membros) indica que há problemas na qualidade do fórum e isso se constitui num fator negativo para o comprometimento com os ideais dos conselheiros com a instância, refletindo na necessidade de melhorias na qualidade e representatividade de seus membros.

De maneira similar, o representante do SEBRAE e titular no colegiado afirmou que “[...] *a única coisa que foi feita... pra dizer que não foi feito nada... eles fizeram uma avaliação de participação dos representantes. Fizeram um... tantas entidades participaram tantas vezes do Fórum e, isso não é avaliação do meu ponto de vista*”. Portanto, 80% dos respondentes informou que NUNCA houve uma avaliação do desempenho da Instância e avaliação sistemática do grupo; 7% informou que a avaliação ocorre BIMESTRALMENTE; 7% informou que ocorre ANUALMENTE; 3% informou que ocorre MENSALMENTE e os outros 3% informou que a avaliação ocorre SEMESTRALMENTE.

Portanto, pode-se afirmar que a avaliação do desempenho da instância é considerada BAIXA, pois as ações propostas não são concretizadas, os temas em pauta não discutem o desenvolvimento do turismo, são em sua maioria relatórios de participação em eventos e, menos de 50% das ações programadas são efetivadas.

Dessa maneira, observa-se que as ações do FORETUR/AM foram muito pontuais e inexpressivas no âmbito do desenvolvimento do turismo e respectivamente no fomento do turismo cultural em Manaus (especificamente foram apoiadas ações de eventos como o Carnaval, Carnaboi e o Boi Manaus). Vale ressaltar que a promoção do estado e do município de Manaus é importante, entretanto, na opinião de alguns membros do colegiado, ainda há deficiências em relação à infraestrutura básica e turística municipal.

Apesar do relevante papel que o FORETUR/AM deveria desempenhar no estado e no município de Manaus, essa Instância demonstrou uma maior fragilidade em seu desempenho se comparada ao COMTUR Manaus.

Quanto à análise da categoria: participação qualitativa entre os membros da Instância observou-se que a mesma é voluntária, mas há uma baixíssima frequência dos membros do colegiado. De acordo com alguns respondentes há uma alta rotatividade nas reuniões.

[...] não é uma participação frequente, até porque tem essa questão da rotatividade das pessoas, não é a rotatividade do órgão, é das pessoas. Tem outro entrave que a gente não delibera ou discute determinado assunto. [...] a gente vai pra lá e a gente só observa, não tem participação direta (representante da SEMMAS e designada para participar no colegiado).

[...] a participação ela é muito alternada. Em algumas reuniões tem algumas instituições. Então, a gente não cria nenhum vínculo... assim, pra dizer: sempre estão essas instituições né. Nós não nos conhecemos e não sabemos o que os outros órgãos fazem relacionado ao turismo. [...] a gente vai lá... discute pouco, ouve muito e age menos ainda (representante da SEDUC e titular no colegiado).

Entretanto, há a intenção por parte da presidência do FORETUR/AM em cobrar uma participação mais efetiva do colegiado, o que será possível com a posterior homologação do Regimento Interno da Instância, no qual estarão explicitadas as competências do FÓRUM, da Mesa Diretora, da Secretaria Executiva e dos próprios membros do colegiado.

Dessa forma, afirma-se que participação qualitativa entre os membros da Instância é considerada como BAIXA, pois os representantes afirmam não participar ativamente do processo de construção de propostas para o desenvolvimento do turismo, o que para Bordenave (1994, p. 34) parece ser contraditório, uma vez que:

[...] a democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e, os que sofrem as consequências das decisões cá embaixo.

De certa forma, o fato de não haver resultados alcançados em curto, médio e longo prazo, possibilitou com que grande parte dos membros do colegiado afirmasse que isso foi um fator de distanciamento dos atores, na participação e discussões nas reuniões do FORETUR, como ocorreu com as instituições financeiras BASA, Banco do Brasil e Caixa Econômica.

Assim, conclui-se que o nível de participação qualitativa do FORETUR é BAIXA, pelo fato da participação de alguns membros não ser frequente, apesar do suplente da presidência do fórum afirmar que as pessoas mais envolvidas direta ou indiretamente com o turismo terem uma participação efetiva.

É notório ainda o desinteresse na colaboração dos grupos de trabalho, em virtude da falta de autonomia e execução concreta de ações:

[...] a participação ultimamente não é frequente. Falo principalmente por mim. A minha frequência vem sendo reduzida a cada ano. Como contribuição, penso que, se nós tivéssemos uma frequência bem mais efetiva, com demandas, pelo menos discutidas, buscando solução, nós teríamos sim, uma melhor contribuição dos pares (representante da FAMETRO e suplente no colegiado).

Sobre os desafios e obstáculos à participação e autonomia, Souza (2002) sintetiza que se trata de uma tarefa complexa, pois tanto o Estado como as forças políticas que se dispuseram a contribuir para uma ampla democratização mediante a criação de instâncias de participação, podem esbarrar em obstáculos. No entanto, para o autor tais obstáculos não são intransponíveis. “[...] em alguns locais eles ou alguns deles são mais fortes, em outros eles são mais fracos ou mais fáceis de serem vencidos. Isso é uma das tarefas iniciais de um governo que pretende assumir um perfil de compromisso com a mudança social e implementar políticas públicas progressistas” (Souza, 2002, p. 387).

Em relação ao caráter autônomo, Souza (1995) defende que a autonomia significa de maneira acessível, o poder de uma coletividade de controlar a si própria e por leis próprias, constituindo-se como a base para o ideal de desenvolvimento, sendo este pautado como uma forma de auto-instituição da sociedade em busca de sua liberdade com menos desigualdade, com discussão produtiva por parte de cada membro da coletividade, sobre o sentido e os fins do viver em sociedade, dos erros e acertos cometidos anteriormente, das metas materiais e espirituais, e acima de tudo da verdade e da justiça.

De maneira semelhante como observado no COMTUR Manaus, as ponderações retratadas pelos membros do colegiado do FORETUR/AM não se caracterizam como avaliação, apenas como uma retomada das discussões mantidas em reuniões tratadas em anos anteriores.

Portanto, fica evidente de que não há um sistema ou ferramenta de avaliação que possa monitorar o desempenho dos membros e da instância, impossibilitando assim um direcionamento e acompanhamento das ações planejadas e executadas. Para os membros do colegiado há uma descrença quanto à atuação da presidência do fórum (AMAZONASTUR) nas demandas voltadas à melhoria da imagem de Manaus como destino turístico. Para os respondentes o problema não está na promoção turística do município, mas, sim na infraestrutura e serviços básicos insuficientes que não atendem de forma satisfatória ao morador e ao turista.

Quanto aos aspectos referentes à categoria: quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela Instância, o representante da ABIH afirma que “[...] o Fórum não canaliza nada, não soma nada. Esta parceria independe do Fórum. As entidades diretamente com secretarias formalizam parcerias independentes do Fórum”. Entende-se que essa parceria almejada e expressada pelos representantes, tenha como objetivo a integração e a cooperação dos diversos setores sociais, políticos e econômicos em torno do desenvolvimento do turismo.

No entanto, para o suplente da Presidente do FORETUR durante os 11 anos de instituição do fórum, foram efetivadas parcerias com instituições como SEBRAE, ABAV, ABIH, CETAM, SENAC, Marinha, SEMSA, segurança pública, policiamento turístico, entre outras, objetivando o ordenamento da atividade turística no município, como por exemplo, durante a temporada de cruzeiros marítimos, em capacitações voltadas para profissionais de hotelaria, bares, agências de viagens. Além disso, de acordo com o suplente, a ABRASEL firmou parceira com o Sindicato dos Taxistas na disponibilização de *tablets* com aplicativo sobre serviços e informações sobre restaurantes da cidade.

No entanto, cerca de 53% dos membros afirmam NÃO terem sido realizadas parcerias no âmbito do FORETUR; 40% afirmaram que HOUVE parcerias e cerca de 7% NÃO LEMBRAM de parcerias ocorridas entre instituições. Portanto, mediante os dados apresentados, pode-se afirmar que a quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela Instância é considerada BAIXA, uma vez que 50% dos integrantes desconhecem parcerias dentro do fórum ou a articulação da instância junto a entidades governamentais, terceiro setor ou setor privado.

Quanto aos aspectos relacionados à categoria: disseminação e acesso das informações entre os integrantes da Instância, todos os membros do colegiado afirmaram que a comunicação ocorre através de ofícios, meio eletrônico como e-mails, telefonemas. No entanto, quanto à entrega e encaminhamento das atas internas com o resumo das reuniões, de acordo com os 90% dos entrevistados, não existe uma regularidade e antecedência na socialização das informações contidas nas mesmas.

[...] a maior dificuldade que eu critico muito é com relação às atas, aquilo ali, terminou a reunião, corrige e no máximo com uma semana deveriam encaminhar. Eles esquecem...você não recebe as atas. Eu quando eu quero, é por que eu brigo muito (representante do INPA e titular no colegiado).

Observou-se que, as decisões circulam de maneira interna no FORETUR/AM e 97% dos entrevistados desconhecem qualquer tipo de publicação fora da estrutura da instância como portais institucionais, diários oficiais ou outro veículo informativo.

Portanto, considera-se que a categoria disseminação e acesso das informações entre os integrantes da Instância é BAIXA, uma vez que os mesmos não recebem as informações deliberadas pelo grupo, em tempo hábil, antes das reuniões, de forma escrita ou oral. Demonstrando uma deficiência na gestão documental da instância, ou seja, não há um retorno e regularidade com relação ao envio das pautas para leitura e aprovação das mesmas, ou de canais de comunicação destinados à divulgação de relatórios e informações sobre o desempenho da instância, fato que desmotiva significativamente a frequência e participação nas reuniões da Instância.

Acerca da categoria confiança analisada no estudo, os resultados apontam que 90% dos membros do FORETUR possuem um relevante grau de confiabilidade entre os mesmos. Apesar de um pequeno número de ações efetivadas, existe uma reciprocidade e confiança entre os membros do colegiado. Porém, 10% afirmaram que não, pois muitos dos técnicos que se encontram no colegiado estão apenas representando a instituição, não havendo envolvimento, comprometimento e resolutividade nas ações.

Na análise dos representantes:

[...] eu confio nas ações das pessoas das instituições que estão lá. Não confio no Fórum, porque a gente até conversou antes, pra mim é muito discurso e pouca ação (representante do IPÊ e titular no colegiado).

[...] ele é formado por instituições que tem representatividade na sociedade, que têm compromisso e responsabilidade (representante do IBAMA e suplente no colegiado).

Como confiar nas promessas se não há resolutividade (representante da AFEAM e suplente no colegiado).

Não confio. Porque já se passou muito tempo e não tivemos nenhuma realização. Então, essa instância ficou desacreditada. Precisamos fazer uma reengenharia de todo esse processo (representante da ACA).

Dessa forma o grau de confiança entre os membros da instância é considerado BAIXO, uma vez que os representantes não compartilharam com ações planejadas e efetivadas pela instância, através de recursos humanos, físicos e financeiros.

Finalmente, de acordo com os elementos apontados sobre o desempenho do FORETUR/AM ficou evidenciado pelos membros do colegiado, de que existem entraves que dificultam o desenvolvimento do turismo no município de Manaus. No quadro 26 é possível identificar alguns relatos dos membros do colegiado do FORETUR/AM.

Quadro 26 – Relatos apontados pelos membros do colegiado do FORETUR/AM sobre os entraves para o desenvolvimento do turismo em Manaus.

“Falta uma sincronia entre os órgãos. Uma maior articulação e entendimento entre os mesmos. Nós não nos conhecemos, não sabemos o que cada um faz pelo turismo” (representante da SEDUC)

“Não existe um planejamento estratégico para as pastas do turismo na esfera estadual e municipal” (representante da AFEAM)

“Foram nomeados profissionais sem qualificação adequada para a gestão do turismo. Há falhas na indicação dos representantes. Muitos vão lá e perguntam: o que eu estou fazendo aqui?” (representante da SEMMAS).

“Burocracia, articulação e vontade política” (representante do SEBRAE)

“A falta de planejamento, do Plano Estadual de Turismo o qual é o norteador do desenvolvimento do turismo” (representante do INCRA)

“A ausência de bons projetos, de técnicos preparados e de estudos de mercado” (representante da AFEAM)

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Da mesma forma que ocorreu nos relatos dos membros do colegiado do COMTUR Manaus, as dificuldades encontradas pelos membros do FORETUR/AM no processo de planejamento e gestão da atividade turística no município de Manaus, referem-se à ausência de recursos financeiros que poderiam atender aos anseios dos membros. Há uma constante repetição na demanda das ações, ou seja, uma repetição constante de pautas, a ausência do Plano Estadual de Turismo e o desperdício de tempo para a concretização de ações relevantes para a atividade turística em Manaus e, que se prolonga ao fomento do turismo cultural. Constata-se que as ações não conseguem ser concretizadas, ficando apenas em nível de discussões pelo colegiado.

Como bem exprimiu Souza (2002, p. 46):

[...] planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou tirar partido de prováveis benefícios. [...] o planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar problemas e ampliar a margem de manobra.

Com base na análise do autor, o quadro 27 apresenta a sistematização da Matriz Analítica de Governança Turística de Nóbrega (2012; 2015) com as 08 (oito) categorias fundamentais para o entendimento da dinâmica da instância de governança denominada Fórum Estadual de Turismo do Amazonas (FORETUR/AM).

Quadro 27 – Elementos de governança considerados na pesquisa do FORETUR/AM.

CATEGORIA	VARIÁVEL (1)	VARIÁVEL (2)	VARIÁVEL (3)
Processo eletivo dos integrantes da Instância	EXISTE		
Equilíbrio da Representatividade da Instância		NÃO EXISTE	
Avaliação do desempenho da instância	BAIXA		
Participação qualitativa entre os membros da Instância	BAIXA		

Realização de avaliações sistemáticas do grupo	BAIXA		
Quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela Instância	BAIXA		
Disseminação e acesso das informações entre os integrantes da Instância	BAIXA		
Confiança nas ações propostas/sugeridas pelos integrantes da Instância	BAIXA		

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Os relatos apontados pelos membros do FORETUR/AM apontam que os resultados alcançados pela Instância são considerados como BAIXOS, conforme apresentados na Matriz Analítica de Governança. Poucas foram as decisões deliberadas pelos membros, que efetivamente tiveram um impacto real, uma transformação através de atuação política, em virtude também da ausência do Plano Estadual de Turismo.

Nesse contexto, o quadro 28 aponta os resultados apontados pelos integrantes, sobre a participação do FORETUR no desenvolvimento do turismo no município de Manaus.

Quadro 28 – Resultados apontados pelos integrantes sobre a participação do FORETUR no desenvolvimento do turismo no município de Manaus.

PARTICIPAÇÃO	%
RUIM	47%
REGULAR	23%
BOM	30%

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Cabe salientar que praticamente as ações e deliberações do colegiado do FORETUR/AM não contemplaram de forma efetiva as discussões e execuções de programas e projetos relacionados ao uso dos atrativos e potencialidades culturais com vistas ao fomento do turismo cultural no município de Manaus, apenas ações de eventos regionais, nacionais e internacionais e ações de qualificação profissional e de infraestrutura turística. Nota-se ainda uma ausência no uso e estímulo das expressões artísticas e culturais de Manaus representadas ainda pela dança, manifestações folclóricas, música e artesanato.

Defende-se aqui uma revisão do colegiado do FORETUR (apesar da revisão ter sido pautada e sugerida em reuniões da instância nos anos de 2008, 2009 e 2012, assim como o teor do Regimento Interno) através da análise do número e das instituições que o compõe para que haja uma harmonia entre os membros; a publicação em caráter imediato do Regimento Interno da Instância, onde será possível instituir a Secretaria e Diretoria do fórum, que contribuirão para o acompanhamento e providências junto ao colegiado; a definição e gestão das responsabilidades dos envolvidos, pois é perceptível que há uma fragilidade no

acompanhamento e comunicação da presidência da Instância e seu colegiado, uma vez que instituições se posicionaram na pesquisa informando que não fazem mais parte da Instância.

Há a necessidade de dinamização no formato das reuniões, para que haja uma participação mais efetiva dos membros na Instância, com a finalidade de fomentar e impulsionar o turismo no município de Manaus.

Conforme apontado por autores como Azevedo & Anastasia (2002); Nóbrega (2012); Neta & Almeida (2013); Santos & Bassanesi (2010), ao adotar os mecanismos de atuação através de instâncias de governança, o poder público não está mais limitado apenas à condição de regulação e condução social, mas, passa a ser uma organização que se propõe a adicionar novas formas de condução social e que pode possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas mais específicas e articuladas com as necessidades e características do setor turístico local. Nos quadros 29 e 30 observa-se a síntese da caracterização e sistematização do processo de planejamento e gestão das Instâncias pesquisadas e suas contribuições para o desenvolvimento do turismo em Manaus e de seus reflexos no fomento do turismo cultural no respectivo município.

Quadro 29 – Síntese da caracterização do COMTUR Manaus e FORETUR/AM.

INSTÂNCIA	NÚMERO DE MEMBROS DO COLEGIADO	NÚMERO DE MEMBROS ENTREVISTADOS	%
COMTUR Manaus	12	10	83,3%
FORETUR/AM	77	30	38,9%
Principais Características			
	COMTUR	FORETUR	-
Ano de Implantação	1998	2004	-
Lei de Implantação	Lei n°. 424 de 08 de janeiro de 1998	Decreto n°. 24.063 de 12 de março de 2004	-
Função	Consultivo e Deliberativo	Consultivo	-
Regimento Interno	Em fase de construção	Em fase de construção	-
Segmento representado pelo Presidente	Governamental	Governamental	-
Sede própria	Não	Sim	-

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Quadro 30 – Síntese do processo de planejamento e gestão do COMTUR Manaus e FORETUR/AM.

COMTUR Manaus			
CATEGORIA	VARIÁVEL (1)	VARIÁVEL (2)	VARIÁVEL (3)
Processo eletivo dos integrantes da Instância		NÃO EXISTE	
Equilíbrio da Representatividade da Instância		NÃO EXISTE	
Avaliação do desempenho da instância		MÉDIA	
Participação qualitativa entre os membros da Instância		MÉDIA	
Realização de avaliações sistemáticas do grupo		MÉDIA	

Quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela Instância	BAIXA		
Disseminação e acesso das informações entre os integrantes da Instância			ALTA
Confiança nas ações propostas/sugeridas pelos integrantes da Instância		MÉDIA	
FORETUR/AM			
CATEGORIA	VARIÁVEL (1)	VARIÁVEL (2)	VARIÁVEL (3)
Processo eletivo dos integrantes da Instância	EXISTE		
Equilíbrio da Representatividade da Instância		NÃO EXISTE	
Avaliação do desempenho da instância	BAIXA		
Participação qualitativa entre os membros da Instância	BAIXA		
Realização de avaliações sistemáticas do grupo	BAIXA		
Quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela Instância	BAIXA		
Disseminação e acesso das informações entre os integrantes da Instância	BAIXA		
Confiança nas ações propostas/sugeridas pelos integrantes da Instância	BAIXA		

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Referente ao quadro 30 apresentado anteriormente, elaborado a partir da Matriz Analítica de Nóbrega (2012; 2015), ao realizar-se a avaliação das Instâncias de Governança Turística COMTUR e FORETUR/AM no município de Manaus e a relação existente entre os membros representantes das instituições que compõem os colegiados de ambas, observou-se, no elemento **Confiança nas ações propostas/sugeridas pelos integrantes da Instância**, que há um grau relevante de confiabilidade entre os atores. No entanto, os arranjos institucionais que possibilitariam uma colaboração e a coordenação das ações propostas e planejadas ainda estão atrelados à prioridade e decisões políticas dos órgãos públicos que as coordenam. Tornando-se num nível muito baixo de desenvolvimento do turismo e insuficiente para o fomento do turismo cultural por parte das duas instâncias.

Por esse viés, o elemento confiança avaliado, nas percepções de Nóbrega (2015) e Putnam (1996) conforme discorrido anteriormente, se refere a um componente fundamental das relações sociais, pois quanto mais houver em um arranjo, possibilidades de adesão de seus cidadãos através de associações baseadas na confiança mútua, maior é o volume de capital social presente na mesma e, portanto, no compartilhamento das propostas que serão apresentadas e discutidas na instância, seja através de recursos humanos, físicos e financeiros.

Dentre as duas instâncias pesquisadas, merece destaque o COMTUR Manaus, apesar de ter sido instituído em um cenário político nacional, no qual não se vislumbrava a importância da constituição de organismos capazes de discutir de maneira coletiva e compartilhada o desenvolvimento do turismo. Pelo fato ainda de ter sido desativado em 2006 e retomado suas ações em 2013, há uma tentativa de organização da Instância e, o compromisso para cumprimento das ações propostas em pauta pelos membros representantes, embora a Instância tenha a menor representatividade em relação ao FORETUR/AM.

Apesar do exposto, de acordo com a análise do elemento **Equilíbrio da Representatividade da Instância**, o qual propõe uma divisão igualitária, entre o Poder Público, 3º Setor e Iniciativa, ambas as instâncias necessitam de organização imediata em seu colegiado. Obrigatoriamente o FORETUR/AM, que além da revisão do colegiado, necessita da incorporação do caráter deliberativo de suas pautas, o que para a maioria dos informantes da pesquisa, não ocorre de maneira regular, pois com onze anos de funcionamento, ainda não alcançou na visão da grande maioria dos membros do colegiado, resultados expressivos e que contribuíram para o desenvolvimento turístico em Manaus.

Além disso, observa-se ser relevante que, após a revisão e reorganização da representatividade dos colegiados, o elemento **Processo eletivo dos integrantes da Instância** seja efetivado de maneira transparente no momento da nova composição das instâncias, mediante reuniões ou plenárias para a composição da mesma.

Quanto ao elemento **Avaliação do desempenho da Instância**, que é considerado como nível alto, quando a regularidade das reuniões segue o planejamento definido pelo grupo, as ações propostas são efetivadas em quase sua totalidade e os temas discutidos na pauta preocupam-se com o desenvolvimento turístico local, observou-se um resultado insatisfatório por parte do FORETUR/AM, uma vez que de acordo com os respondentes, há uma irregularidade das reuniões, as quais não seguem o planejamento definido pelo grupo e as ações propostas não são concretizadas, assim como os temas das pautas não discutem o desenvolvimento turístico local.

Esse resultado pode também estar associado ao fato de não haver uma compreensão do formato, propostas, objetivos e resultados das ações das instâncias para a atividade turística por parte da maioria dos membros do colegiado. Da mesma forma que muitos dos integrantes não atuam diretamente na atividade turística, não possuem formação específica na área e, assim não reconheçam o papel imprescindível que possuem no processo de desenvolvimento do turismo no município de Manaus.

Portanto, o turismo seria uma atividade muito mais promissora e socialmente inclusiva se fomentasse o capital social nas localidades e organismos onde se instala. Mas, em decorrência do caráter tecnocrata de políticas públicas de turismo anteriores, não foi despertado nos indivíduos os aspectos de confiança, solidariedade e associação.

Por fim, outro ponto convergente entre as instâncias está relacionado ao elemento **Quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela instância**, o qual tem seu nível considerado como alto quando o representante identifica mais de uma ação efetuada entre a instituição que representa e a instância, em um período de 12 meses, ou seja, benefícios para ambos os lados quer seja na área de capacitação, instalação física, mudança social. Foi possível observar que ambas as instâncias tiveram resultados insatisfatórios, pois os representantes não conseguiram apontar nenhuma parceria efetuada entre a instituição que representa e a instância, ou seja, nenhum benefício para ambos os lados.

Dessa forma, o poder público possui o papel de articulador das ações, do incentivo a condição de agente das pessoas, para que estas possam se colocar e atuar conjuntamente na escolha dos caminhos que serão trilhados em busca do desenvolvimento do turismo, uma vez que, sujeitos ativos conseguem de maneira mais efetiva contribuir para a transformação social. Com isso, a expansão da educação básica e escolaridade, o aumento da independência econômica, e outras alterações sociais e econômicas ajudam os indivíduos a serem cidadãos ativos, cabendo ao Estado o papel central no fomento para a emergência de indivíduos ativos participantes de ações para o desenvolvimento (este pautado nos aspectos da endogenia e de liberdade tratados anteriormente) e conseqüentemente para a atividade turística.

É pertinente registrar ainda o papel central que a AMAZONASTUR e a MANAUSCULT desenvolvem no funcionamento das Instâncias, como presidentes destas, na mobilização, constituição e acompanhamento dos grupos que compõem os colegiados. Mas, é salutar que os órgãos de turismo necessitem de maneira imediata da publicação dos Planos Municipal e Estadual de Turismo atualizados, bem como de um planejamento estratégico, com indicadores e metas de desempenho, que sejam passíveis de avaliação, direcionamento e monitoramento das ações e desempenho das instâncias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição do Ministério do Turismo (MTur) no ano de 2003 e de programas como o PRT, implementados posteriormente à sua criação, possibilitou que o planejamento e execução das ações de turismo fossem encaminhados sob o enfoque da regionalização, da valorização dos estados e municípios, da participação ativa da sociedade ligada à cadeia produtiva do turismo, como também da descentralização das ações em nível federal.

As Instâncias de Governança nesse sentido emergiram no intuito de superarem o esgotamento das tentativas das instituições tradicionais em dar celeridade ao desenvolvimento do turismo. Com isso, a constituição desses arranjos organizacionais vislumbrou a eficácia da desburocratização, do planejamento descentralizado e do desenvolvimento endógeno, pautado no bem-estar econômico, social e cultura das comunidades locais.

A avaliação do COMTUR Manaus e FORETUR/AM evidenciou as dificuldades para o alcance de resultados satisfatórios da atividade turística em Manaus e do consenso entre os membros dos colegiados, pois para os representantes do FORETUR há uma caracterização de que o colegiado se faz presente apenas como expectador dos diálogos ocorridos nas reuniões e não como participantes ativos das discussões, das propostas levantadas e decisões tomadas. Os membros se consideram apenas como “aprovadores” das prestações de contas do órgão oficial de turismo.

Para os respondentes do FORETUR, outro aspecto apontado é a expressiva rotatividade de participação dos representantes das entidades nos encontros, nem sempre é o titular ou o suplente quem participa das reuniões e, o perfil das pessoas que representam as organizações, ou seja, o perfil dos seus membros nem sempre está ligado à atividade turística, não possui capacidade de representação, negociação ou decisão em relação à entidade que representa.

De acordo com os relatos dos membros, o turismo no município de Manaus não é considerado como prioritário para o poder público municipal e estadual, sendo o discurso utilizado pelos representantes do poder público é de que o turismo é uma relevante atividade econômica, que traz melhorias para a qualidade de vida da população e, representa uma oportunidade de preservação cultural e ambiental das localidades onde está inserido.

Por esse viés, é pertinente o uso da autonomia em ambas as Instâncias Turísticas, no sentido de que as mesmas possam alcançar processos efetivos de avaliação de suas ações planejadas e executadas, e de mudanças estratégicas no formato das reuniões, encontros e das

discussões em caráter deliberativo, para que se possa almejar uma maior participação coletiva com vistas do desenvolvimento do turismo cultural no município de Manaus.

Entende-se dessa forma que o caráter autônomo que deve predominar nas instâncias de governança, observado e sugerido pelos membros respondentes, refere-se à participação de maneira igualitária, democrática e coletiva para todos nas discussões; propostas de planejamento e avanços para a atividade turística em Manaus, ou seja, o comprometimento com os resultados esperados. Ao tomar parte de uma decisão, um cidadão se torna mais responsável pelo seu resultado, tanto para o bem, caso a decisão se mostra acertada, quanto para o mal, caso a decisão se revele equivocada.

A importância da constituição das instâncias de governança e, ao mesmo tempo a ausência do caráter autônomo e participativo na tomada de decisões pelas mesmas, de acordo com análises de Caccia Bava (2005), pode ser reafirmado sobre a relevância das mesmas como uma conquista da sociedade civil, que devem ser valorizadas enquanto resultado de lutas, como espaços instituídos para a participação da cidadania. Esses espaços surgiram porque o sistema político não foi capaz de absorver os novos atores coletivos da sociedade civil que demandavam sua entrada na cena pública com mais força política.

Apesar de o COMTUR Manaus ter sido reativado há apenas dois anos e o FORETUR/AM estar em funcionamento há onze anos, observa-se que um número significativo de ações foi desenvolvido em Manaus nos últimos anos, sendo algumas consideradas relevantes pelos membros dos colegiados e outras consideradas irrelevantes, como citado anteriormente. Contudo, a utilização dos recursos culturais para a atividade turística cultural em Manaus necessita de ações mais efetivas de caráter imediato, para que o segmento possa contribuir e fortalecer em resultados mais positivos do turismo no município de Manaus. É necessário ainda o acompanhamento por parte do Ministério do Turismo nas ações e no processo de desempenho do FORETUR/AM, uma vez que o Estado, através da elaboração de políticas públicas, tem o papel de organizar a sociedade, de dirigir processos que, de certa maneira, devam atender aos anseios e necessidades da população. No que se reporta à atividade turística, o Estado, através da constituição dessas Instâncias de Governança, deve possibilitar um direcionamento adequado para a mesma, envolvendo um planejamento que contemple ações de curto, médio e longo prazo.

Em Manaus, o desenvolvimento do turismo de maneira endógena, conforme discutido por Barquero (1999), pode representar um avanço para a economia do município e do estado do Amazonas, transformando em sujeitos do desenvolvimento os atores que atuam na atividade turística, bem como aqueles que se fazem presentes como integrantes das

Instâncias de Governança Turística, analisadas nesse estudo. No quadro 31, é possível identificar algumas recomendações apontadas pelos membros dos colegiados, que podem contribuir nas relações entre os integrantes das instâncias e, dessa maneira, para um melhor desempenho e resultados mais positivos para as mesmas.

Quadro 31 – Sugestões apontadas pelos membros dos colegiados, para a melhoria de atuação do COMTUR Manaus e FORETUR/AM.

COMTUR Manaus e FORETUR/AM	
CATEGORIA	AÇÕES
Processo eletivo dos integrantes da Instância	1- Publicar o Regimento Interno das Instâncias, onde ficam estabelecidos os critérios eletivos, definição de regras, competências, avaliação e monitoramento dos cargos; 2- Avaliar e/ou permitir que outras instituições ligadas direta ou indiretamente à atividade turística possam participar do processo de discussão e construção da política para o desenvolvimento do turismo no município de Manaus; 3- Mostrar clareza nos papéis dos atores indicados para o colegiado (público, privado e do terceiro setor).
Equilíbrio da Representatividade da Instância	1- Revisar as instituições que compõem os colegiados com vistas à exclusão e/ou inclusão de novas instituições; 2- Garantir uma composição tripartite paritária, ou seja, 33,3% para o poder público, 33,3% para o setor privado e 33,3% para o terceiro setor.
Avaliação do desempenho da instância	1- Criar um sistema de avaliação ou ferramenta para monitorar o desempenho da instância, de seus membros e das ações pactuadas nas reuniões; 2- Ter clareza da missão da instância, a sua razão de ser e o sentido de sua organização; 3- Possibilitar a frequência e regularidade nas reuniões por parte dos membros dos colegiados; 4- Conduzir de forma objetiva as reuniões, evitando-se o desvirtuamento das pautas e objetivos propostos; 5- Possibilitar a discussão para além da realização de eventos, como a melhoria da infraestrutura e serviços turísticos; Investir em capacitação profissional dos membros para atuação no setor turístico; 6- Propor e efetivar ações em curto, médio e longo prazo, para motivar a participação e credibilidade dos membros dos colegiados; 7- Fortalecer a parceria com instituições públicas e privadas ligadas diretamente ou indiretamente com a atividade turística.
Participação qualitativa entre os membros da Instância	1- Criar mecanismos que viabilizem a participação social na instância através da indicação de pessoal com atenção aos critérios de experiência e qualificação técnica na área respectiva; 2- Realizar seminários de integração para discutir a necessidade de avaliação das instâncias; 3- Sensibilizar os gestores sobre a importância da indicação dos técnicos e secretários nas reuniões que tratem do desenvolvimento do turismo em Manaus.
Realização de avaliações sistemáticas do grupo	1- Elaborar diagnóstico organizacional para adoção de ações estratégicas, objetivando um melhor desempenho das instâncias, com as ações discutidas, realizadas e seus resultados; 2- Realizar reuniões específicas para tratar dos resultados dos diagnósticos elaborados; 3- Encaminhar os resultados do diagnóstico aos órgãos competentes.
Quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela Instância	1- Identificar articuladores dentro dos colegiados para o trato de diversos interesses da área de turismo e que dependem da atuação de outras instituições.
Disseminação e acesso das informações entre os integrantes da Instância	1- Estabelecer formalmente as diretrizes e gestão documental para a comunicação com o colegiado (guarda, preservação e encaminhamento de documentos da instância); Encaminhar e publicar regularmente as pautas e as atas das reuniões realizadas pelas instâncias
Confiança nas ações propostas/sugeridas pelos integrantes da Instância	1- Articular maior participação e sintonia entre as Presidências das instâncias e os membros dos colegiados.

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

É relevante destacar que de acordo com o que foi apontado como sugestão pelos membros dos colegiados para o melhor desempenho das Instâncias de Governança, é necessário redesenhar o formato institucional especialmente do FORETUR/AM, considerando a possibilidade de exclusão de algumas instituições que não se fazem presentes às reuniões ou não agreguem contribuições ao grupo e/ou, a inclusão de novas instituições e, que dessa maneira, tanto o FORETUR quanto o COMTUR possam ser capazes de garantir à autonomia de ambas as instâncias, de promover ações turísticas que atendam às necessidades econômicas, melhorem a qualidade de vida da população local e de sua infraestrutura, tornando Manaus efetivamente no portão de entrada para o turismo no estado do Amazonas.

Novamente ressalta-se que ações muito pontuais foram desenvolvidas pelo poder público estadual, municipal, privado e terceiro setor no que se refere à exploração da prática da cultura municipal. A mesma deve ser considerada como um segmento econômico e social relevante, que não pode ficar estático e sem fomento para o turismo em Manaus.

As atividades das instâncias precisam focar na produção de resultados e que esses resultados possam ser observados pela sociedade como um todo. Dessa forma, não basta produzir resultados, mas possibilitar a visibilidade social aos mesmos.

É pertinente uma priorização das atividades relacionadas ao aproveitamento dos aspectos culturais por parte da MANAUSCULT e AMAZONASTUR; e articulação com a Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas, pois é notório que grande parte do fomento da atividade turística no município de Manaus, em relação ao potencial cultural e de investimentos para o segmento, é desenvolvido pela Secretaria de Cultura. Percebeu-se que ambas as instâncias não possuem estratégias e muito menos articulações entre as pastas, para o fomento do turismo cultural, nem para evidenciar as práticas culturais nas atividades ecoturísticas já existentes, alinhadas ou estruturadas e que possam fortalecer o segmento em Manaus.

Quanto aos objetivos estabelecidos neste estudo, os resultados apontaram que os membros representantes dos colegiados atuam em ambientes de incerteza quanto ao funcionamento das Instâncias; alguns membros possuem limitações técnicas e decisórias, tanto pelos assuntos tratados, quanto pela ausência dos regulamentos, planos e programas que direcionem as ações e decisões que devem tomar. Além disso, as instâncias possuem deficiências de mecanismos de monitoramento e avaliação do que planejam e executam.

Observou-se ainda que as ações e deliberações dos colegiados do COMTUR e FORETUR não contemplaram de forma efetiva e articulada as discussões e execuções de programas e projetos relacionados ao aproveitamento dos atrativos e potencialidades culturais

com vistas ao fomento do turismo cultural no município de Manaus, apenas ações de qualificação profissional, de infraestrutura, de participação e realização de eventos os quais contemplam em sua maioria aspectos da gastronomia (no entanto, com pouca ênfase na culinária local), shows musicais e a tentativa de revitalização do centro histórico.

Nota-se ainda uma ausência no uso e estímulo das expressões artísticas e culturais de Manaus, representadas ainda pela dança, manifestações folclóricas, música, artesanato e também pela cultura indígena.

É necessário ainda o entendimento do formato desses arranjos institucionais, que foram criados para selecionar as demandas dos municípios e estados, como é o caso do FORETUR/AM e, encaminhá-las ao MTur. Essas práticas vêm ocasionando a falta de estímulo, incentivo e incerteza quanto à participação dos membros no colegiado. Além da criação dessas engenharias institucionais, através das Instâncias de Governança, é necessário que mecanismos sejam implementados sob o ponto de vista técnico e político, para possibilitar a efetiva concretização de ações.

Além disso, a falta de publicação dos Regimentos Internos de ambas as instâncias é um fator negativo, uma vez que a inexistência de procedimentos para o tratamento de conflitos de interesse, responsabilizações, condutas, diretrizes, sanções cabíveis e obrigаторiedades poderiam ser aplicados caso houvesse a legitimidade documental. Dessa forma a publicação dos regimentos internos poderá nortear os princípios e comportamentos esperados, bem como ser uma ferramenta no acompanhamento da frequência e do comprometimento na realização das atividades propostas.

O crescimento e o desenvolvimento do turismo cultural no município de Manaus e a valorização do seu patrimônio cultural, poderão estar vinculados às definições estratégicas e políticas públicas que favoreçam os bens culturais, cuja utilização turística seja conciliável às demandas dos consumidores, aos seus benefícios, à realidade da comunidade e, ao ordenamento do espaço, incluindo-se os diferentes elementos culturais e ambientais, a integração da oferta de serviços turísticos, através de uma infraestrutura adequada às peculiaridades do município.

Dessa forma, o aproveitamento da atratividade e potencialidade cultural existente deve ser analisado como uma alternativa capaz de permitir o “repensar” o turismo em Manaus, sendo este, um desafio que as instâncias de governança ainda precisam vencer, de forma articulada com os diversos atores envolvidos na atividade turística, como os planejadores e gestores das políticas públicas, além dos operadores turísticos, os quais estão à frente das ações diretas de divulgação e comercialização para esse mercado consumidor, pois

assim, as mesmas poderão proporcionar um nível satisfatório de desenvolvimento turismo, tendo como complementaridade o turismo cultural.

Por fim, o turismo por si só é uma atividade de caráter cultural. Visitar lugares, estabelecer o contato com moradores locais, degustar da gastronomia da região e experimentar as rotinas locais é partilhar de elementos e significados distintos, é envolver-se da relevância cultural dos locais visitados.

Por tudo isso, a atividade turística é, na sua essência, um experimento cultural. Desse modo, o turismo não deve ser pensado e concebido de maneira isolada e separada do contexto social e cultural, pois o turismo, seja pelo seu atrativo, seja pelas experiências vivenciadas pelos turistas, sempre sustentou um vínculo com a cultura, enquanto pilar da prática humana.

A observação da realidade das instâncias de governança turísticas em Manaus demonstrou que nenhuma apresenta a totalidade das características descritas anteriormente na Matriz Analítica de Governança Turística. Entretanto, esta listagem pode contribuir como referencial para que as mesmas possam continuar avançando no exercício das suas atribuições e cumprimento do seu papel transformador do turismo no município de Manaus.

REFERÊNCIAS

- Acerenza, M. A. (2002). *Administração do turismo: conceituação e organização*. Bauru, SP: Edusc.
- Albano, C., & Murta, S. M. (2002). *Interpretar o Patrimônio – um exercício do olhar*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG.
- Almeida, A. W. B. de (2008). *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas.
- American Psychological Association. (2010). *Publication manual of the American Psychological Association* (6a ed.). Washington, DC: APA. Recuperado em 20, fevereiro, 2015 de <http://www.apastyle.org/index.aspx>
- Arocena, J. (2001). *El desarrollo local: un desafío contemporáneo*. Buenos Aires: Universidad Católica.
- Associação Brasileira das Empresas Organizadoras de Eventos (ABEOC). (2012). *Melhores destinos de ecoturismo no Brasil e exterior*. Recuperado em 12, janeiro, 2015 de: <http://www.abeoc.org.br/2012/09/pesquisa-indica-melhores-destinos-de-ecoturismo-no-brasil-e-exterior/#sthash.OWUoSB4f.dpuf>
- Ávila, M. A. (2009). *Política e Planejamento em Cultura e Turismo*. Ilhéus, BA: Editus.
- Azevedo, F.F, Figueiredo, S. L. L., Nóbrega, W. R. M., & Maranhão, C. H. S. (2013). Turismo em foco: globalização e políticas públicas. In: Azevedo et al. *Turismo em foco*. (p. 23). Belém, PA: Ed. do NAEA da UFPA.
- Azevedo, S., & Anastasia, F. (2002). Governança, “Accountability” e Responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas em Minas Gerais. *Revista de Economia Política*, 22 (1), 80.
- Barretto, M., & Rejowski, M. (2009). Considerações epistemológicas sobre segmentação: das tipologias turísticas à segmentação do mercado. In: Netto Panosso, A., & Ansarah, M. G. *Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Barueri, SP: Manole.
- Barretto, M. (2001). *Turismo e legado cultura: as possibilidades do planejamento* (2a ed.). Campinas, SP: Papirus.
- _____. (2012). *Manual de iniciação ao estudo do turismo* (20a ed.). Campinas, SP: Papirus.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Becker, B. K. (2001). Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, 1, (1), 1-7. Recuperado em 10, outubro, 2014 de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=2&path%5B%5D=1.pdf>
- _____. (2010). Geografia política e território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. In: Silva. A. C. da. *Ateliê Geográfico* 4,(4. p.281-298).

- Becker, D. F., & Wittiman, M. L. (Org). (2003). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, SC: Ed. da UNISC.
- Beni, M. C. (2006). *Política e planejamento do turismo no Brasil*. São Paulo: ALEPH.
- Bittencourt, A. (1969). *Fundação de Manaus: pródromos e sequências*. Manaus: Sérgio Cardoso
- _____. (2012). *Manaus*. Manaus. Editora: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura.
- Bobbio, N. (2007). *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Boisier, S. (2000). Desarrollo (Local): de qué estamos hablando? In: Becker, D. F., & Bandeira, P.S. *Desenvolvimento Local e Regional: Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Boullón, R. C. (2005). *Os municípios turísticos*. Bauru, SP: Edusc.
- Bosi, A. (1997). O Conceito de tradição. In: Bornheim, G. et al. *Cultura brasileira: tradição e contradição* (pp. 33-58). Rio de Janeiro: Zahar
- Brandão, C. A. (2004). O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o “jogo das escalas”. In. *Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. Desigualdades sociais*. Recuperado em 12, fevereiro, 2015 de http://www.researchgate.net/publication/228728617_O_Processo_de_Subdesenvolvimento_As_Desigualdades_Espaciais_eo_Jogo_das_Escalas
- Brasil. Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) (2015). *Ecoturismo em Manaus*. Recuperado em 20, fevereiro, 2015 de <http://www.visitbrasil.com/visitbrasil/opencms/portalembatur/pt/ecoturismo-em-manaus.html>
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente (2003). *Programa para o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal Brasileira – PROECOTUR*. Recuperado em 12, novembro, 2014 de: <http://www.mma.gov.br/pot/sca/proeco/turverd.html>
- Brasil. Ministério do Turismo. (2006). *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.
- _____. Ministério do Turismo. (2008). *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação.
- _____. Ministério do Turismo (2013). *Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil 2013*. Brasília.
- _____. Ministério do Turismo (2014). *Programa de estímulo ao desenvolvimento do turismo sustentável*. Brasília. Recuperado em 03, novembro, 2014 de: http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/Estimular_desenvolvimento_sustentavel_da_atividade_turistica

- _____. Ministério do Turismo (2015). *Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo (CADASTUR)*. Brasília. Recuperado em 05, janeiro, 2015 de: <http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/PesquisarEmpresas.mtur>
- _____. Ministério do Turismo (2015). *Manaus recebe cada vez mais turistas estrangeiros*. Recuperado em 27, janeiro, 2015 de: <http://www.brasil.gov.br/turismo/2015/01/manaus-recebe-numero-cada-vez-maior-de-estrangeiros>
- _____. Ministério do Turismo (2015). *Conheça os destinos brasileiros de ecoturismo*. Recuperado em 25, fevereiro, 2015 de: <http://www.brasil.gov.br/turismo/2015/02/conheca-destinos-brasileiros-de-ecoturismo>
- _____. Ministério do Planejamento (2014). *PAC 2*. Recuperado em 09, novembro, 2014 de: <http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/pac-cidades-historicas/am>
- Caccia Bava, S. (2000). *A força e a fraqueza da cidadania*. Recuperado em 11, março, 2015 de <http://www.cefetsp.br/edu/eso/cidadania/forcafraquezacidadania.html>
- _____. (2005). Democracia e participação. In: Teixeira, A. C. C. (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo, SP: Instituto, Pólis.
- Canclini, N. G.(1997). *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. (Lessa, A. R., & Cintrão, H. P. Trads.). São Paulo: Ed. da USP.
- Camargo, P., & Cruz, G. da. (Org.). (2009). *Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus, BA: Editus.
- Castells, M. (2000). *A era da informação: economia, sociedade e cultura, o poder da identidade* (2a ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Castriota, L. B. (2004). Patrimônio: conceitos e perspectivas. In: Bessa, A. S. M. (Coord.). *Preservação do patrimônio cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro*. Belo Horizonte: CREA-MG.
- Castrogiovanni, A. C. (2004). Turismo, ecoturismo e sustentabilidade: inquietações e possibilidades. In: Gastal, S., & Moesch, M. M. *Um outro turismo é possível* (Org.). São Paulo: Contexto.
- Choay, F. (2001). *A alegria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Estação da Liberdade.
- Costa, E. B., & Oliveira, B. C. (2007). Política de patrimônio e usos estabelecidos: o caso de Tiradentes – uma cidade setecentista mineira. *Estudos Geográficos, Rio Claro*, 5 (2), (pp.113 -130).
- Costa, E. B. (2008). Refuncionalização de patrimônio cultural e a nova racionalidade da organização socioespacial em núcleos urbanos tombados. *Estudos geográficos, Rio Claro*, 6(2), (pp. 53 -73).
- Cunha, H. B. da., & Pascoaloto, D. (2006). *Hidroquímica dos rios da Amazônia. Manaus*. Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura.
- Cruz, R. C. (2001). *Política de turismo e território* (2a ed.). São Paulo: Contexto.
- Dencker, A. de F. M. (2001). *Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo* (5a ed.). São Paulo: Futura.
- Diaz Bordenave, J. E. (1994). *O que é participação?* (8a ed.). São Paulo: Brasiliense.

Diniz, F. (2006). *Crescimento e desenvolvimento económico – modelos e agentes do processo*. Lisboa: Edições Sílabo.

Duarte, D. M. (2009). *Manaus: entre o passado e o presente* (1a ed.). Manaus: Mídia Ponto Comm.

Empresa Estadual de Turismo- AMAZONASTUR. (2014). Recuperado em 27, julho, 2014 de:
<http://visitamazonastour.com/site2/informacoes> e
<http://www.amazonas.am.gov.br/2014/04/amazonastur-prepara-mercado-italiano-para-vender-manaus-na-copa-2014/>

Faco, R. A., & Neiman, Z. A. (2010). A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: Neiman, Z. A., & Rabinovici, A. (Orgs.). *Turismo e Meio Ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole.

Faraco, L. N. R. & Cáuper, G. C. B. (2012). *Gastronomia da Amazônia*. Manaus. Editora: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura.

Faria, I. F. (2005). Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. Pasos. *Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*, 3 (1), (pp. 63-77).

Figueiredo, S. J. L. (1999). *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: Ed. do NAEA da UFPA.

_____. (Org.). (2008). *Turismo, lazer e desenvolvimento urbano e regional*. Belém: Ed. do NAEA da UFPA.

_____. (2010). *Viagens e viajantes*. São Paulo: AnnaBlume.

Figueiredo, S. J. L., & Nóbrega, W. R. M. (2009). Políticas públicas y gestión del turismo en la amazonía. *Estudios turísticos*, (180, pp. 129-140).

Figueiredo, S. J. L., Nóbrega, W.R. M., Bahía, M. & Piani, A. (2012). Planificación y gestión de las visitas al patrimonio natural y cultural *Estudios y Perspectivas en Turismo*,(21, pp. 355 – 371)

Fonseca, M. A. F. (2005). *Espaço e políticas de turismo e competitividade*. Natal: Ed. da UFRN.

Freire, J. R. B (2011). *Manaus, o velho porto de lenhas: a história que querem esquecer*. Recuperado em 09, novembro, 2014 de: <http://manaushistoria.blogspot.com.br/2011/02/historia-que-querem-esquecer.html>

Frey, K. (2000). Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas* n°. 21 - Jun de 2000.

Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – MANAUSCULT. Recuperado em 16, julho, 2014 de: <http://manauscult.manaus.am.gov.br>

Furtado, C. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Editora Nacional.

Gastal, S. (1988). *Turismo: 9 propostas para um saber- fazer*. Porto Alegre: Editora PUCRS.

Geertz, C. (1989). *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC.

- Governo do Estado do Paraná. (2009). *Orientações Práticas às Instâncias de Governança de Turismo do Paraná*. Recuperado em 07, dezembro, 2014 de: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhaInstanciasdeGov.pdf>.
- Guimarães, M. R. C. (2012). *A paisagem urbana como diferencial no turismo em Manaus: uma análise da avenida sete de setembro*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí. Balneário de Camboriú, SC. Brasil.
- Hall, C. M. (2004). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- ICOMOS. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. (2000). Carta de Burra. In: Cury, I. (Org.). *Cartas patrimoniais*. (2a ed.). Rio de Janeiro: IPHAN.
- _____. (2014). Recuperado em 07, novembro, 2014 de: <http://www.icomos.org/fr/a-propos-de-licomos/mission-et-vision/licomos-en-bref-2>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo Demográfico*. Recuperado em 28, julho, 2014 de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm
- _____. (2015). *Contas Regionais do Brasil 2011*. Recuperado 18, março, 2015 de em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2014). Recuperado em 17, outubro, 2014 de: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>
- Krippendorf, J. (2000). *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.
- Lanzarini, R., & Barretto, M. (2014). Políticas Públicas no Brasil para um turismo responsável. *Revista Turismo - Visão e Ação*, 16 (1). Jan. - Abr.
- Laraia, R. B. (2002). *Cultura: um conceito antropológico* (15a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lima, R. A. P. F. (2003). *O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Brasil.
- Loureiro, A. J. S. (1978). *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Editora Imprensa Oficial do Amazonas.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (1999). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados* (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Martins, H. F. (2003). *Uma teoria da fragmentação de políticas públicas: desenvolvimento e aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública*. Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, São Paulo, SP. Brasil.
- Marx, K. (1982). *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: DIFEL.
- Mattar, F. N. (2001.) *Pesquisa em marketing* (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Mazzotti, F. L., & Marangoni, M. T. (2014). *Amazônia: estradas d'água* (1a ed.). Bento Gonçalves, RS: Fabiano Laércio Mazzotti.

Mesquita, O. M. de (2006). *Manaus: história e arquitetura – 1852-1910* (3a ed.). Manaus: Valer.

Miranda, R. N. de (2013). *Zona Franca de Manaus: desafios e vulnerabilidades*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal.

Moesch, M. M. (1998). Turismo: virtudes e pecados. In: Gastal, S. (org.). *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Porto Alegre: Editora PUCRS.

_____. (2002). *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto.

Monteiro, M. Y. (2012). *Fundação de Manaus* (5a ed.). Manaus. Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura.

_____. (2014). *Cozinha popular amazonense*. Manaus. Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura.

Murta, S. M. (2002). Turismo histórico-cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. In: Murta, S. M., & Albano, C. (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG. Território Brasilis.

Nascimento, A. M. V. do, Rocha, L. K. S., Azevedo, F. F., & de Moraes, I. R. D. (2013). Turismo e transformações socioespaciais: uma aproximação teórica e conceitual. *Turismo & Sociedade*. 6 (2). Recuperado em 11, outubro, 2014 de <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/view/31933/20355>

Neiman, Z., & Mendonça, R. (Org.). (2005). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri, SP: Manole.

Neta, T. C. de A., & Almeida, L. de S. B. (2013). *Governança e gestão na região metropolitana de Natal*. Recuperado em 12, maio, 2014 de <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4303>

Netto Panosso, A., & Ansarah, M. G. R. (Org.). (2009). *Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Barueri, SP: Manole.

Nóbrega, W. R. M. (2012). *Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA. Brasil.

_____. (2013). Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços no estado do Pará. In. Azevedo, F.F... et al. *Turismo em foco*. (p. 98). Belém: Ed. do NAEA da UFPA.

_____. (2015). Arenas públicas de turismo: proposta metodológica para avaliação de Instâncias de Governança Local / Regional. *Anais do 7º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Brasília. Recuperado em 15, agosto, 2015 de: <http://anppas.org.br/novosite/index.php?p=viienanppas>

Organização Mundial do Turismo. (1992). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca.

_____. (2011). *O turismo internacional mantém impulso apesar dos desafios*. Recuperado em 03, maio, 2014 de:

<http://media.unwto.org/press-release/2011-06-30/international-tourism-maintains-momentum-despite-challenges>

Pereira, F. R. C. (2009). *O ecoturismo no Estado do Amazonas: uma análise da situação legal dos empreendimentos ecoturísticos no contexto da legislação e o licenciamento ambiental*. Dissertação de Mestrado Profissional, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, Manaus, AM. Brasil.

Pires, P. S. (2002). *Dimensões do ecoturismo* (1a ed.). São Paulo: SENAC.

Pires, M. (2001). *Lazer e turismo cultural*. São Paulo: Manole.

Prefeitura Municipal de Manaus. (2014). *Manaus, 01 ano*. Manaus. Publicação de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Comunicação (SEMCOM).

_____. (2015). *Mapas e dados de Manaus*. Recuperado em 17, janeiro, 2015 de: <http://www.manaus.am.gov.br/manaus/mapa-e-dados>

Putnam, R. D. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

Ribeiro, E. M. (2013). *Prospectiva e Sustentabilidade do Ecoturismo: uso da técnica de construção de cenários no Estado do Amazonas*. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. DF. Brasil.

Richards, G. (2009). Turismo Cultural: padrões e implicações. In: Camargo, P. de, & Cruz, G. da. (Orgs.). *Turismo Cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: BA: Editus.

Ruschmann, D. V. M. (1997) *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus.

Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo.

Santos, C. H. S, & Bassanesi, M. M. R. (2010). *Turismo e redes: um novo caminho para a organização no início do século XXI*. Caxias do Sul, RS: EDUCS.

Santos, M. (1999). *A natureza do espaço: espaço e tempo – razão e emoção* (3a ed.). São Paulo: Hucitec.

Santos, M., & Silveira, M. L. (2001). *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

Sarges, M. de N. (2010). *Belém: Riquezas produzindo a belle époque (1870-1912)* (3a ed.). Belém: Paka-Tatu.

Secretaria de Estado de Cultura. (2014). *Calendário de eventos culturais e patrimônios históricos de Manaus*. Recuperado em 26, julho, 2014 de: <http://www.cultura.am.gov.br>

_____. (2015). *Um estudo de caso sobre economia da cultura: a Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas (1997-2014)*. Recuperado em 23, janeiro, 2015 de: <http://www.cultura.am.gov.br>

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. (2013). *Perfil da Região Metropolitana de Manaus 2011/2012*. Recuperado em 03, janeiro, 2015 de: <http://www.seplan.am.gov.br>

_____. (2008). *Plano de Desenvolvimento Preliminar APL de Turismo Ecológico e Rural Cidade Pólo: Manaus*. Recuperado em 20, fevereiro, 2015 de: <http://www.seplan.am.gov.br/neapl>

Secretaria de Estado da Segurança Pública do Amazonas. (2015). *Diagnóstico da criminalidade do Estado do Amazonas 2014*. Recuperado em 03, janeiro, 2016 de: <http://www.ssp.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/Diagnostico-da-Criminalidade-2014-Estado-do-Amazonas.pdf>

Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Serrano, C. (2000). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos.

Singer, P. I. (1996). *Perspectivas de desenvolvimento da América Latina*. Recuperado em 23, agosto, 2015 de:

http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/78/20080626_perspectivas_de_desenvolvimento.pdf

_____. (2004). *Desenvolvimento: significado e estratégia*. Recuperado em 06, agosto, 2015 de http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF93983B60FE/prog_desenvolvimentoesstrategica.pdf

Solha, K. T. (2004). *Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil*. Tese de Doutorado, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, SP. Brasil.

_____. (2006). Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: Ruschmann, D., & Solha, K. T. *Planejamento turístico* (pp. 89-100) Barueri, SP: Manole.

Souza, M. L. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Correa, R. L., Castro, I. E., & Gomes, P. C. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2000). *O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista*. Revista Território, Rio de Janeiro, 1(8).

_____. (2002). *Mudar a cidade: uma introdução ao planejamento e a gestão urbanas*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Recuperado em 08, fevereiro, 2015 de: <http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal/polos-de-desenvolvimento-socio-economico>

Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Recuperado em 27, julho, 2014 de: http://www.suframa.gov.br/zfm_industria.cfm

Teixeira, E. C. (2002). *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Recuperado em 10, outubro, 2014 de:

http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf

Trigo, L. G. G. (2000). *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas* (6a ed.). Campinas, SP: Papirus.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Tuan, Y. F. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL.

Urry, J. (1996). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Nobel.

Vázquez Barquero, A. (1999), *Desarrollo, redes e innovación. Lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madrid: Pirámide.

Velasco González, M. (2013). Gestión pública del turismo. La gobernanza. In. Fernández, J. I. P. F., & López-Sánchez, Y. (Coord.). *Gestión estratégica sostenible de destinos turísticos*. Espanha: Universidad Internacional de Andalucía.

Wanderley-Filha, I., Azevedo, F.F., Nóbrega, W.R.M., & Albuquerque, J.C. (2013). Planejamento e Políticas Públicas do Turismo: uma discussão teórica no contexto das Unidades de Conservação do Brasil. *Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, 6, (4), pp.27-44.

WWF Brasil. (2003). *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil.

ANEXO A – Decreto nº. 24.063 de 12 de março de 2004, o qual institui o Fórum Estadual de Turismo (FORETUR/AM)

CIRCULAÇÃO

1-2 MAR

14.0

M. Func

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO AMAZONAS

GOVERNO EDUARDO BRAGA

Manaus, sexta-feira, 12 de março de 2004

Número 30.336 ANO CX

PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 24.062, DE 12 DE MARÇO DE 2004.

ALTERA o caput e o inciso I do artigo 2.º do Regimento Interno da SECRETARIA DE GOVERNO - SEGOV e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, VIII e X, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 9.º e seus incisos da Lei n.º 2.783, de 31 de janeiro de 2003,

DECRETA:

Art. 1.º - O caput e o inciso I do artigo 2.º do Regimento Interno da SECRETARIA DE GOVERNO - SEGOV, aprovado pelo Decreto n.º 23.308, de 02 de abril de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º - Dirigida pelo Secretário de Estado de Governo, com o auxílio do Subsecretário e de três Subsecretários Adjuntos, a SEGOV tem a seguinte estrutura organizacional:

I - ÓRGÃO DE ASSISTÊNCIA DIRETA

- Subsecretaria de Governo
- Subsecretaria Adjunta Interna
- Subsecretaria Adjunta Externa
- Subsecretaria Adjunta para Projetos Especiais
- Gabinete do Secretário
- Consultoria
- Assessoria"

Art. 2.º - Fica criado o cargo de provimento em comissão de Subsecretário Adjunto para Projetos Especiais, que a integrar o Anexo II do Decreto n.º 23.308, de 04 de abril de 2003.

Parágrafo único - O titular do cargo a que se refere este artigo terá por incumbência a articulação com organismos nacionais e internacionais com vistas à captação de recursos para a área de Saúde.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de março de 2004.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 12 de março de 2004.

Eduardo Braga
EDUARDO BRAGA
Governador do Estado

Alfonso Mourinho da Costa Júnior
ALFONSO MOURINHO DA COSTA JÚNIOR
Secretário de Estado de Governo

José Alves Pacífico
JOSÉ ALVES PACÍFICO
Secretário de Estado Chefe de Casa Civil

Jorge Nelson Emerigo
JORGE NELSON EMERIGO
Secretário de Estado de Administração, Recursos Humanos e Previdência

Isper Abraham Lima
ISPER ABRAHIM LIMA
Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO N.º 24.063, DE 12 DE MARÇO DE 2004

INSTITUI o FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, VIII, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO que, por ser o turismo um dos setores econômicos de relevância para o Estado, é indispensável a implementação de um Plano de Ação de forma integrada;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a participação de organismos interessados em desenvolvimento e crescimento do turismo de forma sustentável;

CONSIDERANDO, ainda, o que consta do Processo n.º 1172/2004-CASA CIVIL,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica instituído o FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO, com as seguintes finalidades:

- I - acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações de turismo no Estado;
- II - participar da promoção e divulgação do Amazonas a nível nacional e internacional;
- III - acelerar a expansão e melhoria da infraestrutura turística, buscando parcerias para investimento no regime;
- IV - integrar o intercâmbio com entidades federais e internacionais a fim de promover a captação e a gestão de eventos para os Municípios, objetivando minimizar o custo de mobilidade;
- V - contribuir para a formação e capacitação dos profissionais que prestam serviços para o turismo, visando qualidade e produtividade;
- VI - participar da elaboração e da execução aproximadamente do Plano Estadual de Turismo, enviando sugestões para seu constante aprimoramento;

Art. 2.º - O Fórum será constituído pelas seguintes comissões e organismos, a serem convidados:

- I - Associação Amazônica dos Municípios - AAM
- II - Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAVIAM
- III - Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo - ABHTUR
- IV - Associação Brasileira dos Chefs da Melhor Idade - ABCMI
- V - Empresa Brasileira de Empresas Organizadoras de Eventos - ABEOC
- VI - Associação Brasileira de Indústria de Hóteis - ABBH/AM
- VII - Associação Brasileira de Jornalistas Especialistas em Turismo - ABRJA/T
- VIII - Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento - ABRASEL
- IX - Associação Comercial de Amazonas - ACA
- X - Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM
- XI - Agência de Constituição Social - AGECOM
- XII - Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR
- XIII - Associação das Operadoras de Barcos de Turismo - AOBT
- XIV - Assembleia Legislativa do Amazonas
- XV - Banco de Amazonas - BASA
- XVI - Banco do Brasil SA - BB
- XVII - Caixa Econômica Federal - CEF
- XVIII - Companhia de Desenvolvimento do Amazonas - CIAMA
- XIX - Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas - CIESA
- XX - Conselho Nacional de Serigrafistas - CNS
- XXI - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
- XXII - Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais - CPRM
- XXIII - Amazonas Comissões e Visitas Bureau - CVB
- XXIV - Departamento Nacional Infra-Estrutura dos Transportes - DENIT
- XXV - Faculdades Objetivo
- XXVI - Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMEIHO
- XXVII - Fundação Estadual de Política Indígenista - FEPI
- XXVIII - Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM
- XXIX - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - FUCAPI
- XXX - Fundação Villeta Amadeus
- XXXI - Grupo de Trabalho da Amazônia - GTA
- XXXII - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- XXXIII - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
- XXXIV - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO
- XXXV - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA

- XXXVI - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM
- XXXVII - Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE
- XXXVIII - Instituto do Patrimônio Histórico do Amazonas - IPHAM
- XXXIX - Fundação Municipal de Turismo - MANAUSTUR
- XL - Polígonos Turísticos - POLTUR
- XLI - Prefeitura do Município de Ananias More
- XLII - Prefeitura do Município de Antares
- XLIII - Prefeitura do Município de Barricada
- XLIV - Prefeitura do Município de Boa Vista do Itamar
- XLV - Prefeitura do Município de Iranduba
- XLVI - Prefeitura do Município de Itacambira
- XLVII - Prefeitura do Município de Manacapuru
- XLVIII - Prefeitura do Município de Manaus
- XLIX - Prefeitura do Município de Novo Aledo
- L - Prefeitura do Município de Presidente Figueiredo
- LI - Prefeitura do Município de Serra Isabel do Rio Negro
- LII - Prefeitura do Município de São Gabriel da Cachoeira
- LIII - Prefeitura do Município de São Sebastião do Uaruá
- LIV - Prefeitura do Município de Silves
- LV - Prefeitura do Município de Uruçatuba
- LVI - Representação do ABRONTUR/AM
- LVII - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS
- LVIII - Secretaria de Estado de Administração, Recursos Humanos e Previdência - SEAD
- LIX - Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS
- LX - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas - SEBRAE
- LXI - Secretaria de Estado de Cultura - SEC
- LXII - Secretaria Municipal de Defesa Civil
- LXIII - Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia - SECT
- LXIV - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - SEDEMA
- LXV - SEDUC - Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino
- LXVI - Secretaria de Estado do Turismo - SEFAZ
- LXVII - Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SENIF
- LXVIII - Serviço Nacional de Comércio - SENAC
- LXIX - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN
- LXX - Secretaria de Estado de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado - SEPROR
- LXXI - Secretaria de Estado de Trabalho e Cidadania - SETH/AM
- LXXII - Sindicato dos Guias de Turismo - SINDEGUTUR
- LXXIII - Sindicato das Empresas de Turismo - SINDETUR
- LXXIV - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SEZFM/AM
- LXXV - Universidade Estadual do Amazonas - UEA
- LXXVI - Universidade Federal do Acre - UFAC
- LXXVII - UNI-AMBIENTE
- LXXVIII - Centro Universitário NiltonLins - UNILTONLINS
- LXXIX - Universidade Paulista - UNIP

§ 1.º - O Fórum será coordenado pelo Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR.

§ 2.º - Os membros das comissões e organismos constantes do Anexo deste artigo, deverão indicar à coordenação do Fórum, em representação e respectivo relatório, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação deste Decreto, para a composição do Fórum Estadual.

Art. 3.º - O Fórum Estadual instituído por este Decreto poderá ser constituído por outras instituições, a critério do Governador do Estado.

Art. 4.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 12 de março de 2004.

Eduardo Braga
EDUARDO BRAGA
Governador do Estado

José Alves Pacífico
JOSÉ ALVES PACÍFICO
Secretário de Estado Chefe de Casa Civil

Virgílio Maurício Viana
VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ANEXO B – Lei nº. 1.884 de 13 de junho de 2014, a qual altera a composição do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)

Manaus, sexta-feira, 13 de junho de 2014

LEI Nº 1.884, DE 13 DE JUNHO DE 2014

COMTUR ALTERA a composição do Conselho Municipal de Turismo e de outras providências.

O PREFEITO DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, criado pela Lei nº 424, de 8 de janeiro de 1998, presidido pelo Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – MANAUSCULT, é composto por um representante de:

- I – Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano – IMPLURB;
- II – Instituições de Ensino Superior que ofereçam formação na área do turismo;
- III – Câmara Municipal de Mangus – CRM;
- IV – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABHIAH;
- V – Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV;
- VI – Federação do Comércio do Amazonas – FECCOMERCIO;
- VII – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM;
- VIII – Sindicato de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas – SEBRAE;
- IX – Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONATUR;
- X – Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo – ABRAJET;
- XI – Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo – ABSTUR.

§ 1º Os representantes dos órgãos e entidades elencadas no caput deste artigo, e seus respectivos suplentes, serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A participação no COMTUR é considerada serviço público relevante e dá-se à de forma não remunerada.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, em especial o caput do art. 4º da Lei nº 424, de 8 de janeiro de 1998, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 13 de junho de 2014.

Arthur Miranda do Carmo Ribeiro Neto
Arthur Miranda do Carmo Ribeiro Neto
Prefeito de Manaus.

Luiz Manoel de Fátima
Luiz Manoel de Fátima
Secretário de Estado de Cultura.

LEI.

Art. 1º Ficam criados na estrutura organizacional do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (IMPLURB) 6 (seis) cargos remunerados de Assessor Técnico II, Símbolo/a DAS-2, e 4 (quatro) cargos remunerados de Assessor Técnico III, Símbolo/a DAS-1.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do IMPLURB.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 13 de junho de 2014

Arthur Miranda do Carmo Ribeiro Neto
Arthur Miranda do Carmo Ribeiro Neto
Prefeito de Manaus.

Luiz Manoel de Fátima
Luiz Manoel de Fátima
Secretário de Estado de Cultura.

LEI Nº 1.885, DE 13 DE JUNHO DE 2014

COMTUR CRIA na estrutura organizacional do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano – IMPLURB os cargos remunerados que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte:

LEI Nº 1.886, DE 13 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA o Poder Executivo a controlar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

O PREFEITO DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a controlar financiamento de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. até o valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), observado o disposto no artigo 9º-S da Resolução CMN nº 2.827, de 30.03.2001, com as alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.048, de 28.05.2012, antes do Conselho Monetário Nacional, e demais disposições legais vigentes.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da contratação de que trata o caput deste artigo serão obrigatoriamente aplicados no financiamento da contrapartida do Município referente ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, conforme Plano de Responsabilidade celebrada entre a União e os Municípios no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, vedada a aplicação desses recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, encargos financeiros e despesas da operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuadas as operações dos recursos do Município, ou, na falta de recursos suficientes nessa conta, em qualquer outra conta de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único. No caso de os recursos do Município não se encontrarem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput deste artigo.

Art. 3º No caso de haver garantia da União para a operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a vacatar como contrapartida à garantia da União, as receitas oriundas de cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, assim como outras garantias admitidas em direito.

DOM | Edição 3431 | Página 2

ANEXO C – Decreto de 15 de junho de 2015, a qual dispensa e designa os novos membros do colegiado do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)

Manaus, segunda-feira, 15 de junho de 2015

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 2015

O PREFEITO DE MANAUS, em exercício, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 1.196, de 31 de dezembro de 2007, republicada no DOM nº 1886, de 22 de janeiro de 2008;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 2015/16248/16741/60013,

RESOLVE:

I – CONSIDERAR DISPENSADO, a contar de 04-04-2014, o senhor **FABRÍCIO SILVA LIMA** da função de Presidente, representante da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, junto ao CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS – CMD;

II – CONSIDERAR DESIGNADO, a contar de 04-04-2015, o senhor **ELVYS DAMASCENO NASCIMENTO** para exercer a função mencionada no inc. I deste Decreto.

Manaus, 15 de junho de 2015.

MARCIO WAGNER DE AZEVEDO BARRETO
Prefeito de Manaus, em exercício

MARCIO LIMA NORONHA
Secretário Municipal Chefe de Casa Civil

SILVANA ASTEEL
Secretária Municipal de Juventude, Esporte e Lazer

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 2015

O PREFEITO DE MANAUS, em exercício, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 1.884, de 13 de junho de 2014;

CONSIDERANDO o art. 5º da Lei nº 424, de 08 de janeiro de 1993;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 2015/16595/16586/01639,

RESOLVE:

I – CONSIDERAR DISPENSADOS do Conselho Municipal de Turismo, os seguintes membros:

REPRESENTAÇÃO	MEMBROS	A CONTAR DE
Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – MANAUSCULT	Suplente: Elvys Maria (Bianchi) Silveira Lima	11-04-2015
Instituição de Ensino Superior – IES	Titular: Bráulio Soares Riqui Ferraz Suplente: Libely Alana Mota dos Santos	03-08-2015 03-08-2015
Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM	Titular: Rogério Renato Araújo Suplente: Arnono Lante de Souza	03-08-2015 03-08-2015

II – CONSIDERAR DESIGNADOS os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Turismo, criado pela Lei nº 424, de 08 de janeiro de 1993:

REPRESENTAÇÃO	MEMBROS	A CONTAR DE
Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – MANAUSCULT	Suplente: João Cavallio de Araújo	11-05-2015
Instituição de Ensino Superior – IES	Titular: Claudio Araújo dos Passos Gonçalves Suplente: Hamilton Cirio Monteiro	03-08-2015 03-08-2015
Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM	Titular: Argeno Cláudio de Sá Suplente: Pedro de Faria e Cunha Mendes	03-08-2015 03-08-2015
Serviço Sindical de Apoio ao Mero e Pequeno Empresário – SCSOPACIO	Titular: Cláudio Fábio de Souza Suplente: Maria Cláudia de Souza	03-08-2015 03-08-2015
Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONATUR	Titular: Gerson Campos Braga da Silva Suplente: João Ricardo Caldeira dos Anjos	03-08-2015 03-08-2015
Associação Brasileira de Jornalistas do Turismo – ABRAJETUR	Titular: Paulo Roberto Pereira da Silva Suplente: Carlos Rogério Mattias Piva	03-08-2015 03-08-2015
Associação Brasileira dos Destinos de Turismo – ABRTURAZ	Titular: José Renato de Sá Suplente: Tatiana Araújo Guedes	03-08-2015 03-08-2015

III – CONSIDERAR RECONDUZIDOS, a contar de 03-08-2015, os senhores abaixo identificados junto ao Conselho Municipal de Turismo:

REPRESENTAÇÃO	MEMBROS
Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – MANAUSCULT	Titular: Demarzo Soares Monteiro da Paiva
Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB	Titular: Ricardo Pereira de Souza Braga Suplente: José Moura de Almeida Cruz
Câmara Municipal de Manaus – CMM	Titular: Osvaldo Gasparino de Carvalho Suplente: Antônio Lima
Associação Brasileira de Indústria de Hotelaria – ABHOTEL	Titular: Roberto Simão Brito Suplente: Demárcio Azevedo
Associação Brasileira de Agências de Viagens do Amazonas – ABVA	Titular: Paulo Eugênio Tognini Suplente: Maria Helena Fonseca
Federação do Comércio do Amazonas – FICOMÉRCIO	Titular: Márcio Riqui Ferraz Suplente: Claudio Nina

Manaus, 15 de junho de 2015.

MARCIO WAGNER DE AZEVEDO BARRETO
Prefeito de Manaus, em exercício

MARCIO LIMA NORONHA
Secretário Municipal Chefe de Casa Civil

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 2015

O PREFEITO DE MANAUS, em exercício, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 2015/16593/16586/01401, resolve

CONSIDERAR DISPENSADOS, os senhores abaixo relacionados, de suas funções junto à Comissão Especial de Listação/PROURBIS, vinculada à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINF, criada pelo Decreto nº 748, de 25 de janeiro de 2011, alterada pelo Decreto nº 754, de 10 de fevereiro de 2011:

NOME	FUNÇÃO	A CONTAR DE
Alexandre Santos Monteiro	Membro	11-04-2015
Thales Cavallio Batista	Membro	22-04-2015

Manaus, 15 de junho de 2015.

MARCIO WAGNER DE AZEVEDO BARRETO
Prefeito de Manaus, em exercício

MARCIO LIMA NORONHA
Secretário Municipal Chefe de Casa Civil

ALEXANDRE SANTOS MONTeiro
Secretário Municipal de Infraestrutura

SILVANA DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Destino

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 2015

O PREFEITO DE MANAUS, em exercício, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 2015/16593/16586/01401, resolve

CONSIDERAR DISPENSADOS, os senhores abaixo relacionados, de suas funções junto à Comissão Especial de Listação/PROURBIS, vinculada à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINF, criada pelo Decreto nº 748, de 25 de janeiro de 2011, alterada pelo Decreto nº 754, de 10 de fevereiro de 2011:

Manaus, 15 de junho de 2015.

MARCIO WAGNER DE AZEVEDO BARRETO
Prefeito de Manaus, em exercício

MARCIO LIMA NORONHA
Secretário Municipal Chefe de Casa Civil

ANEXO D – Folder de comercialização de roteiros ecoturísticos, formatados em parceria com a Fundação Amazonas Sustentável e o Instituto IPÊ

FÓRUM DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA sites.google.com/site/forumbrionegro/

+ INFORMAÇÕES

Roteiro RDS Rio Negro:
Josiaini Silva - +55 (72) 9103-3708
fbc@fas-amazonas.org

Roteiro Tucuruí:
Ruth Souza - (72) 9275-1517
ruth@turismologia@kotmail.com
Nailton - (72) 9136-0706
nailton@kotmail.com

San. TIRAGÊ:

TURISMO de BASE COMUNITÁRIA

BEM-VINDO!
WELCOME!

“Turismo de Base Comunitária é uma iniciativa com forte apoio solidário, ambientalmente sustentável e de valorização da cultura local. Os dois roteiros turísticos aqui apresentados são o resultado da construção coletiva de las comunidades locais em conjunto com vários atores sociais que em momentos e de formas diversas contribuíram para consolidar essa ideia.”

Community Based Tourism is an initiative with strong supportive, environmentally sustainable and appreciation of local culture appeal. The two tourist routes presented here are the result of collective construction of local communities in conjunction with various social actors at times and in many ways helped to consolidate this idea.

“Turismo de Base Comunitária es una iniciativa con un fuerte apoyo solidario, ambientalmente sostenible y apreciación de la cultura local. Los dos rutas turísticas que aquí se presentan son el resultado de una construcción colectiva de las comunidades locales en conjunto con varios actores sociales en veces y de muchas maneras ayudada a consolidar esta idea.”

BAIXO RIO NEGRO
LOWER RIO NEGRO

Map showing locations: NOVA ESPERANÇA, SÃO SEBASTIÃO DO CUIÇERAS, TUMBIRA, ST. HELENA DO INGLÊS, BELA VISTA DO PARAGUÍ, COLÔNIA CENTRAL, JULIÃO, SÃO JOÃO DO TUÍPE, MANAUS, SÃO TOMÉ, SANTO ANTÔNIO, NS. DO PERPÉTUO SOCORRO DO LAGO DO ACAJUTUBA, SARABÁ.

AS EXPERIÊNCIAS
THE EXPERIENCES

Grid of photos for: MERGULHO COM BOTOS, EXPERIÊNCIA DA BORRACHA, FARINHADA, ARTESANATO, PROJETOS SUSTENTÁVEIS, CULINÁRIA REGIONAL, PESCA CABOCLA, CANOAGEM.

ATIVIDADES
ACTIVITIES

MARGEM ESQUERDA
LEFT SIDE

- SÃO JOÃO DO TUÍPE: Pesca e Etanol Indígenas (1, 6, 10, 12, 16)
- COLÔNIA CENTRAL: Farinhada e Trilhas (3, 4, 5, 12, 14, 17)
- JULIÃO: Trilhas e Gastronomia Regional (4, 10, 16)
- BELA VISTA: Projetos Sustentáveis (6, 11, 13, 14, 18)
- SÃO SEBASTIÃO: Doces Regionais Artesanais (2, 16)
- NOVA ESPERANÇA: Construção com comunitários (5, 6, 11, 12)

MARGEM DIREITA
RIGHT SIDE

- TUMBIRA: Trilhas Sustentáveis (4, 5, 6, 7, 12, 14, 16, 17, 18)
- ST. HELENA DO INGLÊS: Pesca Cabocla (6, 7, 9, 12, 16, 17)
- SARABÁ: Gastronomia Regional (5, 6, 7, 11, 12, 18)
- SÃO TOMÉ: Experiência da Borracha (5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 17)
- SANTO ANTÔNIO: Interação com botos e piraculús (5, 8, 18)
- NS. DO PERPÉTUO SOCORRO DO LAGO DO ACAJUTUBA: Artesanato (11, 12, 15, 18)

LEGENDA
LEGENDS

1: RITUAIS INDÍGENAS INDIGENAS RITUALS
2: DOCES HONORISE CHOCOLATE
3: FARINHADA CIGARRA ROLUP PRODUCTION
4: TRILHAS TRAILS
5: BARRIO NO RIO SÃO JOÃO THE RIVER
6: CANOAGEM CANOEING
7: PESCA CABOCLA INDIGENAS RITUALS
8: INTERAÇÃO COM BOTOS & PIRACULUS INTERACTION WITH BOTS DOLPHINS AND PIRACULUS FISH
9: FOCAGEM DE JACARÉS ALUGUIR BOATING
10: CACHOEIRA WATERFALLS
11: CONVIVÊNCIA COM COMUNITÁRIOS (Pescaria e Trilhas) EXPERIENCE WITH THE BROTHER (FISHING AND TRAILS)
12: RESTAURANTE (gastronomia regional) RESTAURANT (regional gastronomy)
13: POR DO SOL SUNSET
14: NÚCLEOS DE CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE CONSERVATION AND SUSTAINABILITY CENTERS
15: EXPERIÊNCIA DA BORRACHA BOTS EXPERIENCE
16: PROJETOS SUSTENTÁVEIS SUSTAINABLE PROJECTS
17: FUNDADA LOGO
18: ARTESANATO CRAFTSMANSHIP

APÊNDICE A – Ofício Circular encaminhado aos representantes das instituições que compõem o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR Manaus) e Fórum Estadual de Turismo (FORETUR/AM)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Ofício Circular nº /15

Natal, de de 2015.

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Ao cumprimentar Vossa Senhoria, solicito a autorização para que a discente **Jennifer Ribeiro da Silva**, matrícula 2014100389, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM) possa realizar entrevista nessa instituição, com os membros representantes titulares ou suplentes dessa instituição na instância de governança turística Conselho Municipal de Turismo (COMTUR Manaus) e/ou Fórum Estadual de Turismo do Amazonas (FORETUR/AM), com objetivos de contribuição na elaboração da dissertação de Mestrado, intitulada: “**Políticas públicas e desenvolvimento turístico cultural: avaliação das instâncias de governança de turismo nas ações relacionadas à cultura no município de Manaus/AM (2003-2014)**”, sob a orientação deste signatário, Professor Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

Na oportunidade, informo os contatos da discente para esclarecimentos e posterior agendamento da entrevista com os representantes dessa instituição (92) 98117-6398 / (92) 3233-0198 e-mail: jennisilva@ig.com.br

Certo de contar com o atendimento ao pleito, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

Ilustríssimo (a) Senhor (a)
NOME DO RESPONSÁVEL / CARGO
NOME DA INSTITUIÇÃO

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Este roteiro de entrevista faz parte do estudo para a elaboração de minha Dissertação de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na linha de pesquisa: Turismo e Desenvolvimento Regional. O estudo trata da análise das instâncias de governança de turismo do município de Manaus/AM, no período de 2003-2014.

ORIENTANDA: Jenniffer Ribeiro da Silva E-mail: jennisilva@ig.com.br Tel. 98117-6398

ORIENTADOR: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

ROTEIRO DE ENTREVISTA Representantes do Fórum Estadual de Turismo (FORETUR/AM)

Data: _____

1. Nome e sobrenome: _____

2. Instituição que representa no FORETUR: _____

Titular: _____

Suplente: _____

3. Grau de escolaridade:

- 1 - () Ensino fundamental 2 - () Ensino fundamental incompleto 3 - () Ensino Médio
4 - () Ensino Médio incompleto 5 - () Superior completo 6 - () Superior incompleto
7 - () Pós-graduando 8 - () Pós-graduado
9 - Formação acadêmica: _____

4. Você é ou já foi filiado a algum partido político? () Sim () Não
Qual? _____

5. Na sua visão, do ponto de vista técnico e prático qual a sua percepção de compartilhar / discutir as ações de planejamento e gestão turística numa perspectiva de rede? () Ruim () Regular () Bom () Excelente
Por quê? _____

6. Como ocorre a participação entre os atores na Instância, ela é voluntária, frequente e com grande contribuição para o grupo?

7. Aonde ocorrem as reuniões da instância de governança? Qual a composição do grupo?

8. Como são definidas as datas e horários das reuniões da instância de governança turística regional / local?

9. Quais foram as principais ações realizadas pela Instância ou em andamento em Manaus, para o desenvolvimento do turismo? (que atores foram envolvidos).

10. Grande parte das ações do MTur está ligada a capacitação. Quais ações beneficiaram sua instituição (Instância de governança)? Quais atores foram contemplados nas ações de capacitação?

11. Quais ações são /foram realizadas pela instância de governança com finalidade de capacitar os integrantes da estrutura?

12. Como é realizada a comunicação da instância? As decisões são publicadas fora da estrutura de governança? De que forma?

13. Como é realizada a avaliação interna das ações planejadas e desenvolvidas pela instância de governança.

() Quinzenalmente () Mensalmente () Bimestralmente () Trimestralmente

() Semestralmente () Anualmente () Nunca

14. Quais são os programas/projetos apoiados pelo poder público estadual que dão suporte à implementação do turismo cultural?

15. Quais parcerias foram efetivadas entre instituições públicas, privadas e não-governamentais na perspectiva de fomento do turismo?

16. Qual a sua avaliação numa perspectiva da execução dos programas e projetos, há entraves que emperram o processo de execução? Quais?

17. Como você considera a participação do FORETUR na elaboração e execução de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo no município de Manaus?

() Ruim () Regular () Bom () Excelente

Por quê? _____

18. Você acredita que o FORETUR, no qual você representa a instituição informada anteriormente, possui os instrumentos necessários para o alcance dos resultados satisfatórios do turismo no município de Manaus? Por quê?

19. Você confia nas ações/propostas sugeridas e realizadas pelos representantes da instância? Por quê?

20. É necessário que outras instituições façam-se representar no FORETUR?

() Sim () Não **Qual?** _____

Por quê? _____

21. Sua instituição é representada em outra instância de governança turística em Manaus?

() Sim () Não **Qual?** _____

22. Algumas sugestões e/ou observações que você julgue necessária e que não foi contemplado no roteiro de entrevistas.

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Este roteiro de entrevista faz parte do estudo para a elaboração de minha Dissertação de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na linha de pesquisa: Turismo e Desenvolvimento Regional. O estudo trata da análise das instâncias de governança de turismo do município de Manaus/AM, no período de 2003-2014.

ORIENTANDA: Jenniffer Ribeiro da Silva E-mail: jennisilva@ig.com.br Tel. 98117-6398

ORIENTADOR: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Representantes do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR Manaus)

Data: _____

1. Nome e sobrenome: _____

2. Instituição que representa no COMTUR: _____

Titular: _____

Suplente: _____

3. Grau de escolaridade:

- 1 - () Ensino fundamental 2 - () Ensino fundamental incompleto 3 - () Ensino Médio
4 - () Ensino Médio incompleto 5 - () Superior completo 6 - () Superior incompleto
7 - () Pós-graduando 8 - () Pós-graduado
9 - Formação acadêmica: _____

4. Você é ou já foi filiado a algum partido político? () Sim () Não

Qual? _____

5. Na sua visão, do ponto de vista técnico e prático qual a sua percepção de compartilhar/discutir as ações de planejamento e gestão turística numa perspectiva de rede?

() Ruim () Regular () Bom () Excelente Por quê?

6. Como ocorre a participação entre os atores na Instância, ela é voluntária, frequente e com grande contribuição para o grupo?

7. Aonde ocorrem as reuniões da instância de governança? Qual a composição do grupo?

8. Como são definidas as datas e horários das reuniões da instância de governança turística regional/local?

9. Quais foram às principais ações realizadas no município de Manaus ligadas diretamente ao desenvolvimento do Turismo?

10. Grande parte das ações do MTur está ligada a capacitação. Quais ações beneficiaram sua instituição (Instância)? Quais atores foram contemplados nas ações de capacitação?

11. Quais ações são /foram realizadas pela instância de governança com finalidade de capacitar os integrantes da estrutura?

12. Como é realizada a comunicação da instância? As decisões são compartilhadas entre os integrantes do grupo? De que forma?

13. Como é realizada a avaliação interna das ações planejadas e desenvolvidas pela instância de governança.

() Quinzenalmente () Mensalmente () Bimestralmente () Trimestralmente

() Semestralmente () Anualmente () Nunca

14. Quais são os programas/projetos apoiados pelo poder público municipal que dão suporte à implementação do turismo cultural?

15. Quais parcerias foram efetivadas entre instituições públicas, privadas e não-governamentais na perspectiva da regionalização do turismo?

16. Qual a sua avaliação numa perspectiva da execução das ações definidas em pauta do COMTUR, há entraves que emperram o processo de execução? Quais?

17. Como você considera a participação do COMTUR na elaboração e execução de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo no município de Manaus?

() Ruim () Regular () Bom () Excelente

Por quê ? _____

18. Você acredita que o COMTUR, no qual você representa a instituição informada anteriormente, possui os instrumentos necessários para o alcance dos resultados satisfatórios do turismo no município de Manaus? Por quê?

19. Você confia nas ações/propostas sugeridas e realizadas pelos representantes da instância? Por quê?

20. É necessário que outras instituições façam-se representar no COMTUR?

() Sim () Não **Qual?** _____

Por quê ? _____

21. Sua instituição é representada em outra instância de governança turística em Manaus?

() Sim () Não **Qual?** _____

22. Algumas sugestões e/ ou observações que você julgue necessária e que não foi contemplado no roteiro de entrevista.

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO

Fui informado (a) de que será realizada a pesquisa intitulada “**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: AVALIAÇÃO DAS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DE TURISMO NAS AÇÕES RELACIONADAS À CULTURA NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM (2003-2014)**”, sob a coordenação do Professor Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (Orientador) e da mestrandia Jenniffer Ribeiro da Silva (Pesquisadora), respectivamente docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Caso eu aceite participar desta pesquisa, serei entrevistado (a) por meio de um roteiro semiestruturado e durante a entrevista serão realizadas perguntas de caráter profissional, que dizem respeito ao tema da pesquisa. Tenho ciência de que a entrevista será gravada para facilitar sua posterior transcrição.

O nome da instituição a qual represento poderá ser mencionado quando forem apresentados os resultados da pesquisa. Não recebi qualquer pagamento para participar desta pesquisa. Não sofrerei nenhum prejuízo ou punição se, mesmo depois de iniciar a entrevista, eu resolver parar ou não me dispuser a responder alguma questão.

Caso concorde em participar da pesquisa, assinarei junto com a pesquisadora, o Termo de Consentimento. Caso eu prefira não assinar, minha decisão será respeitada e isso não me impedirá de participar da pesquisa.

Este Termo de Consentimento foi lido e, portanto, decido participar da pesquisa, mediante as condições acima citadas.

Manaus, ____ de _____ de 2015.

Entrevistado (a)

Pesquisador (a)